

Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**

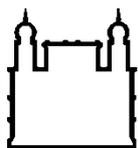
**INSTITUTO OSWALDO CRUZ**  
**DOUTORADO EM ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE**

**LÊDA GLICÉRIO MENDONÇA**

**SOBRE AS INVISIBILIDADES: A MULHER  
CIENTISTA EM FILMES DE COMÉDIA UTILIZADOS  
NO ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA  
FARMACÊUTICA**

**RIO DE JANEIRO**

Agosto de 2015



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**

**INSTITUTO OSWALDO CRUZ**  
**DOUTORADO EM ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE**

LÊDA GLICÉRIO MENDONÇA

**SOBRE AS INVISIBILIDADES: A MULHER**  
**CIENTISTA EM FILMES DE COMÉDIA UTILIZADOS**  
**NO ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA**  
**FARMACÊUTICA**

Tese apresentada ao Instituto Oswaldo Cruz  
como parte dos requisitos para obtenção do  
título de Doutor em Ensino em Biociências e  
Saúde

**Orientadores:**

Profa. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Rodriguez de La Rocque, D.Sc.

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira, D.Sc.

**RIO DE JANEIRO**

Agosto de 2015

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

M539 Mendonça, Lêda Glicério

Sobre as invisibilidades: a mulher cientista em filmes de comédia utilizados no ensino de deontologia e ética farmacêutica / Lêda Glicério Mendonça. – Rio de Janeiro, 2015.

xviii, 205 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, 2015.

Bibliografia: f. 168-185

1. Ciência e arte. 2. Ensino farmacêutico. 3. Deontologia e ética farmacêutica. 4. Gênero. 5. Tecnociência. 6. Imagem do cientista. I. Título.

CDD 615.07

**LÊDA GLICÉRIO MENDONÇA**

**SOBRE AS INVISIBILIDADES: A MULHER  
CIENTISTA EM FILMES DE COMÉDIA UTILIZADOS  
NO ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA  
FARMACÊUTICA**

Tese apresentada ao Instituto Oswaldo Cruz como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ensino em Biociências e Saúde

**Orientadores:**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Rodriguez de La Rocque**

**Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira**

**Área de Concentração:** Ensino Formal em Biociências e Saúde

**Linha de Pesquisa:** Ciência e Arte

**EXAMINADORES:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Porte Vargas - Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ**

---

**Prof. Dr. Marcus Vinícius Pereira - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro - IFRJ**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Rôças Fonseca - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro - IFRJ**

---

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2015

*Dedicatória:*

*As primeiras farmacêuticas na base de dados do CRF-RJ*

*Inscrição: CRF-RJ-13 - Nome: Ilse Maria Júlia Wenke Motta*

*Data de nascimento: 25/04/1917*

*Formada pela UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE*

*Colou grau em 1939 (In memorium)*

*Inscrição: CRF-RJ-14 - Nome: Mafalda Junqueira de Souza*

*Data de nascimento 13/10/1930*

*Formada pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA*

*Colou grau em 1952*

**Cadastro Ativo.**

*Elas abriram as portas para que outras farmacêuticas como eu  
pudessem entrar.*

## **AGRADECIMENTOS:**

*À minha filha mais velha, Renata Mendonça, graduada em cinema, que me auxiliou com sugestões importantes para o meu trabalho. Pelo apoio que me deu, sendo mais forte do que eu, em meus momentos de fraqueza.*

*À minha filha mais nova, Ana Júlia Mendonça, que com sua juventude serena, foi mais adulta que eu em ocasiões de crise.*

*À uma força estranha e divina, vinda nem sei de onde, que me faz sempre ser objetiva e segura quando preciso.*

*Ao aporte teórico e orientações que recebi no Estágio Doutoral (Doutorado sanduíche – financiado pela CAPES) das professoras Adriana Bebiano Pereira Nascimento e Maria Irene Ramalho na Universidade de Coimbra – Portugal.*

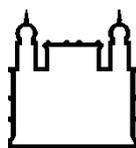
*Aos meus orientadores Lúcia e Francisco, que em agradáveis almoços científicos, me conduziram até aqui.*

*A todos que tentaram me impedir: me deram mais força para seguir em frente.*

*Foi tolice minha pedir a meu professor que me fornecesse "provas irrefutáveis" disso ou daquilo em sua discussão sobre as mulheres. Mesmo que fosse possível afirmar o valor de um dom qualquer em um dado momento, esses valores se modificam; em um século, eles se terão, com toda a probabilidade, modificado por completo. (...) A babá carregará carvão. A mulher da quitanda dirigirá uma locomotiva. (VIRGINIA WOLFF, 1928, p.50) – Um teto todo seu.*

*Aos professores incapazes de compreender e de partilhar o riso sadio das crianças, àqueles que não entendem as brincadeiras, que nunca sabem sorrir e dar uma risada, seria recomendável mudar de profissão (VLADIMIR PROPP, 1992, p.34) – Comicidade e riso.*

*As pessoas não nascem éticas, desenvolve-se ética de forma contínua ao longo da formação acadêmica (GERALDO ALÉCIO OLIVEIRA, 2011, p.17) – Mesa redonda in: Encontro Nacional de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica.*



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

## INSTITUTO OSWALDO CRUZ

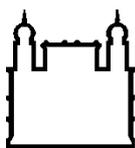
### DOUTORADO EM ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE

#### RESUMO

*Lêda Glicério Mendonça*

A proposição do uso do cinema de comédia em sala de aula emergiu da necessidade de se encontrar uma estratégia motivadora para auxiliar na apreensão dos conteúdos da Deontologia e Ética Farmacêutica, disciplina baseada em normas e leis, campo de pouco interesse dos alunos de graduação em Farmácia. Essa prática pedagógica já foi utilizada com sucesso em outros contextos e tomou como base estudos similares conduzidos anteriormente no Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz. Os filmes utilizados foram: O inventor da mocidade (1952); O professor aloprado (1963); Júnior (1994); O professor aloprado (1996) e Sem sentido (1998). Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir a apropriação do cinema de comédia como estratégia no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica e analisar, conseqüentemente, como a sétima arte reflete a imagem do profissional que pesquisa medicamentos. Os resultados apurados indicaram que a grande maioria dos discentes apoia o uso do cinema como ferramenta facilitadora e aproximadora de campos de estudos considerados tão áridos e distantes de sua realidade e indicaram a comédia como gênero cinematográfico de grande aceitação. No decorrer da análise dos filmes selecionados constatou-se que a imagem do cientista de medicamentos construída pelo cineasta geralmente é atrelada ao homem, professor de Universidade, médico ou químico. As farmacêuticas foram excluídas. Quando o farmacêutico aparece no cinema, sua imagem é atrelada à botica do século XIX. Revela ainda que o papel da mulher como coadjuvante da ciência sofreu modificações ao longo do tempo, embora ainda persista. Estes fatos acabam, de certa maneira, tanto refletindo o senso comum como reforçando esse estereótipo e influenciando ao grande público. Esperamos, com este trabalho, não apenas contribuir para encorajar o uso do cinema no ensino de Deontologia, mas de forma mais ampla, naquelas disciplinas que são de difícil compreensão ou não são apreciadas pela maioria dos alunos, como também trazer à luz a discussão do papel do farmacêutico como legítimo pesquisador de medicamentos, ressaltando que a mulher está ocupando, cada vez mais, uma fatia considerável desse mercado.

**Palavras-chave:** Ciência e arte, Ensino Farmacêutico, Deontologia e Ética Farmacêutica, Gênero, Tecnociência, imagem do cientista.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

## INSTITUTO OSWALDO CRUZ

### DOUTORADO EM ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE

#### ABSTRACT

Lêda Glicério Mendonça

*The proposal of the use of comedies in the classroom arose out of the need to find a motivating strategy to help teach about Pharmaceutical Deontology and Ethics, discipline based on rules and laws, field of scarce interest to undergraduate Pharmacy students. This pedagogical practice has been already successfully employed in other contexts and was based on similar previous studies carried out at. The selected movies were: "The monkey business" (1952); "The nutty professor" (1963); "Junior" (1994); "The nutty professor" (1996) and "Senseless" (1998). Thus, the aim of this work is to discuss the appropriation of comedies as pedagogical strategies in the teaching of Deontology and Ethics Pharmaceutical and to analyze, therefore, how the seventh art reflects the image of the professional that develops therapeutic substances. The results of this study indicated that most students agree that the use of comedies is capable of improving the interest in Deontology themes, which are usually so distant from their own reality, and elected comedy as a preferred film genre. During the analysis of the selected films the image of the scientist who researches therapeutic substances that the filmmaker produced was shown to be linked to that of the male gender, university professor, doctor or chemist. Pharmacist women were excluded. When the pharmacist appears in movies, his image is linked to the pharmacy of the nineteenth century. It was also revealed that although the understudy role of women in Science has changed throughout the years, it still persists. These facts end up, in a way, reflecting the common sense, as well as reinforcing this stereotype and influencing the general public. Our hope is, with this work, not only help to boost the use of film in the teaching of ethics, but more broadly, in those academic disciplines that are difficult to understand or are not appreciated by most students, as well as bring to light the discussion of the role of the pharmacist as a legitimate researcher of therapeutic substances, noting that women are occupying, increasingly, a considerable portion of this market.*

**Keywords:** *Science & Art, Pharmaceutical Education, Pharmaceutical Deontology and Ethics, Gender, Techno science, image of the scientist.*

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Fundamentos Teóricos</b> .....	16
1.1. A trajetória da Educação Farmacêutica e o lugar da Deontologia na formação humanística: uma discussão curricular .....	16
1.2. A alegria na escola e o cinema de comédia no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica .....	38
1.3. A mulher no mundo das sombras do “fazer ciência” .....	49
<b>2. Metodologia</b> .....	69
2.1. O estudo .....	69
2.2. Local de trabalho.....	69
2.3. Participantes da pesquisa .....	70
2.4. Construção e Aplicação da estratégia de ensino baseada no uso de cinema de comédia .....	70
2.5. Coleta de Dados .....	79
2.6. Análise de dados.....	80
<b>3. Resultados e discussão</b> .....	82
3.1. Ausência das mulheres nas ciências em filmes de comédia .....	82
3.1.1. Ensino farmacêutico e a concepção da imagem fílmica do cientista que desenvolve medicamentos em filmes de comédia no pós-guerra .....	82
3.1.2. Comédia no ensino de farmácia e as relações de gênero no filme “Junior” .....	100
3.2. Resultado do estudo de caso.....	115
3.2.1. O estudo de caso e o cinema de comédia: uso de Metodologias Ativas para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica .....	115
3.2.2. Análise da Prática Pedagógica.....	117
3.3. Resultado do questionário.....	135
3.3.1. O uso de cinema de comédia para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica: o olhar do discente.....	135
3.3.2. A identidade profissional do cientista que desenvolve medicamentos em comédias <i>Hollywoodianas</i> : uma discussão curricular .....	144
<b>4. Considerações finais</b> .....	160
<b>Referências</b> .....	166
<b>Anexos</b> .....	184
Anexo I: Certificado de participação no III Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia.....	184
Anexo II – Menção honrosa da apresentação do artigo “A alegria na escola e no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica” no IV Simpósio em Ensino de Ciências e Meio Ambiente do Rio de Janeiro .....	185
Anexo III – Ficha de inscrição 10º Prêmio Construindo a igualdade de gênero.....	190

Anexo IV – Sumário da publicação do capítulo de Livro – Consumo, arte e comunicação volume 3 – Comédia no ensino de farmácia e as relações de gênero no filme Junior....	187
Anexo V: E-mail de confirmação de submissão de trabalho à revista Práxis UNIFOA – QUALIS B1.....	188
Anexo VI: Publicação do trabalho “Uso do cinema de comédia para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica: um olhar discente” na revista Interfaces da Educação – QUALIS B1.....	189
Anexo VII – Primeira e última folha do capítulo publicado no Livro: A voz e o olhar do outro, volume V - pela EDUERJ. ISBN 978-85-7785-247-5.....	190
Anexo VIII: Instrumento de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC).....	191
Anexo IX: Respostas da pergunta “Aponte e comente pelo menos uma passagem no filme, que em sua opinião seja apenas imoral”.....	192
Anexo X - Respostas da pergunta “Você considera que as atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista retratado no filme seriam de competência do Farmacêutico?” .....	193
Anexo XI - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) do Código de Ética do Profissional Farmacêutico” .....	194
Anexo XII - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) da Lei 6437 de 1977 – Das infrações e penalidades sanitárias”.....	195
Anexo XIII - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) Normas relativas à ética na pesquisa com seres humanos” .....	196
Anexo XIV - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) das Normas relativas à ética na pesquisa com animais”.....	201
Anexo XV - Respostas da pergunta ”Aponte, comente e justifique um momento do filme em que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento), com as Normas de propaganda de produtos para saúde” .....	198
Anexo XVI - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique uma passagem no filme que se correlacione com a Portaria 344/1998” .....	199
Anexo XVII - Resposta da pergunta “O produto testado no filme é inovador, genérico ou similar? Por quê? Como proceder para regularizá-lo?” .....	200
<b>Produção Acadêmica</b> .....	201
Trabalhos elaborados na fase de preparação para a seleção de Doutorado:.....	201
Artigos completos apresentados em eventos científicos: .....	201
Capítulo de livro: .....	201
Orientação de aluno:.....	202
Trabalho de conclusão de curso de graduação - TCC .....	202
Iniciação científica.....	202

## SUMÁRIO DE GRÁFICOS

---

Gráfico 3.1: Resultado global do estudo de caso .....	132
Gráfico 3.2: Caracterização do grupo quanto à preferência de gênero cinematográfico ....	138
Gráfico 3.3: Identidade profissional do cientista que desenvolve medicamento retratado nos filmes de comédia.....	147

## SUMÁRIO DE QUADROS E TABELAS

---

Quadro 1.1: Currículo do Curso de Farmácia em 1832.....	22
Quadro 1.2: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Eptácio Pessoa (1901) .....	23
Quadro 1.3: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Rocha Vaz (1925) .....	23
Quadro 1.4: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Francisco Campos (1931) ....	24
Quadro 1.5: Currículo mínimo de Farmácia Parecer 268 de 1962 .....	25
Quadro 1.6: Currículo mínimo de Farmácia após o Parecer 287/1969.....	26
Quadro 1.7: Instituições de ensino do estado do Rio de Janeiro que disponibilizam curso de graduação em Farmácia .....	34
Quadro 1.8: Comparativo de distribuição do componente curricular Deontologia .....	35
Quadro 1.9: Ementas propostas para a disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica em relação à ementa mínima referencial proposta pelo CFF .....	37
Tabela 2.1: Filmes assistidos na pré-seleção de títulos para embasar o estudo de caso.....	70
Quadro 2.1: Ementa da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo .....	72
Quadro 2.2: Plano da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo. ....	73
Quadro 2.3: Principais atos normativos que são abordados em cada aula da disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo .....	74
Quadro 2.4: Distribuição dos textos para a resenha individual entre os componentes do grupo antes de dezembro de 2012 .....	76
Quadro 2.5: Distribuição dos textos para a resenha individual entre os componentes do grupo depois de dezembro de 2012.....	76
Tabela 2.2: Cronograma de aplicação do estudo de caso tomando como base os filmes de comédia.....	77
Tabela 3.1: Cronograma de aplicação do estudo de caso tomando como base os filmes de comédia.....	117
Tabela 3.2: Sistematização das respostas à pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada) da Lei que trata sobre as infrações e penalidades sanitárias” .....	123
Quadro 3.1: Relatos dos alunos. Tema: “Você achou válido utilizar essa estratégia de ensino com uso de cinema de comédia como alternativa para sua avaliação no lugar de uma prova convencional? Porquê?” .....	140

## SUMÁRIO DE FIGURAS

---

Figura 1.1: Esquema de Integralidade e Transversalidade do conteúdo de Deontologia (Martoianni, PC). Fonte: Relatório dos Encontros de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica (BRASIL, 2011) .....	29
Figura 3.1: Cartaz do filme O inventor da Mocidade (1952). Fonte: FOX Picture .....	87
Figura 3.2: Na cena em 15 minutos: 42 segundos só aparecem homens trabalhando no laboratório. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures.....	88
Figura 3.3: Na cena em 1 hora: 09 minutos: 07 segundos, a esfera decisória da empresa é composta apenas por homens. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures .....	88
Figura 3.4: A cena em 46 minutos: 06 segundos exalta as qualidades de uma esposa adequada para um cientista. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures...	90
Figura 3.5: Diálogo: Hank Entwhistle: Se ela tivesse se casado comigo não estaria na cozinha.... Dr. Fulton: Ela estaria cozinhando onde, então? Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures. ....	91
Figura 3.6: Evidenciando a pouca capacidade intelectual de uma mulher nova e bonita. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures .....	92
Figura 3.7: Objetificação da mulher. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures.....	93
Figura 3.8: Cartaz do filme “O professor aloprado” de 1963 – estrelado por Jerry Lewis. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.....	95
Figura 3.9: A cena em 1 minuto e 30 segundos mostra uma sala de aula fictícia no início da década de 1960. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures .....	95
Figura 3.10: Cena que mostra um Conselho Pedagógico em uma <i>High School</i> fictícia dos Estados Unidos no início da década de 1960. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures .....	96
Figura 3.11: Na cena em 52 minutos: 26 segundos a aluna Stela Purdy é vista como objeto de desejo. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures .....	97
Figura 3.12: A aluna prefere abandonar a escola e casar com o professor por causa da estabilidade emocional e financeira, além de cumprir com as convenções sociais da época. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.....	98
Figura 3.13: A cena mostra a inversão de comportamentos entre marido e mulher, de acordo com os padrões sociais estabelecidos para a década de 1960. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.....	99
Figura 3.14: Aqui a cena mostra o reestabelecimento da ordem familiar imposta pela sociedade americana no início da década de 1960 após o pai do Prof. Kelps fazer uso da fórmula. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.....	100
Figura 3.14: Cartaz promocional do Filme Júnior. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.....	103
Figura 3.15: Dr <sup>a</sup> . Reddin se revolta com o fato de os homens quererem engravidar também. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios .....	104
Figura 3.16: A cientista é descuidada dá mais atenção ao trabalho científico do que a própria aparência. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.....	106

- Figura 3.17: Reprodução da teoria em que os espermatozoides por serem gametas masculinos seriam ativos, em oposição ao óvulo passivo, gameta feminino. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 107
- Figura 3.18: Trecho do filme em que é possível, por meio de reprodução assistida fazer a implantação de um óvulo fertilizado no abdômen de um homem, que com o auxílio do medicamento “Engravidol” consegue levar a gravidez à cabo. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios ..... 108
- Figura 3.19: Dr<sup>a</sup>. Reddin lamenta-se com Dr. Hess sobre o sofrimento que as mulheres passam por causa das funções reprodutoras femininas, situação que ela julga ser impossível suportar para os homens. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios ..... 109
- Figura 3.20: Dr<sup>a</sup> Reddin continua descrevendo o sofrimento da menstruação e menopausa. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios. .... 110
- Figura 3.21: Dr. Arbogast professa um discurso de restrições para Dr. Hess, pois agora ele precisa se comportar como uma grávida, e se sacrificar pelo bem de seu filho. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 111
- Figura 3.22: Cena em que a terapeuta que prepara psicologicamente as mães inexperientes desconstrói o mito de que as mulheres nascem para ser mães e sabem fazer isso naturalmente. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 112
- Figura 3.23: O reitor da Universidade requer a titularidade da descoberta (depósito de patente), depois de constatar que desenvolvimento do Engravidol foi exitoso, mesmo tendo cortado a verba para a continuidade da pesquisa. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 113
- Figura 3.24: Dr. Hess reivindica a decisão sobre o seu corpo e a do seu bebê. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 113
- Figura 3.25: A cena 1hora:35 minutos: 28 segundos foi assinalada pela turma 2-2012. “Segundo Durkheim, a moral é a ciência dos costumes, sendo algo anterior à própria sociedade. Ainda, de acordo com Augusto Comte, “a moral consiste em fazer prevalecer os instintos simpáticos sobre os impulsos egoístas”. Em nossa opinião, seria imoral o fato da substância ter sido manipulada pela macaca Ester, e explorada para posteriormente ser comercializada por humanos mesmo após esse conhecimento”. A associação é correta. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures. .... 119
- Figura 3.26: A turma 1-2013 fez uma associação incorreta assinalando a cena em 9 minutos: 30 segundos. Argumentação do grupo: “Baseado nos aspectos da deontologia e da legislação farmacêutica é considerado um ato imoral o prosseguimento com os ensaios pré-clínicos da droga em seres humanos sem a autorização da agência reguladora (FDA). Resolução CNS 251/1997”. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios. .... 120
- Figura 3.27: A turma 2-2013 assinalou a cena 18 minutos: 9 segundos como infração do Código de Ética Farmacêutico: “Segundo o Artigo 13.VIII, presente no Código de Ética Farmacêutico, este profissional não deve fornecer nenhuma substância sem a devida identificação de substâncias ativas contidas e suas respectivas quantidades. Porém no filme, o cientista fornece a substância ao sujeito de pesquisa, cuja mesma não contém essas identificações obrigatórias”. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes..... 122
- Figura 3.28: A turma 1-2013 assinalou no filme “O professor aloprado (1996) a cena em 1 hora: 19 minutos: 35 segundos: “No que condiz a “Infrações e Penalidades Sanitárias” vimos que o medicamento estudado estava em um frasco com rotulagem de outro produto sendo com a lei 6.437/77 uma infração sanitária disposto no artigo 10 – XV é proibido: “rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares” Fonte: Filme “O professor aloprado” -1996: Universal Estúdios. .... 123

- Figura 3.29: A cena 25 minutos: 2 segundos que trata da autoexperimentação de drogas foi assinalada pelas turmas 1-2013 e 2-2013 como descumprimento das normas de experimentação com seres humanos, porém com argumentações diferentes. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures. .... 125
- Figura 3.30: A cena em 15 minutos:16 segundos mostra a situação em que Deryll dorme ao longo da explicação de todo o experimento que ele servirá como cobaia, não estando ciente das consequências, mesmo assim os pesquisadores coletam a assinatura dele e o experimento é conduzido, mesmo que o participante não tenha condições de compreender. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes..... 126
- Figura 3.31: A turma 1-2013 associou a cena em 29 minutos: 45 segundos com normas de experimentação em laboratório com animais: “Em nenhum momento houve uma experiência direta com animais, porém aos 29 minutos e 45 segundos, percebemos que o pássaro de estimação do professor fala. Partindo do pressuposto de que pássaros não falam, sugerimos que o professor Kelps possa ter feito experiência com o pássaro a fim de fazê-lo falar. Para tal experiência ele deveria ter seguido a LEI Nº 11.794, de 8 de outubro de 2008 “estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais” Obedecendo o Art. 12 dessa lei “ A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal). ” Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures..... 127
- Figura 3.32: Cena 16 minutos: 14 segundos assinalada pelas duas turmas: “Segundo a RDC 96/08: as propagandas devem apresentar informações completas e claras, e não podem destacar apenas aspectos benéficos do produto. Esta RDC veda “utilizar designações, símbolos, figuras ou outras representações gráficas, ou quaisquer indicações que possam tornar a informação falsa, incorreta, ou que possibilitem interpretação falsa, equívoco, erro e/ou confusão em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, qualidade, forma de uso, finalidade e/ou característica do produto”. No filme, um ponto em desacordo com esta Resolução é que o layout da propaganda apresenta uma informação falsa, tanto pelo nome quanto pela imagem, ao sugerir, como o próprio Barnaby diz, que é uma droga da “fonte da juventude”, pois há muitas variáveis que precisam ser levadas em consideração ao se elaborar um medicamento como este”. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures. .... 129
- Figura 3.33: Cena em 1 hora: 45 minutos: 32 minutos foi assinalada pela turma 2-2013 que respondeu: “Foi possível perceber que no final do filme houve a propaganda dentro da universidade do “TÔNICO DO KELPS”, o qual não havia autorização para vender, não era de conhecimento das autoridades responsáveis . Segundo a RDC Nº 96, DE DEZEMBRO DE 2008 Art. 2º e Anexo I é obrigatória à obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde para se veicular na mídia propagandas sobre produtos farmacêuticos”. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures. .... 129
- Figura 3.34: A cena em 21 minutos: 16 segundos foi assinalada pela turma 2-2013 que respondeu: ” O Mega Shake que aparece no comercial de televisão durante o filme influencia o consumidor a comprá-lo prometendo uma redução de peso considerável em tempo curto (5kg em 2 semanas). Segundo a Lei nº6.360, de 23 de setembro de 1976(Produtos dietéticos), Art,59º-“Não poderá constar a rotulagem ou de propaganda dos produtos de que trata esta lei designações: Nomes geográficos, símbolos, figuras desenhos ou quaisquer indicações que possibilitem interpretação falsa erro ou confusão quanto à origem, precedência, natureza, composição ou qualidade, que atribuem ao produto finalidades ou características diferentes daquelas que realmente possuam”. Embora a propaganda do diet shake tenha oferecido”. Fonte: Filme “O professor aloprado” -1996: Universal Estúdios. .... 130
- Figura 3.35: A profissão do Dr. Fulton é claramente definida no filme. Fonte: Filme “O inventor da mocidade” – 1952: FOX Picture. .... 148

- Figura 3.36: Prof. Kelps dá aula de Química. O conteúdo no quadro negro é sobre eletropilhas (Físico-química). Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures..... 148
- Figura 3.37: Dr. Arbogast é médico obstetra. Dr. Hess é médico sem especialidade definida. Aqui Dr. Arbogast conduzindo o parto de Dr. Hess. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios..... 149
- Figura 3.38: Prof. Klump ministra aulas de Genética. Fonte: Filme “O professor aloprado” - 1996: Universal Estúdios. .... 149
- Figura 3.39: O experimento do filme é conduzido no Departamento de Neuropsicologia. Não há menção clara sobre a formação do cientista. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes..... 150
- Figuras 3.40a. cena em 5 minutos: 40 segundos e 3.40 b. Cena em 5 minutos: 41 segundos. Diálogo entre irmãos em um jantar de família. O personagem principal diz que escolheu ser representante farmacêutico por que é o único emprego que ganha bem sem precisar fazer graduação, já que ele não concluiu estudos. Fonte: Filme “Amor e outras drogas” – 2010: FOX Pictures. .... 153
- Figura 3.41 a. Cena em 3 minutos:30 segundos em que por acidente o diploma de Elmo McElroy pega fogo com uma guimba de cigarro de maconha. A polícia o prende e ele perde o direito de exercer a profissão. Figura 3.41 b. Cena em 4 minutos: 00 segundos. Elmo McElroy reaparece, anos depois, agora se autointitulando químico e desenvolve uma droga ilícita. Fonte: Filme “Fórmula 51” – 2001: Imagem Filmes..... 154
- Figura 3.42: Cena em 25 minutos: 59 segundos. Aparece em o farmacêutico manipulando medicamentos officinais e magistrais e praticando a dispensação. Fonte: Filme “O Menino da Porteira” – 2009: Columbia Filmes..... 155
- Figura 3.43: Cena em 1 hora: 03 minutos: 49 segundos. Teodoro Madureira é o farmacêutico responsável pela principal farmácia de Ilhéus. Pratica a Assistência Farmacêutica (escuta, prescreve, manipula e dispensa medicamentos). Fonte: Filme Dona Flor e seus dois maridos – 1976: Paramount Estúdios. .... 155

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

---

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEP	Comitê de Ética na Pesquisa
CES	Conselho de Ensino Superior
CFE	Conselho Federal de Ensino
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRF- RJ	Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro
CRF-SP	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
FENAFAR	Federação Nacional de Farmácia
FORDOC	Formação de Docentes
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MS	Ministério da Saúde
SES	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Ensino Tecnológico
SVS	Secretaria de Vigilância Sanitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## INTRODUÇÃO

---

No começo sempre é difícil concatenar as ideias e colocá-las de maneira coesa e cronológica. Como a tese aqui apresentada é da linha de pesquisa Ciência e arte, me dou a liberdade de justificar o objeto desta pesquisa com a licença poética que a arte permite e o rigor científico que a academia exige. Eis uma primeira confluência. De qualquer forma, o objetivo deste trabalho é discutir o uso de cinema de comédia em apoio ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, campo do saber ao qual me dedico. Ao longo da construção desta pesquisa constatei que a prática pedagógica proposta, testada e analisada, encerra em si algumas invisibilidades: a invisibilidade da Deontologia, uma área considerada de pouco interesse pelos farmacêuticos; do profissional farmacêutico frente à outros que trabalham com pesquisa clínica, da comédia, considerada um gênero menor por alguns estudiosos e da mulher cientista que tem sua colocação profissional dificultada por mecanismos socioculturais.

O uso do cinema de comédia será analisado sobre duas perspectivas: a pedagógica, em que se faz o uso instrumental de comédias *hollywoodianas* e a análise crítica de imagem do cientista que desenvolve medicamentos, retratada nessas películas, no que diz respeito às atribuições profissionais e às relações de gênero. Os filmes selecionados para a discussão da tese, após uma seleção prévia, foram: “*The monkey business*” – O inventor da mocidade (1952); “*The nutty professor*” – O professor aloprado (1963); “*Junior*” – Júnior (1994); “*The nutty professor*” – O professor aloprado (1996) e “*Senseless*” – Sem sentido (1998). Outros filmes foram utilizados e testados e ocasionalmente aparecerão citados ao longo da tese. Na perspectiva pedagógica, os enredos dos filmes funcionaram como fonte de dados para um estudo de caso a ser solucionado à luz dos conteúdos abordados na disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica. O estudo de caso é uma das modalidades de Metodologias Ativas melhor sistematizada, sendo também preconizada pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Farmácia (OLIVEIRA, 2010). Quanto à imagem do cientista que desenvolve medicamento retratado nos filmes selecionados, há a exclusão do farmacêutico, mesmo sendo o medicamento o foco principal da formação desse profissional (BRASIL-CNE/SES, 2002; SOUZA e BARROS, 2003; BARBÉRIO, 2005; SPADA *et al.*, 2006). A maior parte das mulheres retratadas nas tramas apresentadas, também,

não tem representatividade no campo científico, fato que pode ser explicado pelo fenômeno chamado de “teto de vidro” amplamente discutido nos Estudos Feministas.

Mas o que significa a expressão “teto de vidro”? Lima (2002) sugere que a criação do termo tenha sofrido influência do ensaio literário de Virginia Woolf intitulado *Um Teto Todo Seu*, publicado em 1928, na qual a autora enumera e discute a série de obstáculos que impedem o trabalho das mulheres nas letras, e afirma veementemente a necessidade de *um teto todo seu* e 500 libras por ano, como condição necessária para essa atividade, justificando que a liberdade intelectual depende de bens materiais. Mas em realidade, a primeira vez que se há registro explícito do termo foi em 1985 em uma publicação do *Wall Street Journal*. De fato, o nome “teto de vidro” ou “teto de cristal” como preferem os teóricos da língua espanhola são denominações para explicar um fenômeno social da exclusão da mulher de cargos de liderança ou destaque no mundo do trabalho ou na academia. Não tem a ver com falta de habilidade e capacidade das mulheres, mas com o simples fato de que são mulheres (ROCHA, 2006). Existe uma relação, apoiada em estereótipos de gênero que veladamente supõe comportamentos masculinos e femininos. Ao homem a objetividade e à mulher a subjetividade e atividades relacionados ao cuidado (SCOTT, 1995).

Seria impossível justificar este trabalho sem fazer um paralelo das questões que permeiam a pesquisa com a minha história de vida. O relato será dividido em três fases temporais: minha vida discente, minha vida profissional como bacharel em Farmácia e minha vida profissional no magistério.

Nascida em 1968, concluí meu ensino médio técnico em Química de Alimentos no ano de 1986, na antiga Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ), posteriormente Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQuímica) e atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), local em que trabalho atualmente lecionando a disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica. Nesse mesmo ano consegui uma oportunidade de estágio na extinta fábrica de sorvetes italianos *Sem Nome*. Havia duas vagas, uma para o Controle de Qualidade e outra para a Produção de sorvetes, essa segunda, a vaga que eu queria. Logo na entrevista avisaram: você não pode concorrer à vaga da Produção porque lá é “lugar só de homens”. Inconformada, fui admitida para o Controle de Qualidade. Aceitei, pois

precisava do estágio para concluir minha formação. De lá, em meio aos ensaios físico-químicos e microbiológicos, assistia a tudo o que eu queria fazer pela grande vidraça que separava o laboratório de Controle de Qualidade do Setor Fabril. Não consegui, sequer encostar-me no “teto de vidro”. Minha primeira exclusão.

Em 1987, ingressei no Bacharelado em Farmácia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Naquela época a construção curricular era baseada nas especialidades e orientada pela Resolução CFE<sup>1</sup> 04 de 1969:

- Art. 1º - O currículo mínimo do curso de Farmácia compreenderá:
- a) **ciclo pré-profissional**, único (comum às diversas modalidades de farmacêutico);
  - b) **ciclo profissional comum**, ainda único, levando à formação de farmacêutico e habilitando acesso ao ciclo seguinte;
  - c) **segundo ciclo profissional** diversificado, conduzindo pela seleção oportuna de disciplinas próprias à formação do Farmacêutico Industrial e do Farmacêutico Bioquímico, a partir do Farmacêutico. (BRASIL/CFE, 1969). Grifo nosso.

Obrigatoriamente, todos os três ciclos precisavam ser cursados, sendo que o último, o segundo ciclo profissional, era subdividido em duas opções (habilitações – Farmacêutico Industrial e Farmacêutico Bioquímico), de livre escolha do aluno para a integralização da graduação. Ainda de acordo com a Resolução CFE nº 04 de 1969, Artigo 3º, na construção da matriz curricular, a disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica, na época denominada Deontologia e Legislação Farmacêutica, obrigatoriamente deveria constar do ciclo profissional comum, de maneira que todos os futuros farmacêuticos deveriam ser formados cientes de seus conteúdos. A forma em que se apresentava o currículo farmacêutico privilegiava a formação tecnicista, fragmentada. A inclusão da Deontologia como componente curricular obrigatório já foi um avanço, embora, à época, tivesse um enfoque mais instrumental e menos filosófico e humanístico.

A formação tecnicista e fragmentária, que até hoje caracteriza o currículo do curso de Bacharelado em Farmácia, foi reflexo de uma construção histórica e social. Com a chegada da família real ao Brasil, D. João VI, em 18 de fevereiro de 1808, instituiu os estudos médicos no Hospital Militar da Bahia, com ensino de anatomia, cirurgia e dos princípios elementares da matéria médica e farmacêutica (BARBÉRIO, 2005). A graduação em Farmácia surgiu como “a costela de Adão” da Medicina, e

---

<sup>1</sup>Conselho Federal de Educação, atualmente CNE (Conselho Nacional de Educação)

daí cabe mais uma invisibilidade, uma hierarquização, uma subalternização, do farmacêutico no papel do “cozinheiro do médico” (EDLER, 2006). O curso de graduação em Farmácia no Brasil, efetivamente, começou como desmembramento dos cursos de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia por força de uma Lei publicada em 3 de outubro de 1832, que diplomava médicos em seis anos e farmacêuticos em três anos acrescidos de mais um ano, concomitante ou não, com a prática da botica. Em 1837, foram diplomados os primeiros seis farmacêuticos brasileiros, homens, dentre eles Manoel José Cabral e Calixto José de Aroeira, responsáveis pela fundação da primeira Faculdade de Farmácia do Brasil, em 1839, sediada em Ouro Preto (SPADA *et al.*, 2006). A formação era pautada nas técnicas de manipulação e dispensação de medicamentos. No ano de 1961, durante um Congresso na cidade de Recife, foi proposto um novo currículo, que afirmava que a formação farmacêutica tinha a dicotomia de ser biológica e ser química, por ter grande ênfase nessas duas áreas. Entretanto, foi somente em 1962 que o CFE aprovou o Parecer 268, fixando um novo currículo de Farmácia, que em uma primeira etapa formava o Farmacêutico e na segunda o Farmacêutico-Bioquímico e fornecia outras atribuições profissionais para o farmacêutico, além de trabalhar com medicamentos. Eram: Indústria Farmacêutica e de Alimentos; Controle de Medicamentos e Análise de Alimentos; Química Terapêutica e Laboratório de Saúde Pública (BARBÉRIO, 2005). Pouco tempo depois, houve a reformulação curricular, compartimentalizando mais ainda o perfil do egresso com a publicação da Resolução CFE 04 de 1969, currículo no qual me formei. Esse currículo conferia um caráter multidisciplinar ao curso, possibilitando aos farmacêuticos diferentes campos de atuação: 1) Farmacêutico; 2) Farmacêutico Industrial; 3) Farmacêutico Bioquímico com 2 opções: I — Tecnologia de alimentos; II — Análises clínicas e Toxicológicas. Esta reforma curricular surgiu em meio a uma crise institucional do ensino quando até mesmo a extinção dos Cursos de Farmácia chegou a ser proposta (ESTEFAN, 1986).

Nesse hiato temporal, o perfil do profissional farmacêutico passou por uma “crise de identidade”, pois havia se afastado de sua vocação original, a atuação predominante em medicamentos. Por iniciativa e mobilização dos estudantes, ocorreu, entre os anos de 1987 e 1995, uma série de eventos de caráter nacional, a saber: 8 (oito) edições do "Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia" e 4 (quatro) do "Encontro Nacional de Reforma Curricular" (SOUZA e BARROS, 2003). A partir do sexto seminário, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) e a Federação

Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR e ENEFAR se juntaram ao movimento. Durante a minha graduação, fui membro do Diretório Acadêmico de Farmácia e participei do Primeiro Seminário Nacional de Currículo de Farmácia, ocorrido na PUCCAMP (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), São Paulo de 29 à 31 de outubro de 1988 (Certificado em **Anexo I**). Sentia que faltava algo, e naquela época, na minha inocente imaturidade não sabia bem o quê. Só percebia que cada disciplina ficava encastelada com seu saber, que as disciplinas não se conversavam, e somente muito tempo depois já como profissional, é que conseguia fazer as minhas próprias correlações mentais. Em 1996, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) nomeou uma Comissão de Especialistas em Farmácia, constituída pelos membros da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia e quatro docentes consultores, para elaborar uma nova proposta de currículo. Em 1997, foi proposto um novo currículo em que o curso de Farmácia seria organizado em três carreiras, diferenciadas desde o seu ingresso, denominadas: Farmacêutico Clínico e Industrial, Farmacêutico Bioquímico Clínico e Farmacêutico Bioquímico de Alimentos, sendo a primeira obrigatória em todos os cursos de Farmácia. Essa proposta foi radicalmente rejeitada pelos demais atores envolvidos (SOUZA e BARROS, 2003). Em 1998, com a implantação da Política Nacional de Medicamentos, houve a necessidade e o incentivo de formação de um profissional farmacêutico que desse conta das novas demandas sociais, com habilidades específicas ao gerenciamento de sistemas de saúde e de informação, guias terapêuticos padronizados e farmacovigilância. Assim, em agosto de 2001, aconteceu, em Brasília, o Fórum Nacional de Avaliação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Farmácia, com a participação das entidades farmacêuticas, das Instituições de Ensino Superior (IES) e da representação estudantil, onde foi aprovada a proposta de formação do Farmacêutico Generalista, com o Parecer nº 1.300/2001 (BRASIL-MEC/CNE/CES, 2001) e homologada pelo Ministro da Educação a Resolução CNE/CES<sup>2</sup> 02/2002 (SPADA *et al.*, 2006). Em meio a toda essa mudança, me formei em 1990. Farmacêutica Habilitada em Farmácia Industrial, com formação direcionada para Tecnologia Farmacêutica.

Então, onde ficou a Deontologia na minha formação farmacêutica? De maneira vexatória, tenho que admitir: não sei, não lembro, não dava atenção.

---

<sup>2</sup> CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior

Sequer recordo o nome e o rosto do professor e do quê ele falava na aula. Tal e qual os meus colegas de turma. E de fato, a Deontologia se configura em um campo de pouca visibilidade e interesse para os farmacêuticos (RÍOS, 2011). Mas....o que é Deontologia então?

O termo “deontologia” foi criado em 1834 com a publicação do livro *Deontology, or Science of morality*, pelo Filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). O principal interesse de Bentham nessa obra era a reforma social. Ele acreditava que as pessoas agiam e reagiam de acordo com as punições que lhes eram dadas. Com a multiplicação das profissões foi necessário estabelecer normas de conduta no âmbito de cada profissional na Inglaterra daquela época, tendência que se espalhou posteriormente por todo o mundo. A palavra deriva do grego *deon* [o que é obrigatório] e de *logos* [teoria, ciência]. Em outras palavras, a Deontologia é a ciência dos deveres (SOUZA, 2002; ZUBIOLI, 2004).

A Deontologia se comunica com os profissionais de múltiplas áreas, alterando-os e orientando-os na busca da responsabilidade no cumprimento de seus deveres.... É uma **disciplina embasada em princípios gerais, sistematizados de cunho universal e pertencente à todas as profissões** (BIZATO, 2001, p.16), grifo nosso.

Daí é possível depreender que a Deontologia se aplica à várias profissões, tendo se iniciado com os profissionais liberais (BIZATO, 2001). A parte grifada evidencia já a questão da Deontologia como disciplina, incluída em cursos de formação de profissionais graduados. Não é uma área abordada apenas em cursos de Farmácia. Quanto à aplicação na formação farmacêutica, Oliveira (2009) frisa que a Deontologia tem especial importância, pois possibilita que o farmacêutico tenha a plena compreensão dos limites de sua atuação profissional, domine o processo de utilização de medicamentos no âmbito individual e nos diferentes serviços de saúde, levando em consideração a organização da sociedade, a estrutura jurídica e o sistema sanitário. É preciso ficar claro que o principal foco da disciplina é a abordagem do Código de Ética, mas não só isso. Também são abordadas questões filosóficas, além do arcabouço legal sanitário necessário para a compreensão dos limites legais da profissão (ZUBIOLI, 2004). Então, só fui me dar conta da importância da Deontologia na formação farmacêutica quando iniciei minha vida profissional.

Em 1991 ingressei na Indústria Farmacêutica no Controle de Qualidade, como todos, em cargos auxiliares. Não tinha os conceitos deontológicos internalizados de

maneira tão clara. Agia com meu bom senso. Logo percebi que não poderia trabalhar sem ter conhecimento de normas de Boas Práticas de Fabricação e Legislações Farmacêuticas específicas, campos do saber contemplados na maioria das ementas de Deontologia e Ética Farmacêutica. Sempre que havia alguma auditoria ou inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), eu e meus colegas farmacêuticos ficávamos perdidos, em um “mar de normas” sem fim. Não sabíamos por onde começar. Um ano e meio depois do meu ingresso no Controle de Qualidade fui promovida para trabalhar na Produção, tão sonhado lugar que antes me fora negado. Mas não foi em alto estilo. Promoveram-me a Supervisora de Embalagem, com uma equipe de 108 funcionários (100 mulheres e 8 homens). Explicaram-me: embalagem é lugar de mulher! São afazeres manuais minuciosos, precisam de concentração e capricho. Os oito homens revezavam-se entre operadores de máquina e com tarefas que exigiam força bruta. A produção de medicamentos (manipulação de xaropes, drágeas e injetáveis) era feita por homens. Então, até aqui, consegui pelo menos, riscar o “teto de vidro”.

Os anos foram passando, e eu fui trilhando os meus objetivos. Fui coordenar o setor de Manipulação de soluções injetáveis (lugar para homens...), pois o trabalho dependia de raciocínio matemático e força bruta, e daí, aos 29 anos, fui promovida para a Gerência Geral de Fábrica e Responsabilidade Técnica. Nesse ponto já tinha me ambientado com a mecânica das normas técnicas e o arcabouço legal vigente, conteúdos da Deontologia, pela necessidade do cargo. Cheguei ao “teto de vidro” afinal, mas sofri as consequências desse fenômeno na prática: cobranças da minha família pela minha dedicação profissional e o tratamento diferenciado pelos colegas de trabalho e chefia. Semanalmente ocorria na sede da empresa em São Paulo a reunião da gerência, a que era uma das atribuições do meu cargo. Eu era a única representante do Rio de Janeiro, onde ficava o parque fabril. A única mulher na cúpula. A reunião só começava quando eu chegava da ponte-aérea. Conforme eu me aproximava da sala de reuniões ouvia a algazarra dos 11 gerentes, que cessava imediatamente quando da minha chegada. Segredos inconfessáveis para uma mulher...11 homens e um segredo... A reunião começava. Balancetes, previsão de vendas, comércio internacional, e no fim de tudo, depois de todos, quando o grupo já estava exausto e não mais conseguia prestar atenção, as questões técnicas e assuntos regulatórios, que eram comigo. Dos 11 eu era a que recebia menor salário (30% a menos que os outros). O primeiro argumento: faltava-me experiência, depois

de dez anos de carreira e seis naquela empresa. Só fui equiparada em salário quando da contratação de um gerente júnior, recém-formado, meu estagiário e que tinha sido treinado por mim. Naquele ponto eu sustentava a minha família. Já tinha duas filhas. O rapaz, solteiro, sem filhos, morava com os pais. Levando em consideração a minha trajetória profissional e as teorias pós-críticas do currículo, que impactam de maneira objetiva no acesso e permanência no mundo do trabalho de mulheres com alto nível educacional, Apple (2006) declara que não se trata apenas de conseguir acesso às instituições, mas sim da necessidade de transformá-las, pois “o simples acesso pode tornar as mulheres iguais aos homens – mas em um mundo ainda definido pelos homens” (p.93).

Buscando uma explicação para esse fato, Melo e Lopes (2012) sinalizam que, em um estudo realizado pela empresa de recolocação profissional CATHO, as mulheres já ocupam 48% dos cargos de supervisão, 64% dos cargos de coordenação e 24% dos cargos mais elevados (gerencial e diretoria). Mesmo assim recebem menor remuneração:

A participação econômica refere-se não só à participação quantitativa de mulheres no mercado de trabalho, mas também à sua remuneração em termos igualitários. Em todo o mundo, desconsiderando o setor agrícola, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, mulheres ainda ganham menos de 78% da remuneração paga a homens pelo mesmo trabalho. No Brasil, mesmo com os avanços que as mulheres vêm obtendo, a disparidade salarial entre homens e mulheres insiste em persistir, mesmo entre os mais escolarizados (IBGE, 2012, p.652).

Hoje sei que se continuasse na Indústria Farmacêutica, eu estaria incluída nos 24% elencados por Melo e Lopes (2012). Com o passar do tempo, insatisfações pessoais e percebendo que nem sempre na prática as questões éticas e deontológicas são seguidas, saí do ramo industrial. Meu marido àquela época, cúmplice das minhas aflições profissionais, pois era farmacêutico também e, observando o meu gosto pelos estudos, sugeriu-me o magistério, algo mais apropriado para a minha condição feminina nas palavras dele. Assim poderia dar mais atenção à minha família. A ideia não tinha me passado pela cabeça, mas gostei e comecei a me interessar. Essa questão já foi citada por vários pesquisadores das relações de gênero. Por exemplo, Araújo (2010) relata a influência da cultura escolar nas escolhas profissionais futuras de homens e mulheres.

...há uma dicotomia em relação às profissões, que têm *locus* específico para homens e mulheres. As mulheres escolhem profissões menos concorridas, conseqüentemente com menor

remuneração, em geral voltadas para os cuidados com o outro. Apesar de a escola ser uma instituição tida como transformadora da sociedade, de certa forma, ela tem mantido o modelo hegemônico androcêntrico (p.10)

Cheguei ao magistério no ano de 2005. Deparei-me com uma realidade de sala de aula diferente da que vivi. Acesso a celulares, computadores, internet, juventude multimídia, com estímulos múltiplos fora da sala de aula. Preocupada com o desinteresse dos alunos nas aulas convencionais, resolvi buscar uma forma de “aprender a dar aulas”. Cursei, no ano de 2006, concomitantemente, o curso de Formação de Docentes (FORDOC) na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) onde me licenci em Química, e a Especialização em Ensino de Ciências no IFRJ. Durante o curso, participei como aluna externa ao Programa de pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (POSGEBS) da disciplina de Ciência & Arte I, quando assisti a uma aula sobre a imagem da ciência em filmes de ficção científica com a professora Lúcia de La Rocque. A figura de Frankenstein não me saía da cabeça. Comecei a pensar sobre a pluralidade de interpretações que o cinema poderia proporcionar em sala de aula. Tive uma certeza: era aquilo que eu queria fazer. Era um sentimento, ainda sem fundamentação teórica.

A ciência e arte são campos que, ao longo do tempo, se cruzam, afastando-se e aproximando-se, em momentos alternados, de acordo com o ponto de vista de quem as interpreta. Os desenhos rupestres serviram de apoio aos arqueólogos na compreensão de como era a vida na pré-história, aqui a arte como registro. Os desenhos de Leonardo da Vinci e Galileu, aqui a arte ilustrando a ciência. As histórias de ficção científica, em muitos momentos anteciparam o desenvolvimento científico e tecnológico. A ciência e a arte, assim como toda e qualquer realização humana, estão conectadas com as condições históricas de sua concretização (ZANETIC, 2002). A partir do Século XIX, a Ciência e a Arte se consolidaram como dois campos independentes, cada qual com sua lógica. Entretanto, para Deleuze<sup>3</sup>, filósofo francês, a Ciência, a Arte e a Filosofia são as três asas do conhecimento, cada uma a seu modo, se complementando, produzindo juntas formas criativas de compreensão da realidade (FERREIRA, 2010). Japiassú (2007) defende que o entendimento da arte como processo de cognição mobiliza tanto o intelecto como a

---

<sup>3</sup>Deleuze, filósofo francês (1925-1995). Ocupou-se em compreender como se produzia o pensamento na filosofia, na ciência e na arte.

intuição ou afetividade do sujeito. Então, na minha prática pedagógica, procurava algo que aguçasse o interesse dos alunos e os aproximasse das atividades de sala de aula.

Encontrei em Georges Snyders uma saída para a questão:

Assim, tanto a ciência como a arte podem conduzir o estudante a um mundo digno de ser amado – e que ele é capaz de amar, que não nos opõe uma hostilidade definitiva. É sem dúvida porque, assim na ciência como na arte, o mundo adquire uma unidade, sua unidade com o homem que pode ser sensível e emocionante (1995, p.158)

Convicta disso ingressei no Mestrado Profissional em Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz e defendi minha dissertação em junho de 2010 (MENDONÇA, 2010). A temática era relacionada com uso de teatro e cinema no ensino de Boas Práticas de Fabricação na Graduação de Química. O referencial teórico eram a Aprendizagem Significativa, o Teatro Pedagógico e a Mídia-Educação.

Atualmente, leciono somente disciplinas que se apoiam em legislações e normas de vários âmbitos: Boas Práticas de Fabricação, Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, Metodologia da Pesquisa e por fim, a Deontologia e Ética Farmacêutica, objeto desta tese de doutorado. Mas os desafios da sala de aula continuam. E de fato, minha experiência, tanto como discente no passado e como docente no presente, e dos autores da área é de que o ramo da Deontologia é de pouco interesse do profissional farmacêutico (ZUBIOLI, 2004, RIOS, 2011).

Na perspectiva tradicional da análise curricular, o currículo farmacêutico atualmente vigente é orientado pela Resolução 2/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Farmácia (BRASIL- MEC CNE/CES, 2002). A norma indica a adoção de Metodologias Ativas para o preparo do Farmacêutico, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. Pode-se considerar Metodologia Ativa a junção de vários referenciais teóricos da aprendizagem, baseados nas ideias de Ausubel, Dewey, Piaget e Vygotsky, entre outros, que coloquem o aluno como ator principal da construção de seu conhecimento com o auxílio do professor mediador. Oliveira (2010, p. 16) define as Metodologias Ativas como:

Processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para o problema, caso, construir e executar um projeto. O professor atua como facilitador ou orientador para que o estudante faça pesquisas, reflita e decida por ele mesmo, o que fazer para

atingir um objetivo (...) se propõem a substituir a memorização e a simples transferência de informações e de habilidades, pela construção do conhecimento e a partir da vivência de situações reais ou simuladas da prática profissional, estimulando as capacidades de análise crítica e o aprender a aprender.

Porém, isso não significa dizer que é condição obrigatória que todas as aulas sejam práticas ou tragam em si estratégias de ensino diferenciadas ou inovadoras. O aprendizado tomando como base a Metodologia Ativa pode acontecer em aulas tradicionais, desde que alunos e professores atuem ativamente na construção do conhecimento (BORGES, 2002). Inicialmente, as metodologias ativas nos cursos superiores se concentravam na Metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (APB), na problematização e no estudo de caso, embora outras metodologias de ensino-aprendizagem tenham sido desenvolvidas posteriormente, essas três, pela padronização mais extensiva, convergem para um modelo pedagógico mais adequado (OLIVEIRA, 2010). Desse modo, o que se propõe, é a utilização dos enredos dos filmes de comédia como fontes de dados para o estudo de caso. Sá e Queiroz (2009, p. 12) explicam sobre o método do estudo de caso:

Esse método consiste na utilização de narrativas sobre dilemas vivenciados por pessoas que necessitam tomar uma decisão importante a respeito de determinadas questões. Tais narrativas são chamadas casos. A familiarização com o contexto do caso e com seus personagens impulsiona os estudantes na busca de escolhas e posterior tomada de decisão, necessária para a sua solução. Embora essa seja a definição de caso adotada nesta obra, há autores que assumem que qualquer descrição de eventos utilizável para favorecer o aprendizado seja um caso.

As autoras ainda explicam que as fontes de inspiração para a criação do caso podem ser várias: casos verídicos, artigos de divulgação científica, artigos originais de pesquisa, notícias de jornal e até mesmo filmes comerciais.

Mas ao propor o uso de filmes de comédia fui questionada. Por que filmes de comédia? Vem daí mais uma invisibilidade. Alguns estudiosos consideram a comédia como um gênero literário inferior (PROPP, 1992). Por que utilizar o riso, algo pouco sério para abordar os conteúdos da Deontologia? A comédia pode tratar com leveza assuntos sérios, áridos, duros. O objetivo da comédia é chegar ao riso. Bergson (1980) diz que o riso é um gesto social, que exprime uma imperfeição individual ou coletiva que exige imediata correção. Afirma que o humorista é um moralista disfarçado em cientista e que o humor, no sentido restrito que se dá à palavra, é de fato uma transposição da moral em científico. Que o cômico é a rigidez do caráter e que a sua correção é o riso. Molière, na construção de suas comédias

de costumes, já declarava que “o dever da comédia é corrigir os homens divertindo-os” (LEAL, 2006, p.9). Como a Deontologia implica em discutir a ética, a moral e o direito, a comédia pode se apresentar como caminho apropriado e inovador para problematizá-la.

Quanto ao aspecto pedagógico do uso de cinema, já existe ampla bibliografia que trate do assunto. Podemos citar produções do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências de onde eu trabalho: Viana (2009) e Cezar (2010), este segundo também aplica o cinema para discutir ética. Inclusive no próprio Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz é possível encontrar trabalhos neste sentido (CASTRO, 2006; SANTOS, 2007; MENDONÇA, 2010). Passei a concentrar minha atenção no uso de cinema em sala de aula, tendo em vista que o caminho do ensino, por meio de textos literários e imagens (quadrinhos e filmes), vai ao encontro da demanda por uma formação diferenciada (LA ROCQUE, SAWADA, FIGUEIRA, 2012, p.78), e ainda:

Estamos cientes que ao trabalharmos com filmes e literatura (textos literários ou mesmo quadrinhos) de Ficção Científica, com as devidas adaptações à realidade do público participante, lidamos também com condições de produção do discurso impresso nas ficções, ou seja, as extrapolações do real, elementos constituintes dessa forma de discurso, e localizamos nessa perspectiva o mote de enriquecimento do discurso científico e proposição de novos desafios reflexivos.

Mas não só isso me move. Refiro-me também à Pedagogia da Alegria que Georges Snyders expõe em três obras: A alegria na escola (1994), Felizes na universidade (1995) e Alunos felizes (1996). Ele aponta as várias alegrias e não alegrias presentes na escola e na universidade, que pode e deve haver uma retomada da alegria que envolva a transformação da cultura primeira, originária das alegrias simples e das coisas simples da vida pessoal e cotidiana em cultura elaborada, representada por obras-primas e até mesmo a cultura das massas, tais como a música, TV, cinema, histórias em quadrinhos. Desvendar os mistérios da cultura elaborada só é possível por intermédio da educação.

Nesse tocante Snyders (1996, p.36) pondera:

Os instrumentos de lazer (...) ocupam posições-chave em nossas sociedades, sem paralelo com as simples distrações de tempos atrás (...) estabelecem uma concorrência cada vez maior com a escola. (...) Se a escola não quer travar um combate por demais desigual, ela deverá se preocupar bem mais com a satisfação dos seus adeptos. (...) Vivemos em um mundo onde a procura da alegria, ao invés de provocar culpa, aparece como um dos valores mais confessáveis, às vezes mesmo como um valor dominante.

Até onde pude apurar nas buscas bibliográficas, são poucos os estudos que se dediquem ao ensino de Deontologia. Os que pude coletar até agora são relacionados à Deontologia e Ética Médica (DANTAS e SOUZA, 2008; GOMES, 2009 CEZAR, 2010) e o ensino de Deontologia na Biblioteconomia (SOUZA, 2002). Para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, encontrei somente o trabalho de Rodriguez e Mora (2012), pesquisadoras da Costa Rica que prepararam uma apostila, conduziram visitas técnicas com relatórios de visita, portfólio e participação dos alunos em fóruns virtuais. Correlaciono a escassa bibliografia ao fato de a Deontologia ser um campo de pouco interesse dos farmacêuticos, como já enfatizado anteriormente. Isso reflete na heterogeneidade tanto das ementas como na carga horária e na localização em que a disciplina se encontra nas diferentes matrizes curriculares dos cursos de Farmácia.

Então esse é o relato sobre como inquietações íntimas e pessoais passaram a ser públicas e acadêmicas. Mas não só, dados científicos e referenciais teóricos podem explicar dúvidas que carreguei ao longo da vida, e mais, respondendo a elas, posso contribuir para as discussões acerca do Ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica.

A pergunta que norteia esta pesquisa é:

Quais são as implicações pedagógicas do uso do cinema de comédia no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica e na representação da imagem do profissional que pesquisa medicamentos?

Algumas perguntas derivam da primeira:

- É possível que o uso de cinema de comédia atue como prática pedagógica de “aproximação” e “facilitação” no ensino da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica?
- Como a imagem fílmica do cientista que pesquisa medicamentos é retratada e interpretada, no que diz respeito à formação profissional e ao gênero?

O **objetivo geral** da tese é:

Discutir como o cinema de comédia pode atuar no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica e na formação de estereótipos relativos à imagem do profissional que pesquisa medicamentos.

Os **objetivos específicos** deste trabalho são:

- Analisar os filmes de comédia e discutir os resultados tomando como referencial documentos legais, literatura científica sobre gênero e ciência e outras pertinentes.
- Aplicar a estratégia de ensino baseada em cinema de comédia na disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica.
- Aplicar o questionário para o levantamento das percepções dos alunos de Farmácia em relação à adequabilidade do uso de cinema de comédia nas aulas de Deontologia e Ética Farmacêutica.
- Analisar os dados e discuti-los em relação à adequabilidade de estratégia de ensino.
- Analisar os dados e discuti-los em relação às representações do cientista que desenvolve medicamentos retratados nos filmes.

Portanto, trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, apoiada em observações e dados coletados ao longo do trabalho com os sujeitos envolvidos. Os sujeitos estudados foram os alunos regularmente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), cursando a disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica do curso de Bacharelado em Farmácia. Os resultados foram extraídos de três fontes principais de dados: dos enredos dos filmes selecionados, dos questionários aplicados aos alunos e das respostas dos estudos de caso. A análise de dados, a partir dos alunos foi conduzida em 4 períodos letivos sequenciais, de agosto de 2012 a março de 2014 e serviu para a verificação da adequabilidade da estratégia de ensino. Os enredos dos filmes também foram dados que subsidiaram a discussão da representação social do cientista que desenvolve medicamentos.

Os temas aqui abordados estão distribuídos da seguinte maneira: o capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica que norteia a discussão desenvolvida ao longo do trabalho, sendo enfatizados os seguintes pontos: A trajetória da Educação Farmacêutica e o lugar da Deontologia nesse contexto, para ilustrar como o desinteresse pelo tema reflete na falta de homogeneidade das ementas e do espaço da disciplina nas Matrizes curriculares. Para tanto, a discussão será apoiada nas Políticas curriculares brasileiras sobre as definições das Diretrizes Curriculares da Graduação em Farmácia e nas teorias de currículo apontadas por Apple (2006) que

ressalta sobre a perspectiva pós-estruturalista que “definir o currículo é uma questão de poder (...) Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder” (p.16). Em seguida se discute o uso das Metodologias Ativas e a Pedagogia da Alegria de Georges Snyders para fundamentar o caráter educativo do riso e dos filmes de comédia. No terceiro momento será apresentado o fenômeno do “teto de vidro” para explicar a invisibilidade da mulher farmacêutica nos filmes selecionados. No capítulo 2 é apresentada a metodologia empregada para o desenvolvimento, implementação e análise das estratégias de ensino e dos filmes de comédia. Já no capítulo 3, estão apresentados os resultados obtidos ao longo do estudo e a discussão focalizando os seguintes pontos: análise dos filmes sob a perspectiva das relações de gênero, análise das estratégias de ensino que se apropriaram da utilização dos recursos didáticos fundamentados no cinema, e as percepções de alunos sobre as atividades propostas e a imagem do cientista retrato nos filmes. Finalmente, o capítulo 4 apresenta a conclusão do trabalho.

## 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

---

### 1.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA E O LUGAR DA DEONTOLOGIA NA FORMAÇÃO HUMANÍSTICA: UMA DISCUSSÃO CURRICULAR

*A problemática brasileira com relação aos cursos superiores sempre foi complexa e preocupante, obrigando-nos a repensar a maneira de pensar de todos nós. (...) Faço votos para que a reforma curricular em curso encare tal preocupação se quisermos substituir massa por competência. Não nos esqueçamos todos: a profissão SERÁ o que o ensino FOR.*  
Prof. Dr. José Carlos Barbério  
*Palestra proferida no dia 17 de outubro de 2005 durante a X Semana Farmacêutica de Ciência e Tecnologia da FCF/USP.*

Esta seção tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o espaço destinado à disciplina de Deontologia e Ética nos cursos de graduação de Farmácia no Estado do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto que “este campo de saber é de pouco interesse dos profissionais farmacêuticos” (ZUBIOLI, 2004, p. 26) e por isso, no momento da construção curricular é reservado pouco espaço para ele. “É comum encontrarmos catedráticos que se dizem desapontados com a postura de alguns colegas que estão no mercado. Contudo, as principais responsáveis pelo perfil dos profissionais que estão no mercado são as instituições formadoras” (RÍOS, 2011, p.45). O que se verifica, na prática, é uma falta de homogeneidade tanto nas ementas, como no tempo destinado à disciplina, além de não haver consenso em determinar qual seria o momento mais adequado para alocá-la ao longo da matriz curricular. De fato, escassos são os textos de referência que se ocupam em abordar o ensino e o espaço dado à Deontologia em cursos de formação de profissionais da saúde, e menos ainda, para a Deontologia e Ética Farmacêutica, provavelmente, um reflexo do pouco interesse nesse assunto pela categoria profissional.

Nesse tocante, Lopes e Macedo (2011) apontam que existem várias teorias de currículo, com definições distintas, mas que existem alguns elementos comuns entre elas: que o currículo é um plano formal das atividades e das experiências de ensino e aprendizagem, que ele tem um caráter prescritivo e por isso impõe certo controle social. Sobre o Movimento chamado de Nova Sociologia da Educação (NSE), por exemplo tecem o seguinte comentário:

A elaboração curricular passa a ser pensada como um processo social, preso a determinações de uma sociedade estratificada em classes, uma diferenciação social reproduzida por intermédio do currículo. Ao invés de método, o currículo torna-se um espaço de reprodução simbólica e/ou material. Surgem na agenda dos estudos curriculares questões como: porque esses e não outros conhecimentos estão nos currículos; quem os define e em favor de quem são definidos; que culturas são legitimadas com essa presença e que outras são deslegitimadas por aí não estarem (p.25).

O ponto de reflexão seria o pouco espaço dedicado à disciplina, que por vezes na prática se torna quase inexistente. Levando em consideração a demanda atual de formação humanística para os profissionais da área da saúde, como compreender que exista tão pouco espaço para a Deontologia no currículo farmacêutico? Não seria um contrassenso? Não configuraria assim uma invisibilidade velada quanto ao tema, que só não desaparece por todo porque é exigido nas políticas educacionais?

Cabe aqui uma breve apresentação sobre a Deontologia. Em sua origem etimológica, a deontologia é a junção dos termos gregos *déon*, que significa “dever”, e *logos*, que se traduz por “discurso” ou “tratado”. Jeremy Bentham, em 1834 utilizou o termo deontologia para se referir ao ramo da ética cujos objetivos eram os fundamentos do dever e das normas morais. “Atualmente o termo está relacionado com os deveres que devem ser seguidos em determinadas relações sociais, especialmente nas de caráter profissional” (OLIVEIRA, 2009, p.23). A Deontologia, por isso é a Ciência dos Deveres no âmbito de cada classe profissional. “É uma disciplina embasada em princípios gerais, sistematizados de cunho universal e pertence a todas as profissões (BIZATO, 2001, p. 15). Pela época em que foi criada, um momento de exacerbação do liberalismo político e econômico, o termo refletia certo cunho utilitarista, de recorte profissionalista, no sentido de sistematizar as profissões escolarizadas nas universidades. Essa sistematização teve início nas primeiras associações profissionais, em especial na Inglaterra e Estados Unidos, que “pela representatividade frente à sociedade acabaram por forçar a abertura de um espaço acadêmico curricular nas universidades para dar conta do ensino da conduta profissional” (SOUZA, 2002, p. 53). Porém, o que se pergunta é: seria este espaço suficiente? Há preocupação em se problematizar as questões inerentes à Deontologia, e em especial à Deontologia e Ética Farmacêutica?

No Brasil, atualmente, há um Fórum Nacional dos Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica, fomentado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de

São Paulo (CRF-SP), que se ocupa em discutir as questões relativas ao ensino da disciplina. O primeiro encontro, ainda com alcance regional, aconteceu em São Paulo, no dia 07 de outubro de 2006, apenas com 50 participantes do próprio estado. A iniciativa foi ampliada e seguida por novos encontros, todos na capital paulista e abertos para participantes de todo Brasil. Infelizmente a iniciativa ainda é pontual e, a presença de profissionais das regiões mais distantes (Norte e Nordeste), fica prejudicada.

Zubioli (2004, p. 26) afirma que “a formação ética de futuros farmacêuticos é um problema que não parece ter sido analisado de forma efetiva pelos cursos de Farmácia”. Sua fala se estende ao fato de que os cursos estão preocupados com os aspectos técnicos e informativos das ciências farmacêuticas, subalternizando os aspectos humanísticos contemplados pela Deontologia. Oliveira (2009, p.15) reforça que “uma formação adequada em Deontologia é imprescindível para despertar no futuro farmacêutico os princípios morais e éticos que se sobreponham aos interesses meramente econômicos”. Por fim Ríos (2011, p. 45) diz que:

...“ninguém nasce ético”. A formação ética de um indivíduo acontece durante a sua vida. Logo o período universitário deve estar rodeado de profundas mudanças e transformações na vida do graduando, pois está sendo construído um novo indivíduo-profissional. Mas, ainda hoje, é comum perceber em alguns currículos de ensino os conteúdos de deontologia e ética sendo colocados em segundo plano.

Sendo assim, a discussão será sobre a pouca visibilidade e o pequeno espaço dedicados à disciplina de Deontologia e Ética nos currículos de graduação em Farmácia no Estado do Rio de Janeiro, iniciando por um breve histórico da profissão e do ensino farmacêutico no Brasil. Em seguida o foco será direcionado à afirmação da Deontologia como campo obrigatório na formação, ainda em uma construção curricular puramente tecnicista, até o currículo atual, que cultua o futuro farmacêutico como profissional de formação crítica, reflexiva e humanista.

## **Um breve histórico da profissão e do ensino farmacêutico: a evolução curricular**

*A atuação do farmacêutico é diversificada e complexa, envolvendo várias atividades no mercado de trabalho, e contemplar essa diversificação e complexidade com uma estrutura curricular é um grande desafio (BREYNER, 2006; p. 50)*

O foco da discussão é a construção do currículo formal. Macedo (2006) discute sobre as contraposições entre currículo formal e currículo em ação, sendo que o primeiro, em princípio era proposto como um saber social prescrito a ser dominado, se centrando nos fatos, na produção do currículo como uma diretriz. O currículo formal se ocupa na cultura a ser ensinada, do saber oficial imposto ao aprendizado do aluno. Há aqui uma relação de poder verticalizada, do Estado para o espaço educacional. Esta autora critica essa visão restrita do currículo, reforçando que existem outras forças que se interpõem nessa construção. Parto do princípio que, de fato, uma das influências mais fortes para a produção curricular profissional é a econômica, que se reflete na trajetória histórica e social.

A Farmácia sempre esteve presente na história da humanidade. Os primeiros registros da profissão farmacêutica remontam ao Antigo Egito e à Mesopotâmia. As atividades de médico e de farmacêutico, inicialmente, eram exercidas por um único indivíduo. “A separação do exercício dos atos médicos e farmacêuticos em dois profissionais distintos foi pacífica em alguns lugares, porém em outros levou séculos para se concretizar e um só indivíduo acumulou ambas as funções por muito tempo” (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.24). Na Europa, a separação ocorreu entre os séculos XII e XIII, na França. “Já em 1233 foi promulgado o Édito de Frederico II da Suábia que determinava a separação entre os exercícios da Medicina e da Farmácia” (ZUBIOLI, 1992, p.2). Em Portugal, a separação dos dois exercícios foi determinada no século XV, em 1461. “Fontes históricas afirmam que os primeiros boticários portugueses surgiram no século XIII e um dado singular é a referência a uma mulher boticária, em 1326” (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.29).

“No Brasil pré-descobrimento, os indígenas dominavam a arte de curar por meio da natureza” (SPADA *et al.*, 2006, p. 170). Em 1549, “com a chegada do 1º Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, veio também o primeiro boticário do Brasil, Diogo de Castro, formado pela Universidade de Coimbra” (ZUBIOLI, 1992, p.2). Como os medicamentos europeus eram raros e caros, os padres Jesuítas passaram a observar os rituais de cura dos indígenas e se apropriaram desse conhecimento. As boticas dos Jesuítas eram praticamente as únicas que existiam

para atender as cidade e vilas. “Treze boticários jesuítas se instalaram no Brasil nos anos de 1600 e outros trinta no século XVIII. (...) As farmácias dos conventos contribuíram para a penúria dos boticários laicos” (EDLER, 1980, p. 33), pois nessas eram manipulados os medicamentos para administrar aos enfermos que ali se encontravam internados.

Durante o Brasil Colônia os medicamentos podiam ser adquiridos nas boticas em localidades em que estas existiam. Nas regiões distantes os mascates carregavam consigo drogas e medicamentos, e às vezes assumiam o papel de curandeiros indicando remédios, não somente para a população, mas também para animais. O uso do termo “botica” para Farmácia e “boticário” para farmacêutico “vem desde o descobrimento do Brasil, perdurando até a terceira década do século XIX; nessa época o profissional, à vista do doente, manipulava e produzia os medicamentos, de acordo com a farmacopeia e a prescrição dos médicos”. (ZUBIOLI, 1992, p.2)

Do período Colonial até o início do século XIX, Portugal não permitia o funcionamento de escolas superiores no Brasil. Apenas com a chegada da Família Real é que inúmeras mudanças de caráter político e econômico começaram a ocorrer. Com a ocupação da metrópole portuguesa pelas tropas napoleônicas foi impossibilitada a vinda de cirurgiões examinados e aprovados pelos Órgãos oficiais Portugueses para o Brasil, chegando aqui somente os Físicos. Pelas leis do reino, somente os físicos ou licenciados estavam autorizados para o exercício da medicina (...) Os Físicos não praticavam a cirurgia, atividade que competia aos cirurgiões, a quem era permitido tão somente tratar de lesões externas, ficando proibida a estes a administração de medicamentos e cuidados de moléstias internas. Naquela época era comum que as pessoas que manipulavam e vendiam medicamentos também diagnosticassem e prescrevessem o tratamento. “A medicina na Colônia, então era exercida pelos físicos, cirurgiões, barbeiros e boticários, aprovados pelas autoridades competentes” (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.34). Muitos foram os que obtiveram autorização para exercer ‘medicina prática’ ou para ‘curar de medicina’, licenças concedidas pela Fisicatura-mor (1808-1828), mas apenas uma pequena parte daqueles que exerciam práticas de cura se oficializavam de acordo com o alvará de 22 de janeiro de 1810, que “dá Regimento aos Delegados do Phisico-Mór e estabelece providências sobre a saúde pública” (PIMENTA e COSTA, 2008, p. 1014).

Em 12 de abril de 1809, o Príncipe Regente determinou a criação de uma cadeira de matéria médica e farmacêutica no Hospital Militar, que em 1813 passou a se chamar Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, por força da Lei conhecida como a reforma do “Bom será”<sup>4</sup>. “Seu primeiro docente foi o Dr. José Maria Bontempo, médico português, autor do primeiro livro contendo assuntos de farmácia escrito no Brasil” (ZUBIOLI, 1992, p.86).

As primeiras Faculdades de Farmácia foram fundadas em decorrência da Lei de Organização das Escolas Médicas do Império, de 03 de outubro de 1832 da Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, que instalou os cursos na Faculdade de Medicina na Bahia e na do Rio de Janeiro. Entretanto o da Bahia só começou a funcionar em 1834, sendo o primeiro farmacêutico por lá graduado José Firmino de Araújo, formado em 1836 (ZUBIOLI, 1992, p.3; SOUZA e BARROS, 2003, p.29; FURTADO, 2008, p.18; CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.44). “O Curso de Farmácia era anexo às Faculdades de Medicina, onde somente os médicos podiam ensinar. Aquele que concluía o curso, recebia o diploma de farmacêutico” (ZUBIOLI, 1992, p.86). Mesmo assim a profissão carecia ainda de melhor regulamentação.

Embora muitos aprendessem com farmacêuticos mais experientes ou em escolas independentes das faculdades de medicina, apenas estas podiam conceder autorização para o exercício da farmácia. Nas faculdades, o curso médico era priorizado, pois tinha duração de seis anos, enquanto o de farmácia, de três. Além disso, as disciplinas do curso de farmácia eram as mesmas frequentadas pelos alunos de medicina, cerceando um tanto o desenvolvimento de uma identidade, por parte de professores e estudantes, em torno da profissão. (PIMENTA e COSTA, 2008, p. 1015)

Os primeiros cursos de Farmácia do Brasil (1832-1838) - Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, como já dito anteriormente, eram realizados em três anos e tinham a seguinte construção curricular conforme descrita no Quadro 1.1. (ZUBIOLI, 1992; BREYNER, 2006; FURTADO 2008; CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009):

---

<sup>4</sup>A norma ficou conhecida como Reforma do Bom Será, uma referência à expressão: bom será que..., repetidamente presente no Texto (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.36)

Quadro 1.1: Currículo do Curso de Farmácia em 1832

Ano	Disciplinas
1º	Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia (1º parte), Física Médica
2º	Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia (2ª parte); Química Médica e Princípios Elementares de Mineralogia
3º	Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia (3ª parte), Matéria Médica especialmente a Brasileira, Farmácia e Arte de Formular

A idade mínima para ingresso no curso era de 16 anos. “Para obter a carta de farmacêutico os alunos, depois de aprovados nas matérias do curso, deveriam praticar pelo período de três anos em uma botica de um boticário aprovado, ou casas idôneas” (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p. 44).

Posteriormente as escolas independentes foram regulamentadas e autorizadas a formar farmacêuticos. As primeiras Faculdades de Farmácia autônomas “foram fundadas em Minas Gerais por força do Decreto Lei nº 140 de 4 de abril de 1839 que criou as escolas de Farmácia de São João Del Rey e a de Ouro Preto, que já contou com professores farmacêuticos: Dr. Calixto José Arieira e Dr. Manoel José Cabral” (BREYNER, 2006, p. 13). “Estes dois profissionais colaram grau em 1837 na primeira turma formada pela faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro” (TAVARES, 2013, p.3). “Quase no final do século XIX, surgiram mais duas escolas de farmácia: a escola de Pharmacia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em janeiro de 1896, e a Escola Livre de Pharmacia em São Paulo em 11 de fevereiro de 1899” (ZUBIOLI, 1992, p. 3).

Cabe aqui abrir um pequeno parêntese para outra invisibilidade: a da mulher nas ciências, por isso há de se relatar três registros importantes: em 1888 colou grau Maria Luiza Torrezão de Suerville, a primeira mulher farmacêutica, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (BRASIL/CRF-PR, 2015). Em 1889, formou-se a primeira mulher da Escola de Farmácia de Ouro Preto: Maria de Vasconcelos, natural da Paraíba do Norte (BRANDÃO, 2012). “E a primeira mulher farmacêutica formada na Faculdade de Medicina da Bahia foi Glafira Corina de Araújo, que colou grau em 25 de outubro de 1892” (CORRAL, SOUZA e NEGRÃO, 2009, p.60).

Na primeira metade do Século XX é possível destacar algumas modificações curriculares importantes (ZUBIOLI, 1992; BREYNER, 2006; FURTADO 2008). A primeira delas foi oriunda do Decreto n.3092, de 12 de janeiro de 1901, conhecida como Reforma Epitácio Pessoa, que reduziu o curso de três para dois anos, agora separados por séries e assim constituído, conforme descrito no Quadro 1.2:

Quadro 1.2: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Epitácio Pessoa (1901)

Série	Disciplinas
1ª	Química Médica, História Natural Médica e Matéria Médica e Farmacologia
2ª	Matéria Médica e Farmacologia

Essa construção curricular vigorou por pouco tempo, e foi logo seguida da promulgação do Decreto n. 8659 de 5 de abril de 1911, que implantou a reforma Rivadávia Corrêa. O Currículo do curso de Farmácia retornou aos originais três anos de duração com a inclusão das disciplinas de Física, Química Analítica, Toxicologia, Química Industrial, Bromatologia e **Higiene**, sendo esta última a formalização do início do ensino de questões legais e normativas, que atualmente são abordadas na disciplina de **Deontologia e Ética Farmacêutica**.

Também nesse início do século XX foi iniciada a industrialização em grande escala, que ganhou grande impulso após a II Guerra Mundial. O uso de medicamentos manipulados ou naturais foi sendo substituído pelo medicamento industrializado, o que acabou por refletir na desvalorização do trabalho nas boticas, na mudança do perfil do farmacêutico, e, conseqüentemente, do seu currículo de formação. Levando em consideração a mudança dos aspectos políticos e sociais, em 13 de janeiro de 1925 foi promulgada a Reforma Rocha Vaz, pelo Decreto 16.782-A, que ampliou o currículo do curso de Farmácia para quatro anos, introduzindo outros conteúdos à formação, inclusive reforçando a importância do estudo de legislação para o futuro farmacêutico como é destacado no Quadro 1.3 (ZUBIOLI, 1992, p.87; FURTADO, 2008, p.18):

Quadro 1.3: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Rocha Vaz (1925)

Ano	Disciplinas
1º	Física, Química Geral e Mineral, Botânica Geral e Sistemática Aplicada à Farmácia
2º	Química Orgânica e Biológica, Zoologia Geral e Parasitologia, Farmácia Galênica
3º	Microbiologia, Química Analítica e Farmacognosia
4º	Biologia Geral e Fisiologia, Química Toxicológica e Bromatologia, Farmácia Química e <b>Higiene e Legislação Farmacêutica</b>

A partir de 1930, houve o afastamento cada vez maior do farmacêutico do balcão da farmácia e a diversificação de sua atuação profissional. O curso de Farmácia passou a se ocupar do desenvolvimento de competências que não são

privativas do farmacêutico, “visando à formação de um farmacêutico que, além de habilitado ao exercício das atividades tradicionais na Farmácia, estivesse também habilitado a desempenhar suas atividades na indústria e realizar exames clínico-laboratoriais” (SPADA, 2006, p. 173). Logo em 1931, o ensino federal foi reformulado pelo decreto n.19.851 de 11 de abril de 1931 (Reforma Francisco Campos), que criou a Universidade do Rio de Janeiro. O curso que até então era de quatro anos, novamente foi reduzido para três com a seriação descrita no Quadro 1.4 (BREYNER, 2006; p. 65):

Quadro 1.4: Currículo do Curso de Farmácia após a reforma Francisco Campos (1931)

Ano	Disciplinas
1º	Física, Química Orgânica e biológica, Botânica aplicada à Farmácia, Zoologia e Parasitologia
2º	Microbiologia, Química Analítica, Farmacognosia, Farmácia Galênica
3º	Química Bromatológica e toxicológica, Farmácia Química, Química Industrial e Farmacêutica, <b>Higiene e Legislação Farmacêutica</b>

Após a II Guerra Mundial, o processo de industrialização se tornou um caminho sem volta. O crescente investimento em desenvolvimento tecnológico culminou no desenvolvimento de drogas químicas capazes de curar doenças letais até então. O medicamento passou a ser encarado como mercadoria com o valor simbólico de “se comprar a saúde” (LEFÉVRE, 1991). A pesquisa agora estava centrada nas grandes indústrias multinacionais e a atuação do farmacêutico na farmácia passou a ser algo considerado dispensável. No período entre a década de 1930 e a de 1960 não foram encontrados registros de mudanças significativas no currículo farmacêutico, mas sim relatos de desarticulação entre as necessidades da profissão, a formação universitária e o poder público na área da saúde. “Nesse período a lógica do ensino superior no Brasil foi direcionada para atender às exigências do mercado de trabalho, e o ensino de Farmácia não fugiu à regra” (SATURNINO *et al.*, 2011). Os campos da Farmácia de maior interesse econômico no Brasil, à época, eram a indústria farmacêutica e as análises clínicas. Essa tendência, conseqüentemente, se materializou no primeiro currículo mínimo de Farmácia. “Nesse contexto, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer 268/62, provocou o deslocamento do eixo principal de formação do farmacêutico de sua área privativa, o medicamento, para a formação do Farmacêutico-Bioquímico” (SOUZA e BARROS, 2003, p.30), e a sua distribuição curricular ficou como se segue no Quadro 1.5:

O currículo mínimo proposto em 1962 promoveu uma maior fragmentação de conteúdos e afastou o farmacêutico de sua vocação original, a manipulação e a dispensação em farmácias, de maneira que sua identidade profissional foi posta em cheque. A situação chegou a tal ponto que, em 18 de julho de 1965, o Ministério da Educação, por meio do Aviso 823 “sugeriu ao Conselho Federal de Educação estudo visando a suprimir as faculdades de Farmácia, passando o curso a ser ministrado nas Escolas de Química” (ZUBIOLI, 1992, p.92).

Quadro 1.5: Currículo mínimo de Farmácia Parecer 268 de 1962

OBJETIVO	ANO	DISCIPLINAS
TRONCO COMUM	1	Química Analítica, Química orgânica, Bioquímica, Física, Botânica, Anatomia, Fisiologia, parasitologia, Microbiologia, Farmacognosia
	2	
CONCLUSÃO DO CURSO DE FARMACÊUTICO	3	Farmacotécnica, Química Farmacêutica, Economia Farmacêutica, Higiene e Saúde Pública e <b>Deontologia e Ética Farmacêutica</b>
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO		Matemática e Estatística, Físico-Química, Química orgânica, Química Analítica, Radioquímica, Bioquímica
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E DE ALIMENTOS	4	Tecnologia geral, Bromatologia, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia Farmacêutica, Economia Farmacêutica e Microbiologia e Enzimologia Industriais
CONTROLE DE MEDICAMENTOS E ANÁLISE DE ALIMENTOS		Análise Bromatológica, Controle Químico e Biológico de Medicamentos
QUÍMICA TERAPÊUTICA		Química Farmacêutica, Fitoquímica, Farmacodinâmica, Quimioterapia experimental e Toxicológica
LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA		Química legal e Toxicológica, Química Bromatológica, Exames Parasitológicos, Microbiológicos e Hematológicos

**\*Grifo nosso**

A proposta não foi levada adiante e a forte tendência de fragmentação posta pelo Parecer 268 de 1962 foi reforçada pelo currículo mínimo seguinte (Resolução 04/1969 e Parecer 287/1969), formulado para se adequar à Reforma Universitária imposta pela Lei 5540, de 28 de novembro de 1968 (ZUBIOLI, 1992, p 88; SPADA, 2006, p.173). O Parecer 287/1969 estabeleceu um “currículo profissional único, comum às diversas especialidades, também conferindo o título de Farmacêutico ao final do terceiro ano, criou o Farmacêutico Industrial e o Farmacêutico Bioquímico, título a ser obtido com o estudo de disciplinas do quarto ano” (BREYNER, 2006,

p.67). A organização curricular do curso ficou como ilustra o quadro 1.6 (ZUBIOLI, 1992, p.88; BREYNER, 2006, p.67; FURTADO, 2008, p. 31):

Quadro 1.6: Currículo mínimo de Farmácia após o Parecer 287/1969

OBJETIVO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINAS
CICLO PRÉ-PROFISSIONAL	Mínimo de 2250 horas-aula em no mínimo 2,5 anos e no máximo 5 anos	Complementos de Matemática e Estatística, Física, Química Analítica, Química Orgânica, Química Geral e Inorgânica, Bioquímica, Físico-química, Botânica, Biologia (fundamentos de Anatomia, Fisiologia, Histologia, Embriologia e Genética humana), Parasitologia, Microbiologia e imunologia, Patologia (Processos Gerais).
PRIMEIRO CICLO PROFISSIONAL-BACHAREL EM FARMÁCIA		Farmacognosia, Farmacotécnica, Farmacodinâmica, Economia e Administração, <b>Deontologia e Legislação Farmacêutica</b> , Higiene Social
SEGUNDO CICLO PROFISSIONAL – HABILITAÇÃO FARMÁCIA INDUSTRIAL	Somando os ciclos comuns, mínimo de 3000 horas-aula em no mínimo 3,5 e no máximo 6 anos.	Física Industrial, Tecnologia Farmacêutica e de Cosméticos, Enzimologia e Tecnologia das Fermentações e Controle de Qualidade.
SEGUNDO CICLO PROFISSIONAL – HABILITAÇÃO ALIMENTOS		Toxicologia, Enzimologia e Tecnologia das Fermentações, Bromatologia, Tecnologia de Alimentos e Física Industrial
SEGUNDO CICLO PROFISSIONAL – HABILITAÇÃO ANÁLISES CLÍNICAS		Bioquímica Clínica, Microbiologia e Imunologia Clínica, Parasitologia Clínica e Citologia

Ao longo da década de 1970, que ficou conhecida com o período do “milagre brasileiro”, o currículo, de cunho fragmentado e tecnicista, praticamente se manteve inalterado. A ditadura militar firmou convênio de cooperação com os Estados Unidos conhecido como MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-United States of America Agency for International Development).

As políticas públicas educacionais da época, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino – Lei 692/1971, “foram concebidas para proporcionar formação de mão-de-obra barata com um mínimo de qualificação, adequada ao modelo de modernização das indústrias” (ARAÚJO e PRADO, 2008, p.100).

A década de 1980 foi marcada por profundas mudanças na área da saúde que culminaram com a realização, em 1986, da VIII Conferência Nacional de Saúde de onde saiu a proposta da Reforma Sanitária. Em 1988 foi promulgada a atual Constituição da República, e, em consequência disso foi criado o Sistema Único de

Saúde - SUS (Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), que alterou o modelo de assistência de saúde pública do modelo médico assistencial que atendia somente os trabalhadores contratados pelo regime de Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), pelo modelo de acesso universalizado à saúde. Paralelamente, os estudantes de Farmácia iniciaram um processo de discussão sobre a identidade do profissional farmacêutico, pois o perfil tecnicista do egresso estava desarticulado com as demandas sociais de um farmacêutico com formação humanística, crítica e reflexiva. “Sendo assim, a Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia (FENEFAR) promoveu cinco seminários nacionais no período de 1987 a 1993” (SPADA *et al.*, 2006, p. 174).

Após pouco mais de 30 anos da divisão do currículo farmacêutico em habilitações, o Governo sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Seguindo o ritmo de reestruturação das políticas públicas houve a necessidade de se reformular o currículo de farmácia para dar conta das demandas sociais e, assim em 1996, “foi nomeado pelo MEC um grupo técnico composto por membros da Comissão de Especialistas em Farmácia, da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia e de quatro docentes consultores, com a incumbência de elaborar uma nova proposta curricular” (SPADA, 2006 *et al.*, p. 174). Para concretizar este projeto, em 1997, as instituições de ensino superior foram convocadas pela secretaria de Ensino Superior, através do Edital n.4 de 10 de dezembro de 1997, a propor novas diretrizes curriculares, já que os currículos mínimos haviam sido extintos pela LDB. As Coordenações de 19 cursos e 2 Conselhos Regionais de Farmácia enviaram as propostas à comissão de especialistas que compilou os textos recebidos em duas propostas a serem discutidas. Não houve um consenso e uma terceira proposta foi feita em 1999, embora não tenha também sido satisfatória. Frente a isso, foi promovido pelo Conselho Federal de Farmácia o Fórum Nacional de Avaliação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Farmácia. O Evento contou com a participação de representantes docentes e discentes dos cursos de Farmácia, dos Centros e Diretórios Acadêmicos e dos Conselhos Regionais de todo País. “A partir dali foi gerado um documento ao Conselho Nacional de Educação que serviu como base para a construção das atuais Diretrizes Curriculares nacionais do Curso de Farmácia” - CNE/CES n 02 de 19/02/2002 (SOUZA e BARROS, 2003, p.32). Na contramão dos antigos currículos mínimos, caracterizados pela fragmentação e

segmentação da formação do farmacêutico em especialidades, as atuais DCN definem o perfil do farmacêutico generalista com a formação crítica, reflexiva e humanística, de maneira que possa dar conta das demandas profissionais idealizadas para atendimento do SUS – a assistência a integral à saúde.

### **O ensino de Deontologia e Ética e o seu lugar no currículo Farmacêutico**

*O ensino da ética é muito mais abrangente do que simplesmente transmitir as regras da deontologia ou da legislação farmacêutica e ultrapassa os limites escolares; contudo, os docentes dos cursos superiores precisam ter o compromisso de auxiliar a formação moral e ética dos discentes. (Marini e Ferreira, 2014, p.15)*

O ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica no Brasil teve seu início no currículo de 1925 após a Reforma Rocha Vaz, na disciplina que à época era denominada como Higiene e Legislação Farmacêutica, conforme grifado no Quadro 1.3, configuração que se manteve inalterada por muitos anos. Somente em 1962, com a Resolução 262/62 do Conselho Federal de Educação é que a disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica tomou lugar como componente curricular obrigatório, situação que permanece até o presente momento (ZUBIOLI, 2004, p.25).

Em seu estudo sobre a construção curricular farmacêutica, Breyner (2006) afirma que é necessário observar a forma como as disciplinas são abordadas ao longo do curso, como se trabalha seus conteúdos programáticos, como se dão as relações com outras disciplinas, com os docentes e com os discentes. “Muitas vezes se utilizam inúmeros conteúdos das disciplinas na vida profissional, sem se dar conta do uso, a contextualização dos conteúdos das disciplinas é relevante na formação do profissional e na relação ensino e aprendizagem” (p. 76). Marini e Ferreira (2014) se questionam sobre como ensinar ética profissional aos discentes de cursos superiores, já que as instituições de ensino recebem um público tão diversificado. Vários autores (BIZATO, 2001; SOUZA, 2002; ZUBIOLI, 2004; RÍOS, 2010; MARINI e FERREIRA, 2014) concordam que a inclusão das questões éticas deve ocorrer em todos os componentes curriculares, como uma ação transdisciplinar. Mas como não há muito interesse pelo assunto por parte dos farmacêuticos, as questões éticas ficam quase que restritas ao pouco espaço destinado à disciplina de Deontologia. Para demonstrar que é possível inserir reflexões éticas de maneira transdisciplinar, Mastroianni (BRASIL, 2011), em palestra proferida no 3º Encontro de Professores de Deontologia, esquematizou

como se dá a integralidade e transversalidade dos conteúdos de Deontologia com os outros campos de conhecimento da Farmácia, conforme exposto na Figura 1.1.

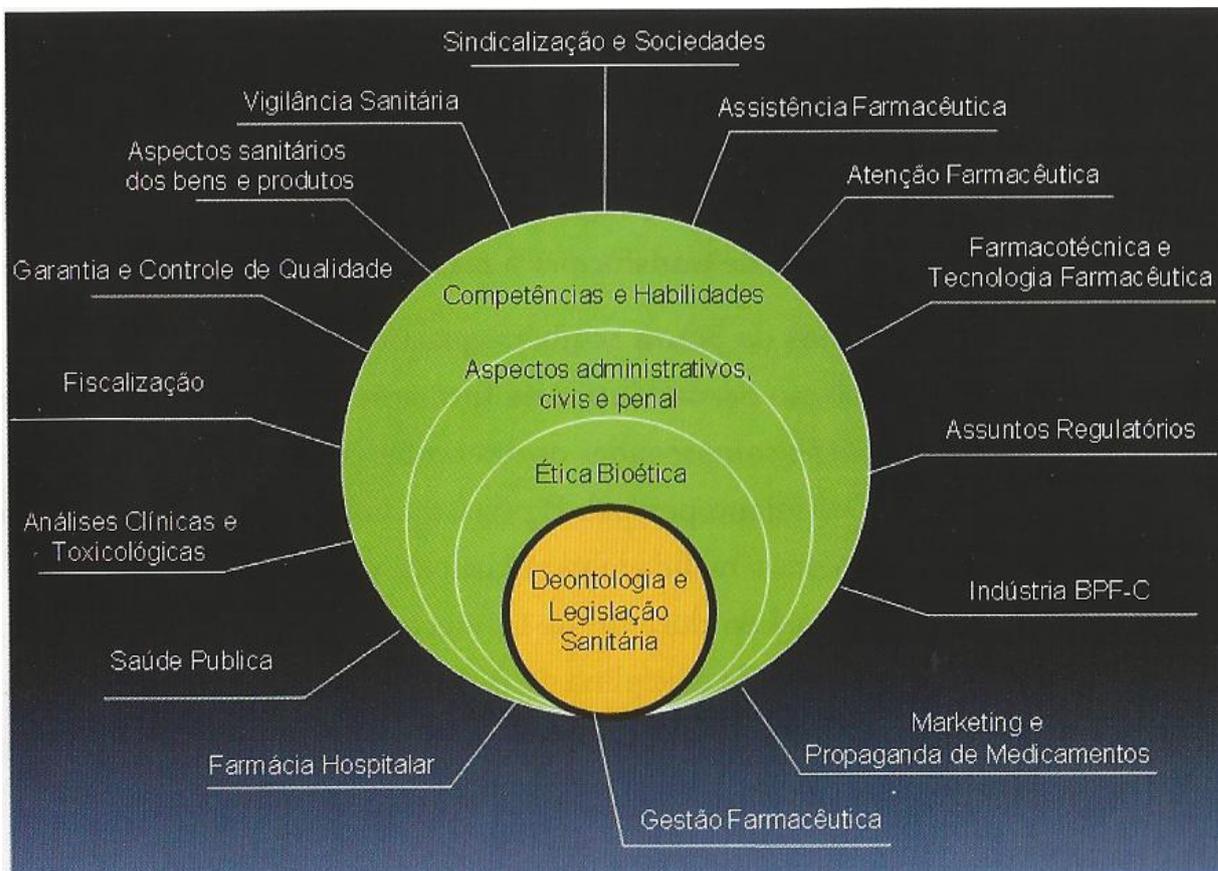


Figura 1.1: Esquema de Integralidade e Transversalidade do conteúdo de Deontologia (Martoiani, PC). Fonte: Relatório dos Encontros de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica (BRASIL, 2011)

Mastroianni apontou caminhos para se integrar temas concernentes à Deontologia com outras disciplinas e frisou que é necessário sensibilizar o corpo docente de que “a Deontologia e Ética são a base para a atuação profissional, estando seus conceitos inclusos em todas as disciplinas do curso” (p. 21). Mas por este ser um campo de pouco interesse para os farmacêuticos, nem sempre essa necessidade se reproduz na prática.

De fato, a Ética aparece como um pré-requisito necessário na formação do farmacêutico, o que aparece de maneira clara na atual Diretriz Curricular Nacional – Resolução CES/CNE 2/2002 (BRASIL, 2002, sp)

Art. 4º A formação do Farmacêutico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I – (...) Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da **ética/bioética**, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra

com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

Art. 5º A formação do Farmacêutico tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I - Respeitar os princípios **éticos** inerentes ao exercício profissional;

III – Atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de **ética**;

Art. 13. A estrutura do Curso de Graduação em Farmácia deverá:

I - Abordar as áreas de conhecimento, habilidades, **atitudes e valores éticos, fundamentais à formação profissional e acadêmica.**

\*Grifo nosso.

No tocante à Deontologia e Ética Farmacêutica, Zubioli (2004, p. 27) a correlaciona com a Filosofia pela necessidade de se compreender a realidade a fim de transformá-la; com a História, pois a realidade humana é mutável com o tempo; com a Sociologia, pois se ocupa de estudar as relações que se estabelecem, consciente ou inconscientemente, entre pessoas que vivem em uma comunidade ou em um grupo social ou entre grupos sociais que vivem em sociedade; com a Psicologia, em tentar compreender o comportamento humano que permite tomar decisões levando em conta suas responsabilidades deontológicas. Para Bizato (2001), a Deontologia se divide em duas partes: Deontologia Geral e Deontologia Jurídica, sendo que a Deontologia Geral se relaciona de maneira direta com a Filosofia do dever, através da Filosofia da moral, que resulta no dever filosófico que implica em julgamento de valor, como por exemplo: fazer o bem e evitar o mal. Já a Deontologia jurídica mantém estreita ligação com a Teologia Moral, Filosofia Moral, Filosofia do Direito, Direito Civil, Direito Penal, com a Constituição Federal. De certa forma a Deontologia e Ética Farmacêutica guarda semelhantes aproximações com os campos não só da Deontologia Geral, como também com a Deontologia do Direito, pois “o direito e a deontologia regem as relações de uns indivíduos com outros por meio de normas, e postulam, portanto, uma conduta obrigatória e imperativa, acarretando a exigência de seu cumprimento” (ZUBIOLI, 2004, p.28).

Embora o foco seja a Deontologia no contexto farmacêutico, cabe salientar que a invisibilidade da Deontologia ocorre em outras carreiras também. Figueiredo *et al.* (2008), destaca que o enfoque da Ética Profissional é indispensável à formação acadêmica, uma vez que, ela está relacionada com as dimensões regulamentadoras da prática profissional, como uma informação instrumental. Mas não só o enfoque instrumental é importante. Reforça que o modelo atual em que se pratica o ensino de

Deontologia não é suficiente para aguçar o interesse dos profissionais e nem de dar conta de decisões futuras, que irão impactar na vida de outras pessoas. Isto pode ser devido a pouca importância que se dá ao assunto ao longo da formação ou até mesmo na busca de novas práticas de ensino.

Então, deve-se atentar para a formação humanística e social do profissional da saúde. Quanto ao contexto farmacêutico, Araújo e Prado (2008) concluem que as atuais Diretrizes Curriculares de farmácia trouxeram uma proposta inovadora em relação ao perfil tecnicista vigente até o momento

O ponto fundamental da reforma curricular do ensino farmacêutico prende-se à mudança de mentalidade, trazendo também para o currículo uma visão humanista, uma vez que o currículo anterior era basicamente tecnicista: consagrava a ideia de que o farmacêutico é o profissional do fazer, aquele ligado à tecnologia de ponta, que está sempre aprendendo a lidar com equipamentos novos nas indústrias farmacêuticas. Mas o farmacêutico também deve conciliar a noção do processo de fabricação e de controle dos medicamentos e os subsídios para orientar a população sobre a utilização correta desses fármacos (ARAÚJO e PRADO, 2008, p.101)

Sendo assim, Bordin (2011), quando sugere a implantação de um currículo farmacêutico interdisciplinar, classifica as disciplinas obrigatórias do curso em núcleos: Núcleo de Ciências exatas, que englobam as várias modalidades da Química; Núcleo das Ciências Biológicas, que engloba, por exemplo, a Microbiologia, a Parasitologia, a Imunologia, entre outras; Núcleo das Ciências Farmacêuticas: Farmacotécnica, Síntese de Medicamentos e todas as disciplinas tecnológicas; e, por fim, o Núcleo das Ciências Humanas e Sociais que incluem a Administração Farmacêutica, Deontologia e Legislação, Ética, Filosofia, Antropologia e Metodologia da Pesquisa, sendo essas últimas, junto com a Deontologia, componentes curriculares importantes para fortalecer a formação humanística.

Mesmo que haja pouco espaço para a formação ética e humanística do farmacêutico, não se trata de negar a importância da técnica, uma vez ser ela necessária e imprescindível nos currículos dos cursos de graduação em Farmácia. O que se procura ressaltar é que o tecnicismo produz uma visão fragmentada da realidade e que encontrar um espaço para ampliar as discussões das questões éticas pode ser um bom caminho para o fortalecimento da formação humanística almejada atualmente.

## Onde a Deontologia e Ética Farmacêutica cabe?

*Diante de tal complexidade surge a pergunta: como trabalhar a disciplina de ética em um ambiente tão complexo? A ética deve estar presente em todos os componentes curriculares, de forma transversal, permeando toda a graduação, além de precisar ser exercitada. Em outras palavras, a ética possui componentes sociais profundos, fazendo com que a vivência em grupo seja fundamental para a construção de uma postura profissional fundamentada em princípios éticos. (Marini e Ferreira, 2014, p.14)*

Para tentar responder a pergunta “onde a Deontologia e Ética Farmacêutica cabe?” é feito a seguir o levantamento nas bases de dados Portal Capes, Portal de pesquisa da BVS e Google Acadêmico da ocorrência de trabalhos sobre ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, até maio de 2015. A primeira busca realizada foi com as palavras-chave: Deontologia e Ensino, sem a preocupação de fechar o foco no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica. Assim é possível se observar a proporção de trabalhos entre diferentes áreas sobre o tema “ensino de Deontologia”. Os critérios utilizados foram que as palavras ensino e deontologia constassem concomitantemente do título e do assunto.

O Portal Capes remeteu trinta e quatro ocorrências, sendo vinte e cinco artigos científicos e nove teses e dissertações, sendo vinte e dois trabalhos em português, seis em espanhol e seis em inglês. Dentre essas ocorrências, dez trabalhos foram na área de Deontologia, seis da Medicina, três na Enfermagem, dois em Pós-graduação na área multidisciplinar da Saúde, oito em áreas não relacionadas à saúde (docentes do ensino médio, empresários, jornalistas), três trabalhos totalmente fora dos critérios de busca, um na área de Nutrição e um na área de Farmácia. Esta única ocorrência na área de Farmácia não trata especificamente do ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, mas sim da implantação do currículo generalista no Centro Universitário Franciscano, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul (CARPES e MAGNI, 2009).

O Portal de pesquisa da BVS remeteu a oito ocorrências, sendo todos artigos, dois em português e seis em inglês. Dentre eles, cinco eram dedicados à Medicina, um à Psicologia, um à Filosofia e um à Pedagogia, não aparecendo nenhum trabalho dedicado ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica.

A busca no Portal Google Acadêmico remeteu a doze resultados, três em inglês e nove em português, sendo cinco em Medicina, e uma ocorrência em cada uma das áreas a seguir: Pedagogia, Fonoaudiologia, Jornalismo, Naturologia,

Marketing, Odontologia e Farmácia (este último de nossa autoria). O único trabalho mais próximo do tema “Ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica” encontrado até agora, fora os catalogados pelo Fórum de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica organizado pelo Conselho Estadual de Farmácia de São Paulo, foi o de Rodríguez e Mora (2012) que apresentam técnicas inovadoras para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica. Este artigo apenas foi encontrado após extensas buscas com outras palavras-chave (p.ex: ensino farmacêutico, educação farmacêutica, técnica de ensino, formação farmacêutica). O texto trata da preparação de uma apostila específica, da aplicação de visitas técnicas, preparação de relatórios, e promoção de discussão entre alunos em espaços virtuais na Universidade da Costa Rica.

Dos poucos textos encontrados sobre o tema “ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica”, uma questão é unânime entre eles: não há muito interesse nesta área pelo profissional farmacêutico. Esta pode ser uma provável causa para que o espaço dado à disciplina no momento da construção curricular seja pequeno, e sua ementa sofra alterações significativas entre uma instituição de ensino e outra.

Para confirmar o que foi dito acima, foi feita uma busca dos cursos de Graduação em Farmácia cadastrados no e-Mec<sup>5</sup> e posterior verificação da carga horária e ementa que estão disponíveis na internet até junho de 2015. O site informou que são 19 as instituições que contam com o curso reconhecido e podem oferecer a graduação em Farmácia no estado do Rio de Janeiro. Elas estão elencadas no Quadro 1.7.

Pode ser observado que nem todas as instituições disponibilizam suas Matrizes Curriculares em página eletrônica específica, conforme o exigido na Portaria nº 2.864, de 24 de agosto de agosto de 2005, Art.1º inciso III, o que pode dificultar ao futuro estudante na escolha de sua graduação.

---

<sup>5</sup> e-MEC é um canal criado pelo Ministério da Educação para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem seu credenciamento, reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. O sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos de forma simplificada e transparente. Fonte: Portal MEC: <http://emec.mec.gov.br/>

Quadro 1.7: Instituições de ensino do estado do Rio de Janeiro que disponibilizam curso de graduação em Farmácia

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>NATUREZA DA INSTITUIÇÃO</b>	<b>MATRIZ CURRICULAR DISPONÍVEL</b>
UNIABEU - Centro Universitário ABEU	Privada	<b>Sim</b>
UNIAN - Centro Universitário Anhanguera de Niterói	Privada	Não
UNISUAM – Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta	Privada	<b>Sim</b>
UCL- Centro Universitário Celso Lisboa	Privada	<b>Sim</b>
UBM – Centro Universitário de Barra Mansa	Privada	<b>Sim</b>
UEZO – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	Pública	<b>Sim</b>
FSJ- Centro Universitário São José de Itaperuna*	Privada	Não
UNIFESO – Centro Universitário Serra dos Órgãos	Privada	<b>Sim</b>
FABA – Faculdade Bezerra Araújo	Privada	<b>Sim</b>
FMC – Faculdade de Medicina de Campos	Privada	<b>Sim</b>
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro	Pública	<b>Sim</b>
UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio	Privada	Não
UNESA – Universidade Estácio de Sá	Privada	Não
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública	Não
UFF – Universidade Federal Fluminense	Pública	Não
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*	Pública	<b>Sim</b>
UNIG – Universidade Iguazu	Privada	<b>Sim</b>
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira*	Privada	<b>Sim</b>
USS – Universidade Severino Sombra*	Privada	<b>Sim</b>

\*Processos de reconhecimento de curso em análise até 01 de junho de 2015

Logo em seguida, no Quadro 1.8, são ilustradas as diferentes cargas horárias e alocação nas Matrizes curriculares disponíveis da disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica das instituições que disponibilizam este dado na internet.

O que pode ser observado com os dados contidos nos Quadro 1.8 é que de fato não há consenso em que semestre a disciplina deva figurar, embora esta não seja uma ação ilegal. O que antes as políticas públicas curriculares determinavam de maneira compulsória, fixando a sequência de seus conteúdos nos documentos oficiais, como por exemplo, os Pareceres 268/62 (BRASIL, 1962) e 287/96 (BRASIL, 1969), “achou o Conselho Nacional de Educação que era hora de acabar com a camisa de força que se impunha ao ensino superior, há muito tempo, engessado pelos currículos mínimos” (CECY, 2011b, p. 53).

Quadro 1.8: Comparativo de distribuição do componente curricular Deontologia

IES	EMENTA	SEMESTRE	CARGA/HORÁRIA (H/A) DEONTOLOGIA	CARGA/HORÁRIA (H/A) TOTAL DO CURSO	% H/A DEONTOLOGIA
UNIABEU	Indisponível	3	40	4288	0,9
UNISUAM	Indisponível	7	Indisponível	Indisponível	Indisponível
UCL	Indisponível	6	40	4040	1,0
UBM	Indisponível	Conta com uma disciplina semipresencial chamada Filosofia e Ética		Indisponível	Indisponível
UEZO	Indisponível	2	40	4480	0,9
UNIFESO	Indisponível	7 e 8	66	4240	1,6
FABA	Indisponível	5	Indisponível	Indisponível	Indisponível
FMC	Disponível	4	52	4176	1,2
IFRJ	Disponível	4	27	5238	0,5
UFRRJ	Disponível	7	15	4040	0,4
UNIG	Indisponível	5	40	4200	1,0
UNIVERSO	Indisponível	4	30	4050	0,7
USS	Indisponível	7	40	4240	0,9

Para que seja possível contabilizar os dados do quadro 1.8, é necessário consultar a Resolução CES/CNE 4 de 6 de abril de 2009 (BRASIL, 2009) que dispõe sobre a carga horária mínima para integralização de alguns cursos da área de saúde na modalidade presencial, dentre eles o bacharelado em Farmácia. Essa resolução define que a carga horária mínima determinada para a graduação de Farmácia é de 4000 horas. Tendo em vista este valor e a carga horária média de 40 horas/aula, tendo limite mínimo de 15 horas/aula (UFRRJ) e máximo de 66 horas/aula (UNIFESO), é destinado ao tema Deontologia e Ética Farmacêutica aproximadamente 1% do tempo total da carga horária mínima para a integralização do curso, se tomarmos como parâmetro um curso com a carga horária mínima de 4000 horas/aula. Os números demonstram que o tempo destinado especificamente ao ensino de Deontologia é pequeno em relação ao curso inteiro, situação que evidencia que a disciplina realmente é relegada ao segundo plano. Um dado é curioso: o curso de Farmácia da UBM não conta com uma disciplina de Deontologia, mas sim um componente curricular semipresencial denominado “Filosofia e ética” que é comum a todos os cursos de Ciências Biológicas oferecidas naquela instituição (Biologia, Educação Física, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Veterinária, Farmácia). Não há maiores informações sobre isso no site, mas provavelmente uma disciplina em comum, semipresencial com carga horária de 40 h/a não seria capaz

de tratar das questões éticas profissionais específicas de cada uma destas graduações.

A atual DCN, a Resolução CES/CNE 2/2002 (BRASIL, 2002) de fato não impõe sequência e nem nome de disciplinas a compor o currículo, pelo contrário: dá a liberdade para as Instituições de Ensino Superior (IES) estabelecerem seus roteiros formativos de acordo com as necessidades locais

Parágrafo único. A formação do Farmacêutico deverá contemplar as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2002, sp).

Esta característica proporciona uma liberalidade em se construir o currículo que dê conta do perfil epidemiológico local, já que o Brasil é um país de dimensões continentais, bem como as demandas locais. Por outro lado, Cecy (2011a, p.33) frisa, sobre a formação social e humanística do farmacêutico, que é necessário que a formação tenha por base a Deontologia, em um caráter interdisciplinar, englobando “os conhecimentos necessários para que este profissional tenha condições de analisar e avaliar a conduta humana, sujeita a transformações no tempo e que continuamente vem incorporando novos valores”. Informa ainda que o Conselho Federal de Farmácia indicou a importância em se manter na construção curricular a disciplina de Deontologia em caráter obrigatório e incluir, ainda, a Bioética, a Gestão Social, a Gestão Farmacêutica e a Saúde Pública como pontos importantes para a formação humanística e social.

Zubioli (2004, p.26) aponta que as atuais DCN de Farmácia estipulam que temas relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional devam constar na formação e que estes conteúdos precisam ter um enfoque de Deontologia e de legislação sanitária profissional, associados ao exercício pleno da cidadania.

Apenas a título informativo, se apresenta a seguir um breve comparativo das poucas ementas de Deontologia e Ética Farmacêutica que estão disponíveis na internet frente ao sugerido pela Câmara de Educação Farmacêutica do Conselho Federal de Farmácia (CFF), sugerido por Bermond *et al.* (2008), de maneira bastante generalizada no Quadro 1.9.

A maior parte das IES não disponibilizam suas ementas nas suas páginas eletrônicas, infringindo a Portaria 2.864, de 24 de agosto de 2005. As poucas que

disponibilizam, constantes do Quadro 1.9, são heterogêneas, porém guardam em comum os itens mínimos de discussão referidos pelo CFF (Âmbito profissional farmacêutico. Código de ética da profissão farmacêutica. Órgãos representativos da profissão. Controle sanitário do comércio farmacêutico. Legislação na área farmacêutica).

Mesmo que o foco principal da discussão não seja uma análise mais profunda das ementas, infelizmente os dados disponíveis não são suficientes para avançar em uma discussão maior. Há desproporcionalidade entre carga horária e descrição da ementa, embora esse seja um critério subjetivo da forma como a ementa é escrita, ligada ao que se acha relevante colocar nos documentos oficiais.

Quadro 1.9: Ementas propostas para a disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica em relação à ementa mínima referencial proposta pelo CFF

IES	EMENTA	CARGA HORÁRIA H/A
CFF	Âmbito profissional farmacêutico. Código de ética da profissão farmacêutica. Órgãos representativos da profissão. Controle sanitário do comércio farmacêutico. Legislação na área farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos (PNM).	NA
IFRJ	Conceituação do problema ético dentro do pensamento filosófico e profissional. Deontologia e Ética. Noções básicas de direito administrativo, penal, civil. Diferenciação dos atos normativos. Leis, normas e código de ética da profissão (resolução 417) Sensibilização, conscientização e questionamento sobre a atividade profissional num contexto sócio-político-econômico. Bioética e pesquisa com seres humanos (Resolução CNS 196/96, Código dos direitos Humanos UNESCO, Código de Nuremberg). Marcos legais da Vigilância Sanitária (Leis 5991, 6360, decretos 79094 e 74170) órgão de regulação Política Nacional de Medicamentos (histórico da SVS até ANVISA), e seus desdobramentos (Política Nacional de Plantas Mediciniais, Política Nacional de Práticas Integrativas do SUS e Medicamentos Genéricos). Das infrações e penalidades (Lei 6437), órgãos profissionais (da constituição dos conselhos Lei Federal 6320) - Consultas eletrônicas, atribuições privativas do profissional de farmácia (Bacharel-Decreto federal 87878). Como regularizar um estabelecimento farmacêutico. Regulamento Técnico do Medicamento genérico RDC 135-2003. Farmacovigilância e Atenção farmacêutica pelo ponto de vista legal. Produtos Controlados Portaria 344-998, Balanço de Produtos corrosivos, explosivos e inflamáveis.	27
UFRRJ	Estudo da legislação sanitária e profissional farmacêutica e dos princípios éticos que permeiam o exercício profissional do farmacêutico.	15
FMC	Legislação aplicável à dispensação de medicamentos. Legislação aplicável à indústria farmacêutica, de alimentos, hospitais e laboratórios. Fiscalização de registros e controle de medicamentos em geral e psicotrópicos. Órgão de classe. Fiscalização profissional e sanitária. Ética profissional. Noções de Direito Constitucional. Exigências legais ao exercício profissional. Legislação sanitária relacionado a responsabilidade farmacêutica.	52

De forma alguma caracteriza que os temas serão apresentados ou não, problematizados ou não. O que se pode concluir é que, independente da relevância, transdisciplinaridade, homogeneidade das ementas disponíveis, o espaço dado à Deontologia é pequeno e talvez seja por isso que ela ainda tem pouca visibilidade frente às outras ciências farmacêuticas.

## **1.2 A ALEGRIA NA ESCOLA E O CINEMA DE COMÉDIA NO ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA FARMACÊUTICA**

*Em todo o caso, quando eu entrava nas classes e explicava aos alunos que eu estava investigando sobre a alegria na escola, sempre havia alguém que murmurava: “Ele não está bom da cabeça!” (SNYDERS, 1994, p.21).*

### **A importância da alegria na aprendizagem**

Esta seção pretende abordar as teorias que consideramos apropriadas para fundamentar a escolha da utilização de filmes de comédias *hollywoodianas* para subsidiar o ensino da Disciplina de Deontologia em um curso de bacharelado em Farmácia. A questão surgiu como um dos pontos de discussão de uma pesquisa de Doutorado em Ensino de Biociências e Saúde que usa os enredos de cinco filmes de comédia para fundamentar um estudo de caso proposto como atividade de avaliação no encerramento da disciplina em substituição à prova convencional. “O momento crucial da dificuldade são os exames e os concursos, e estes têm má reputação em se tratando de alegria” (SNYDERS, 1996, p.71). O uso de estudo de caso para este propósito foi indicado como uma das estratégias de ensino mais adequada pelo Fórum Nacional de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica (BRASIL/CRF-SP, 2011), além de configurar-se “em uma das ferramentas melhor sistematizadas para proporcionar uma situação ativa de aprendizagem” (OLIVEIRA, 2010, p.28).

A título de contextualização, serão brevemente explanados os benefícios do uso do cinema no ensino, não nos estendendo muito neste aspecto, já que esse tema não é inovador. Depois será exposta uma linha do tempo da evolução da comédia em Hollywood para que seja possível entendermos as características de subgêneros dos filmes escolhidos.

Pelo fato de a disciplina ser embasada por atos normativos, apostou-se em utilizar o potencial do humor, do cômico, da sátira e da alegria para tornar mais leves e palatáveis discussões tão áridas. Por isso, aqui será abordada o que chamo de Pedagogia da Alegria proposta por George Snyders (1994, 1995, 1996) que defende

a transposição e a utilização da cultura primeira e da cultura de massa, que naturalmente trazem alegria aos alunos, para a cultura elaborada a ser transformada no espaço escolar, fazendo deste um espaço feliz também, tornando a aprendizagem mais prazerosa. De maneira similar, será tratado o porquê da escolha da comédia para cumprir este propósito, evidenciando que este gênero foi primeiramente, e de maneira precipitada, relegado ao segundo plano. Acredita-se que ele pode apresentar potencialidades no processo educativo, aproximando o aluno de um objeto de ensino, em princípio pouco interessante. Para esta reflexão trataremos a significação do riso (BERGSON, 1980), da comicidade (PROPP, 1992) e da aplicabilidade do cinema no ensino.

### **O cinema no ensino de ciências**

Serão feitas aqui algumas considerações sobre o uso de cinema no ensino de Ciências. Embora este recurso venha sendo utilizado rotineiramente, cabe salientar o enfoque diferenciado na questão do uso de comédia para o ensino farmacêutico. Até onde foi possível apurar, existem poucos trabalhos destinados ao Ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica. Em uma busca no Portal Capes utilizando as palavras chave “ensino farmacêutico” e “deontologia”, surgiu apenas um trabalho que trata de uma readaptação curricular com a implantação de metodologias ativas em uma graduação de Farmácia (CARPES e MAGNI, 2009). Com as mesmas palavras a busca foi realizada no site BIREME, que retornou cinco resultados, apenas um sobre práticas inovadoras no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica na Costa Rica (RODRIGUEZ e MORA, 2012), porém o que se utilizava eram visitas de campo, preparação de relatórios de visita e uso de grupos de discussão virtuais. Quando se procura por uso de cinema no ensino em saúde, há grande ocorrência de trabalhos direcionados principalmente ao ensino Médico, ao ensino de Bioética e experimentação com seres humanos, porém as iniciativas no ensino de Farmácia são escassas.

O uso do cinema no ensino já é amplamente abordado. “Não apenas documentários e ficções científicas exprimem os conhecimentos desejados e os alcançados, mas até mesmo os dramas (profundos ou tolos) e as comédias revelam a penetração da ciência em nossa cultura” (OLIVEIRA, 2006, p.135). O uso de filmes está presente na educação há muito tempo, entretanto há discordâncias entre os primeiros registros do uso do cinema para o ensino. Vieira e Leal (2008) salientam

que em alguns países europeus, já no início da década de 1910, filmes foram usados como material didático, sobretudo nas aulas de ciências. Em vários países da Europa a utilização do cinema na escola começou pelo ensino de História (FERRO, 1992; REIS Jr.,1997; FANTIN, 2007). Nascimento (2008) expõe que inicialmente a utilização de outras fontes, que não fossem documentos, para os historiadores não tinha valor, paradigma quebrado a partir do surgimento do movimento “História Nova” em 1929, com a fundação da Revista *Annales d'histoire economique sociale* na França por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa linha de pensamento buscava novos meios para a compreensão da história. Anos depois, em 1971, ainda na França, Marc Ferro reafirmou a importância do cinema no ensino de história e como documento historiográfico. No Brasil, Morettin (1995) relata que o cinema educativo foi debatido e defendido por muitos pedagogos cariocas (Manuel Bergstrom, Fernando de Azevedo, Roquete Pinto) que estavam preocupados com a introdução dos princípios da chamada “Escola Nova” nos currículos, discussão traçada também por Georges Snyders em um período anterior ao estudo da Pedagogia Progressista e da alegria na escola. Já Anacleto (2007) relatou que no Brasil ocorreu um florescimento dessa prática em meados dos anos 70, provavelmente pela explosão do uso do vídeo cassete, fato que facilitou a utilização massificada dessa mídia.

Muitas são as aplicações do cinema no ensino, mesmo assim, a maior parte dos autores alerta para o cuidado na aplicação da estratégia para que a prática não se configure apenas como um momento de entretenimento ou para preencher um tempo vago. É necessário que haja planejamento sistematizado e que o filme seja escolhido de maneira a suscitar as discussões necessárias (MENDONÇA, 2010). Assim, não apenas o aspecto do uso instrumental da sétima arte é levado em conta, mas também, e principalmente, a fundamentação teórica sobre a escolha dos filmes de comédia, da alegria e do riso no processo educativo. Outra questão que corrobora o uso de comédias *hollywoodianas* é o fato de a indústria cinematográfica americana ter grande repercussão internacional. Reia-Batista (1995) argumenta o poder midiático que Hollywood alcança comparando o conhecimento dos alunos portugueses sobre dois conflitos ocorridos na segunda metade do século XX:

como se justifica que uma criança portuguesa em idade escolar saiba hoje uma quantidade razoável de coisas sobre a longínqua guerra do Vietnam e não saiba quase rigorosamente nada sobre a guerra colonial que os seus próprios familiares travaram nas ex-colónias

portuguesas de África e da qual ainda sofrem traumas violentíssimos? (REIA-BATISTA, 1995, p.4)

Ele afirma o poder midiático de Hollywood em trazer informações ao público mundial que o próprio cinema de cada país nem sempre consegue alcançar. Essa realidade não difere muito da brasileira, embora o cinema nacional venha ganhando espaço no panorama mundial, desde a chamada Retomada, que teve início em 1995 com o longa-metragem *Carlota Joaquina - A Princesa do Brasil*, de Carla Camurati, uma comédia apoiada no episódio histórico da chegada da família Real Portuguesa ao Brasil em 1808. Desde então as grandes bilheterias brasileiras ficam com as comédias, e de acordo com a ANCINE (Agência Nacional do Cinema do Ministério da Cultura), a maior bilheteria de 2013 foi do filme “A minha mãe é uma peça” (VEJA, 2013), reforçando a afirmativa de que este gênero cinematográfico é o de preferência do público em geral e por isso um bom atrativo para as discussões áridas da Deontologia e Ética Farmacêutica.

### **Uma breve linha do tempo para situar os filmes de comédia**

Para Geada (1987), os primórdios do cinema suscitavam basicamente o riso e o medo. De acordo com ele, o medo quando o público se espantou ao ver o trem vindo em sua direção em “L’arrivée d’un train en gare” - A chegada do trem na estação e o riso ao ver a brincadeira feita entre dois jardineiros em “L’arroseur arrosé” - O regador regado ambos de 1895, produzidos pelos irmãos Lumière.

Historiadores da área do cinema apontam a fundação do Estúdio Keystone de Mack Sennett, em 1912, como o início da tradição das comédias americanas. Sennett ganhou a alcunha de “Rei da comédia;” escreveu, dirigiu e produziu mais de trezentos filmes de cinema mudo estrelados por Charles Chaplin, Roscoe Fatty Arbuckle e Mabel Normand, sua atriz preferida. Dos atores que com ele trabalharam, o primeiro a desenvolver estilo e linguagem cômicas próprias foi Charles Chaplin, um dos poucos que conseguiu transpor, sem grandes transtornos, a era do cinema mudo para o falado, por volta dos anos de 1930 (GRAVES e ENGLE, 2006). O maior rival de Sennett era Hal Roach, que tinha contrato com Harold Lloyd e os famosos Stan Laurel e Oliver Hardy – a dupla “O Gordo e o Magro”, que também sobreviveram e se adaptaram com sucesso de público ao advento do som em 1930 (BERGAN, 2010).

O início dos anos de 1930 foi árduo para toda a comunidade americana, reflexo da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929

(BLAINEY, 2008, p.127) e no cinema não foi diferente. O advento do som no filme gerou uma profunda modificação no como se fazer filmes e no cenário *hollywoodiano*. O surgimento de diretores como Howard Hawks e Frank Capra e artistas como Carole Lombard, Claudette Colbert, Irene Dunne e Cary Grant fez da década de 1930 até meados da década de 1940 o ponto alto da comédia *screwball* (recebeu a livre tradução de comédia maluca) que se inspirava na vida de ricos falidos tentando sobreviver frente ao período pós Grande Depressão de 1929. A temática da “guerra entre sexos” também emergiu nesse período (ABRANTES, 2004). Sendo assim, claramente a arte tenta suavizar as agruras da vida e a vida inspira a sétima arte. Apesar de entreter, Bergan (2010) afirma que este subgênero não teria sobrevivido ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a frivolidade teria saído de moda. Graves e Engle (2006) afirmam que na década de 1950 as comediantes loiras das décadas anteriores, tais como Carole Lombard, Jean Harlow, Jean Arthur e Betty Hutton deram lugar a novas atrizes cômicas loiras de grande sucesso: Doris Day e Marilyn Monroe. Esta segunda contracenou com Cary Grant e Gingers Rogers no filme *O Inventor da Mocidade* (*Monkey business*, 1952), considerado pelos estudiosos do cinema como a última comédia de *screwball*. E de fato, o enredo desse filme gira em torno da possibilidade de enriquecimento de alguns à custa da descoberta de um elixir da juventude chamado B4 (*Before – jovem como antes*). Bingham (2006) tratou sobre o declínio das comediantes loiras (Doris Day) do *screwball* após o abandono do tabu da virgindade nas grandes telas. Assim a inocência romântica estava perdida.

No início dos anos de 1950 e após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo americano chegou com sua promessa de prosperidade e consumo de bens duráveis que popularizou o *American way of life* (BLAINEY, 2008), trazendo todo o tipo de eletrodomésticos para o conforto dos lares americanos. Abrantes (2004) indica que os sucessos na área da comédia eram vistos em séries de televisão e em programas para TV e aponta que a aparição mais emblemática para o cinema de comédia americano moderno seria Jerry Lewis (no estereótipo do desajeitado) que iniciou carreira em dupla com Dean Martin (no estereótipo do galã cantor). Quando a dupla acabou em 1957, os críticos de cinema julgaram ser a ascensão de Dean Martin e o fim de Jerry Lewis, e, para provar que seria capaz de fazer sucesso sem seu parceiro, ele convenceu um produtor de cinema que conseguiria fazer ao mesmo tempo o desajeitado e o galã cantor. Surgiu assim o roteiro do filme *O professor*

aloprado (1963), inspirado na história de terror de Dr. Jekyll e Mr. Hyde, um de seus maiores sucessos, e que foi adaptado e refilmado em 1996 com Eddie Murphy no papel principal (GRAVES e ENGLE, 2006). Nesse filme Jerry Lewis se apaixona por sua aluna paradoxalmente *sexy* e inocente, e fez grande sucesso ao longo da década de 1960 se aproveitando do fato de a sociedade americana à época já permitir uma sexualidade velada no cinema (KAPLAN, 1983).

A partir dos anos 1970, um novo conceito permeia Hollywood, o *blockbuster*. Estes filmes possuem uma capacidade de penetração enorme na esfera da comunicação e a mídia procura dar a ele uma grande presença tornando-o sucesso universal. Para maior facilidade de inserção no imaginário da massa, as histórias mais contadas deveriam seguir a risca o modelo de narrativa clássica, com duas linhas paralelas de enredo, a principal que se ocupa em atingir o objetivo e vitória do herói e outra secundária geralmente envolvendo um romance heterossexual, onde ambas se desenrolam de maneira próxima para se chegar ao *happy ending* (NOGUEIRA, 2010). Assim um número maior de público pode ser conquistado.

No final dos anos de 1970 começaram a ter grande popularidade em Hollywood as comédias intituladas de *gross-out* ou comédias adolescentes, em que a principal questão era o processo de descobrir-se como pessoa e as situações de constrangimento, competitividade ou *bullying* característicos da idade. Não raro a narrativa passava pelo espaço escolar. Em meados dos anos de 1980 surgiram as comédias intituladas de *coming-of-age*. Estes são filmes que retratam o processo de amadurecimento, a partir da adolescência, envolvendo todos os processos sociais americanos e abordando com isso temas como desenvolvimento profissional, o que inclui relações de poder e disputa entre classes sociais, gênero e etnias (GRAVES e ENGLE, 2006). Neste ponto, se encaixam os filmes *Junior* (1994), *Professor aloprado* (1996) e *Sem Sentido* (1998). Todos eles se passam em ambientes estudantis, onde os personagens principais, invariavelmente, passam por algum tipo de *bullyng* ou estão em busca de reconhecimento profissional. O que parece é que os filmes de comédia vão amadurecendo com seus roteiristas e público cativo, fechando o ciclo.

O cinema contemporâneo, do pós-moderno, do cinema de autor e ao mesmo tempo da exploração da comédia romântica para os *blockbusters*, cria a impressão de que os temas e as histórias de Hollywood se esgotaram. É nesse contexto que surgem os remakes (NOGUEIRA, 2010), e como já foi dito, podemos inserir o filme

O professor aloprado (1996). O eixo principal da história se mantém, porém, repaginado, de maneira que os personagens recebam características mais atuais. Nesse ponto, uma questão também explorada em sala de aula é o que a sociedade ocidental considerava como inadequado e passível de *bullying* na década de 1960 (o magrelo franzino) e na década de 1990 (o obeso e a discriminação racial), transformações sóciohistóricas reflexo do incentivo ao consumo.

Esse breve histórico não teve a intenção de esgotar por completo a trajetória do cinema de comédia. O interesse principal foi tentar situar os filmes de comédia selecionados para a pesquisa no panorama *hollywoodiano* e tentar compreender um pouco da característica que cada enredo exhibe.

### **Sobre a pedagogia de Georges Snyders, a alegria, o sentido do riso e do cômico**

Agora cabe aqui a reflexão acerca das teorias que fundamentaram a escolha dos filmes de comédia para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica. Carvalho (1999) analisou o pensamento educacional de Georges Snyders, pedagogo francês. Ele dividiu a análise da obra de Snyders em dois conjuntos. O primeiro conjunto é o das obras escritas entre 1968 e 1976, que tem como característica principal a constituição da Pedagogia Progressista, da qual os títulos mais conhecidos são: *Pedagogia Progressista* e *Para Onde Vão as Pedagogias Não-Diretivas?* Neste período, Snyders faz uma análise crítica de diversas correntes educacionais contemporâneas e afirma que a escola, além de ser um local onde se processa a luta de classes, também deve ser um espaço de transformação social. O segundo conjunto é o das obras escritas entre 1982 e 1996 em que a temática central é a alegria, a satisfação/alegria que a escola deve e pode proporcionar ao aluno, da qual os títulos mais conhecidos são: *Alegria na Escola* (1994) e *Alunos Felizes* (1996). Neste segundo grupo de obras, Snyders analisa o papel da cultura elaborada/erudita trabalhada no ambiente escolar e da apropriação e influência que a cultura primeira e a cultura de massas podem proporcionar e transformar o processo educativo além de trazer alegria para ele (SNYDERS, 1994, 1995). Porém a designação do que este autor chama de cultura primeira ou cultura imediata e cultura elaborada ou cultura escolar tem inspiração no que já havia sido proposto por Gramsci e Bachelard:

O que aqui está em questão é a discussão já travada por Gramsci (retomada por Snyders, com acréscimo dos estudos de Bachelard) entre senso comum e ciência, ou entre cultura popular e conhecimento científico. Snyders procura demonstrar que entre as

duas formas de cultura não existem antagonismos; existem diferenças, mas estas não criam entre as duas um fosso intransponível. Pelo contrário, de uma forma dialética, a cultura escolar, representada pelo professor, encontra-se em continuidade com a cultura primeira, que é a cultura do aluno (CARVALHO, 1999, p. 136)

Embora, em uma visão simplista, não haja relação direta entre um bloco de obras e o outro, o segundo é um desdobramento do primeiro, pois, segundo Carvalho (1999), a temática da alegria escolar já era presente nas obras iniciais de Snyders.

O foco de discussão será como Snyders aborda a alegria, de maneira plena, como necessária e alcançável na educação, e para tanto, será ainda incluída uma terceira obra, *Felizes na Universidade: estudo a partir de algumas biografias* (1995), pois a presente reflexão repousa sob o ensino de Deontologia e Ética na graduação em Farmácia, campo de pouco interesse para boa parte dos alunos deste curso (ZUBIOLI, 2004; RÍOS, 2011; RODRIGUEZ e MORA, 2012). E de fato, por Snyders (1995) “numerosíssimos são os adultos que declaram não ter conhecido nenhuma alegria em seus estudos superiores, mas tão somente enfado e deformação. A verdadeira vida e até mesmo a verdadeira preparação para a vida não teriam acontecido ali” (p.11).

O que se buscou atingir com a apropriação do cinema de comédia para o ensino farmacêutico foi afastar o enfado, aproximar o aluno de um tema árido para ele por meio da cultura de massa, que por si só entretém e proporciona alegria, além de possibilitar uma maneira diferenciada de construção do conhecimento e avanço nos estudos, condições que se afinam com as proposições de Snyders. A alegria é abordada em sua obra no sentido mais amplo, não apenas da graça, do riso, mas da satisfação pessoal também, da “humanização do homem da filosofia marxista, ou seja, o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas” (CARVALHO, 1999, p. 164). A questão da formação humanística também é uma grande preocupação das políticas educacionais que norteiam as DCN dos Profissionais da área da saúde, presente também no artigo 3º DCN de Farmácia (BRASIL CNE/CES 02/2002).

Será exposto brevemente, o que Snyders, em seu livro *Alegria na escola* (1994), chama de cultura primeira, cultura elaborada e cultura de massa, visto que, a partir destas, é que se busca a alegria no ensinar e no aprender. A cultura primeira ou imediata “é a cultura que se adquire fora da escola, fora de qualquer formação metódica e teorizada, que não são frutos do trabalho, do esforço e nem de nenhum

plano. Nascem da experiência direta da vida, se absorvem sem nos darmos conta” (p.31). Está relacionado com o senso comum, com a experiência de vida de cada um. “A cultura elaborada nasce da intervenção do intelecto humano traduzindo-se em grandes obras de arte e que muitas vezes os alunos de classes desfavorecidas só tomam conhecimento por intermédio da escola” (p.73). Também podemos incluir a importância da cultura de massa: “é uma cultura que sabe apreender com as massas, apresentá-la e representá-la (...). A mesma cultura faz vibrar as massas e a mostra vibrante; podem assim as massas, pela primeira vez, ver-se a si mesma frente a frente” (p. 50). Snyders neste ponto considera que a cultura de massa é representada pela música, rádio, TV. Não cita de maneira explícita o cinema, pois à época em que escreveu suas obras originais os filmes eram exibidos apenas nas grandes salas. Entretanto, anteriormente, Walter Benjamin (1955, p.10) já havia declarado que “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte. Retrógrada diante de Picasso, ela se torna progressista diante de Chaplin” e o que o pintor concebeu para ser visto por poucos, o cineasta o faz para ser visto por muitos. Atualmente os filmes concebidos para as grandes telas rapidamente chegam à TV, na *internet* ou são vendidos em mídia, quase que instantaneamente ao seu lançamento e, por isso, alcançaram *status* de cultura de massa, principalmente os filmes de Hollywood.

Retomando a uma afirmação de Snyders (1994) de que

Por isso, às vezes vamos até a cultura de massa, não só para achar divertimento, evasão, compensação dos dissabores, senão porque pode se julgar uma função propriamente educativa em que a gente é feliz aprendendo, se sente feliz aprendendo coisas que lhes ajudariam nas situações da vida: por exemplo, como comportar-se em tal circunstância (p.46)

E dessa forma podemos afirmar que o uso do cinema de comédia no ensino, como promotor de alegria por si só, como uma das manifestações de cultura da massa pode ser um dos caminhos para promover o aprendizado e a alegria no ensino formal, embora não seja a única forma de alegria escolar apontada por Snyders. No seu livro *Alunos felizes* (1996), ele diz que vivemos em uma época em que se tornou compulsória a busca do lazer, que os jovens estão cada vez mais ávidos e buscam a fruição sem culpas, fazendo com que as atividades desenvolvidas no espaço de ensino formal não tenham o mesmo interesse. Ele também expressa ter o sonho de que exista a complementariedade e uma harmonização entre a vida escolar e a vida extraescolar.

Já no livro *Felizes na Universidade: estudo a partir de algumas biografias* (1995), ele anuncia que o espaço de ensino formal também fornece outros tipos de alegria que não os relacionados à cultura primeira e nem à cultura elaborada, e a estes Snyders denomina de alegrias intermediárias:

... aquelas que não são diretamente relacionadas a cultura estudantil, seriam: alegria de progredir, de alcançar realizações cada vez mais difíceis, cada vez mais pessoais; alegria do esforço bem-sucedido: conseguir os resultados almejados, chegar ao objetivo que se fixou; preparar-se eficazmente para um futuro que parece promissor; estar no caminho do êxito social, começar a ser reconhecido (p.25)

Neste intuito, muitas podem ser as estratégias selecionadas pelo docente para fazer com que o aluno encontre alegria no aprender e construir o seu conhecimento. Se for possível elaborar práticas pedagógicas que levem os alunos ao encontro de sua cultura primeira e da cultura de massa, o que causa uma satisfação pessoal e significativa para eles, levando-os às alegrias intermediárias para alcançar uma cultura elaborada, é possível conseguir aproximar o aluno de um tema pouco interessante para eles: a Deontologia e Ética Farmacêutica. A estratégia proposta, a resolução de um estudo de caso tomando como base os enredos dos filmes de comédia *Hollywoodianos* (em uma primeira etapa com tarefas individuais e na segunda etapa com tarefas em grupo), une todas estas características. Entendemos isto, pois a cultura primeira dos jovens é considerada por Snyders quase sempre uma cultura em grupo, e Bergson (1980) também diz que “O riso parece precisar de eco. (...) O nosso riso é sempre o riso de um grupo (p.13)”, é em si uma ação social. Então os filmes de comédia assistidos e analisados em grupo cumprem a função social do riso. O fato de os alunos terem que responder ao roteiro sistematizado do estudo de caso analisando o conteúdo dos filmes também os alçam às alegrias intermediárias, pois os desafiam a progredir, a pesquisar e a aprofundar os estudos em via de solucioná-los. E por fim, conseguindo solucionar as questões propostas por meio da cultura de massa, alcançam a cultura elaborada gestada no espaço de ensino formal.

Mesmo que Snyders (1996) tenha em algum momento afirmado a importância da “transposição didática da alegria – O problema consiste em passar da alegria/não-alegria da cultura para a alegria/não-alegria da cultura dentro das condições escolares (p.50)”, por que foi escolhida a comédia como manifestação de cultura de massa para apoiar o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, já que

de maneira errônea ela foi por muitos considerada um gênero menor? Aqui mais uma invisibilidade emerge: da importância da comédia como gênero literário.

Propp (1992) comenta que para muitos estudiosos o cômico é marcado pela presença de algo menor ou defeituoso, de uma falha de caráter ou defeito moral e que esta afirmação foi repetida muitas vezes, desde Aristóteles até os dias atuais. Dessa forma as situações cômicas podem ser úteis para suscitarem discussões de ordem moral, um dos conceitos abordados na Deontologia. E de fato, a perfeição não proporciona o riso. Entretanto, Destreé (2010) discorda desse ponto de vista depreciativo sobre a comédia e diz que não há nenhum registro na *Poética* Aristotélica que diga literalmente que a comédia é inferior à tragédia, pelo contrário, ele cita algumas passagens que indicam que Aristóteles via a mesma importância tanto em uma quanto em outra, inclusive pelo fato de o espectador das comédias precisar ter inteligência e discernimento necessários para assisti-las e diferenciar o certo do errado. Como a prática pedagógica é destinada aos alunos de graduação, espera-se que deles já se tenha juízo de valor suficiente para debater sobre as falhas humanas.

Bergson (1980) diz que além de o riso ser um gesto social, também causa temor pelo fato de reprimir excentricidades. A comicidade demonstra “certa rigidez de corpo, do espírito, de caráter, que a sociedade quereria ainda eliminar para obter dos seus membros a maior elasticidade e a mais alta sociabilidade possíveis. Essa rigidez é o cômico, e a correção dela é o riso (p.19)”. E assim, podemos inferir que, pela ação de correção o riso possui um veio educativo e reflexivo.

A Deontologia, ramo da Ética Prática aplicada e normativa (SINGER, 2002), como campo do saber, destina-se a abordar os ditames morais, éticos e legais da conduta do profissional. Espinosa, filósofo holandês afirma que o ser humano se relaciona com três formas centrais de paixões que são naturais e originais: a alegria, a tristeza e o desejo. Da alegria nascem: o amor, a esperança, a ética, o contentamento. Nada melhor do que se apropriar da alegria para chegar à ética, então a comédia e o riso são caminhos para se atingir a alegria e a alegria pode ser um dos caminhos para se atingir o ensino de Deontologia e Ética.

Tanto Bergson (1980, p.91) como Propp (1992, p.81) tratam da comicidade profissional, situação recorrente em muitas comédias; de Molière à Gógol, muitos foram os profissionais satirizados, no sentido de apontar as falhas humanas no cumprimento do exercício profissional, tanto na forma de agir observável como na

forma do pensar. Os filmes de comédia *Hollywoodianas* selecionados para este estudo retratam de maneira satírica o cientista que desenvolve medicamentos. Alguns exemplos de comicidade profissional são citados por estes dois autores:

Gógol também não se esqueceu dos cientistas. A partir da conversa de duas senhoras em *Almas mortas*, Gógol mostra como nas ciências de uma hipótese acanhada, recheada depois até a inverossimilhança, nascem falsas verdades que de uma cátedra se espalham pelo mundo. Gógol ridicularizou também o ambiente dos cientistas, anotando com precisão alguns de seus aspectos negativos (PROPP, 1992, p.83);

O humorista é no caso um moralista disfarçado em cientista, algo como anatomista que só faça dissecação para nos desagradar; o humor, no sentido restrito que damos à palavra, e de fato uma transposição da moral em científico (...). Assim, certas profissões têm um vocabulário técnico: quantos efeitos risíveis não se produziram transpondo para essa linguagem profissional as ideias da vida quotidiana (BERGSON, 1980, p.68).

Dessa forma é possível inferir que a alegria, o cômico e o riso reunidos em uma intervenção pedagógica com o uso de filmes de comédia pode representar uma boa saída para promover o processo de ensino-aprendizagem de Deontologia e Ética Farmacêutica. “Trata-se de estimular a elaboração do que o aluno vive e sente; alegria de sentir a complementariedade entre sua cultura primeira e a cultura elaborada, entre a alegria da cultura primeira e a alegria da cultura elaborada” (SNYDERS, 1996, p.140), por aguçar a observação, participação ativa e criatividade por parte dos discentes.

### 1.3. A MULHER NO MUNDO DAS SOMBRAS DO “FAZER CIÊNCIA”

*As aulas de Ciências, assim como as de todas as outras disciplinas, estão repletas de metáforas e analogias que atendem à necessidade da professora (sim, a maioria é do sexo feminino), de se fazer compreender, ou de tornar mais acessível alguns princípios ou ideias científicas. Essas metáforas muitas vezes refletem preconceitos e estereótipos de gênero (SOUZA, 2008, p.155)*

Esta seção tanto busca entender os mecanismos que relegaram a mulher ao segundo plano do fazer ciência, quanto se volta para essa representação em cinco filmes de comédias *Hollywoodianas* que foram utilizados em apoio ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica.

O ensino da disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica está relacionado, principalmente, ao conhecimento, entendimento e aplicação do Código de Ética do

Profissional Farmacêutico, sendo que os Códigos de Ética atuais dos profissionais da área de saúde são inspirados, dentre outros documentos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e nos princípios de beneficência, autonomia e justiça:

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. **(ONU, 1948, Artigo II).**

O objeto principal do ensino da Deontologia, portanto, é problematizar a aplicação das leis referentes à conduta do profissional, mas não se deve restringir a isso. Precisa ir além e trazer à tona a reflexão sobre os princípios e os valores morais. O aluno deve entender a diferença entre ética e moral, entre dever e direito, entre direito individual e coletivo, entre as diferenças de classe, etnia, gênero e cultura para se poder pensar em sua futura conduta profissional e suas implicações na sociedade.

Os filmes selecionados para o estudo de caso foram: *“The monkey business” – O inventor da mocidade* (1952); *“The nutty professor” – O professor aloprado* (1963); *“Junior” – Júnior* (1994); *“The nutty professor” – O professor aloprado* (1996) e *“Senseless” – Sem sentido* (1998). Embora o primeiro foco do uso desses filmes em sala de aula fosse o de suscitar discussões acerca das situações que envolvem a experimentação com substâncias terapêuticas e todo o arcabouço legal que isso demanda, ficou evidente para a docente, no momento de pré-seleção dos filmes, que nos enredos as mulheres se encontravam em posição subalterna em relação aos homens, principalmente no ato do fazer ciência. Essa circunstância motivou a reflexão que ora se apresenta e não deve ser desvinculada das discussões sobre a conduta ética do profissional farmacêutico.

A mulher em filmes é geralmente representada segundo uma estereotipia, que remete necessariamente para fenômenos de categorização, e podem ser objeto de análise de elementos da representação social (BATISTA, 2004). Arruda (2002) faz um interessante paralelo conceitual entre as Teorias das Representações Sociais (TRS) e o Feminismo, já que ambas destinam-se revelar e/ou conceituar aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência, considerados como menores (a mulher e o senso comum). Dessa forma, uma se municia da outra quando se trata de analisar a representação da mulher em contextos variados.

As mulheres estão nos filmes para completar o sentido das histórias e aparecem na maioria das vezes em atitude passiva em relação aos acontecimentos e como “objetificação” do desejo masculino. As tramas principais estão no caso dos cinco filmes, apoiadas na personagem masculina. Muitos são os argumentos da crítica feminista para analisar e explicar essa situação. Segundo Tega (2010, p. 61) “a teoria feminista do cinema teve e tem grande importância tanto nos movimentos feministas como nos estudos cinematográficos, fundando uma nova perspectiva de análise cujas abordagens acompanham os questionamentos e os estudos de gênero”. Dentro dos Estudos Feministas, há muitas abordagens teóricas para se discutir a representação da mulher em expressões artísticas (CRUZ, 2010), tais como: identificar os modos como a “feminilidade” é evidenciada na representação; criar ou transformar estruturas hierárquicas de dominação; produzir uma prática cultural que resista ao posicionamento da mulher como espetáculo, ou objeto do *male gaze*; os dois últimos se constituem no de maior interesse no presente texto. No que diz respeito à exclusão da mulher na ciência, é possível se pensar nas estruturas hierárquicas de dominação e quanto à representação das mulheres passivas, leva-se em conta a “mulher como espetáculo” *in male gaze*.

Quanto à exclusão da mulher na Ciência, vários são os trabalhos que esmiúçam o tema. Há os que buscam estatísticas para demonstrar a desigualdade, tais como Keller (2006), Costa (2006) e Chassot (2011), os que tratam do determinismo biológico que considera as mulheres incapazes de realizar tarefas de raciocínio lógico, o que teria sido relacionado, ao longo dos tempos, ao fato de serem vistas como homens falhos, terem cérebros menores ou por conta das funções reprodutivas que conseqüentemente desviariam o tempo de estudo para o cuidado com a prole (SCHIEBINGER, 2001; COZZI, 2010; NOGUEIRA, 2011). Há uma construção histórica que reforça a hierarquização entre os sexos e a subalternidade da mulher. Na atualidade, ainda sentimos os reflexos da Grécia Antiga em relação às concepções filosóficas das representações do feminino, que levou a pensar o feminino como derivado e, conseqüentemente, as mulheres como o segundo sexo, ao longo de toda a tradição ocidental (HENRIQUES, 2010). Ramalho (2013) afirma inclusive que a mulher no mundo capitalista moderno ainda não é dona de seu próprio corpo e mente, e quando isso ocorre é sob grande risco. As mulheres, via de regra, são representadas na mídia de maneira “objetificada” por conta do apelo consumista, do culto ao corpo e a preocupação excessiva com a

imagem, uma das estratégias de poder sobre o corpo feminino. Isso as aprisiona em uma teia de submissão e alienação.

Outras questões ainda explicam a exclusão da mulher no campo científico ou na academia. No início da década de 1980, Margaret Rossiter propôs dois conceitos que ampliam o sentido do fenômeno do teto de vidro (*glass ceiling*): a segregação hierárquica, fenômeno pelo qual, conforme se sobe a escada do poder e prestígio, cada vez menos mulheres são vistas e a segregação territorial, fenômeno no qual as mulheres tendem a se agrupar em áreas com menos prestígio e menor remuneração (SCHIEBINGER, 2001). O fenômeno chamado de teto de vidro se caracteriza pela ascensão profissional da mulher até um determinado ponto. Quando ela atinge cargos mais altos, de maior visibilidade ou posição de tomada de decisão, há uma barreira invisível que impede que ela suba. Há por outro lado o contrário disso, que aumenta mais ainda a desigualdade; é o fenômeno chamado *glass escalator* (escada rolante de vidro), situação em que os homens progredem mais depressa e com menos qualificação do que as mulheres, especialmente em áreas onde há predomínio feminino, como Educação e Enfermagem (CORRÊA, 2010).

No que diz respeito à “mulher como espetáculo” há, nesse campo, um movimento importante evocado por Mulvey (1975) e ampliado por Kaplan (1983) que repousa na crítica feminista cinematográfica que analisa a representação da mulher tomando como apoio a psicanálise Freudiana e Lacaniana. Elas defendem o fato de que as mulheres são representadas, em sua maioria, de forma erotizada, em atitude passiva, sob um olhar masculino - *male gaze*. Laura Mulvey diz sobre *male gaze* que a mulher é representada em dois níveis: como objeto erótico inerente ao próprio roteiro, e como objeto erótico para o olhar do espectador, compartilhando um tensionamento dos dois lados da tela. Ann Kaplan (1983, p.24) sinaliza que “nos filmes de Hollywood é negada à mulher uma voz ativa e um discurso. Em silêncio, elas vivem vidas frustradas ou, se resistem a essa condição, sacrificam as próprias vidas por tal ousadia”.

Retornando aos filmes em questão, as mulheres assumem posição secundária em relação aos protagonistas masculinos. Dos cinco filmes citados, o único que não segue esse padrão de forma tão clara é *Junior*, em que há uma inversão total de papéis sociais biologicamente determinados. Os filmes apresentam um gradativo aumento da participação da mulher no campo profissional de acordo com a cronologia em que eles foram produzidos e concebidos. Entretanto, na maior

parte dos filmes permanece a erotização da imagem feminina. Por isso a análise será dividida em períodos históricos temporais: *O inventor da mocidade* (1952) situado no pós-guerra; *O professor aloprado* (1963) no período da guerra fria; *Júnior* (1994), *O professor aloprado* (1996) e *Sem sentido* (1998) nos anos 90, era de grandes avanços tecnológicos e do colapso do comunismo (BLAINEY, 2008). Fazendo um paralelo temporal de como as mulheres foram retratadas nos filmes sob a perspectiva das teorias feministas, cabe salientar que a ficção reflete os comportamentos e pensamentos praticados na realidade: *O inventor da mocidade* (1952) foi filmado em um período de transição entre a primeira geração do Feminismo, que representou o surgimento do movimento feminista, que lutava pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens, e a segunda geração; *O professor aloprado* (1963) foi produzido na segunda fase do feminismo (segunda geração, onda ou vaga do Feminismo) que surge nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França, na qual feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade; os filmes *Júnior* (1994), *O professor aloprado* (1996) e *Sem sentido* (1998) foram exibidos no Feminismo de Terceira onda ou vaga, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade (NARVAZ e KOLLER, 2006). Sendo assim, a exclusão da mulher na ciência e suas representações fílmicas nos títulos selecionados serão analisadas sob essas perspectivas.

### **A percepção da imagem da mulher pelos expectadores**

A crítica feminista cinematográfica ganhou grande impulso com o trabalho de Laura Mulvey (1975) que foi abordada e ampliada por Kaplan (1983), teóricas a quem se pode atribuir, em parte, a explicação da subalternização e passividade da mulher no cinema. Mulvey e Kaplan criticam o cinema narrativo clássico, considerando que este explorou a mulher como objeto erótico a ser contemplado pelo olhar masculino. Mulvey relata que o que a levou a interpretar a representação erotizada, passiva da mulher nos filmes *hollywoodianos* foi uma participação em um grupo de leitura sobre a psicanálise freudiana, pois Freud elaborou teorias sobre a sexualidade da mulher em uma sociedade patriarcal (MULVEY, 2005). Ela se apropria de conceitos freudianos tais como a escopofilia e o *voyerismo* para tentar entender o *male gaze*. Entretanto a psicanálise é utilizada não só para aprofundar

uma análise cinematográfica, mas sim a análise de um discurso dominante falocrático embasado em uma diferença sexual que sustenta a verdade de toda a ciência, a lógica de todo o discurso: que a mulher funciona como “o outro”, sem voz, que só existe e é representado pelo masculino (IRIGARAY, 2003). O “outro”, o “diferente” é considerado um ser falho e por isso sem voz ou iniciativa para tomar a frente das decisões.

Kaplan (1983) centrou seu trabalho na análise de filmes produzidos em Hollywood, demonstrando amplamente as formas pelas quais os mitos patriarcais funcionam para situar a mulher como silenciosa, ausente e marginal. Mesmo que os filmes mencionados neste trabalho tenham sido produzidos em três espaços temporais distintos, a passividade e a subalternidade feminina persistem, conforme será visto a seguir.

### **O pós-guerra e a “rainha do lar”**

O primeiro filme a ser abordado é *O inventor da mocidade* (1952). Esse filme foi produzido poucos anos após o término da Segunda Guerra Mundial. O contexto social do período da guerra fez com que houvesse a necessidade da mão-de-obra feminina na esfera do trabalho em substituição aos homens que foram para a frente de batalha. Com o término da guerra os homens que sobreviveram retornaram aos seus postos de trabalho, reativando a ideologia que valorizava a diferença de papéis por sexo, conferindo o espaço doméstico à mulher. O acesso das mulheres no campo científico nos Estados Unidos ainda foi dificultado com uma lei que franqueava os estudos em ciclos superiores com pagamento de pensões vitalícias aos veteranos de guerra (SCHIEBINGER, 2001). Somado a isto, o capitalismo americano do pós-guerra, com sua promessa de prosperidade e consumo de bens duráveis popularizou o *American way of life* que reforçava a imagem da mulher como a rainha do lar nas mensagens veiculadas pela mídia, inclusive no cinema. Esse retrocesso acabou fazendo com que surgisse um novo tipo de feminismo nos anos seguintes, o Feminismo de Segunda Onda ou Vaga (Tega, 2010), que lançava a luta das mulheres para um maior espaço na sociedade.

Para melhor entendimento, é exposto a seguir o enredo do filme: Dr. Fulton (Cary Grant), casado com Edwina (Ginger Rogers) é pesquisador da Oxly indústria química e trabalha desenvolvendo e testando, em macacos, um produto que

pretende funcionar como elixir da juventude intitulado “B-4”. Um dia uma macaca se solta do cativeiro e aleatoriamente mistura substâncias, criando o produto tão desejado. Acidentalmente a mistura feita pela macaca é derramada no bebedouro do laboratório e todos da empresa bebem da água contaminada, experimentando todo o tipo de efeito e confusões.

É interessante notar que no filme *O inventor da mocidade* as mulheres estão totalmente excluídas do espaço científico e de decisões. No laboratório em que o experimento é conduzido só trabalham homens. A ideia colocada no filme é de que Dr. Fulton, caso descobrisse a fórmula da juventude, seria aspirante a ganhar um Prêmio Nobel. Buscando referências históricas, Chassot (2011) salienta que:

Quando se fala de uma Ciência masculina, um razoável indicador poderia ser o número muito pequeno de mulheres que ganharam o prêmio Nobel. Elas são apenas 16 entre os laureados das Ciências (duas em Física, quatro em Química e dez em Medicina e Fisiologia; destas 16, apenas três são exclusivos de mulheres) (p.59).

No filme existem duas personagens femininas que auxiliam na trama. Uma delas é Edwina Fulton (Ginger Rogers), esposa do cientista, ator principal da trama. A outra é Lois Laurel (Marilyn Monroe), secretária do dono da Indústria Química Oxly. A primeira, Edwina, é representada como a “rainha do lar” e vem sempre em auxílio do marido. Mesmo que ela tenha sólida formação em Ciências, o que fora conveniente para preparar a mulher de um grande cientista, não exerce a sua profissão, ficando restrita às atividades domésticas e a ajudar o marido no que for necessário. A outra personagem é encarnada por Marilyn Monroe. Ela é secretária do dono da empresa química onde o experimento é conduzido. Ela é representada de maneira erotizada, já que apenas seus atributos físicos são evidenciados; sua intelectualidade, pelo contrário, é a todo o momento questionada. Sobre Marilyn e o cinema *Hollywoodiano*:

Os anos 50 representam nitidamente o fim de alguma coisa: os filmes são interessantes porque mostram antigos códigos se desmoronando, prontos para ruir mais ainda se aguentando. A sexualidade respingava por todo lado sem ser, entretanto, reconhecida: os mecanismos que nas décadas anteriores funcionavam para controlar a sexualidade feminina, e que explorei detalhadamente, reconheciam implicitamente a força e o perigo da sexualidade feminina: nos anos 50 o medo da sexualidade parecia reprimido – e por isso mesmo transborda por toda a parte. (Penso especialmente em atrizes como Marilyn Monroe e Natalie Wood em comparação com Marlene Dietrich, Lauren Bacal, Rita Hayworth) (KAPLAN, 1983, p.20)

Tomando como base as personagens retratadas no filme, no que diz respeito à subalternidade e exclusão no campo científico, Araújo (2010) aponta que as mulheres sempre estiveram presentes no curso da humanidade, inclusive no campo das ciências, mas a sua participação foi ora negada, ora apagada, pois eram criados mecanismos políticos, sociais e culturais que as categorizavam como incapazes para o desenvolvimento da atividade científica. No caso de Edwina seria a pressão de sua condição social, foi educada de maneira adequada para apoiar seu marido cientista e seus atributos intelectuais deveriam ser utilizados apenas para a manutenção da sua família. No caso de Lois, por ter origem humilde, ela teria que se sujeitar a trabalhar para se manter, entretanto não teria condições de galgar posição de destaque no mundo do trabalho pelo fato de ser mulher. Restaria apenas a posição subalterna de ser secretária. Como na sociedade ocidental a mulher é encarada como o “outro” a diferença em si já estabelece e implica em uma hierarquia, como é possível ver, por exemplo, na longa jornada das mulheres em busca da cidadania e autonomia econômica no século XX, nos Estados Unidos: pelo fato de não serem homens, muitas vezes eram e, ainda são impedidas de galgar determinados postos de trabalho (RAMALHO, 2013).

### **Na Guerra-fria formam-se futuros cientistas**

O segundo filme a ser tratado será *O professor aloprado* de 1963 que foi produzido e lançado na primeira metade da Guerra Fria, em que o planeta vivia um teórico estado de paz, mas uma preparação iminente para a guerra a eclodir entre Estados Unidos e União Soviética. Assim, nesse período em que se instalou a corrida armamentista, o exercício das profissões militares e científicas exigia uma “certa insanidade” em promover o desenvolvimento tecnológico para dar aporte à guerra sem que isso fosse abertamente revelado (HOBBSAWN, 1994). Daí advém um período de incentivo à formação científica. Nos Estados Unidos o Título VII da Lei de Direitos Civis (posteriormente reforçada pela Lei de Igual Oportunidade de Emprego de 1972) proibia discriminação baseada em sexo na educação e emprego. Nesse frenesi tecnológico muitas mulheres ganharam espaço no campo científico.

No que diz respeito à representação das mulheres no cinema dos anos de 1960 Ann Kaplan (1983) diz:

O cinema contemporâneo, é claro, foi muito mais longe que o cinema *noir* na representação explícita da sexualidade feminina. As causas que levaram a isso são bem conhecidas: os numerosos movimentos dos anos 60 produziram mudanças culturais radicais que afrouxaram os rígidos códigos puritanos. (...) A exibição ostensiva da sexualidade feminina tem sido uma ameaça para o patriarcado e tem exigido um nível muito maior de objetividade acerca das causas subjacentes de a mulher ter sido relegada à ausência, ao silêncio e à marginalidade...os medos patriarcais não funcionam mais nessa era pós-60: a mulher sexual não pode mais ser taxada de “má”, uma vez que adquiriu o direito de ser “boa” e sexual (p.23).

E de fato, como a ficção reflete a vida real e a sociedade em que ela foi criada e não deixa de, por sua vez, também influenciá-las, há no filme uma liberalidade espontânea na sexualidade feminina. E também uma maior participação das mulheres no campo acadêmico e no espaço decisório, praticamente em uma relação de um para um entre homens e mulheres, o que é demonstrado, tanto nas cenas em que aparece a sala de aula, como na sala do Conselho de professores, onde homens e mulheres dividem o mesmo espaço.

Para melhor entendimento será exposto o enredo do filme: Dr. Kelps (Jerry Lewis) filho de uma mãe opressora (Edwina Kelps - Elvia Allman), é magro, franzino e desajeitado e professor de uma escola secundária. Ele se apaixona por uma aluna, Stella Purdy (Stella Stevens) e resolve experimentar em si mesmo um tônico que ele inventou e que o torna mais viril para tentar conquistar a sua amada. A experiência proporciona momentos de Dr. Jakyl (Buddy Love) e Dr. Hyde ao Prof. Kelps.

Existem duas personagens femininas de maior relevo, uma é a doce estudante Stella Purdy, pela qual o professor se apaixona e a outra é Edwina Kelps, a mãe repressora que foi implicitamente responsável pela criação do professor tão desajeitado e tímido.

A primeira, Stella, é aluna do Prof. Kelps. Angelical, ao mesmo tempo é sensual e experimenta a liberdade de frequentar a noite, beber e fumar em uma sociedade puritana do interior dos Estados Unidos. No filme é retratada como estudante mediana, por vezes relapsa por ter a “cabeça nas nuvens” quando se apaixona por Buddy Love, a segunda personalidade do Prof. Kelps. Nesse sentido, Araújo (2010) reforça que o cinema continua tecendo muito mais aquela velha imagem da mulher que não usa o intelecto para fazer ciência, e continua descrevendo a ideia já discutida por tantos outros teóricos feministas sobre os

estereótipos sexuais, embasados em evidências biológicas, que associam aos homens as características de racionalidade, competitividade e objetividade e às mulheres à passividade e emotividade. Tanto é assim, que na porção final do filme *Buddy Love* diz que a ciência pode viver sem a contribuição dela e ela deixa os estudos para se tornar esposa e mãe como cabe à redenção e salvação da mulher no sistema de domínio do patriarcado ocidental.

A segunda, Edwina Kelps aparece pouco na trama. É a mãe opressora que é ríspida e autoritária com o Prof. Kelps e seu pai. Ela delega ao Sr. Kelps parte das tarefas domésticas e o destrata sempre que pode. Em dado momento o pai do Prof. Kelps toma o tônico e tem sua masculinidade exacerbada, assim ele passa a dominar a relação.

Nos dois casos o que se observa é o modelo fetichista em que a mulher é diegeticamente<sup>6</sup> controlada pelo matrimônio, ou quando ela não se submete ao modelo e deve ser punida, “a *femme fatale* deve ser assassinada. O revólver ou faca assumem o lugar do falo que deve, eliminando-a, dominá-la” (KAPLAN, 1983, p.22).

### **A era da crise e o feminismo crítico**

Os três últimos filmes foram produzidos na década de 1990. O mundo, nesse período, passou por muitas mudanças. Havia terminado a “Era de Ouro” em que muitos países haviam experimentado amplo crescimento econômico no Ocidente. Não só o comunismo ruiu como o mundo capitalista também sofreu uma série de crises cíclicas entre 1980 e 1990. Por outro lado, o mundo experimentou um grande *boom* tecnológico que veio a dar mais conforto aos lares e diminuir os postos de trabalho, retroalimentando a crise (HOBSBAWN, 1994). Os movimentos feministas foram se transformando ao longo dos anos de 1970 - feminismo da segunda onda, o da igualdade, que procura romper as barreiras que impedem às mulheres o acesso ao mundo público, em 1980 - o feminismo da diferença que discute a sexualização e em 1990 o feminismo radical que discute o fato de a ciência, a sexualidade, e o

---

<sup>6</sup> **Diegese** é concebida como um significado longínquo do filme considerado (o que ele conta e tudo que ele supõe). A instância diagética é o significado da narrativa. A diagese é a instância representada do filme, ou seja, o conjunto de denotação fílmica. Dicionário teórico e crítico do cinema, por: Jacques Amount e Michel Marie.

gênero estarem desenhados de maneira dicotômica, tentando renegociar os processos hierarquizantes (MAFFIA, 2002).

Em países como o Brasil, por exemplo, o panorama acadêmico é melhor e a participação de mulheres na força total de pesquisadores é maior do que a média mundial, inclusive quando comparados a países com grande tradição científica. Esse ponto positivo, porém, contrasta com uma dura realidade: a violência urbana aumenta a mortalidade de homens em idade produtiva e as desigualdades sociais fazem com que seja relativamente fácil a uma mulher de classe média alta contratar uma empregada para substituí-la em seus afazeres domésticos (NOGUEIRA, 2011). Chassot (2011) ressalta que no Brasil, mesmo que as mulheres estejam se preparando melhor para a vida profissional, elas continuam ganhando menores salários. Para exemplificar numericamente, em um grupo de trabalhadores estudados por uma empresa de Recursos Humanos, 19,5% das mulheres era pós-graduada, a proporção entre os homens é de 17,3%. Um total de 44,2% delas tem graduação, ante 38% deles. Mesmo assim, elas recebem em média 40% a menos do que eles.

É importante dizer que as mulheres retratadas nos filmes têm inserções diferentes no campo científico. Embora partilhem de maneira mais expressiva do espaço científico, continuam em cena apenas para completar a história, de maneira passiva, aguardando a ação ativa do personagem principal masculino, perpetuando o *male gaze*: uma é cientista renomada, líder de linha de pesquisa, com laboratório próprio no filme *Júnior* (1994); outra é professora de graduação que não desenvolve nenhum experimento ou qualquer outra atividade de relevância no filme *O professor alopado* (1996); a terceira é estudante de graduação mediana no filme *Sem sentido* (1998). A esse respeito, Silva e Cruz (2007) comentam que a análise da política de representação de personagens femininas nos filmes de ficção tem sido uma preocupação central de muitas críticas feministas, e que foi detectada a ausência de papéis femininos fortes que saíssem da visão patriarcal tradicional. Outra questão interessante de se notar é que dois entre os três filmes abordados têm como base das experimentações a Engenharia Genética (*Júnior* e *O professor alopado*), e o experimento do filme *Sem sentido* é relacionado com neurociências. Cunha e Giordan (2009) assinalam que a imagem da Ciência refletida no cinema reproduz o que é novidade ou pesquisa de ponta no momento em que as obras são concebidas e que, nos anos de 1990, esses campos científicos alcançaram grande repercussão.

Geralmente, nos filmes a primeira parte explica as conquistas da Ciência e, na continuação, os cientistas tentam fugir das consequências de suas descobertas/criações. É sob essa perspectiva que serão descritas de maneira breve as personalidades femininas desses três filmes.

### **Tudo trocado em um mundo performático**

Dos filmes abordados, o título *Júnior* (1994) talvez seja o que se afaste mais dos padrões de erotização e passividade da imagem da mulher no cinema, recaindo, porém, em outro estereótipo bastante difundido: o do cientista solitário, desajeitado e desleixado com a aparência. Para melhor entendimento cabe aqui o enredo do filme: Dr. Arbogast (Deni de Vito) e Dr. Hess (Arnold Schwarzenegger) trabalham em uma Universidade desenvolvendo o produto “Engravidol” que pode auxiliar as mulheres que sofrem de infertilidade a conceberem filhos. As autoridades governamentais da saúde vetam a continuidade dos testes e conseqüentemente a Universidade cancela o financiamento da pesquisa. Frente a isso, os dois se veem obrigados a realizar a auto-experimentação no Dr. Hess, conseguindo a primeira gravidez masculina de que se tem notícia. Para tanto eles roubam o óvulo de uma pesquisadora de criogenia, Dr. Diana (Emma Tompson), que passa a ser o “pai” da criança.

Frente ao enredo ora apresentado, muitas questões são trazidas à tona. Sobre a Bioética que envolve a reprodução assistida, sobre a atribuição de comportamento, responsabilidades e papéis sociais demarcados pela questão reprodutiva, as relações de poder sobre a paternidade/maternidade, prole e corpo. Há uma inversão de papéis sociais no binômio pai-mãe na história. Com isso há duas figuras femininas a serem apreciadas, Dra. Diana (mãe-pai) e Dr. Hess (pai-mãe). Por questões circunstanciais, Dr. Hess se traveste de mulher e com a experiência de se tornar mãe possibilitada pela ingestão do medicamento Engravidol, passa a se comportar de acordo com os estereótipos femininos maternos. Atenção para o fato de que, no filme, apenas ao homem foi permitido performatizar comportamentos tidos como femininos, enquanto esse tipo de *performance* não foi franqueado à Dra. Diana, que se comportou dentro dos padrões ocidentais e patriarcais esperados para ela. Nesse sentido vêm as teorias de Judith Butler (1990) que escreveu sobre a performatividade, em que atesta que as identidades são culturalmente construídas, flutuantes e cambiantes, não fixas,

situação que influencia o comportamento humano, tornando o gênero desvinculado do sexo-como-matéria e do sexo-como-instrumento-de-significação-cultural. Argumenta que para Wittig e Beauvoir, portanto, ser mulher é tornar-se mulher, mas, como esse processo nada tem de fixo, é possível tornar-se um ser que nem a categoria de homem nem a de mulher descreve verdadeiramente, como é o caso do comportamento do Dr. Hess ao longo do filme. Uma questão que fica é: contrariando a teoria psicanalítica freudiana de que a mulher é caracterizada como um homem falho, marcada pela falta do falo, no caso do filme *Júnior* (1994) não seria o homem também falho e invejoso perseguido pelo desejo que lhe foi negado, o de gerar uma vida? (LE BRETON, 2003).

Centrando agora na figura da Dra. Diana, ela é pesquisadora já renomada no meio científico. Tem financiamento para suas pesquisas de criogenia e por ter prestígio e fomento recebe o Laboratório que era de Dr. Hess e Dr. Arbogast para desenvolver seus experimentos. Estudos sobre a representação da Ciência e de cientistas na mídia, em especial no cinema não são novidade. Barca (2005) verificou que na concepção da maior parte da população leiga o pesquisador é do sexo masculino, trapalhão genial, cheio de tiques, ridicularizado e incompreendido por seus alunos e pares. Dra. Diana é desajeitada, e não se preocupa em parecer sensual em sua rotina. Quando se arruma para uma festa se atrapalha com as saias e os saltos. Schiebinger (2001) traça um panorama interessante sobre as mulheres dedicadas às Ciências, que muitas vezes abdicam dos cuidados com sua aparência, tal como Marie Curie sempre vista em público com um vestido negro simples e cabelos severamente presos; na mesma linha, a química Geri Richmond confessou ter abdicado da vaidade para ganhar credibilidade científica pelos seus pares (homens) e Anne Kinney, astrônoma da NASA, se viu forçada a deixar de proferir palestras com vestidos e passou a discursar vestida de jeans e blusa de xadrez, pois temia que sua aparência chamasse mais atenção do que a sua fala, fato que ocorria com frequência. Um exemplo mais emblemático disso é a descrição que James Watson fez de Rosalind Franklin

ela não enfatizava suas qualidades femininas .... com trinta e três anos de idade, suas roupas exibiam toda a imaginação de uma adolescente inglesa intelectualizada). Nada mais impróprio para se comentar em um livro e ainda completa: "o melhor lugar para uma feminista era no laboratório de outra pessoa" (SCIEBINGER, 2001, p.153)

Sendo assim, a mulher precisa forçosamente se livrar da vaidade, quer seja por meio da mimetização de uma atitude masculina a fim de ser compreendida pelos outros membros da academia, quer seja pela estratégia de concentrar a sua atenção em suas contribuições científicas e não na sua beleza física. Mesmo que a Dra. Diana (mãe-pai) esteja em princípio mimetizando atitudes masculinas, ela se deixa levar pelo romantismo e se casa com Dr. Hess (pai-mãe) do seu filho Júnior.

### **Mulheres afro americanas**

Os dois últimos filmes a serem apresentados (*Professor alopado* – 1996 e *Sem Sentido* – 1998) trazem em comum a representação da comunidade negra americana. Impossível abordar esse assunto sem que se pense nas questões não somente de subalternidade feminina, mas também a segregação racial. Interessante notar que os dois filmes foram dirigidos por cineastas brancos (*Professor alopado* dirigido por Tom Shadyac e *Sem sentido* dirigido por Penelope Spheeris – mulher branca). Esse fato, por si só, apresenta duas situações interessantes: a representação fílmica de negros sob a perspectiva dos brancos e a visão de uma cineasta sobre a condição dos negros e das mulheres retratadas no filme.

Convém lembrar que o filme *O professor alopado* (1996) estrelado por Eddie Murphy em vários papéis simultâneos é uma refilmagem e adaptação do filme *Professor alopado* de 1963 estrelado por Jerry Lewis. Nota-se que a representação do que era inapropriado em 1963 para um homem (franzino, tímido, desajeitado) se modificou com o tempo, acompanhando o crescente apelo consumista da atual sociedade americana capitalista, em que o protagonista do filme é obeso, guloso e desajeitado.

Mesmo que esses dois filmes sejam os mais recentes dos cinco escolhidos para se utilizar em sala de aula, a participação das mulheres é bem menos expressiva do que nos outros três filmes cronologicamente anteriores. As mulheres estão na trama para completar o sentido do enredo, mas desempenham seus papéis de forma absolutamente passiva. Fazem com que os homens, protagonistas das histórias tomem às rédeas da situação, tanto para conseguir conquistar seu objeto de desejo, as pretensas namoradas, como para protegê-las, (as mães). Isso demonstra que o *male gaze* (MULVEY, 1975; KAPLAN, 1983) ainda se perpetua, mesmo em filmes de comédia mais recentes. As mulheres negras representadas nos

filmes (aspirantes à esposa ou as mães) vêm de origens distintas e são todas redimidas pelo casamento ou maternidade da mesma forma que outras personagens femininas são referidas por Kaplan (1983). Alguns mecanismos podem explicar essa hierarquização e subalternidade das mulheres negras retratadas nesses dois filmes. Pela perspectiva psicanalítica por serem consideradas como “o outro”, não homem, não branco, pois elas aparecem no filme como coadjuvantes do fazer ciência ou fora do espaço científico. Nesse ponto, julgamos pertinentes as palavras de Butler (1990, p.191):

Como sugeriu Iris Young, em sua leitura de Kristeva para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida as identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação da repulsa pode consolidar “identidades” baseadas na instituição do “Outro”, ou do conjunto de Outros, por meio da exclusão e dominação.

Pela perspectiva política de exclusão da mulher na Ciência, Arrazola (2002, p. 68) assim se pronuncia:

Desde os idos dos 70 e nos anos 80 até o presente, os estudos e pesquisas sobre mulher, gênero e ciência forneceram uma *estonteante* gama de problemas teóricos, epistemológicos e políticos, base de grandes polêmicas entre feministas acadêmicas, especialmente nos Estados Unidos. A crítica feminista questiona as ciências pelo seu caráter androcêntrico, desvelando que elas não são neutras do ponto de vista do gênero, da classe e da raça.

Pelo ponto de vista midiático, bell hooks<sup>7</sup> (1992, p.2) sustenta que:

Existe é uma conexão direta e permanente entre a manutenção da supremacia branca patriarcal na sociedade e a institucionalização através de meios de comunicação de imagens específicas, diligências de raça, de negritude que sustentam e mantêm a opressão, exploração e dominação global de todas as pessoas negras (...) A partir da escravidão a supremacia branca reconheceu o controle sobre as imagens como fundamental para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial.

Sobre o Feminismo e as mulheres negras nos Estados Unidos, bell hooks (1984) afirma que o movimento feminista estadunidense não emergiu de mulheres vitimizadas pela opressão sexista, mas sim a partir de mulheres brancas

---

<sup>7</sup>bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora estadunidense nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O pseudônimo que ela escolheu para assinar suas obras feministas é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O seu texto é assinado com letra minúscula, opção da própria autora.

pertencentes à burguesia que reivindicavam igualdade social com os homens. Elas, em seu discurso anti opressor ignoravam a existência de todas as mulheres pobres e não brancas. As feministas do passado não davam atenção e negavam a hierarquia existente entre raça e classe social. Com o passar do tempo a atitude foi se modificando no sentido de serem mais condescendentes com as mulheres pobres e não brancas permitindo que estas tomassem parte dos movimentos e das teorizações, como se ambos fossem pertencentes às classes brancas burguesas e as outras seriam meras expectadoras visitantes. Aqui se caracteriza a hierarquização e subordinação entre o grupo de mulheres, teoricamente tidas como um bloco único e homogêneo.

Finalmente chegando aos filmes. *O professor aloprado* (1996) é ambientado em uma cidade não identificada, aparentemente de interior, em que a sociedade é conservadora. O protagonista do filme, Dr. Klump, gordo e tímido, é professor de uma escola secundária e desenvolve uma pesquisa de reordenamento genético que faz suas cobaias emagrecerem rapidamente. Ele se apaixona por uma professora de Química novata na escola, Karla Purdy (Jada Pinkett Smith), admiradora de suas pesquisas. Intimidado pela sua aparência física, ele resolve experimentar em si o produto que acaba por transformá-lo em Buddy Love, que além de magro é mais viril, o que resulta em sua alternância entre períodos de Dr. Jekyll e Mr. Hyde.

O filme mostra homens e mulheres, brancos e negros ocupando de maneira igualitária a sala de aula. Há também mulheres no laboratório em que Dr. Klump desenvolve o seu experimento, entretanto há maior destaque para o seu assistente homem e branco. O diretor da escola em que a história se passa é também um homem branco. Araújo (2010) observou que no campo científico quando se reporta à formação de maior graduação, as mulheres se deparam com o “teto de vidro”, o que lhes impossibilita avançar na formação científica até o topo e que essas posições são quase sempre destinadas aos homens brancos. Embora nos filmes elas estejam lá, não ocupam os principais postos.

Dr. Klump vem de uma família tradicional de classe média do interior estadunidense, constituída de avó, pai, mãe, irmão e sobrinho que vivem todos juntos na mesma casa. A mãe de Klump (também protagonizada por Eddie Murphy, assim como os outros membros da família, excetuando-se o jovem sobrinho) é uma mãe tradicional, superprotetora, que está sempre presente para ampará-lo e admirá-lo por suas façanhas científicas. É, nesse contexto, representada, segundo Kaplan

(1983) como “fora” do âmbito da sexualidade, de maneira não ameaçadora para o homem, iconicamente, ao gosto do patriarcado, como presença doméstica perfeita e integralmente abnegada a serviço e dominação do pai.

Já Karla Purdy é professora de Química que já conhece e admira o trabalho de Dr. Klump. Ela não somente é objeto de desejo do Dr. Klump, mas toda a trama do filme se desenrola ao redor do processo de sua conquista pelo desajeitado professor. Ela assiste passivamente todas as ações do filme (*bullying* pelo qual o professor passa, a auto experimentação com droga inovadora, a revelação de todo o mal-entendido decorrente das situações expostas). Aparentemente não desenvolve nenhum trabalho científico de relevo, ficando ao seu encargo somente lecionar e reproduzir o que já está posto no campo científico. Também não aparecem de forma clara no filme outros professores, mas ao que parece é uma escola mista, em que se aceita homens e mulheres, brancos e negros. No seu caso, além de sofrer com as barreiras invisíveis da ascensão científica por ser mulher, é somado a isso o fato de ela ser negra, já que conforme expusemos anteriormente, embora a escola pareça oferecer oportunidades iguais para todos, as posições de destaque parecem ser prioritariamente ocupadas por homens brancos. O conceito da interseccionalidade cunhado por Patrícia Hill Collins *apud* (SARDENBERG, 2002) pode oferecer uma explicação para a condição de Karla no filme. O conceito refere-se a uma forma de se pensar e interpretar diferentes dimensões sobrepostas, tais como raça/gênero, gênero/classe, classe/raça, entendendo que as diferentes esferas podem apresentar diferentes pesos e formas de opressão. Não há referências no filme se ela está nessa condição por escolha própria ou por falta de acesso, mas o que se torna claro é: a subalternidade científica é iniciada pelo fato de a direção da escola ser exercida por um homem branco, a possibilidade de experimentação em laboratório ser conferido a um professor negro e a sala de aula ser oferecida aos dois professores negros, cabendo apenas lecionar como atribuição da mulher.

Já o filme *Sem sentido* (1998) é ambientado em Nova Iorque, cidade em que coexiste todos os tipos de pessoas, com diversas culturas. Supostamente seria um ambiente de convívio igualitário. Curiosamente a obra foi dirigida por uma mulher branca, Penelope Spheeris, sem que isso, no entanto, desse alguma visibilidade às mulheres, brancas ou negras em seu filme. Elas estão lá apenas como coadjuvantes, pois se fossem excluídas não faria a menor diferença na consecução dos eventos principais. Nem mesmo o interesse do protagonista por uma mulher

motivou a trama principal. E de fato, a proposta da comédia não é essa, mas sim colocar em cheque a ambição desmedida na ascensão social insuflada por uma sociedade ocidental capitalista. Para melhor entendimento segue o enredo do filme: Deryll (Marlon Wayans) é o filho mais velho de uma mulher negra e pobre, moradora do Harlem, que foi abandonada pelo marido com cinco filhos para criar. Ele é aluno de uma Universidade e faz todo o tipo de trabalho para conseguir pagar seu curso de Economia e sustentar sua família. Um dos trabalhos que ele aceita e melhor irá remunerá-lo é ser cobaia paga do desenvolvimento de uma droga que aguça todos os sentidos. Ao mesmo tempo surge um processo seletivo para ser analista júnior em *Wall Street*. Ele inicialmente foi excluído da competição por conta de sua condição econômica e social, porém ele retoma a disputa trapaceando e se beneficia dos superpoderes conferidos pela droga experimental, passando a viver todo o tipo de efeito colateral que o experimento pode causar.

Como se pode observar, até mesmo no enredo do filme as mulheres não têm participação direta nos principais eventos, nem mesmo Janice (Tamara Taylor), mulher por quem Deryll se apaixona, é mencionada. O romance entre os dois aparece apenas como pano de fundo.

Esse filme em especial tem vários aspectos que o difere dos outros abordados. O cientista não é o personagem principal, a cobaia é que o é. Não há autoexperimentação, mas Deryll (estudante de Economia) se vende para o experimento, assim como para outras atividades (vende esperma, sangue, cabelos). Janice, sua namorada, estuda Literatura na mesma Universidade. Eles não fazem parte do mundo laboratorial.

Quanto à presença das mulheres nas ciências e na academia, o filme mostra salas de aula com frequências praticamente equilibrada entre homens e mulheres, brancos e negros, porém, no laboratório em que ocorre a experimentação, o pesquisador que coordena o experimento e a sua assistente são brancos. Mesmo que nos Estados Unidos os negros estejam socializados dentro do sistema educacional da supremacia branca, muitos deles estão convencidos de que são indignos de ascensão em campos de conhecimento mais complexos (HOOKS, 1992). Quando ao final do filme, aparece a disputa entre os seis alunos finalistas pela vaga em *Wall Street*, há apenas uma mulher (branca) que é eliminada logo na primeira fase da competição. Não é surpreendente que esse fato tenha sido ilustrado no filme, e revela uma realidade americana da época. Em fins dos anos de 1980,

início dos anos de 1990, a estatística americana Betty Vette apontou que de cada 2.000 meninos do nono grau e 2.000 meninas do mesmo nível educacional 1.000 de cada grupo obtinham formação suficiente em matemática para prosseguir os estudos em ciências exatas. No fim do ciclo secundário, apenas 280 dos homens e 210 das mulheres teriam formação matemática suficiente para seguir uma carreira técnica (SCHIEBINGER, 2001), embora esse estudo não se aprofunde em descobrir o porquê desses números e nem provavelmente Penelope Spheeris tenha se baseado nesses números ao dirigir o filme. Pode residir daí, de uma interpretação simplista e superficial de dados numéricos, o senso comum em se representar no filme apenas uma mulher nas finais de uma disputa que dependa de conhecimentos matemáticos.

A participação das mulheres nessa trama é de fato pequena, embora o filme tenha sido dirigido por uma mulher. Há duas personagens femininas de maior destaque: a mãe de Deryll, que sequer tem nome pronunciado no filme, e Janice, a namorada. Janice é negra, filha de um empresário branco e uma negra, o que lhe atribui outro estrato social. Com isso ela teve a oportunidade de frequentar a Faculdade de Literatura, curso de sua escolha, contrariando a vontade do pai, que desejava para ela a carreira de Direito. A participação dela no enredo é pequena, fechando apenas o par romântico desejável para a empatia do público com o filme. Na época em que o filme foi produzido a discriminação ostensiva na academia nos Estados Unidos já havia amenizado, pois era perfeitamente admissível a segregação racial nas universidades até os fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, por exemplo. Constrangimento duplo era experimentado por mulheres negras (SCHIEBINGER, 2001). Constrangimento esse, que não aparece no filme. Já a mãe de Deryll, embora tenha inicialmente criado os filhos sozinha, agora depende dele para garantir o sustento da casa e a criação dos irmãos menores. Neste tocante bell hooks (1992) enfatiza que no início a grande luta das mulheres negras era a oposição ao racismo, em primeiro lugar, situação opressora tanto para homens como para mulheres, e o objetivo dessa luta era a igualdade nas estruturas sociais existentes, para garantir sobrevivência digna, já que a maioria das pessoas que reivindicavam eram pobres e viviam em bairros racialmente segregados. Os papéis de gênero para as mulheres negras nessa condição eram, portanto, mais claramente definidos como mães e donas de casa.

O que se nota no filme é a supremacia masculina sobre todas as ações. O protagonista é ridicularizado durante toda a história, embora em alguns momentos

ele ressalte o pensamento vigente de sua raça, pelo fato de ser negro (não de maneira descabida, afinal trata-se de uma comédia). Mesmo que este seja o filme mais recente dentre os cinco selecionados e tenha sido dirigido por uma mulher branca falando de negros, fica a percepção de que, embora os anos se passem, a passividade feminina representada nos filmes de *Hollywood* continua a ser perpetuada, pois aqui elas passam praticamente despercebidas, como objeto de admiração ou de prazer, sob o *male gaze* dos espectadores homens e brancos.

## 2. METODOLOGIA

---

### 2.1. O ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, apoiada em dados coletados por intermédio de questionários, relatos realizados pelos sujeitos e observações efetuadas ao longo do trabalho. Este trabalho foi aprovado pelo *Comitê de Ética na Pesquisa da Fiocruz/IOC* em 03/12/2012, recebendo o protocolo de número 175.250. O estudo emergiu da dificuldade encontrada pela professora/pesquisadora no desenvolvimento de suas atividades docentes em ministrar a disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica fundamentada em normas e legislações, para uma clientela que, no momento de escolha de sua graduação, não trazia como foco principal a familiarização com esse assunto. Essa disciplina é componente curricular obrigatório do quarto período do curso de Bacharelado de Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *Campus Realengo* e conta com 27 (vinte e sete) horas aula.

Dessa forma, a pesquisa consistiu na análise do uso de cinema de comédia no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica como estratégia aproximadora e facilitadora, levando em consideração os referenciais teóricos da Pedagogia da Alegria e das Metodologias Ativas. Também será conduzida uma discussão acerca do estereótipo dominante retratado no cinema do cientista que pesquisa medicamentos ser homem, médico ou químico em contraponto com a atuação da mulher farmacêutica, corroborada pela lei, por dados estatísticos das entidades representativas da classe e pela literatura pertinente de Gênero e Ciência.

### 2.2. LOCAL DE TRABALHO

A pesquisa foi desenvolvida no Curso de Graduação em Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ, *campus Realengo*.

## 2.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram os alunos regularmente matriculados no IFRJ, inscritos na disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica, componente curricular obrigatório do quarto período do curso de graduação em Farmácia, da qual sou docente responsável.

Trabalhou-se 4 turmas de graduação em Farmácia com a intenção de se verificar, principalmente, a adequabilidade do uso de cinema de comédia em sala de aula. Questões relativas à imagem do cientista que pesquisa medicamentos também foram apuradas nesses participantes, pois o grupo era constituído de profissionais em formação, que ainda estão construindo sua identidade. O trabalho com os participantes da pesquisa foi centrado no período de outubro de 2012 a abril de 2014, compreendendo quatro semestres letivos, que foram atrasados por conta de greve dos professores do ensino federal. Os professores da graduação em Farmácia não foram abordados, pois o que está em pauta na pesquisa é a adequabilidade da estratégia de ensino e a visão do cientista do medicamento concebido pelo cineasta. Parte-se do pressuposto que a opinião dos professores farmacêuticos sobre as atribuições do cientista do medicamento é bastante clara pela experiência profissional, familiaridade e proximidade que estes sujeitos já têm com o campo de trabalho.

## 2.4. CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ENSINO BASEADA NO USO DE CINEMA DE COMÉDIA

As inquietações que motivaram este trabalho começaram a surgir no momento de pré-seleção dos filmes a serem utilizados em sala de aula. Todos os filmes assistidos, avaliados e analisados para posteriormente serem selecionados para a prática pedagógica estão elencados em ordem cronológica na tabela 2.1:

**Tabela 2.1: Filmes assistidos na pré-seleção de títulos para embasar o estudo de caso**

<b>Título</b>	<b>País</b>	<b>Ano de Produção</b>
<i>The medicine man</i>	EUA	1930
<i>O inventor da mocidade</i> *	EUA	1952
<i>Absent minded professor</i>	EUA	1961
<i>O professor alopado</i> *	EUA	1963
<i>Junior</i> *	EUA	1994
<i>O professor alopado</i> *	EUA	1996
<i>Sem sentido</i> *	EUA	1998
<i>Fórmula 51</i>	UK	2000
<i>A família klump</i>	EUA	2000
<i>Animal</i>	EUA	2001
<i>Amor e outras drogas</i>	EUA	2004
<i>Casseta&amp;Planeta – Seus problemas se acabaram</i>	Brasil	2006

Somente os títulos com \* foram utilizados para a prática pedagógica

Nem todos os filmes assistidos na pré-seleção serão analisados nessa tese.

O critério de seleção para a pesquisa foi:

1. Se adequar ao gênero cinematográfico proposto – comédia
2. Abordar de maneira direta ou não pelo menos, 75% dos temas abordados na ementa da disciplina
3. Possuir versão legendada ou dublada
4. Filmes apenas de Hollywood
5. A história precisa se desenrolar no século XX
6. Ser de fácil acesso em locadora ou para compra em lojas varejistas

Os filmes selecionados foram:

- “The monkey business”. Howard Hawks. 1952
- “The nutty professor”: O professor aloprado. Jerry Lewis. 1963
- “Junior”: Júnior. Ivan Reitman. 1994;
- “The nutty professor”: O professor aloprado. Tom Shadyac. 1996;
- “Senseless”: Sem sentido. Penelope Spheris. 1998.

Entretanto, após a fase de seleção dos títulos, foi observada a exclusão da mulher no espaço científico, o que ocasionou um dos desdobramentos da pesquisa. Por isso, o que se buscou em parte desta pesquisa foi uma explicação fundamentada do porquê da invisibilidade da mulher no campo científico nas representações do feminino nos filmes selecionados. Tentar entender porque a Ciência é percebida no Ocidente como androcêntrica e que essa ideia é reforçada em estereótipos retratados na mídia. A tônica desta discussão foi a exclusão da mulher do campo científico/educacional e a passividade da figura feminina em não ter participação objetiva na consecução dos fatos.

A escolha desses títulos não foi por acaso. A seleção foi feita em momento anterior ao Doutorado, já que essa prática pedagógica já tem sido utilizada pela professora/pesquisadora em sala de aula, não para efeitos de pesquisa, mas como intervenção pedagógica, inclusive com outros gêneros cinematográficos. O interesse é compreender as questões teóricas, por meio de pesquisa, que de fato subsidiam a estratégia de ensino, que já é utilizada empiricamente. O enredo desses filmes tem correlação com os temas mais relevantes da disciplina, tais como: conduta ética do profissional que pesquisa medicamentos, registro de medicamentos, experimentação com seres humanos, limites legais de atuação do profissional (atribuições

profissionais privativas e não privativas), conflito de interesses na pesquisa, uso racional de medicamentos, além de outros questionamentos sobre a ação farmacológica que cada droga testada em cada filme ocasiona sobre o voluntário.

Para melhor entendimento, é exposto, a seguir, a organização didática da disciplina Deontologia e Ética farmacêutica. A ementa (Quadro 2.1), o plano de disciplina (Quadro 2.2) e a indicação de atos normativos básicos correlacionados a cada aula (Quadro 2.3).

Quadro 2.1: Ementa da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo

<p>Conceituação do problema ético dentro do pensamento filosófico e profissional. Deontologia e Ética. Noções básicas de direito administrativo, penal, civil. Diferenciação dos atos normativos. Leis, normas e código de ética da profissão (resolução 417) Sensibilização, conscientização e questionamento sobre a atividade profissional em um contexto sócio-político-econômico. Bioética e pesquisa com seres humanos (Resolução CNS 196/96, Código dos direitos Humanos UNESCO, Código de Nuremberg). Marcos legais da Vigilância Sanitária (Leis 5991, 6360, decretos 79094 e 74170) órgão de regulação Política Nacional de Medicamentos (histórico da SVS até ANVISA), e seus desdobramentos (Política Nacional de Plantas Medicinais, Política Nacional de Práticas Integrativas do SUS e Medicamentos Genéricos). Das infrações e penalidades (Lei 6437), órgãos profissionais (da constituição dos conselhos Lei Federal 6320) - Consultas eletrônicas, atribuições privativas do profissional de farmácia (Bacharel-Decreto federal 87878). Como regularizar um estabelecimento farmacêutico. Regulamento Técnico do Medicamento genérico RDC 135-2003. Farmacovigilância e Atenção farmacêutica pelo ponto de vista legal. Produtos Controlados Portaria 344-998, Balanço de Produtos corrosivos, explosivos e inflamáveis.</p>	
<p><b>OBJETIVO GERAL</b> Fortalecer as bases da ética e legais para a prática profissional responsável e consciente.</p>	
<p><b>ABORDAGEM</b> (x) Teórica (x) Prática</p>	<p><b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> Aulas expositivas dialogadas; Leitura crítica de artigos; Debates; Seminários. Análise de Filmes.</p>
<p><b>ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR</b> Leitura de Textos legais. Debates interdisciplinares para integração do conhecimento.</p>	

O semestre letivo é constituído de 18 semanas. A disciplina conta somente com uma aula semanal de uma hora e meia. O cronograma de atividades do semestre é detalhado no plano de disciplina a seguir.

Quadro 2.2: Plano da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo

<b>Semana</b>	<b>Principais conteúdos</b>	<b>Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem</b>	<b>Principais objetivos da aprendizagem</b>
<b>1ª semana</b>	Apresentação da disciplina. Natureza dos atos normativos.	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar os princípios filosóficos da Deontologia. Propiciar o entendimento do aluno quanto aos diferentes atos normativos e constituição do arcabouço legal sanitário.
<b>2ª semana</b>	Histórico da Profissão. Marcos legais.	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Levar ao conhecimento dos alunos quais foram os marcos legais que reconheceram o profissional farmacêutico, desde o Brasil Império até a atualidade.
<b>3ª semana</b>	Regulamentação da profissão farmacêutica. RT	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar os Conselhos Federal e Regional de Farmácia, o Sindicato dos Farmacêuticos e normas sobre regularização profissional: registro profissional e responsabilidade técnica.
<b>4ª semana</b>	Criação da ANVISA – consultas eletrônicas	Aula expositiva, dialogada e participativa. Utilização de recurso computacional. Internet.	Apresentar as competências e campos de atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura e Agropecuária. Apresentar e ensinar a manusear os sites de Legislação de interesse para o profissional farmacêutico e compêndios oficiais.
<b>5ª semana</b>	Conceitos de ética, bioética, deontologia.	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar e discutir os conceitos de ética, moral, direito, bioética. Abordar o histórico dos códigos deontológicos da saúde.
<b>6ª semana</b>	Ética na pesquisa e experimentação com seres humanos.	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar o histórico e os marcos legais mundiais e brasileiros que regulam a experimentação com seres humanos, com animais, com experimentação genética.
<b>7ª semana</b>	Código de ética do profissional farmacêutico	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Abordar o histórico e os avanços dos códigos deontológicos dos farmacêuticos. Detalhar e discutir os ditames do atual Código Deontológico Farmacêutico.
<b>8ª semana</b>	Avaliação I	Leitura e preparação de resenha crítica individual dos atos normativos pré-selecionados pelo professor.	
<b>9ª semana</b>	Atribuições privativas e não privativas do profissional farmacêutico	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar a lei federal de atribuições privativas e não privativas do farmacêutico. Das Resoluções do Conselho Federal da Farmácia sobre atribuições específicas dos Farmacêuticos. Competências farmacêuticas conferidas ao egresso pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Farmácia.
<b>10ª Semana</b>	Das infrações e penalidades sanitárias.	Aula expositiva, dialogada e participativa.	Apresentar e discutir as infrações e penalidades sanitárias, com ênfase ao contexto brasileiro. Apresentar o processo de Análise Fiscal.
<b>11ª semana</b>	Do comércio farmacêutico e as relações de consumo	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir as questões legais inerentes à atuação do profissional farmacêutico ao longo de suas atividades relacionadas à venda, transporte e comércio de produtos farmacêuticos e correlacionados.

<b>12ª semana</b>	Do comércio farmacêutico e as relações de produção	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir as questões legais inerentes à atuação do profissional farmacêutico ao longo de suas atividades relacionadas à produção, armazenamento e controle de qualidade de produtos farmacêuticos e correlacionados.
<b>13ª semana</b>	Registro de produtos	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir os trâmites legais para legalizar os produtos sujeitos à vigilância sanitária que são objeto de trabalho do farmacêutico.
<b>14ª semana</b>	Produtos sujeitos a controle especial	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir todas as relações de consumo, distribuição, produção e controle de produtos sujeitos à controle especial.
<b>15ª semana</b>	Regulação de medicamentos genéricos.	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir os pré-requisitos legais de registro, prescrição, dispensação, intercambialidade, equivalência farmacêutica e bioequivalência.
<b>16ª semana</b>	Regulamentação da Propaganda de produtos sujeitos à vigilância sanitária	Aula expositiva, dialogada e participativa	Apresentar e discutir os pré-requisitos legais, morais e éticos sobre a regulação de propaganda e divulgação de produtos sujeitos à vigilância sanitária.
<b>17ª semana</b>	Avaliação II	Seminário de apresentação do estudo de caso do filme assistido em horário extraclasse Resenha crítica e analítica do enredo do filme apresentado, levando em consideração os textos legais e conceitos apresentados até o momento no decorrer do semestre.	
<b>18ª semana</b>	<i>Verificação Suplementar (VS)</i>		

O quadro a seguir detalha e correlaciona os principais atos normativos que são abordados em cada aula, entretanto, o arcabouço legal sanitário é amplo e difuso. De acordo com o andamento da discussão e o surgimento das dúvidas outros atos normativos são abordados.

Quadro 2.3: Principais atos normativos que são abordados em cada aula da disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica ministrada no quarto período letivo do curso de Bacharelado em Farmácia no IFRJ- Campus Realengo

<b>Semana</b>	<b>Principais conteúdos</b>	<b>Atos normativos básicos correlacionados</b>
<b>1ª semana</b>	Apresentação da disciplina. Natureza dos atos normativos.	Sem atos normativos
<b>2ª semana</b>	Histórico da Profissão. Marcos legais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto imperial 829 de 1851 da Junta de Higiene Pública;</li> <li>• Decreto 9554 de 1886. (Lei Epiácio Pessoa);</li> <li>• Decreto nº 20.377 de 1931 (BRASIL, 1931)</li> </ul>
<b>3ª semana</b>	Regulamentação da profissão farmacêutica. RT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Federal 3820 de 1960 (BRASIL, 1960);</li> <li>• Lei Federal 5991 de 1973 (BRASIL-MS/SVS, 1973);</li> <li>• Deliberação nº 193 de 2001 (BRASIL/CRF-RJ, 2001);</li> <li>• Deliberação nº 603 de 2009 (BRASIL/CRF-RJ, 2009)</li> </ul>
<b>4ª semana</b>	Criação da ANVISA – consultas eletrônicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Federal nº 9782 de 1999 (BRASIL, 1999)</li> </ul>
<b>5ª semana</b>	Conceitos de ética, bioética, deontologia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código de Nuremberg;</li> <li>• Declaração dos Direitos Humanos;</li> <li>• Declaração de Helsinque.</li> </ul>
<b>6ª semana</b>	Ética na pesquisa e experimentação com seres humanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 466 de 2012 (BRASIL/CNS, 2012);</li> <li>• Resolução nº 251 de 1997 (BRASIL/CNS, 1997)</li> </ul>

<b>7ª semana</b>	Código de ética do profissional farmacêutico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 417 de 2004 (BRASIL/CFF, 2004b)</li> </ul>
<b>8ª semana</b>	Avaliação I	
<b>9ª semana</b>	Atribuições privativas e não privativas do profissional farmacêutico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto Federal nº 87.878 de 1981 (BRASIL, 2001)</li> <li>• Resolução nº 02 de 2002 (BRASIL/CNE/CES, 2002)</li> <li>• Resoluções CFF sobre atribuições profissionais (mais de vinte atos normativos constantes no link: <a href="http://www.cff.org.br/pagina.php?id=144">http://www.cff.org.br/pagina.php?id=144</a>)</li> </ul>
<b>10ª Semana</b>	Das infrações e penalidades sanitárias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 6437 de 1977 (BRASIL, 1977)</li> </ul>
<b>11ª semana</b>	Do comércio farmacêutico e as relações de consumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 5.991 de 1973 (BRASIL-MS/SVS, 1973);</li> <li>• Decreto nº 74.170 de 1974 (BRASIL-MS/SVS, 1974)</li> </ul>
<b>12ª semana</b>	Do comércio farmacêutico e as relações de produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 6.360 de 1976 (BRASIL-MS/SVS, 1976);</li> <li>• Decreto nº 8.077 de 2013 (BRASIL-MS/SVS, 2013)</li> </ul>
<b>13ª semana</b>	Registro de produtos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 6.360 de 1976 (BRASIL-MS/SVS, 1976);</li> <li>• Lei nº 9.787 de 1999 (BRASIL-MS/SVS, 1999);</li> <li>• RDC nº 17 de 2007 (BRASIL, 2007b);</li> <li>• RDC nº 48 de 2004 (BRASIL, 2004);</li> <li>• RDC nº 185 de 2001 (BRASIL, 2001);</li> <li>• RDC nº 10 de 2010 (BRASIL, 2010).</li> </ul>
<b>14ª semana</b>	Produtos sujeitos a controle especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria nº 344 de 1998 (BRASIL-MS/SVS, 1998)</li> </ul>
<b>15ª semana</b>	Regulação de medicamentos genéricos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 9.787 de 1999 (BRASIL-MS/SVS, 1999a)</li> <li>• Decreto nº 3.181 de 1999 (BRASIL/MS, 1999c);</li> <li>• Resolução nº 391 de 1999 (BRASIL/MS-ANVISA, 1999b);</li> <li>• Resolução nº 349 de 2000 (BRASIL/CFF, 2000)</li> </ul>
<b>16ª semana</b>	Regulamentação da Propaganda de produtos sujeitos à vigilância sanitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 96 de 2008 (BRASIL/MS-ANVISA, 2008)</li> </ul>
<b>17ª semana</b>	Avaliação II	
<b>18ª semana</b>	Correção de prova, comentários, revisão de notas	

A estratégia proposta foi a análise de filmes de comédia e seguiu um roteiro de estudo de caso. A prática pedagógica foi aplicada como avaliação ao longo do progresso da disciplina, em substituição às tradicionais provas.

No primeiro dia de aula a dinâmica das avaliações é exposta. A estratégia de ensino é elaborada ao longo de todo o semestre. Cada turma é dividida em grupos de seis componentes (até dezembro de 2012) e cinco componentes (depois de dezembro de 2012). Isso foi necessário, pois houve mudança no arcabouço legal durante esse período. O semestre é conduzido com aulas expositivas e dialogadas. Os componentes de cada grupo não podem ser escolhidos de acordo com simpatia, mas sim de maneira estratégica, pois a prática pedagógica segue em dois

momentos distintos: preparo de resenha crítica, individual, sobre textos pré-selecionados (avaliação I) e resolução e apresentação de estudo de caso em grupo (avaliação II).

Cada componente do grupo recebe um conjunto de atos normativos para fazer uma resenha crítica (primeira avaliação – individual). Os textos legais são pertinentes à ética na pesquisa com animais e seres humanos, regulamentação de medicamentos, regulamentação de propaganda de produtos para saúde, resoluções sobre atribuições do profissional farmacêutico emanadas pelo Conselho Federal de Farmácia. Os textos foram distribuídos de acordo com tamanho e complexidade de cada um. A distribuição dos textos está ilustrada nos Quadros 2.4 e 2.5

Quadro 2.4: Distribuição dos textos para a resenha individual entre os componentes do grupo antes de dezembro de 2012

<b>Aluno</b>	<b>Tema</b>	<b>Ato normativo</b>
<b>1</b>	Experimentação com seres humanos	Resolução CNS 196/96*
<b>2</b>	Experimentação com seres humanos	Resolução CNS 251/97 Resolução CNS 303/00*
<b>3</b>	Experimentação com animais	Lei 11.794/08
<b>4</b>	Atribuições profissionais	Resolução/CFF 381/02 Resolução/CFF 415/04 Resolução/CFF 481/08 Resolução/CFF 482/08 Resolução/CFF 509/09
<b>5</b>	Sobre registro de produtos para a saúde	Resolução 136/03 Lei 9.787/99
<b>6</b>	Sobre propaganda de medicamentos	Lei 96/08

\*Atos normativos revogados e substituídos por ato único, a Resolução 466/2012

Quadro 2.5: Distribuição dos textos para a resenha individual entre os componentes do grupo depois de dezembro de 2012

<b>Aluno</b>	<b>Tema</b>	<b>Ato normativo</b>
<b>1</b>	Experimentação com seres humanos	Resolução CNS 466/12* Resolução CNS 251/97
<b>2</b>	Experimentação com animais	Lei 11.794/08
<b>3</b>	Atribuições profissionais	Resolução/CFF 381/02 Resolução/CFF 415/04 Resolução/CFF 481/08 Resolução/CFF 482/08 Resolução/CFF 509/09
<b>4</b>	Sobre registro de produtos para a saúde	Resolução 136/03 Lei 9.787/99
<b>5</b>	Sobre propaganda de medicamentos	Lei 96/08

\*Atos normativos único que substituiu as resoluções CNS 196/96 e 303/00

A designação dos textos para as resenhas foi feita pela professora/pesquisadora, seguindo a ordem alfabética da lista de chamada de cada turma. Os alunos foram orientados a escolher os membros do grupo, de maneira que houvesse um representante de cada tema, assim, cada componente, no momento de discussão em grupo, atuaria como multiplicador do assunto em que se aprofundou. Esta situação foi proposta para que os alunos tivessem a oportunidade de exercitar estratégia de composição de grupo e habilidades interpessoais, já que no campo de trabalho nem sempre podemos trabalhar com quem temos mais afinidade.

Na oitava semana os filmes foram designados para que cada grupo assistisse em horário extraclasse, pois o tempo de cada filme é superior ao tempo de aula de uma hora e meia semanal.

A prática pedagógica foi conduzida em quatro turmas, duas no ano de 2012 (aqui denominadas 1-2012 e 2-2012 respectivamente) e duas no ano de 2013 (aqui denominadas 1-2013 e 2-2013 respectivamente). Os cinco filmes foram assistidos pelas quatro turmas da seguinte forma, conforme exposto na Tabela 2.2:

Tabela 2.2: Cronograma de aplicação do estudo de caso tomando como base os filmes de comédia

<b>Título do filme</b>	<b>Turma 1-2012</b>	<b>Turma 2-2012</b>	<b>Turma 1-2013</b>	<b>Turma 2-2013</b>
<i>O inventor da mocidade</i>		X	X	
<i>Professor aloprado (1963)</i>			X	X
<i>Júnior</i>	X	X	X	
<i>Professor aloprado 1996</i>			X	X
<i>Sem sentido</i>	X		X	X

As turmas em que os filmes foram exibidos eram constituídas da seguinte maneira: turma 1-2012 - 28 alunos (3 homens e 25 mulheres); turma 2-2012 – 9 alunos (2 homens e 7 mulheres); turma 1-2013 – 33 alunos (4 homens e 29 mulheres); turma 2-2013 – 13 alunos (3 homens e 10 mulheres). Esses números demonstram que as turmas são majoritariamente femininas.

O roteiro analítico do estudo de caso também foi entregue nesse momento, de maneira que os grupos pudessem ter tempo hábil para resolvê-lo. O roteiro do estudo de caso é exposto a seguir:

### **Roteiro para análise de filmes em Deontologia e Ética Farmacêutica**

Assistir ao filme. Debater o filme para localizar os itens pedidos. Apresentar em sala o enredo do filme e os pontos levantados pelo grupo. Tempo para a apresentação de cada grupo (10 minutos). Data da apresentação: XXXXX. O grupo deverá enviar a resenha respondida, em formato word até o dia XXXXX para o email leda.mendonca@ifrj.edu.br.

Análise individual, por escrito seguindo o modelo abaixo:

1. Faça a análise do filme assistido em duas folhas formato A4, fonte Arial 12, espaço simples, margem superior e inferior, esquerda e direita 2 cm. Cumprir esse padrão será o primeiro ponto de avaliação.

2. A análise deverá ser feita à luz dos assuntos abordados ao longo do semestre na disciplina “Deontologia e Legislação Farmacêutica”. Atente para o fato que não existem personagens farmacêuticos nos enredos apresentados, por isso sua correlação será por aproximação e comparação.

3. Sempre que for pedida justificativa para a sua resposta será necessário buscar e citar “entre aspas” o(s) dispositivo(s) legais que comprovem suas afirmações. Enviar sua análise para o e-mail: leda.mendonca@ifrj.edu.br.

4. Siga o roteiro abaixo para conduzir sua análise. O seu texto pode ser livre, porém será necessário atender as questões abaixo expostas.

1. Nome do filme e ano.

2. Aponte e comente pelo menos **uma** passagem no filme, que em sua opinião seja imoral. (Valor: 1,0 ponto)

3. Você considera que as atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista retratado no filme (independentemente de ser ilegal ou não) seriam de competência do Farmacêutico? Justifique sua resposta. (Valor: 1,0 ponto)

4. Aponte, comente e justifique **um** momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) em cada um dos seguintes itens: a) Código de Ética do Profissional Farmacêutico; b) Infrações e penalidades sanitárias; c) Normas relativas à ética na pesquisa com seres humanos; d) Normas relativas à ética na pesquisa com animais; e) Normas de propaganda de produtos para saúde. (Uma situação para cada item) (Valor: 5,0 pontos)

5. Aponte, comente e justifique **uma** passagem no filme que se correlacione com a Portaria 344 de 1998. (Valor: 1,0 ponto)



( ) Drama ( ) Comédia ( ) Romance ( ) Musical ( ) Ficção Científica ( ) Filmes baseados em fatos reais Outro ( ) Qual:
Pergunta 5) Você acha que o uso de cinema facilitou a sua aprendizagem? [Validação da estratégia de ensino]
( ) Sim ( ) Não
Pergunta 6) Você acha que o uso de cinema aumentou o seu interesse na disciplina? [Validação da estratégia de ensino]
( ) Sim ( ) Não
Pergunta 7) Você achou que o filme utilizado em sala de aula conseguiu abordar o conteúdo proposto da disciplina? [Validação da estratégia de ensino]
( ) Sim ( ) Não
Pergunta 8) Você achou válido utilizar essa estratégia de ensino com uso de cinema de comédia como alternativa para sua avaliação no lugar de uma prova convencional? [Validação da estratégia de ensino]
( ) Sim ( ) Não Porquê?
Pergunta 9) Na sua observação, qual é a formação do cientista que conduz a pesquisa com medicamentos no filme que você assistiu? [caracterização da identidade do cientista]
( ) Químico ( ) Farmacêutico ( ) Médico ( ) Outro. Qual?
Pergunta 10) O que levou você a identificar a formação do cientista do filme assistido? [caracterização da identidade do cientista]
( ) A formação dele foi informada de maneira clara no filme ( ) Deduzi a profissão do cientista pelo contexto do filme ( ) Eu estou convicto de que essa atribuição é de competência desse profissional ( ) Outro:
Pergunta 11) Você saberia citar um título de filme que tenha uma personagem farmacêutico(a)?
( ) sim ( ) não Qual:

## 2.6. ANÁLISE DE DADOS

As perguntas fechadas contidas nos questionários e as resenhas produzidas pelos alunos de farmácia foram categorizadas, codificadas e tabuladas, e em seguida gráficos ou tabelas foram construídos. As perguntas semiabertas dos questionários foram analisadas tendo como referencial a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2000).

Os filmes selecionados foram analisados conforme a técnica proposta por Vanoye e Goliot-Lété (1994). Essa técnica consiste em se desconstruir o filme em vários elementos do próprio filme, fragmentando-o, selecionando os fragmentos mais relevantes à sua análise. Assim, o analista consegue um distanciamento emocional do filme. Esses fragmentos são esmiuçados à exaustão. Depois, os fragmentos

selecionados são ligados, formando um todo significativo, de onde emerge o que se quer analisar. Essa análise foi feita com o intuito de se verificar quais são as relações de gênero embutidas nos filmes. Quanto às atribuições profissionais e da invisibilidade do farmacêutico como atuante na pesquisa de medicamentos, se levou em conta as normas relativas às atribuições profissionais e as DCN do curso de graduação em Farmácia.

Tomando como base o perfil da personagem que desenvolve medicamentos delineado pelo cinema e o poder de influência que essa mídia pode assumir, foi conduzida uma discussão do porquê de o senso comum entender que a atividade de pesquisa de medicamentos não tem como profissional principal a farmacêutica.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

#### 3.1. AUSÊNCIA DAS MULHERES NAS CIÊNCIAS EM FILMES DE COMÉDIA

Nem todos os filmes selecionados para a tese passaram por essa análise. Apenas os filmes “O inventor da mocidade – 1952”, “O professor aloprado – 1963” e “Júnior – 1994” foram utilizados para essa discussão por trazerem em seu enredo a temática da exclusão das mulheres do campo científico de maneira mais evidente. Os outros dois títulos, “O professor aloprado – 1996” e “Sem sentido – 1998” serão objeto de estudos futuros em que se conjugarão a exclusão do campo científico não só quanto ao gênero, mas também por questões raciais.

##### 3.1.1. ENSINO FARMACÊUTICO E A CONCEPÇÃO DA IMAGEM FÍLMICA DO CIENTISTA QUE DESENVOLVE MEDICAMENTOS EM FILMES DE COMÉDIA NO PÓS-GUERRA

*In Hollywood films, then, women are ultimately refused a voice, a discourse, and their desire is subjected to male desire. They live out silently frustrated lives, or, if they resist their placing, sacrifice their lives for their daring. (KAPLAN, 1988, p.7)*

Esta seção tem o objetivo de discutir o papel das mulheres que figuram nas tramas dos filmes “O inventor da mocidade” (1952) e “O professor aloprado” (1963) que foram utilizados em apoio ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica. A seleção desses filmes para esse intuito teve como princípio básico apresentar como tema central, o desenvolvimento e experimentação de substâncias medicamentosas.

Questões relevantes emergiram da prática pedagógica, ao longo da análise fílmica: como é a imagem do cientista que desenvolve medicamentos, retratada no cinema cuja visão impregnada pelo senso comum, acaba reforçando-a, pelo fato de essa ser uma mídia que pode influenciar ao grande público? Por que o experimento dos filmes nunca fica nas mãos de nenhuma mulher? Por isso, o fio condutor desta discussão será a ponderação acerca da segunda pergunta, focando, portanto, na relação de gênero existente entre os personagens nos filmes de comédia escolhidos para esta pesquisa.

No tocante à pouca visibilidade da mulher no campo científico, Chassot (2003, p. 61) argumenta que ao contemplarmos a dimensão externa da Ciência Moderna, estamos “desajetivando pelo menos três outros predicados usuais ao qualificá-la: branca, cristã, eurocêntrica (talvez pudesse até se acrescentar um quarto: masculina...). Em relação à representação das mulheres, “com raras exceções, o cinema e a televisão continuam tecendo muito mais aquela velha imagem da mulher que não usa o intelecto para fazer ciência, apesar dos esforços feministas em apontar os feitos científicos das mulheres” (ARAÚJO, 2010, p.9).

O termo gênero tem várias definições. A mais recorrente é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo. Existe uma distinção entre a caracterização anátomo-fisiológica da dicotomia macho/fêmea e o comportamento convencionado como masculino ou feminino. “Há a separação da dimensão biológica da social, que se apoia na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e mulher é realizada pela cultura” (HEILBORN, 1997, p.101).

O surgimento da discussão sobre gênero tem relação com o movimento feminista. Porém existem diferenças importantes entre um e o outro. Enquanto o gênero é uma construção social dependente da cultura, o feminismo encerra um cunho político reivindicatório. É importante notar que os contextos histórico e social serão importantes para discussão e análise da imagem das mulheres retratadas nos filmes em questão. As interpretações sobre a relação entre gênero e ciência ao longo do tempo vão tomando novas nuances, acompanhando a influência do movimento feminista.

Essa exclusão da mulher nas ciências e nos cargos mais importantes do mundo do trabalho já se constrói desde a escola. “Historicamente no Brasil, somente em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, estabeleceu-se o ensino para todas as crianças e se passou a permitir o ingresso de mulheres em instituições de ensino superior” (LIMA, 2002, p.54). Havia mecanismos de segregação entre homens e mulheres, tais como o oferecimento das disciplinas de “Ensino de Artes e Ofícios” apenas para meninos e “Economia doméstica” e “Prendas Manuais” apenas para meninas. Situação que perdurou com a Lei Capanema (Decreto-lei n. 4.244 – Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942), que não tratava apenas da separação física do espaço escolar entre homens e mulheres, mas tinha a intenção de verdadeiramente destinar um ensino diverso à mulher.

Bencostta (2011) traça um histórico interessante sobre os rumos da Educação após o fim da Primeira Guerra Mundial, houve o interesse em melhorar a formação profissional dos operários, enfatizando o ensino técnico, que não foi extensivo às mulheres. As mulheres, que haviam conquistado espaço nas fábricas, agora, pouco qualificadas, eram as primeiras a perder o emprego, migrando para o setor de serviços. Nos anos de 1930 carreiras relacionadas com a educação e o cuidado ao outro, tais como magistério e enfermagem eram muito procurados pelas mulheres. Houve também uma disputa por espaço no ensino universitário. Embora as mulheres tivessem acesso livre a cursos como Medicina e Direito, a obtenção do título não era garantia de colocação profissional.

Cardoso (2011), por outro lado, conduziu uma pesquisa sobre a participação de meninos e meninas em aulas experimentais de ciências. O estudo foi caracterizado por observação das aulas experimentais e entrevistas com os professores sobre que fatores eles conferem ao comportamento dos alunos no laboratório. A autora chegou à conclusão de que, em sua maioria, as meninas fazem a parte mecânica do experimento, enquanto os meninos pensam sobre os fenômenos, e que esse estereótipo é reforçado pelos professores que acreditam que isso aconteça porque há uma essência feminina nas meninas, que são calmas, atenciosas e afeitas ao doméstico, por isso que elas se destinam ao fazer experimental, construindo uma posição de sujeito cozinheira: aquela que segue receita, manipula ingredientes e opera utensílios.

Não é de se espantar, portanto, que a afirmação da presença da mulher nas ciências tenha percorrido um caminho árduo. Por exemplo, na Academia Brasileira de Ciências (ABC), criada em 1916, somente em 1951 é que houve a inclusão da primeira mulher. “Nos anos de 1950, eram quatro participantes passando, nos anos 1990, a congregar 33 mulheres entre seus 200 membros” (ARAUJO, 2010, p.12). Cardoso (2011) reuniu dados de alguns autores sobre a mulher na ciência e concluiu que a maioria delas participa de projetos na bancada do laboratório, enquanto os homens são os coordenadores. Isto é, há uma segmentação das funções, mantendo-as como técnicas e assistentes, o que origina da ideia da incapacidade das mulheres serem boas pesquisadoras e as conduz a uma ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência. Mas esse panorama ora apresentado está se modificando aos poucos, de maneira heterogênea. “Se hoje a presença da mulher na academia, na pesquisa e nas instituições científicas já não é

novidade (na Unesp, por exemplo, mulheres ocupam quatro das cinco pró-reitorias), isso não quer dizer que as dificuldades relacionadas às diferenças de gênero tenham sido completamente eliminadas” (NOGUEIRA, 2011, p.19). Porém esse dado trata-se, ainda, de uma exceção à regra.

Essa suposta incapacidade feminina de assumir seu lugar na ciência, por muito tempo, foi apoiada por teorias de fundo cultural e biológico.

A alegação central das epistemologias feministas é que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Ou seja, supõem valores sexistas androcêntricos. (FERNANDEZ, 2008, p.42).

É importante ressaltar que o que motivou esta discussão foi o fato de que a exibição e análise dos filmes foram utilizadas em sala de aula como estratégias de ensino em graduação de farmácia como substrato para um estudo de caso sobre a dimensão ética do desenvolvimento e experimentação de substâncias medicamentosas. Entretanto, já na fase inicial de pré-seleção dos filmes, a quase ausência de mulheres farmacêuticas nos enredos causou inquietude, não só porque, atualmente, as mulheres constituem a maioria dessa categoria profissional (FENAFAR<sup>8</sup>, 2011), mas também porque o desenvolvimento e experimentação de drogas é atribuição profissional legítima do farmacêutico (BRASIL/CFF, 2009). Ann Kaplan (1988, p.8) afirma que o cinema perpetua a ilusão de que se mostra algo natural, sustentando que “a narrativa cinematográfica apresenta imagens impregnadas de um olhar masculino que subordina o desejo da mulher aos desejos masculinos e a apresenta de forma silenciosa ou frustrada”. Laura Mulvey, (1975), desenvolveu um trabalho de interpretação psicanalítica para a análise cinematográfica que afirma que a mulher, na cultura patriarcal, existe como o significante do “outro” no cinema, e não como produtora de significado próprio, assumindo uma imagem silenciosa.

O foco principal de análise é o estereótipo das mulheres que transitam nas tramas e a compreensão do porquê elas não encontram espaço privilegiado na academia. De maneira geral as mulheres são relegadas a coadjuvantes do fazer ciência, como apoio técnico-laboratorial ou até mesmo emocional ao personagem

---

<sup>8</sup> FENAFAR - Federação Nacional dos Farmacêuticos

principal da trama, o homem cientista. Em nenhum dos filmes analisados a personagem principal é feminina, de maneira que a mulher só aparece para completar o sentido da história. Por isso o “olhar do cineasta” nas obras em questão é predominantemente masculino. Ann Kaplan distingue três olhares em relação ao cinema: (i) dentro do próprio texto do filme, o olhar masculino sobre as mulheres, que se tornam o objeto desse olhar; (ii) do espectador, que por sua vez, é feito para se identificar com esta visão masculina sobre as mulheres que aparecem na tela; (iii) o “olhar” original da câmera que retorna para o filme em todas as ações da filmagem.

Hollywood é pródiga em representar a imagem da mulher perfeita, de acordo com os padrões americanos. Silva e Cruz (2007, p.7) afirmam que o cinema é “uma área de ideologia sexista e que concebe a imagem da mulher idealizada de maneira estereotipada, inatingível para as mulheres em geral”. Isso nos faz acreditar que no cinema, ou de maneira mais detida, nos filmes analisados, a mulher viveu no mundo das sombras do espaço técnico-científico.

### **No Pós-guerra: mulheres perfeitas voltam para casa**

O primeiro filme a ser analisado, “O inventor da mocidade” (1952) foi produzido no período do pós-guerra. As guerras em massa, tal como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mesmo em sociedades industrializadas, como os Estados Unidos fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram “uma revolução no emprego de mulheres fora do lar em substituição aos milhões de homens que foram lutar e morreram no front: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda” (HOBBSAWM, 1994, p.42). Nesse período também houve um aumento da presença das mulheres no campo científico, quadro que se inverteu com o fim da guerra. Essa inversão é fruto do capitalismo transformando a todos, homens e mulheres, em mercadorias baratas que podem ser substituídas de acordo com os interesses geopolíticos do grande capital. Entretanto essa é uma discussão que transcende as questões de gênero e ao objetivo deste texto.

Para melhor entendimento é apresentada, a seguir, a sinopse do filme. O cartaz de divulgação da obra está na Figura 3.1.

Barnaby Fulton (Cary Grant), casado com Edwina (Ginger Rogers), é um químico que tenta desenvolver uma fórmula de rejuvenescimento. O projeto é acompanhado com atenção por Oliver Oxley (Charles Coburn), seu chefe, que prevê lucros imensos caso o produto funcione, além de estar motivado pelo próprio interesse, já que se encontra em idade avançada. Barnaby realiza testes com alguns macacos que mantém em seu laboratório, sem sucesso até o momento. Porém, por acidente, sem que ninguém veja, um deles (a chimpanzé Esther) consegue escapar de sua jaula e mistura aleatoriamente os produtos químicos da bancada de Barnaby, jogando a fórmula no bebedouro. Ao chegar Barnaby faz uma pequena alteração na fórmula em que trabalhava. Resolve experimentar a nova alteração em si mesmo e, logo em seguida, bebe um copo d'água. A partir de então, todo o tipo de situação inusitada originária da ingestão acidental da fórmula alterada pela macaca acontece.



Figura 3.1: Cartaz do filme O inventor da Mocidade (1952). Fonte: FOX Picture

O filme termina com a descoberta do ocorrido pelo cientista, que resolve colocar a macaca Esther para ajudá-lo na formulação e fabricação do produto.

No filme fica evidente a ausência de mulheres no espaço científico e do alto escalão empresarial da Indústria Química como é retratado nas cenas em 15 minutos e 42 segundos, em que aparece um grupo de cientistas envolvidos no experimento de Dr. Fulton (Figura 3.2).

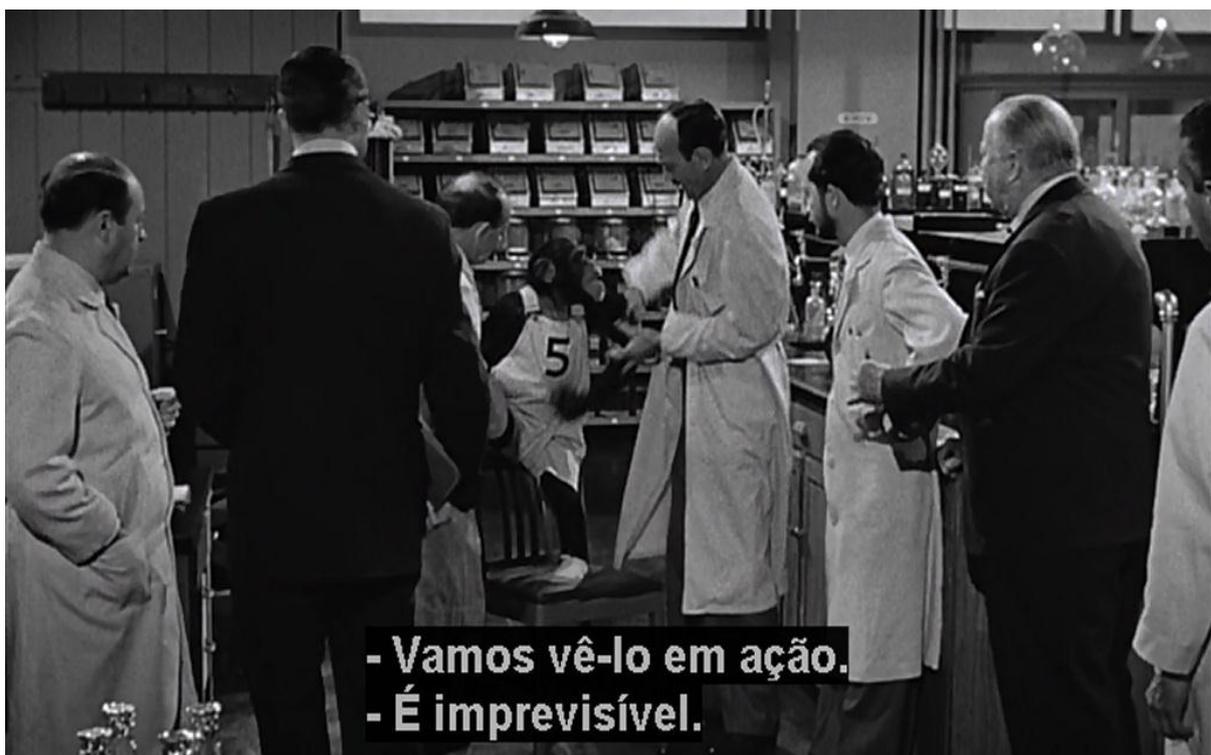


Figura 3.2: Na cena em 15 minutos: 42 segundos só aparecem homens trabalhando no laboratório. Fonte: Filme "O inventor da Mocidade" 1952: FOX Pictures

Só há homens na equipe; e na cena em 1 hora: 09 minutos: 07 segundos - A alta cúpula da indústria Química é composta somente por homens (Figura 3.3) em seguida:

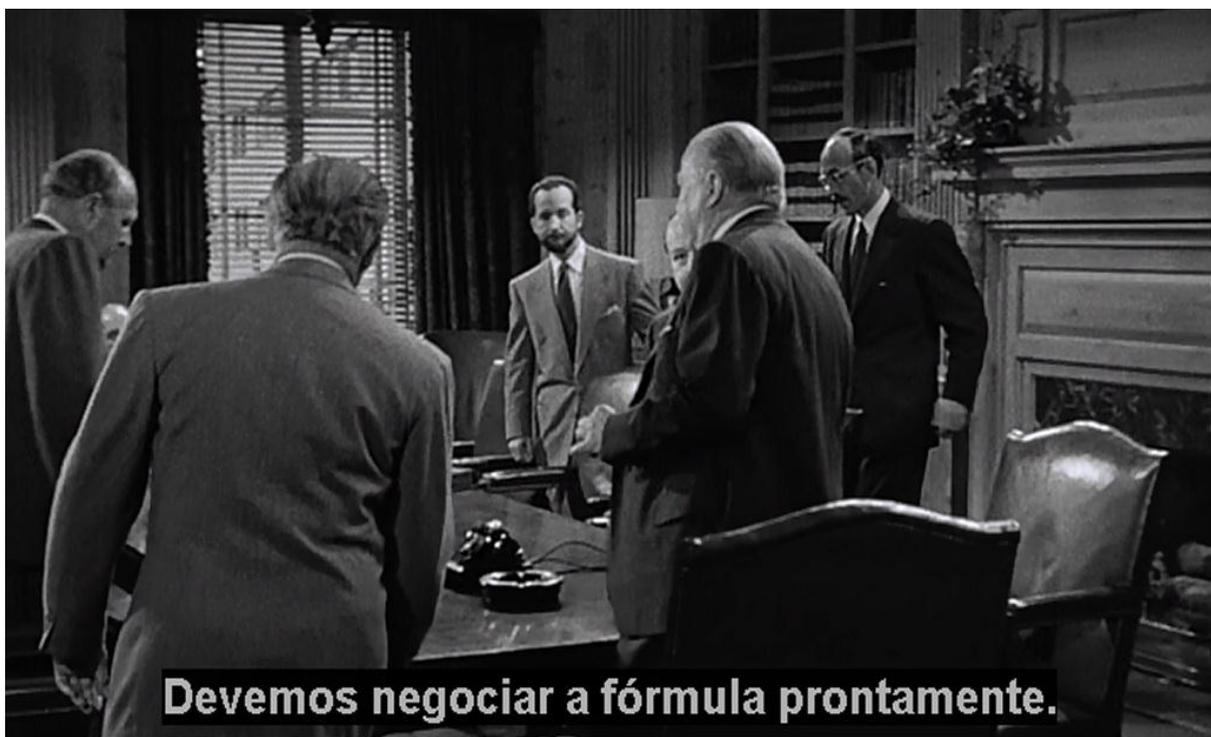


Figura 3.3: Na cena em 1 hora: 09 minutos: 07 segundos, a esfera decisória da empresa é composta apenas por homens. Fonte: Filme "O inventor da Mocidade" 1952: FOX Pictures

No momento da negociação sobre a fórmula, nem a secretária é convocada à sala de reuniões. “Sobre a quase ausência de mulheres na História da Ciência, não deixa de ser significativo que, ainda nas primeiras décadas do século 20, a Ciência estava culturalmente definida como uma carreira imprópria para a mulher” (CHASSOT, 2003, p.69).

Segundo Maffia (2002) existem três tipos de mecanismos de exclusão das mulheres no setor de ciência e tecnologia. Os mecanismos explícitos ou formais que são barreiras legais constituídas, tais como leis e normas que excluem as mulheres do mundo científico ou do trabalho, que na atualidade quase não mais existem. Os mecanismos ideológicos ou pseudocientíficos, que se apoiam na crença de limitações biológicas que impedem as mulheres de conduzirem atividades mais complexas. E, finalmente, os mecanismos implícitos ou informais, subdivididos em discriminação territorial e discriminação hierárquica, reforçados pelo senso comum de que existem áreas que sejam afins às habilidades ditas femininas, geralmente de menor relevância consubstanciada pelo contexto social, em que a mulher sai em desvantagem por conta do arranjo familiar, que delega a ela a ocupação com a reprodução e os cuidados com a casa. Essas obrigações tomam o tempo e esforços da mulher, fazendo com que ela supostamente tenha menos tempo ou condição de se dedicar às ciências ou à profissão.

Schiebinger (2001), sob esse aspecto, salientou que as mulheres nos EUA ingressaram em carreiras modernas na ciência somente após o movimento das décadas de 1870 e 1880, obtendo livre acesso às Universidades, adentrando também em programas de Doutorado, atingindo o ápice na década de 1920, no movimento feminista de primeira onda. Fenômeno semelhante foi observado no período da Segunda Guerra Mundial, em que a história do filme acontece:

As mulheres fizeram alguns progressos nos meios acadêmicos durante a Segunda Guerra Mundial: elas mantinham 12 por cento das posições de ensino em 1942, mas 40 por cento em 1946. Mas após a guerra, no que Margaret Rossiter denominou a remasculinização da ciência, as "velhas meninas" foram postas de lado (SCHIEBINGER, 2001, p.73)

Mas como as mulheres foram retratadas no filme “O inventor da mocidade”? O filme conta com duas personagens femininas de maior destaque que são Edwina Fulton (Ginger Rogers) e Lois Laurel (Marilyn Monroe).

Em primeiro lugar será analisado o perfil de Edwina Fulton, dona de casa e mulher sofisticada, inteligente que utiliza suas qualidades em socorro ao seu marido cientista. A cena em 46 minutos: 06 segundos (Figura 3.4) ilustra bem as qualidades intelectuais da personagem - apresenta as características geralmente atribuídas às mulheres no espaço educacional: é séria, concentrada e, dedicada.

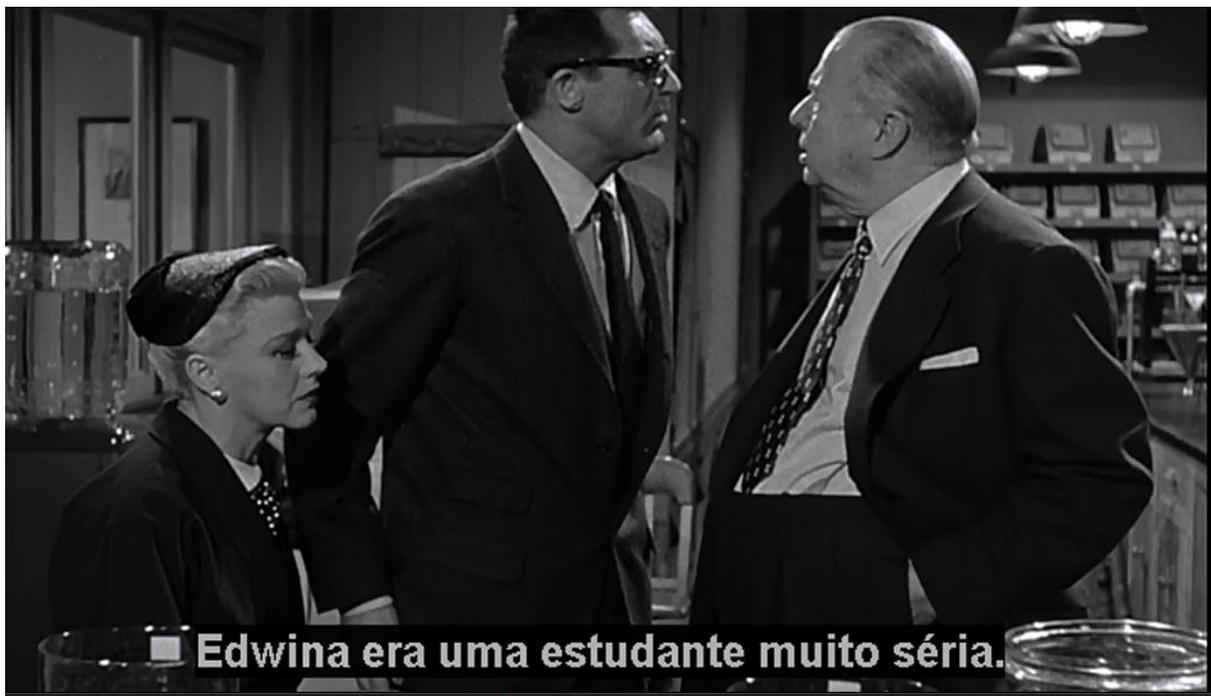


Figura 3.4: A cena em 46 minutos: 06 segundos exalta as qualidades de uma esposa adequada para um cientista. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures

Na situação anterior fica evidente o modelo já repetido, não só na ficção, como na vida real. Embora Edwina possua formação adequada para ser esposa de um cientista, formou-se em Economia, Ictiologia e fez curso de verão de culinária, porém não trabalha fora, é dona de casa. Em muitos momentos da trama utiliza sua capacidade intelectual para auxiliar o marido na experiência. Schiebinger (2001) relata que vários cientistas de renome contaram com o auxílio silencioso de suas esposas para dar cabo às suas experiências, tais como Margaret Huggins (esposa do astrônomo britânico William Huggins), Edith Clements (esposa do ecologista Frederick Clements), e talvez, também, Mileva Maric (esposa de Albert Einstein), um fenômeno que persiste ainda hoje.

O estereótipo da mulher tomando para si os encargos domésticos em seus arranjos familiares não é privilégio apenas das mídias. Essa imagem já é imposta, desde cedo, nos livros didáticos, que de maneira geral ilustram “as mulheres envolvidas em tarefas domésticas, enquanto os homens se concentram no trabalho

ou em atividades fora do espaço privado” (LOURO, 1997, p.70). “Apesar de a escola ser uma instituição tida como transformadora da sociedade, de certa forma, ela tem mantido o modelo hegemônico androcêntrico” (ARAÚJO, 2010, p.10). No caso objetivo da personagem Edwina, mesmo que ela tenha papel de destaque na trama, assume posição subalterna, de mulher idealizada pelos padrões da cultura americana do pós-guerra. Ela estudou, mas não assumiu suas atribuições profissionais. É frisado que fez curso de culinária, considerado como campo de interesse feminino, e ao longo da trama ela é retratada como esposa e dona de casa dedicada. Abdicou de sua profissão para dar apoio à vida profissional do marido.

Quanto à discussão da imagem da mulher em filmes, Silva e Cruz (2007, p.7) frisam que a linguagem cinematográfica anula a mulher como sujeito e que existe um discurso em favor de “uma economia capitalista, patriarcal, dominada pela psicanálise que ao mesmo tempo em que procura justificar a repressão social da mulher, projeta a imagem da mulher ideal a favor da acumulação do capital”.

No caso de Edwina, ela vem em apoio ao marido, pois, a construção social exposta no filme, a possibilidade de êxito profissional do marido é mais certa. Mesmo que ela tenha várias qualidades, ela continua no espaço privado. Na cena em 9 minutos: 54 segundos (Figura 3.5), ocorre um diálogo, na cozinha, em presença de Edwina, entre Dr. Fulton - cientista e Hank Entwhistle - advogado (ex-namorado de Edwina), em que um argumenta com o outro:

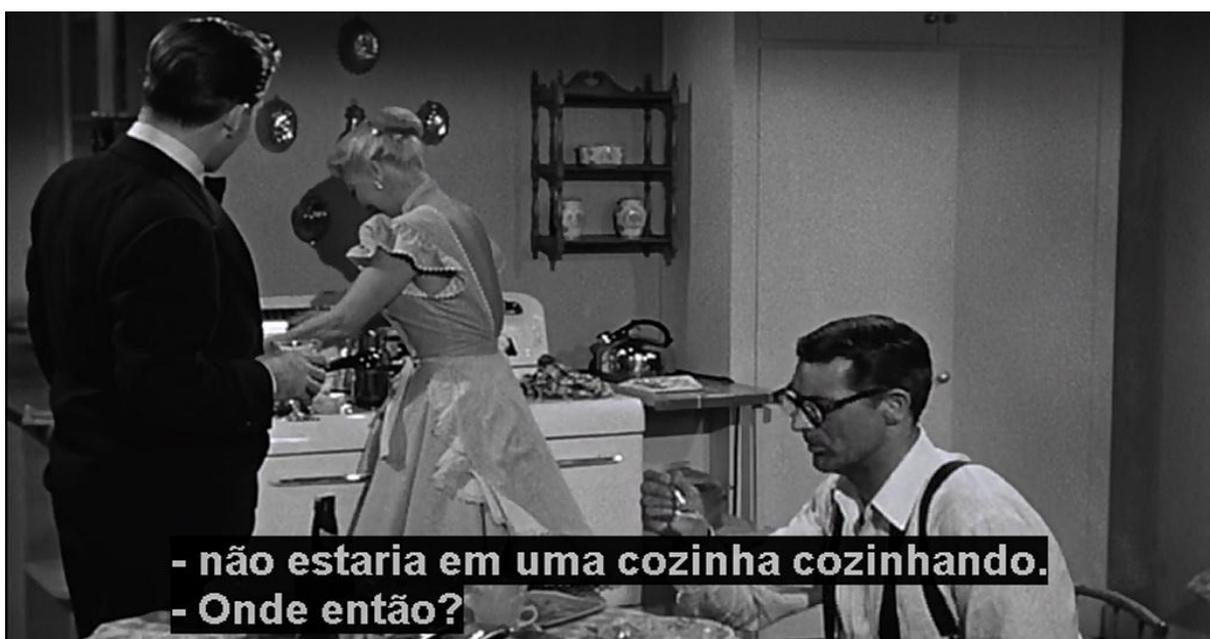


Figura 3.5: Diálogo: Hank Entwhistle: Se ela tivesse se casado comigo não estaria na cozinha.... Dr. Fulton: Ela estaria cozinhando onde, então? Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures.

Já Marilyn Monroe, ícone da sensualidade feminina até os dias atuais, é Lois Laurel, secretária ingênua, ignorante, frágil, servil ao seu patrão, Sr. Oxley, dono da Indústria Química em que o experimento é conduzido. Diferente de Edwina, Lois trabalha, mas não em posição de destaque. Ela foi contratada como secretária apenas pelos seus atributos físicos. O tempo todo tem sua capacidade intelectual desmerecida. Essa situação é bastante clara retratada na cena em 14 minutos: 33 segundos (Figura 3.6), em que o Sr. Oxley pede para Lois procurar alguém para datilografar uma carta que ele ditou para ela porque a julga incapaz de fazê-lo.

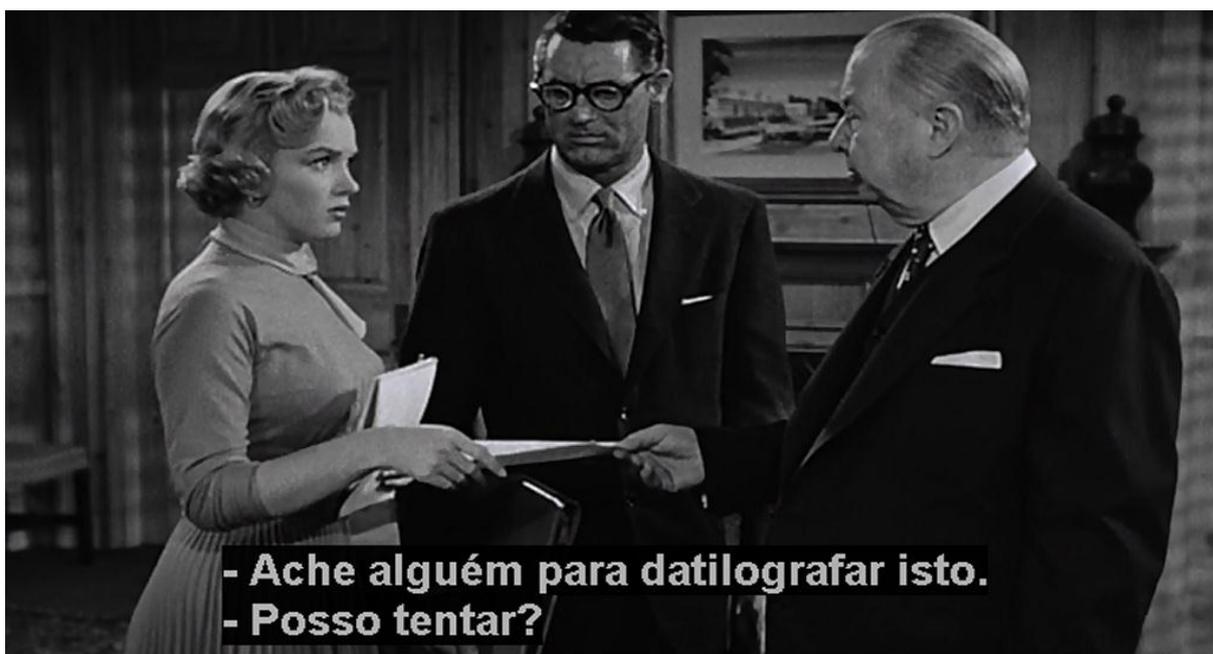


Figura 3.6: Evidenciando a pouca capacidade intelectual de uma mulher nova e bonita. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures

Ela insiste em tentar, ele prefere que não, afinal “ela não está ali para isso”. Apenas sua aparência física é enaltecida. A imagem idealizada aqui é de *sex-symbol*, mundos à parte dos atributos virtuosos da mulher perfeita conferidos à Edwina. A cena, em 31 minutos: 56 segundos, ilustra esse fato: Lois vê um carro novo na loja e diz que é bonito; o vendedor comenta: “só uma beleza para reconhecer outra” (Figura 3.7).



Figura 3.7: Objetificação da mulher. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures

Mesmo que ao longo da trama aconteça uma disputa entre as duas pelo amor de Dr. Fulton, quem ganha é Edwina, em favor da manutenção da família, da moral e dos bons costumes. As duas personagens são retratadas em sentidos opostos, o sagrado *versus* o profano representando a imagem da mulher ideal definida por Lagrave (1991): a) a jovem que deixa o campo e a fábrica para se tornar enfermeira, secretária, professora e empregada nos serviços; b) a mulher casada que redescobre os encantos da vida doméstica; c) a jovem burguesa que se torna intelectualizada.

No filme “O inventor da mocidade”, Lois representa a jovem que deixa o campo e a fábrica para se tornar secretária, e Edwina seria a jovem burguesa que se torna intelectualizada e que acaba por se transformar na mulher casada que redescobre os encantos da vida doméstica. A imagem das mulheres ilustradas no filme retrata a sociedade e a cultura americana da época, em que mulheres eram frágeis e desprotegidas e os homens talentosos provedores. Elas ocupam o lugar que deveriam ocupar, segundo o pensamento dominante, assumindo para si o estereótipo moldado para elas. Mas, no fim das contas, quem acaba tendo o mérito da descoberta não é nenhum ser humano. Como o gênero cinematográfico estudado é a comédia, situações absurdas podem dar desfecho à história, com o intuito de fazer graça, logo, não há problemas, em relação ao chipanzé fêmea ter

desenvolvido a fórmula. Porém, ela é subjugada, trabalhando em favor do Dr. Fulton, fabricando o produto para que ele ganhe os louros. Não fica claro se o fato da descoberta ficar ao encargo de Ester, traz embutido a alusão às relações de gênero, tratando como absurdo o experimento bem-sucedido ter sido conduzido por um animal fêmea.

### **No auge da guerra fria “O calor do Jazz”**

O segundo filme a ser discutido é “O professor aloprado”, primeira versão de 1963, dirigida e estrelada por Jerry Lewis. A obra foi concebida no auge da Guerra-fria, que se iniciou com o lançamento das bombas atômicas e perdurou até o fim da União Soviética e dividiu-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 1970, momento em que o mundo passou por um crescimento e estabilidade econômica notáveis, e posterior a isso, a crise e o declínio (HOBSBAWM, 1994). O auge da Guerra Fria (outubro de 1962) foi o momento em que o presidente Kennedy anunciou, em cadeia nacional, a instalação de mísseis nucleares russos em Cuba (BLAINEY, 2008).

Para melhor entendimento é exposta, a seguir a sinopse do filme. O cartaz do filme aparece na Figura 3.8.

Julius Kelps (Jerry Lewis) é um professor/pesquisador desajeitado e tímido, filho de um casal onde a mãe Edwina Kelps (Elvia Allman) é dominadora e oprime o marido, Sr. Kelps (Howard Morris). Em meio às suas aulas e às experiências desastrosas, o professor Kelps se apaixona por Stella Purdy (Stella Stevens), uma linda aluna, porém, pelo fato de ser franzino e desajeitado, os alunos praticam todo o tipo de *bullying* com ele. Desiludido, o prof. Kelps resolve desenvolver uma fórmula que o torne mais forte e viril, para conquistar sua amada. Quando ele experimenta a poção, se transforma em Buddy Love, um cantor de jazz, charmoso e irresistível, porém grosseiro e prepotente. Mas o efeito da fórmula é transitório, o que causa alternância entre a aparência e personalidade, a dualidade “médico x monstro”. Ao final da trama, o prof. Kelps se arrepende e desiste da fórmula. Stella se apaixona por ele e os dois se casam. A fórmula cai nas mãos do pai de Kelps, que acaba por dominar a esposa e comercializar o produto.

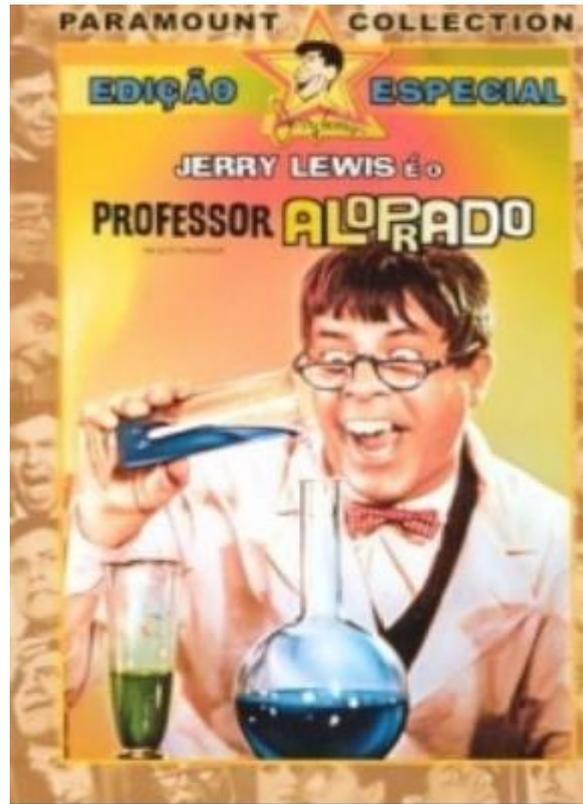


Figura 3.8: Cartaz do filme “O professor alopado” de 1963 – estrelado por Jerry Lewis. Fonte: Filme “O professor alopado” – 1963: Paramount Pictures

O filme foi produzido e filmado em 1962-1963. Logo no início, como exibido na cena em 1 minuto: 30 segundos (Figura 3.9), homens e mulheres já ocupam o espaço escolar de maneira igualitária, de forma diversa da situação de total exclusão, retratada no filme anterior, “O inventor da mocidade”.



Figura 3.9: A cena em 1 minuto e 30 segundos mostra uma sala de aula fictícia no início da década de 1960. Fonte: Filme “O professor alopado” – 1963: Paramount Pictures

Na segunda metade do século passado, o acesso das mulheres ao espaço público já era menos árduo. O contexto político da guerra-fria (1950-1970) e a corrida armamentista e aeroespacial dos anos 1960 fizeram com que barreiras legais caíssem, diminuindo esse abismo. Para manter a competitividade, os Estados Unidos promoveram investimentos sem paralelos na história da educação, com a ideia de que todo americano seria um potencial cientista (KRASILCHIK, 2000), inclusive as minorias, tais como mulheres e negros (SCHIEBINGER, 2001), embora as imposições legais não se refletissem totalmente na realidade. Barreiras culturais ainda impediam o livre acesso, não só às mulheres, mas também aos negros, latinos e pobres.

Já na cena em 1 minuto e 35 segundos (Figura 3.10), em que aparece o Conselho Pedagógico, espaço decisório da escola, existe o dobro de homens em relação às mulheres, indicando, nesse caso, que a arte reflete a realidade, do fenômeno do “teto de vidro”, pois mesmo que houvesse acesso franqueado à Universidade para ambos os sexos, elas foram, no entanto, impedidas de ascenderem na Academia.



Figura 3.10: Cena que mostra um Conselho Pedagógico em uma *High School* fictícia dos Estados Unidos no início da década de 1960. Fonte: Filme “O professor alopado” – 1963: Paramount Pictures

Embora o número de homens anualmente recebendo doutorados em ciência subisse de 800 para 4.000 de 1946 a 1960, o número de mulheres foi mantido abaixo de 500. As mulheres em sua maioria foram excluídas da “idade de ouro” da ciência americana do pós-guerra (SCHIEBINGER, 2001, p.73).

De onde se pressupõe o menor número de mulheres no Conselho Acadêmico, pois para fazer parte de um grupo seleto como esse se prescinde de titulação.

Retornando ao filme, nele também figuram duas mulheres, coadjuvantes, mas primordiais para o desenrolar do enredo. São elas Stella Purdy e Edwina Kelps.

Stella Purdy é a aluna solícita e centrada pela qual o professor Kelps se apaixona. Ele, em sua versão médico, a enxerga como uma *sex symbol*, ao passo que, em sua versão monstro, a subjuga. Mais uma vez a mulher é retratada como sensual, emotiva, frágil (Figura 3.11).



Figura 3.11: Na cena em 52 minutos: 26 segundos a aluna Stela Purdy é vista como objeto de desejo. Fonte: Filme "O professor aloprado" – 1963: Paramount Pictures

Segundo Louro (1997, p.21) para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade, "importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos, e como eles são representados". Messa (2008) faz uma análise dos estudos feministas sobre a influência da mídia na sociedade e a formação da imagem idealizada da mulher norte americana, definida pelo ponto de vista masculino, que impõe padrões de feminilidade nem sempre alcançáveis. Um dos estudos citados por Messa, *An Ideology of Adolescent Femininity* (Angela McRobbie, 1982), comenta a caracterização das meninas morenas como más e desleais e a das meninas loiras e tímidas como as boazinhas da história, cujo único objetivo de vida é ter e manter um

namorado. Além do fato de Stella concretizar a imagem idealizada pelo imaginário masculino norte-americano da época, ela é fortemente aconselhada a não levar os seus estudos a cabo, pois haverá sempre um homem disposto a “protegê-la”, conforme é explicitado na cena em 1 hora: 1 minuto: 42 segundos, na qual Buddy Love fala para Stella Purdy: *“Mas não se preocupe beleza. A ciência pode viver sem você”!*

No final da história, na cena em 1 hora: 42 minutos: 02 segundos, Stella Purdy se apaixona pelo professor, enxergando nele um homem doce e protetor, que pode lhe dar estabilidade financeira e emocional (Figura 3.12).

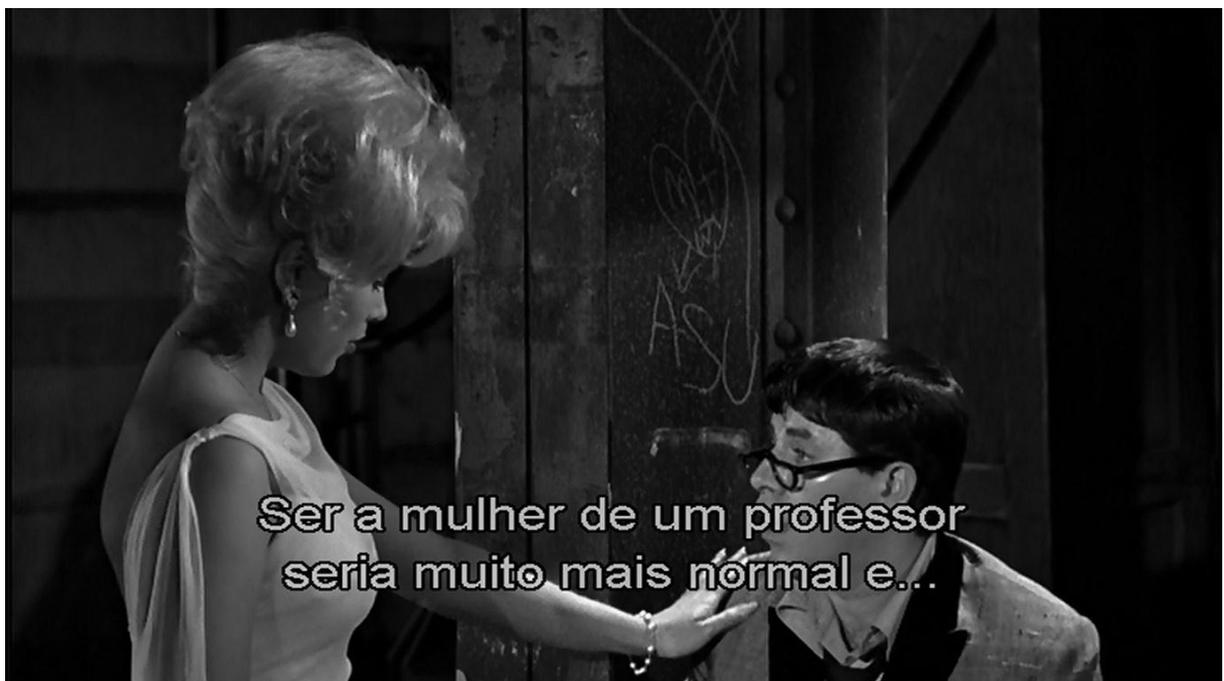


Figura 3.12: A aluna prefere abandonar a escola e casar com o professor por causa da estabilidade emocional e financeira, além de cumprir com as convenções sociais da época. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures

Stella manifesta a vontade de se casar com o professor Kelps e não com Buddy Love, que a trata mal, não desprezando, porém, o poder de virilidade que a fórmula pode proporcionar. Assim, os estereótipos inculcados pela obra repetem os padrões idealizados pela sociedade patriarcal ocidental.

Sobre esse aspecto, Araújo (2010, p.13) assim se pronuncia:

...a imagem midiática do cinema trouxe para suas telas as temáticas da escola e da família, acrescida, usualmente, com as relações amorosas heterossexuais, muitas vezes inspiradas no amor romântico. Esse arranjo inculcou as várias gerações com o modelo de homem como um misto de protetor e provedor enquanto a mulher é aquela que está desprotegida a sonhar com aquele que lhe dará

felicidade através do casamento e do conseqüente nascimento dos filhos.

Em oposição à imagem doce e delicada de Stella Purdy, a mãe de Julius Kelps é opressora e embrutecida. Geraghty (1998) traçou uma comparação entre a imagem concebida da mãe nas novelas televisivas e no cinema e concluiu que, de maneira geral, as mães de novela são fortes e decididas para causar empatia com o público, já as retratadas nos filmes, embora decididas, o são em excesso, constituindo-se, sempre, na causa dos problemas dos filhos, sendo castigadas no final, o que é o caso da mãe de Kelps, que por sua influência se tornou tímido e omissivo, como o pai, o que fica claro na cena em 54 minutos: 59 segundos (Figura 3.13), que explica a origem da personalidade do professor.



Figura 3.13: A cena mostra a inversão de comportamentos entre marido e mulher, de acordo com os padrões sociais estabelecidos para a década de 1960. Fonte: Filme "O professor aloprado" – 1963: Paramount Pictures

A cena mostra a mãe opressora, retratada com atitudes rudes, delegando tarefas ao esposo, supostamente femininas. A imagem da família é caricata, o que cabe perfeitamente em uma comédia, porém o desfecho do filme traz em si uma moral masculina. A inversão de papéis nesse arranjo familiar aparece na cena em 1 hora: 45 minutos: 17 segundos (Figura 3.14).

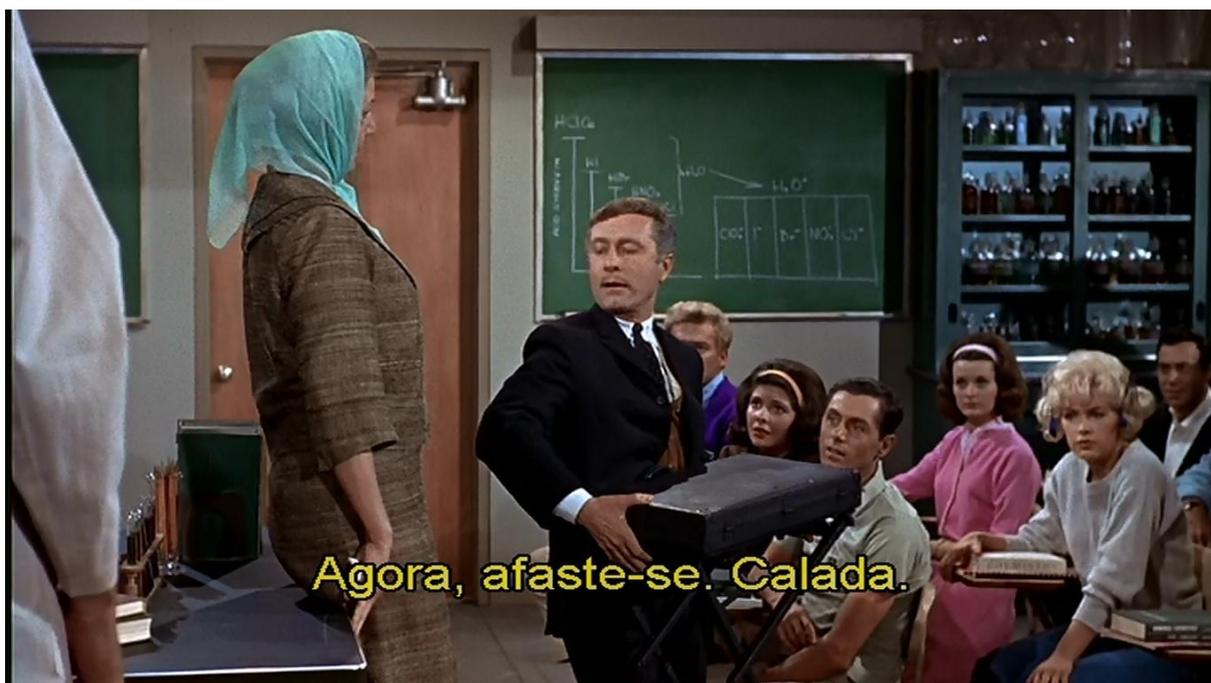


Figura 3.14: A cena mostra o reestabelecimento da ordem familiar imposta pela sociedade americana no início da década de 1960 após o pai do Prof. Kelps fazer uso da fórmula. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures

Depois que o pai de Julius Kelps toma a fórmula, deixa aflorar a personalidade forte que estava suprimida. Agora subjugada, sua esposa aparece de véu na cabeça e voz baixa - o marido a colocou em “seu lugar”.

### 3.1.2. COMÉDIA NO ENSINO DE FARMÁCIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO FILME “JUNIOR”

O que se pretende abordar são as relações de gênero existentes na ciência, que, embora existam no cotidiano dos grupos de pesquisa são pouco discutidas na literatura acadêmica. O filme selecionado para esta análise foi “Júnior” (1994). A opção por tratar desta obra individualmente repousa no fato de o enredo abordar a possibilidade de um homem conceber outro, além de ser o único título dentre os filmes pré-selecionados em que aparecem mulheres cientistas. O fato da ausência da farmacêutica como protagonista chamou a atenção, o que motivou a análise e reflexão exploradas nesse texto.

O enredo desse filme conta a história de um homem que consegue ficar grávido com o uso de uma droga experimental. A trama ultrapassa uma barreira fortemente demarcada nos outros títulos citados: do espaço científico ser habitado por homens e mulheres. Schiebinger (2001) mostra que o acesso restrito de

mulheres à carreira científica ocorre basicamente por três razões: 1) a estruturação social em torno dos interesses e do poder masculino; 2) a total cisão entre a esfera pública (dirigida para e pelos homens) e a esfera privada (dirigida para e pelas mulheres); 3) a dissociação entre o saber considerado científico e o do senso comum. (p.13). Keller (2006) expõe que, em 1970, apenas 8% dos doutorados outorgados nas ciências naturais iam para mulheres, em torno de 1995, 23% dos cientistas e engenheiros dos EUA eram mulheres. Em 2005 essa cifra atingiu 35%. No caso do filme “Júnior”, a cientista está ali para completar a história, que sem o romance não teria o apelo popular necessário.

Questões Bioéticas também emergem da trama. A Bioética também tem especial interesse pelo fato de ser um dos temas abordados na disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica. Cabe enfatizar que o ensino do tema Bioética não é caracterizado por proibições ou vetos, mas sim com a conscientização sob o respeito às livres escolhas dos seres humanos, pautadas em limites legais. As discussões em sala de aula acerca de questões bioéticas visam discutir princípios, valores e normas de conduta que são disseminados e naturalizados na sociedade e, geralmente, reproduzidos sem uma análise crítica mais aprofundada. O uso do cinema possibilita tratar dessas cenas cotidianas e naturalizadas, tais como a ausência feminina nos espaços de poder e de prestígio, e propor uma nova abordagem para tais questões, problematizando e gerando uma reflexão crítica acerca das questões de gênero na nossa sociedade.

Algumas reflexões presentes neste trabalho se apoiam nas ideias colocadas por alguns autores que discutem as relações de gênero. Knijnik (2009) aponta que as mídias tais como o cinema, a televisão, a indústria fonográfica, o circo, a literatura e o teatro, transmitem valores e visões de identidade de gênero, principalmente ao público infantil, o que influencia na definição do que é e como deve se conduzir um menino ou uma menina. Leite, Hypólito e Luguercio (2010), em uma análise da imagem do docente, observaram que os professores das áreas científicas geralmente são identificados como homens, quase sempre atrelados a suas pesquisas laboratoriais solitárias. Acentuam, ainda, que a construção dessa imagem, em grande parte, pode ser influenciada pelas obras *hollywoodianas*.

Quanto ao contexto histórico, em fins da década de 1980 e início da década de 1990, uma era se encerrou e outra começou. O mundo capitalista enfrentou uma época de crises financeiras cíclicas. O colapso dos regimes comunistas gerou uma

enorme zona de incerteza política e destruiu um sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais dos quarenta anos anteriores à esta década (HOBBSAWM, 1994). Por outro lado, o rápido avanço da tecnologia proporcionou um conforto sem igual e qualidade de vida das pessoas, condição não extensiva às minorias. Já no campo científico, nos últimos 20 anos do século XX, o estudo de genes se tornou uma chave para várias portas e boa parte da compreensão sobre os seres vivos começou a surgir (BLAINEY, 2008). Os processos de reprodução assistida ganharam grande impulso. Em 1978, nasceu Emily Brown na Inglaterra, o primeiro bebê de proveta, três anos mais tarde, na França, nasce Amandine, também pelo mesmo processo. A medicalização favorece a socialização da procriação. Um exemplo limite da procriação medicamentosa assistida é a maternidade de substituição à barriga de aluguel (COSTA-LACOUX, 1991), situação semelhante a que ocorre no filme.

Inicialmente, essas tecnologias foram estabelecidas para alocar crianças biologicamente relacionadas a casais impedidos de reprodução por via sexual, reproduzindo tecnologicamente o mundo natural. No campo jurídico se busca, ainda, definir e limitar quem poderia legitimamente portar um desejo de filhos ou de reprodução ou de família. O homem, a mulher ou o casal como um único ente social (CORRÊA e ARÁN, 2008). Nesse tocante, Foucault (1988) discute a importância que assumiu o sexo como foco de disputa política, de poder, de submissão e dominação, um “biopoder”, em que o sexo influi no corpo social e é, ao mesmo tempo, acesso à vida do corpo e à vida da espécie. Um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito sobre a vida e a morte, derivada formalmente da *patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos. Ele poderia retirar-lhes a vida, já que a tinha “dado”. É sobre essa perspectiva que a obra selecionada será discutida.

Um fato causou inquietação durante o processo de análise e seleção e gerou uma série de trabalhos que discutem a relação de gênero no espaço científico: todos os filmes ilustravam os cientistas que pesquisam medicamentos como professores/pesquisadores homens, médicos ou químicos. A mulher cientista e farmacêutica não é contemplada, o que demonstra a invisibilidade dessa profissional no olhar dos cineastas, que, por consequência, influencia o senso comum. No tocante à imagem do cientista que pesquisa medicamentos retratada nos filmes, documentos legais e dados estatísticos da Federação Nacional dos Farmacêuticos

dão conta que essa atuação é legítima do farmacêutico e que as mulheres já são a maioria dessa categoria (FENAFAR, 2011). Mesmo que todos os títulos analisados apresentem como personagem principal o cientista homem, nenhum tem embutido argumentos tão ricos para discussão de gênero, quanto o filme “Júnior” (1994).

### Espaço, imagem, corpo e comportamento

Analisaremos algumas passagens do filme “Júnior”. Cartaz do filme na figura 3.14.

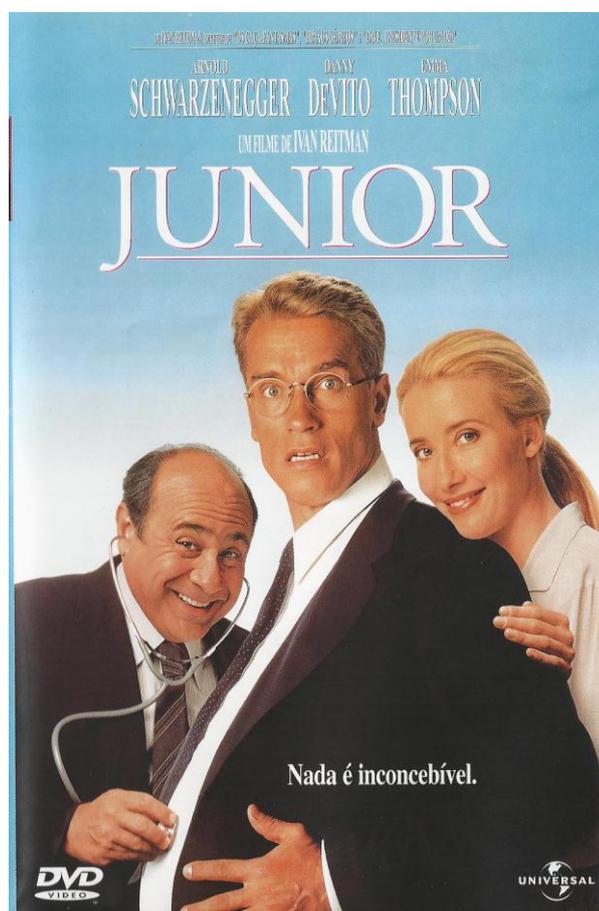


Figura 3.14: Cartaz promocional do Filme Júnior. Fonte: Filme Júnior – 1994: Universal Estúdios

O filme conta a história de dois pesquisadores, Dr. Alex Hess (Arnold Schwarzenegger) e Dr. Larry Arbogast (Danny DeVito), que desenvolvem uma droga chamada “Engravidol” para auxiliar na gravidez. Impedidos de continuar o projeto, já que a FDA (Food and Drugs Administration) vetou o teste em mulheres negras e pobres, Dr. Arbogast convence Dr. Hess a se submeter à autoexperimentação e ficar grávido. Sem verbas, Dr. Arbogast rouba um óvulo de outra cientista que trabalha com criogenia no mesmo laboratório, Dr<sup>a</sup> Diana Reddin (Emma Thompson), e o

implanta na cavidade abdominal do Dr. Hess. Só que eles não sabiam que o óvulo anônimo identificado como Júnior era dela, que queria conceber, mesmo não tendo tempo e nem oportunidade para namorar. E assim, todo o tipo de situação de inversão de papéis socialmente construídos acontece até o nascimento de Júnior.

Indo na contramão dos outros filmes citados, que não representam mulheres na ciência, apenas no ambiente doméstico ou em outras atividades, o filme toca na questão da possibilidade da concepção masculina, antecipando uma descoberta científica, até agora sem precedentes. As mulheres têm tido um papel significativo na reprodução da espécie humana até o atual momento. Alguns predizem a gravidez masculina por meio da ectogênese, que é o conjunto de técnicas necessárias para produzir bebês fora do corpo da mulher, isto é, em úteros artificiais (ATLAN, 2006), mas essa técnica ainda não está disponível, sendo explorada apenas nas obras de ficção. Este autor discute em sua obra as consequências da concretude dessa técnica sob vários aspectos (cultural, social, ético, político, biológico) e também a confusão de gêneros quando se fala em reprodução assistida.

No filme Dr. Hess se submete à uma inseminação artificial e sustenta a gravidez até o fim, mesmo assim, não há a exclusão da mulher no processo, pois o óvulo da Dr<sup>a</sup> Reddin foi utilizado sem seu conhecimento e consentimento. Essa situação fere qualquer norma de experimentação com seres humanos, por exemplo, a Resolução 196/1996 (BRASIL/CNS, 1996b). Na cena em 1 hora: 16 minutos: 25 segundos, Dr<sup>a</sup> Diana expressa sua indignação com o fato de a mulher já ser tão violentada em seus direitos, e, inclusive no direito sobre a concepção (Figura 3.15).

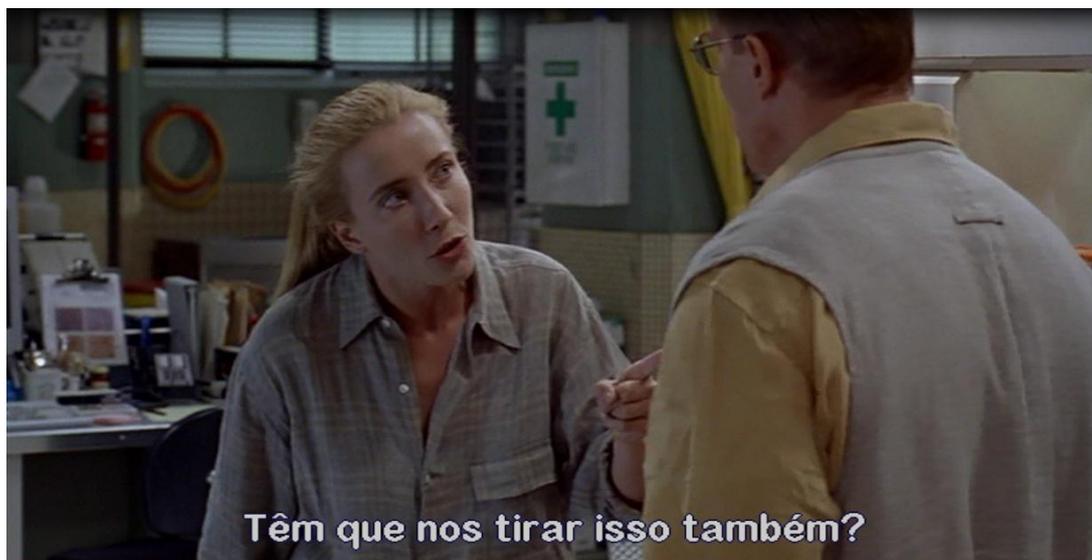


Figura 3.15: Dr<sup>a</sup>. Reddin se revolta com o fato de os homens quererem engravidar também. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios

Conforme Laqueur (2001, p.23),

“o sexo. ...quase tudo que se queira dizer sobre o sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre o gênero e o poder”.

Na obra “Reinventando o sexo: corpo e o gênero dos gregos a Freud”, Laqueur (2001) discorre sobre a proposição dos teóricos da Antiguidade ou mesmo da Idade Média, que tinham como referência a obra de Galeno, na qual predominava o modelo do sexo único em oposição ao que se acredita na atualidade, da descoberta e invenção do modelo de dois sexos. Inferindo-se uma extrapolação dessas duas vertentes, poderiam ser pensados dois modelos para a explicação da gravidez masculina exposta no filme. No modelo do sexo único, não seria possível pensar na possibilidade da concepção masculina, já que homem e mulher tinham os mesmos órgãos, sendo os da mulher internos e os do homem externos? Martin (2006, p.67) ilustra isso – “Como disse Nemésio, Bispo de Emesa, na Síria, no século IV, as mulheres têm a mesmas partes genitais que o homem, exceto que as delas estão dentro do corpo e não fora dele”. E na atualidade, haveria racionalidade em se pensar gravidez fora do modelo dicotômico homem/mulher vigente na cultura ocidental cristã?

Por outro lado, diferente dos outros filmes antes citados, em “Júnior” a mulher é representada no mundo científico, mesmo que algumas autoras reforcem a permanência da visão de que o espaço público é masculino e o privado é feminino (SCOTT, 1995; SCHIEBINGER, 2001; MARTIN, 2006), essa situação vem aos poucos, e de maneira muito sutil, sendo desconstruída ao longo do tempo, inclusive na indústria cinematográfica. Entretanto, ainda há a nítida presença de estereótipos, como é ilustrado na cena em 18 minutos: 30 segundos, que mostra Dr<sup>a</sup>. Reddin, cientista doadora do óvulo de Júnior (Figura 3.16).



Figura 3.16: A cientista é descuidada dá mais atenção ao trabalho científico do que a própria aparência. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios

A personagem é desleixada com sua aparência, desligada da realidade e solitária, o que reforça a afirmação de Schiebinger (2001, p.153) “que ser feminina implica ter ao menos um olho aberto para a moda, ser uma cientista requer uma desdenhosa indiferença à aparência.... E, contudo, as mulheres cientistas têm sido criticadas por negligenciar sua feminilidade”. Dr<sup>a</sup> Reddin não tem sinais de inclinação à homossexualidade, apenas um distanciamento ao mundo entendido como da moda feminina, porém uma segunda cientista, assistente de Dr. Hess, na cena em 06 minutos: 14 segundos, demonstra comportamento masculinizado. A questão apresentada reforça o estereótipo de que a mulher para atingir sucesso profissional precisa assumir comportamentos considerados masculinos. Cozzi (2010), em uma pesquisa sobre material artístico e científico destinado à propagação de estereótipos femininos no Brasil no século XIX e início do século XX, informa que houve forte influência do modelo europeu de civilização, e que diversas eram as charges publicadas em revistas e outros periódicos da época retratando as mulheres que trabalhavam fora com um aspecto embrutecido e rude, além de masculinizadas, imagem utilizada nesse trecho do filme. Hawkesworth (1997) faz uma distinção entre identidade de gênero e o papel da identidade do gênero. A primeira é a sensação psicológica que cada um sente sobre si mesmo, em ser homem ou mulher; a segunda é um conceito criado para captar em que medida as pessoas se comportam de acordo com o seu sexo biológico, de maneira apropriada ou não com seu gênero culturalmente construído. E segue concluindo que essas definições quebram

qualquer conexão entre masculinidade e feminilidade como abstração específica da cultura e delimita um abismo entre a imagem romantizada, reforçada pela mídia, por vezes distante da vida real. Culturalmente, os papéis reproduzidos na sociedade revelam-se verdadeiras caricaturas, deturpando e discriminando as ações humanas, classificando-as e reduzindo-as a ações masculinas e ações femininas, desta forma empobrecendo-as e gerando preconceitos que impedem o crescimento das pessoas. “Tais preconceitos resultam em restrições para homens e mulheres desempenharem papéis mais igualitários e solidários” (GUIMARÃES, 2008, p.39).

Outras situações ainda podem ser discutidas de cenas do filme. O processo de preparação para a inseminação artificial é uma delas, ilustrada na cena em 20 minutos: 16 segundos (Figura 3.17).

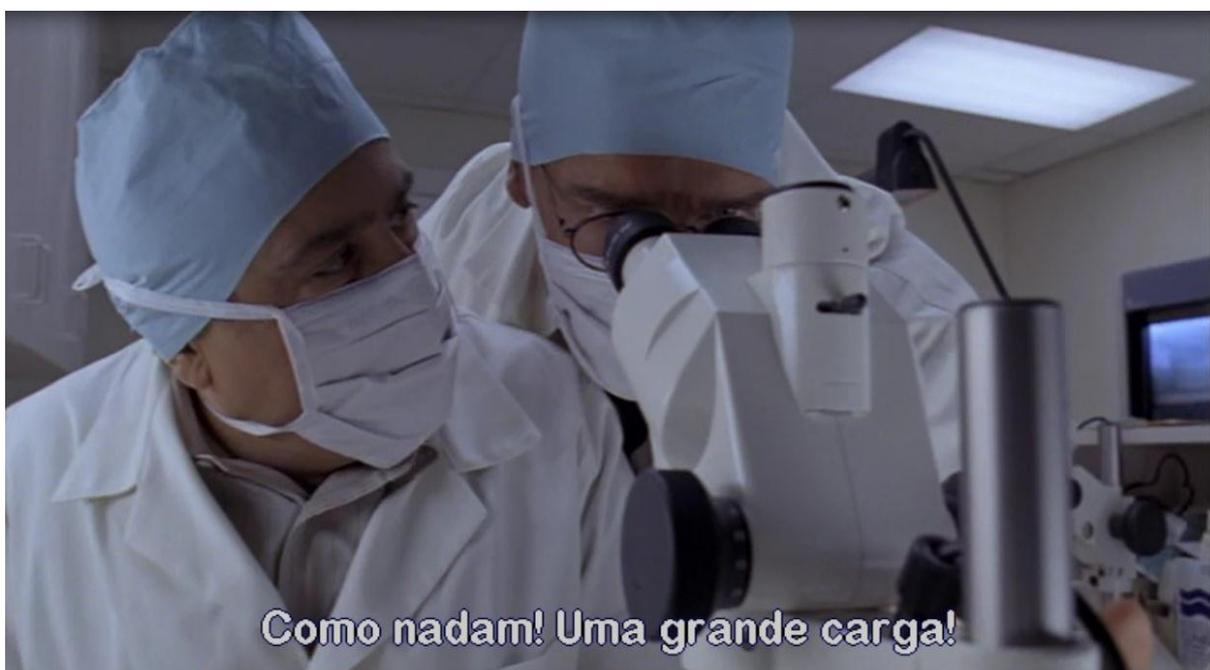


Figura 3.17: Reprodução da teoria em que os espermatozoides por serem gametas masculinos seriam ativos, em oposição ao óvulo passivo, gameta feminino. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios

Dr. Arbogast, observando ao microscópio o sêmen coletado, comenta com Dr. Hess sobre os espermatozoides: como nadam! A cena descreve os espermatozoides como ativos e o óvulo como passivo, evidenciando a visão antiquada do senso comum da biologia celular anterior à 1970 (SCHIEBINGER, 2001). Isso demonstra que a mudança de paradigma científico, principalmente fora dos meios acadêmicos, é ainda muito lenta, o que por vezes acaba impregnando o senso comum e, nesse caso, influenciando uma obra cinematográfica.

A situação ilustrada na cena em 23 minutos: 15 segundos (Figura 3.18), momento da implantação do óvulo fecundado, pode ser comentada à luz do texto de Sandrine (2005, p. 260) que declara que a diferença anatômica e as diferenças em relação à reprodução entre homens e mulheres são fundamentais na percepção da diferença entre os sexos. “É sobre essa perspectiva que se constroem, nas diversas culturas, variadas expectativas sociais e se atribuem diferentes valores a homens e mulheres”.



Figura 3.18: Trecho do filme em que é possível, por meio de reprodução assistida fazer a implantação de um óvulo fertilizado no abdômen de um homem, que com o auxílio do medicamento “Engravidol” consegue levar a gravidez à cabo. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios

Nesse texto, a autora discute a questão dos tratamentos de correção cirúrgica de jovens e crianças intersex, o que na prática interfere no comportamento social. No caso do filme em questão não há essa situação, mas sim uma apropriação da procriação para o homem, o que não constitui condição “natural”, mas sim intervenção cirúrgica e medicamentosa. Na trama, o fato do Dr. Hess encontrar-se grávido e sob a influência dos hormônios liberados pelo óvulo fecundado e do medicamento já são suficientes para determinar a mudança de seu comportamento social e afetivo para reações ditas femininas.

No texto de Corrêa e Arán (2008), há o debate sobre as questões da reprodução assistida no sentido bioético (tema também abordado na disciplina foco desse trabalho – a Deontologia e Ética Farmacêutica), psicológico, social, educacional, legal e de gênero. As autoras enfatizam que a prática, nos moldes

como se circunscreviam à época do manuscrito, em 2008 no Brasil, embutiam uma disputa de poder sobre a dominação masculina sobre o corpo da mulher e a exclusão da homossexualidade, em favor da constituição da família de núcleo heterossexual legalmente estabelecida. Recentemente a Justiça concedeu o direito de dupla paternidade (homopaternidade) a um casal homossexual em Recife que gerou sua filha em útero de substituição, nascida em 29/01/2012 como prevê a Resolução do Conselho Federal de Medicina 1.957/2010, sobre a reprodução assistida (BRASIL-CRM, 2010). O filme mostra a situação da reprodução assistida, embora não em útero de substituição, mas sim na cavidade peritoneal de Dr. Hess.

O filme em alguns momentos evidencia a vulnerabilidade do corpo feminino e seu ciclo reprodutivo na fala de protesto da Dr.<sup>a</sup> Reddin conforme ilustrado na cena em 31 minutos: 55 segundos (Figura 3.19) em que Dr.<sup>a</sup> Reddin conversa com Dr. Hess sobre quadros patológicos e quando as pessoas se sentem fora de si.

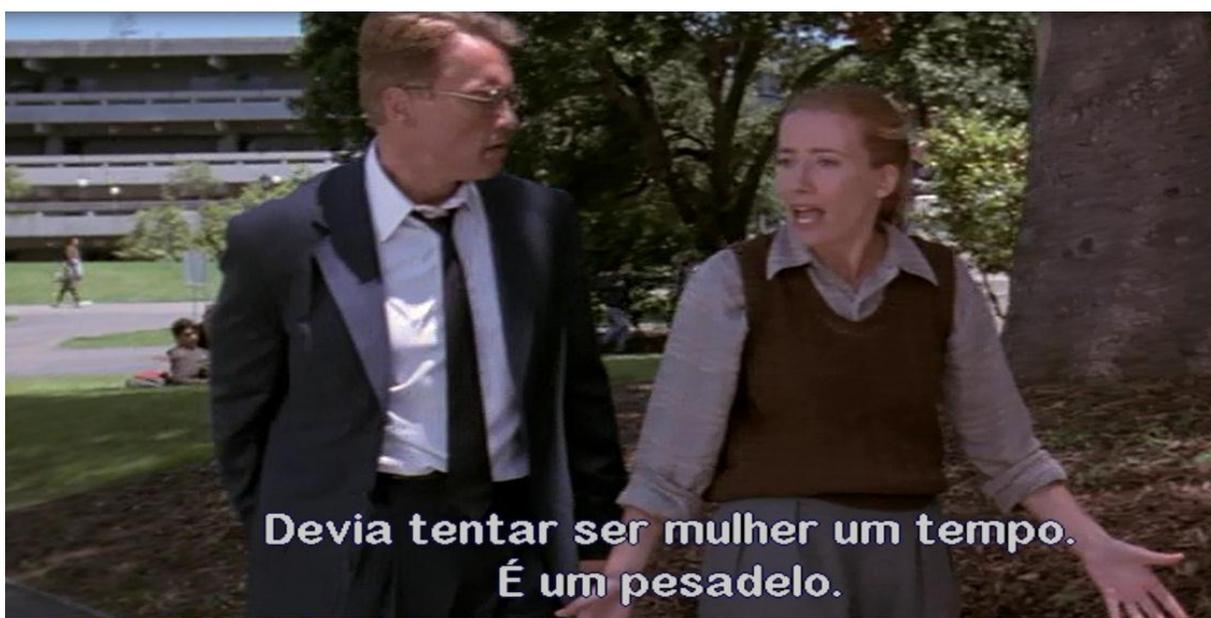


Figura 3.19: Dr.<sup>a</sup>. Reddin lamenta-se com Dr. Hess sobre o sofrimento que as mulheres passam por causa das funções reprodutoras femininas, situação que ela julga ser impossível suportar para os homens. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios

Ela diz: Devia tentar ser mulher um tempo. É um pesadelo! E na cena em 31 minutos: 58 segundos em que Dr.<sup>a</sup> Reddin fala da condição feminina e do sofrimento que a mulher passa durante a menstruação, parto e menopausa (Figura 3.20).



Figura 3.20: Dr<sup>a</sup> Reddin continua descrevendo o sofrimento da menstruação e menopausa. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

Martin (2006) descreve sob várias perspectivas a representação negativa do corpo feminino e seus processos reprodutivos (menstruação – gravidez – menopausa) ao longo do tempo. Até nos dias de hoje encontra-se em livros didáticos e da área médica descrição negativa desses eventos. “Talvez uma das razões porque a imagem negativa de produção fracassada está associada à menstruação seja precisamente o fato das mulheres ficarem, em um sentido de certa forma sinistro, fora de controle quando menstruam” (MARTIN, 2006, p.94).

Outro fato a ser abordado que aparece na trama é o comportamento social masculino e feminino que as personagens assumem, de acordo com o seu sexo biológico, que são abordados nas cenas em 52 minutos: 37 segundos e em 1 hora: 25 minutos: 11 segundos

Vários autores relatam a construção social e cultural que delega a mulher o cuidado com os filhos, a família e a casa pelo fato de serem elas que dão à luz: “Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos estruturam a organização da família” (SCOTT, 1995, p.81). “O cuidado com a prole sempre é destinado às mulheres, mas esta se situa para além do papel propriamente reprodutivo. Entretanto, ainda assim, recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina” (HEILBORN, 1997, p.101); “As características generalizadas—comportamentos, interesses ou valores tipicamente masculinos ou

femininos – não são inatas, nem tampouco arbitrárias. Elas são formadas por circunstâncias históricas” (SCHIEBINGER, 2001, p.145); dessa forma pode-se perceber que essa temática é recorrente na literatura que trata sobre gênero. Vamos às cenas então (Figuras 3.21 e 3.22).

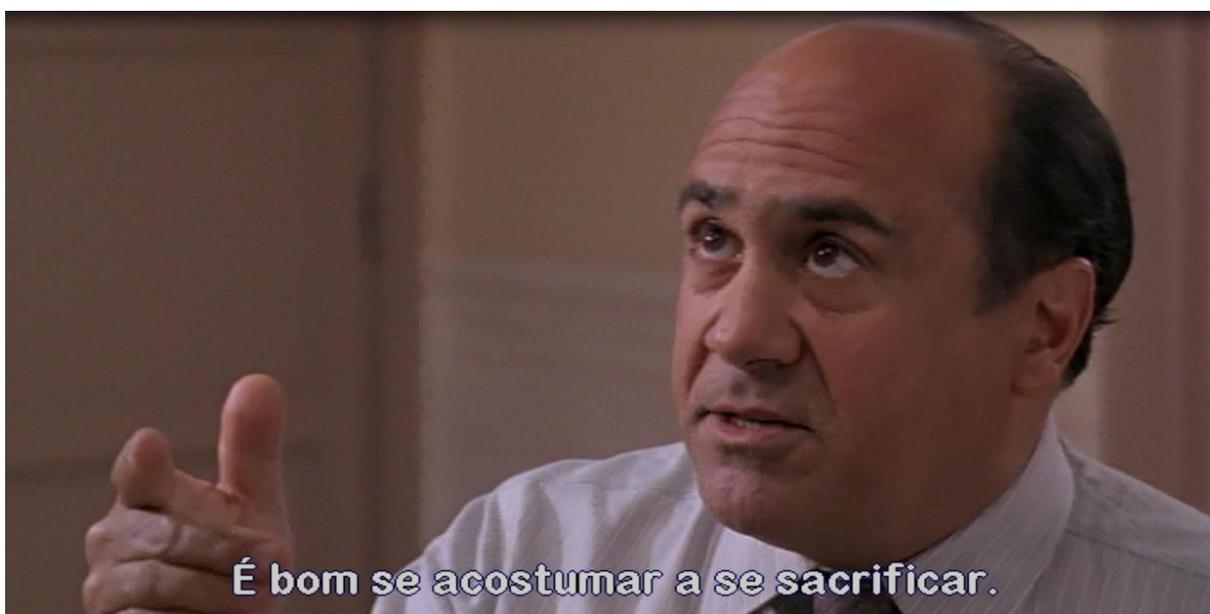


Figura 3.21: Dr. Arbogast professa um discurso de restrições para Dr. Hess, pois agora ele precisa se comportar como uma grávida, e se sacrificar pelo bem de seu filho. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

Na cena em 52 minutos: 37 segundos, Dr. Arbogast restringe o Dr. Hess de uma série de coisas coloquiais para os homens “porque toda mulher se sacrifica em favor dos filhos”– sair de casa, trabalhar e a ficar restrito ao espaço privado. O que precisa ficar claro é que, mesmo que doutor Hess tenha se submetido à auto experimentação, ele é participante ativo da pesquisa. Marri (2007) desenvolveu um trabalho sobre esposas como principais provedoras de renda familiar e concluiu que o arranjo familiar não mostra reversão dos padrões tradicionais de divisão do trabalho e espaço (mulher = espaço privado; homem = espaço público), já que a mulher mantém um número de horas muito maior do que de seus cônjuges nas atividades domésticas, o que reforça sólido estereótipo segundo o qual cabe aos homens o papel do responsável econômico-financeiro das famílias, cabendo as mulheres, quando muito, ajudá-los nessa tarefa, mesmo que isso de fato não ocorra.

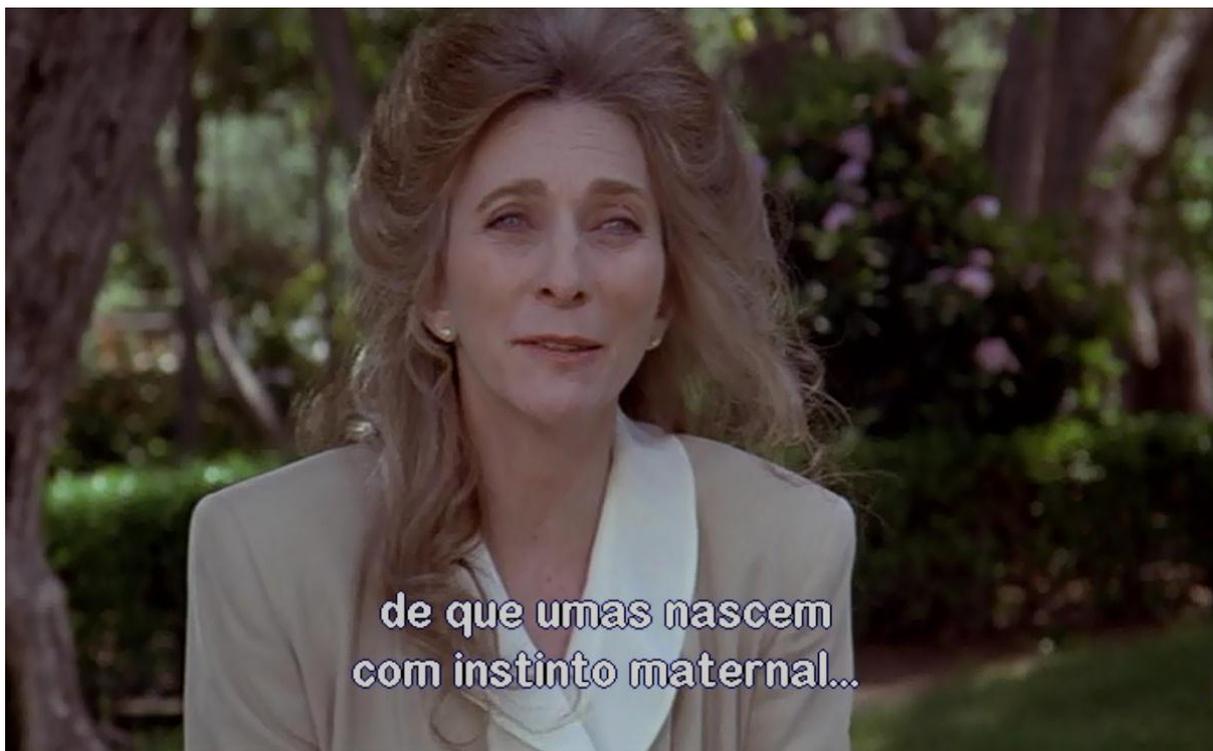


Figura 3.22: Cena em que a terapeuta que prepara psicologicamente as mães inexperientes desconstrói o mito de que as mulheres nascem para ser mães e sabem fazer isso naturalmente. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

A cena em 1 hora: 25 minutos: 11 segundos mostra a situação em que Dr. Hess se internou em uma clínica para preparar mulheres grávidas, na qual existia uma equipe multiprofissional, constituída apenas por mulheres. Nessa cena, as grávidas de primeira gestação discutem sobre o fato de não se sentirem prontas para a maternidade. A mediadora inicia a sua fala dizendo que nem todas nascem prontas para isso. Mesmo que a cena tente desfazer o mito da mulher-mãe, o roteiro admite que algumas já nascem com o instinto maternal. Contrária às ideias de que a maternidade só comporta o amor irrestrito e apoiando a perspectiva das teorias do gênero, segundo a qual a maternidade é construída e não instintiva, a maternidade e a maternagem, segundo os antropólogos e sociólogos, é um constructo social e cultural que decide não só como criar os filhos, mas também, quem é responsável por eles (FORNA, apud AZEVEDO e ARRAES, 2006).

Um último fato que ainda chama atenção é sobre o biopoder sobre a vida de Junior e o corpo de Dr. Hess. Duas cenas fomentam reflexões sobre o assunto, em 1 hora: 17 minutos: 16 segundos (Figura 3.23), em que o reitor da Universidade em que Dr. Arbogast e Dr. Hess iniciaram a pesquisa, mas foram expulsos, descobre que o “Engravidol” foi um sucesso. Ele afirma categoricamente: - “Você e o bebê são da faculdade! ”. E a cena 1 hora: 17 minutos: 26 segundos (Figura 3.24), em que Dr.

Hess retruca sobre dar continuidade à gravidez, a entregar os dados da pesquisa ou entregar o bebê para estudos.

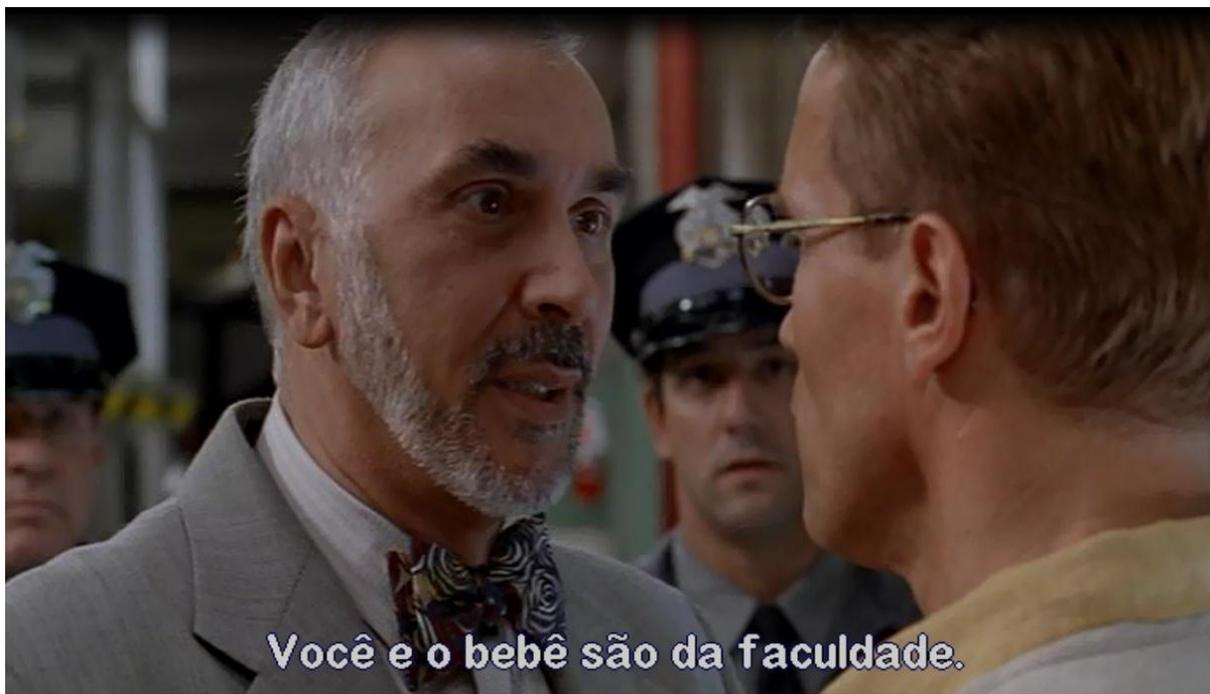


Figura 3.23: O reitor da Universidade requer a titularidade da descoberta (depósito de patente), depois de constatar que desenvolvimento do Engravidol foi exitoso, mesmo tendo cortado a verba para a continuidade da pesquisa. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

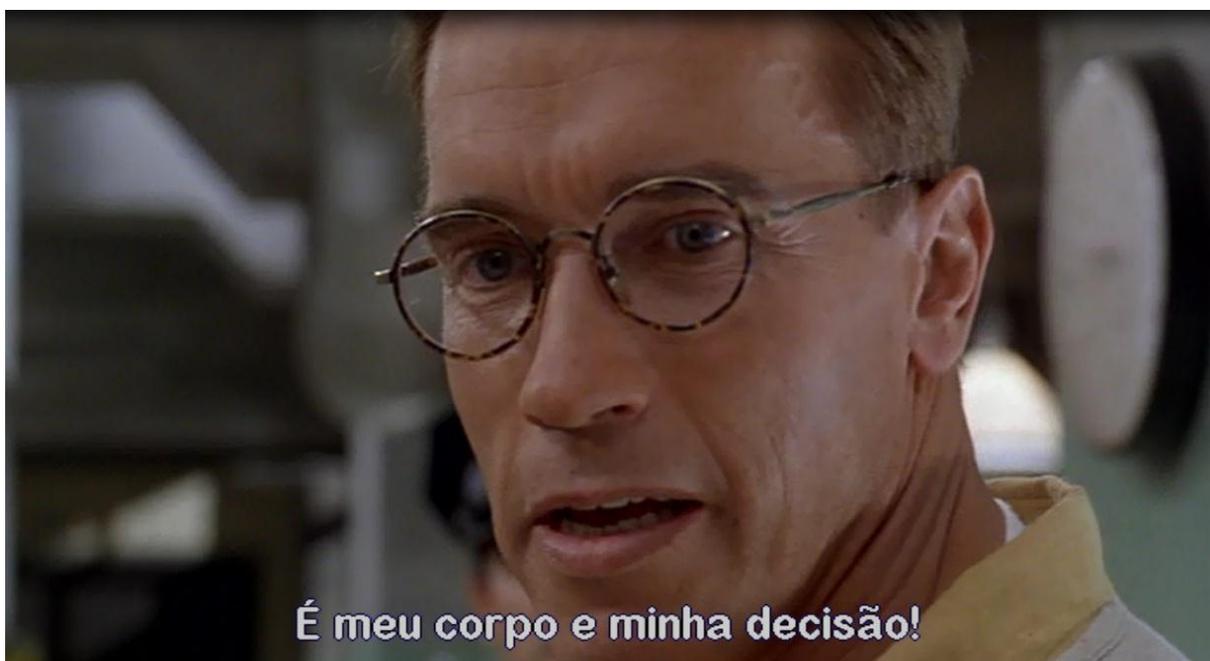


Figura 3.24: Dr. Hess reivindicava a decisão sobre o seu corpo e a do seu bebê. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

Segundo Foucault (1988), o direito sobre a vida e a morte, segundo formulado pelos teóricos clássicos, é uma forma bem atenuada do *Patria potesta*. O direito que é formulado como “de vida e morte” é, de fato, o direito de causar a morte ou deixar

viver. O poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII sob duas formas: o corpo como máquina e o corpo como espécie, suporte dos processos biológicos, uma biopolítica das populações, de controle de regulação de serviço ao capitalismo. Ainda segundo Foucault (1988), uma consequência do desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, a expensas do sistema jurídico. A situação exposta nas duas cenas nos remete a uma questão de Propriedade Intelectual sobre produto inovador (desenvolvimento do medicamento Engravidol e patente biotecnológica de reprodução humana masculina). Sob a perspectiva da Propriedade Intelectual, o desenvolvimento do medicamento Engravidol, foi iniciado na Universidade, e os pesquisadores se municiaram de recursos dela. De acordo com o direito patentário nacional, Lei 9.279/96 (BRASIL/MCT, 1996) e internacional (TRIPS/ADPIC - Acordo sobre aspectos dos direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio, OMC, 1994), o titular, ou seja, o proprietário sobre os lucros e dados da pesquisa seria a Universidade. Esse fato jurídico, em princípio, daria o direito ao reitor reivindicar controle sobre Dr. Hess, o Engravidol e Júnior. A fala não é ilegal, embora seja imoral (questões também discutidas na disciplina de Deontologia – a diferença prática e filosófica entre direito, moral e ética). A reivindicação de Dr. Hess sobre seu corpo e o bebê, traz à tona questões bioéticas e legais, quanto ao direito de vida e morte e ao domínio do próprio corpo.

Para o antropólogo belga David Le Breton, existe um “desejo oculto” de controle sobre a gestação feminina por parte dos homens. Esse desejo pode se manifestar de forma metafórica ou simbólica (como na manifestação artística) ou ritualmente e de forma subliminar (como na incubação). A mulher não seria um homem castrado, obsedada pela inveja do pênis como afirmou Freud, o homem é que seria uma mulher falha, perseguido pelo desejo de gerar (Le BRETON, 2003, p. 83). Segundo ele,

... a ciência não sonha, pega esse desejo ao pé da letra e obstina-se em realizá-lo, ou seja, em eliminar a mulher da procriação, da gravidez e do parto. Já se fala em implantar embriões na parede abdominal de homens que seriam assistidos pelos médicos durante todo o período de suas “gestações” e que poderiam dar à luz por meio de cesarianas. Os médicos e os pesquisadores consideram tal realização tecnicamente possível.

Tais questões podem e devem ser exploradas na sala de aula e o filme “Júnior” possibilita iniciar a discussão de outros aspectos ligados à gestação. São

assuntos polêmicos tais como: a possibilidade de gestação em idade avançada, o risco de uma criança ficar órfã precocemente ou de ter 20 anos com pais de 70 ou 80 anos; os casos comuns de nascimentos múltiplos através da inseminação artificial; o congelamento prolongado de gametas e embriões; o papel da sexualidade em um futuro no qual a tecnologia direciona a “fabricação de bebês”; as questões éticas e morais colocadas para as crianças que podem ter três mães (genética, uterina e social); o lugar do masculino diante das novas formas de organização simbólicas colocadas pelo desenvolvimento da tecnologia de inseminação; as discussões éticas acerca dos direitos dos embriões humanos congelados; enfim, é uma longa lista de assuntos polêmicos que podem ser discutidos à luz da bioética e trazidas à tona pelo cinema.

## **3.2. RESULTADO DO ESTUDO DE CASO**

### **3.2.1. O ESTUDO DE CASO E O CINEMA DE COMÉDIA: USO DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA FARMACÊUTICA**

Esta seção tem o objetivo de discutir a aplicabilidade de um roteiro de estudo de caso aplicado ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica que tomou como base o enredo de filmes de comédia *Hollywoodianas*. As perguntas norteadoras são: o roteiro está bem estruturado para o seu propósito? Os filmes utilizados encontram situações que suscitem as discussões de interesse contidas no roteiro e para a apreensão dos conteúdos da disciplina? Nesse contexto, será explorado o uso de cinema de comédia assumindo o papel de fonte de dados para um estudo de caso, uma das ferramentas mais sistematizadas em apoio à aplicação de Metodologias Ativas em sala de aula (OLIVEIRA, 2010).

O estudo de caso é uma das ferramentas pedagógicas melhor sistematizadas dentro das Metodologias Ativas. Além disso, foi escolhida como uma das estratégias mais apropriadas para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica de acordo com o Relatório dos Encontros de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica promovidos pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, tendo o apoio da Câmara de Educação Farmacêutica do Conselho Federal de Farmácia (BRASIL-CRF/SP, 2011). Sobre o estudo de caso, Sá e Queiroz (2009) comentam

que a familiarização com o contexto do caso e com seus personagens impulsiona os estudantes na busca de escolhas e posterior tomada de decisão, necessária para a sua solução, uma das habilidades requeridas para a formação do profissional farmacêutico, prevista no artigo quarto das atuais DCN. Essas autoras ainda enfatizam que várias podem ser as fontes para a construção de um estudo de caso, tais como: artigos de divulgação científica, artigos originais de pesquisa e até mesmo filmes comerciais.

O uso do cinema com fins educacionais vem sendo explorado há algum tempo (BLASCO *et al.*, 2005; DIEZ, 2005; LENAHAN e SHAPIRO 2005; LOSCOS *et al.* 2006; MENDONÇA e LEITE, 2007; TAPAJÓS 2007; SIQUEIRA-BATISTA *et al.*, 2008). Outros trabalhos similares também foram consultados (CASTRO, 2006; SANTOS, 2007; VIANA, 2009, CEZAR, 2010, MENDONÇA, 2010).

A escolha do cinema de comédia levou em consideração um levantamento prévio, realizado no ano de 2011, em um grupo de 24 alunos de bacharelado em Farmácia, que revelou o seguinte panorama: 95% dos indivíduos declararam gostar de cinema, 88% concordaram que seu uso pode ajudar no aprendizado de Deontologia e 75% elegeram a comédia como o gênero cinematográfico preferido (MENDONÇA, LA ROCQUE, FERREIRA, 2012). Mas não só esse levantamento motivou a proposição dos filmes de comédia em sala de aula, mas também a Pedagogia da Alegria proposta por Georges Snyders que propõe a apropriação da cultura das massas em apoio à construção do saber em todos os níveis educacionais, e, em especial no texto destacado, na cultura universitária:

Os gostos, as opções culturais das “massas” assumem formas diferentes das apresentadas pela cultura universitária, o que confunde amiúde os professores e pode mascarar os aspectos comparáveis; e, no entanto, o cinema, a música popular vão de um extremo ao outro da escala de gostos, e os professores poderão tomar como tarefa separar as continuidades – sem com isso omitir as rupturas (SNYDERS, 1995, p.79).

Com isso, cabe mais uma vez ao professor o papel de mediador da construção do saber trabalhando a transposição didática da alegria proposta por Snyders, que consiste em passar da alegria da cultura popular para a cultura elaborada dentro das condições escolares, conjugando as manifestações artísticas ligadas ao lazer, tais como a música, o teatro e o cinema.

### 3.2.2. ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Cada turma foi subdividida em grupos de no mínimo 3 e no máximo 8 componentes, de acordo com o número total de alunos de cada turma. Os filmes foram testados de duas a três vezes (pelo menos duas vezes cada um). A distribuição de filmes também foi variável, de acordo com o tamanho das turmas, de maneira a não se repetir filmes em cada uma. As turmas testadas foram as do primeiro semestre de 2012 (1-2012) com 28 alunos, do segundo semestre de 2012 (2-2012) com 9 alunos, do primeiro semestre de 2013 (1-2013) com 33 alunos e a do segundo semestre de 2013 (2-2013) com 13 alunos. No caso das três primeiras turmas, o conteúdo foi ministrado pela professora/pesquisadora. Na última turma (2-2013), o conteúdo foi ministrado por professora substituta e serviu como grupo controle, sem a intervenção da professora/pesquisadora, com a intenção de se verificar se os resultados se repetiriam.

O cronograma de testagem dos filmes, com a distribuição dos alunos (n=83) em grupos está exposto na tabela 3.1.

Tabela 3.1: Cronograma de aplicação do estudo de caso tomando como base os filmes de comédia

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013	Turma 2-2013
<b>O inventor da mocidade</b>	-	5 alunos	7 alunos	-
<b>O professor aloprado (1963)</b>			7 alunos	5 alunos
<b>Júnior</b>	8 alunos	4 alunos	6 alunos	-
<b>O professor aloprado (1996)</b>	-	-	6 alunos	5 alunos
<b>Sem sentido</b>	6 alunos	-	7 alunos	3 alunos
<b>Amor e outras drogas*</b>	7 alunos	-	-	-
<b>Seus problemas se acabaram*</b>	7 alunos	-	-	-

\* Esses filmes foram excluídos da amostragem por não cobrirem totalmente os critérios de inclusão para a presente análise.

Como se pode observar, ao todo foram 14 grupos (83 alunos), sendo dois deles excluídos do estudo, pois se referem aos filmes que não cumpriam os critérios de seleção para esta pesquisa. São eles: “Amor e outras drogas”, pois o enredo não continha situações de desenvolvimento e experimentação de drogas, somente o uso inadequado de medicamentos e uso abusivo e enganoso de medicamentos, e “Seus problemas se acabaram”, que embora mostre situações que cumpram com os interesses da disciplina, não é produção *hollywoodiana*, mas sim brasileira. Por isso, apenas os resultados de 12 grupos (69 alunos) serão discutidos: Inventor da

mocidade (turmas 2-2012 e 1-2013); O professor aloprado – 1963 (turmas 1-2013 e 2-2013); Júnior (turmas 1-2012, 2-2012 e 1-2013); O professor aloprado – 1996 (turmas 1-2013 e 2-2013); Sem sentido (turmas 1-2012, 1-2013 e 2-2013).

O roteiro para a resolução do estudo de caso foi único para todas as turmas e filmes. As perguntas do roteiro do estudo de caso serão expostas ao longo da seção “Análise da prática pedagógica”.

Os alunos foram encorajados a assistir aos filmes reunidos em seus grupos para que fosse possível discutir entre si os trechos que fossem pertinentes, de acordo com o ponto de vista dos discentes a fim de responderem ao roteiro do estudo de caso. Os trechos deveriam ser destacados e a situação assinalada defendida ou contraposta, tomando como base de argumentação os conteúdos e as normas legais abordadas ao longo da disciplina.

Geraldo Alécio de Oliveira (BRASIL-CRF/SP, 2011) assinala que o estudo de caso no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica deve ser realizado em grupo, com a participação de indivíduos de diferentes pontos de vista, pois isso favorece uma ampla discussão e conseqüentemente, uma resolução mais completa. E vai além, sugerindo que essa prática pedagógica pode ser utilizada como instrumento complementar do ensino além de, dependendo de sua complexidade, poder funcionar como avaliação final da disciplina.

A primeira pergunta do roteiro é “Aponte e comente pelo menos uma passagem no filme, que em sua opinião seja apenas imoral”. Ela está relacionada aos conteúdos discutidos na aula que trata sobre definições e diferenças entre moral, direito, ética, bioética e deontologia, que são os conceitos introdutórios para a compreensão da construção do Código de Ética Profissional. As diferenças entre moral e direito são abordadas em sala de aula, em um momento de debate em que a professora/pesquisadora coloca exemplos a serem discutidos, se os atos exemplificados são ilegais ou imorais, embora, por vezes, uma situação não invalide a outra. “A moral é o baluarte do direito e não estão errados aqueles que afirmam que a moral faz nascer o direito” (BIZATO, 2001, p.42). A construção de uma lei leva em consideração, além de outros fatores, a moral de um grupo social, mas há diferenças entre as normas morais e as normas legais. A moral é um código de normas informais, aceita por um grupo social, enquanto o direito é um código de normas formais, compulsório. As normas morais são de aceitação espontânea e individual, enquanto as normas legais (direito) de aceitação compulsória e coletiva.

O objetivo principal dessa aula é alertar ao futuro farmacêutico que nem todo o ato imoral é ilegal, a não ser que haja um ato normativo que o proíba.

A maior parte dos alunos conseguiu assinalar e discutir os trechos diferentes dos filmes em que há, de fato, apenas conduta imoral (9 grupos= 51 alunos). A Figura 3.25 exemplifica uma resposta correta.



Figura 3.25: A cena 1 hora:35 minutos: 28 segundos foi assinalada pela turma 2-2012. “Segundo Durkheim, a moral é a ciência dos costumes, sendo algo anterior à própria sociedade. Ainda, de acordo com Augusto Comte, “a moral consiste em fazer prevalecer os instintos simpáticos sobre os impulsos egoístas”. Em nossa opinião, seria imoral o fato da substância ter sido manipulada pela macaca Ester, e explorada para posteriormente ser comercializada por humanos mesmo após esse conhecimento”. A associação é correta. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures.

Entretanto, os grupos que assistiram ao filme “Júnior” (3 grupos= 18 alunos) não conseguiram perceber a distinção entre moral e direito, pois na realidade indicaram como imorais passagens do filme que referenciaram com as leis que puniriam as situações destacadas. Destaca-se na Figura 3.26 um desses trechos.

Distinguir a diferença entre moral e direito, nem sempre é muito fácil, porém, logo em seguida a professora se colocou fazendo as mediações necessárias para a condução da discussão no momento da apresentação oral do grupo.

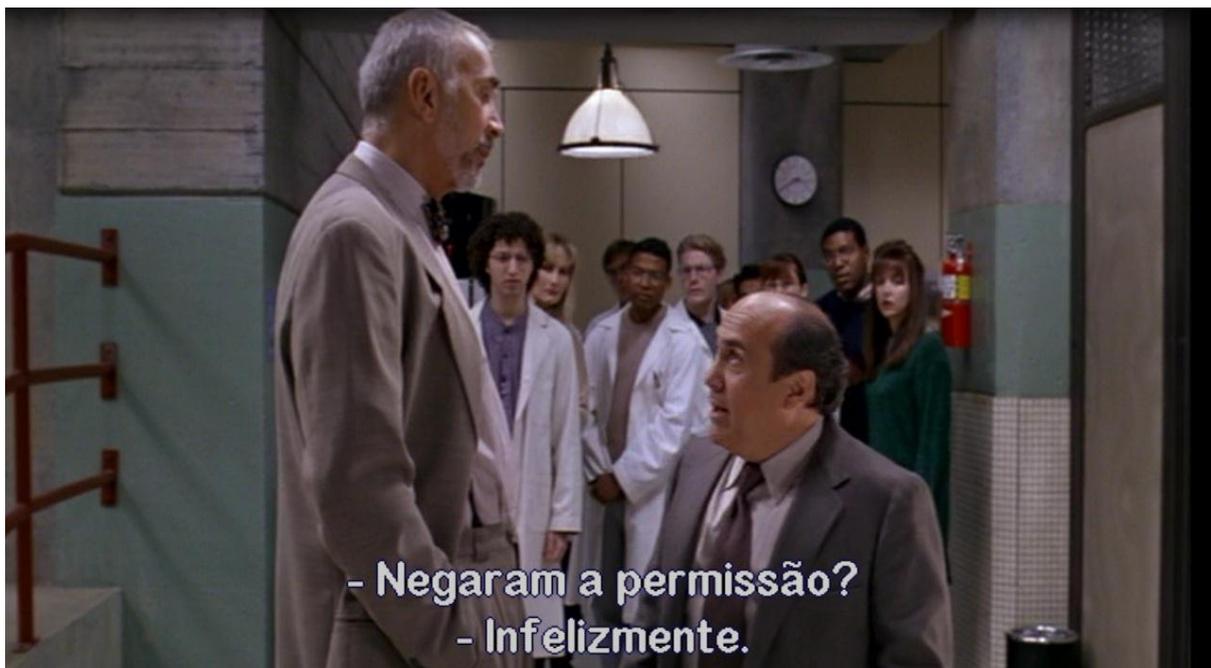


Figura 3.26: A turma 1-2013 fez uma associação incorreta assinalando a cena em 9 minutos: 30 segundos. Argumentação do grupo: “Baseado nos aspectos da deontologia e da legislação farmacêutica é considerado um ato imoral o prosseguimento com os ensaios pré-clínicos da droga em seres humanos sem a autorização da agência reguladora (FDA). Resolução CNS 251/1997”. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

A segunda pergunta do roteiro do estudo de caso “Você considera que as atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista retratado no filme seriam de competência do Farmacêutico?” está relacionada ao tema “Atribuições privativas e não privativas do profissional farmacêutico”. As normas pertinentes a esse assunto são muitas. Nem todas foram citadas em sala de aula. Todas estão livremente disponíveis na internet para livre pesquisa e consulta, conforme orientado pela professora ao longo do período letivo. Há o Decreto Federal 85.878 de 1981 (BRASIL-CASA CIVIL, 1981) que trata das principais atribuições, privativas e não-privativas, além das mais de 30 resoluções específicas publicadas pelo Conselho Federal de Farmácia constantes em: <http://www.cff.org.br/pagina.php?id=144>.

Nesta pergunta apenas o grupo que analisou o filme “O inventor da mocidade” da turma 2-2012 não conseguiu responder de maneira adequada (4 alunos). O grupo recorreu a uma resolução específica do Conselho Federal de Farmácia (CFF) para justificar a resposta, porém a norma assinalada não seria a mais adequada para justificar os trechos do filme. Isso demonstra que os alunos desse grupo não foram capazes de interpretar as definições de lei e aplicá-las no contexto do filme ou não fizeram uma leitura pormenorizada do texto legal. Os demais grupos (69 alunos) recorreram e aplicaram as leis de maneira satisfatória ao contexto de filme e ainda complementaram com a busca de outras normas, textos disponíveis no site do

Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, ampliando as fontes fornecidas inicialmente. Isso demonstra que a prática pedagógica incentivou os alunos a aprofundar os estudos e a pesquisar. Nesta questão, de fato, não há a necessidade de correlação direta entre um fato do filme e uma lei específica, pois os personagens não são farmacêuticos. O que importa é a busca de respostas e o incentivo ao pensamento conforme aponta Borges sobre Metodologias Ativas:

O importante não é a manipulação de objetos e artefatos concretos, e sim o envolvimento comprometido com a busca de respostas/soluções bem articuladas para as questões colocadas, em atividades que podem ser puramente de pensamento. Nesse sentido, podemos pensar que o núcleo dos métodos ativos (pode-se até chamá-lo de trabalhos ou atividades práticas, para significar que está orientado para algum propósito), não envolve necessariamente atividades típicas do laboratório (BORGES, 2002, p.295)

A terceira questão do roteiro é “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada) do Código de Ética do Profissional Farmacêutico”. O código de ética é esmiuçado e discutido em detalhes em sala de aula, o único ato normativo exposto em sua totalidade por ser o ponto principal de discussão da disciplina. Por isso não há outro ato normativo a ser citado aqui além da Resolução 417 de 2004 (BRASIL/CFF, 2004b). O que importa nesta questão é verificar como os alunos fazem as associações dos trechos dos filmes com o texto legal e se eles teriam condições de construir argumentação de um fato, tomando como base um ato normativo específico.

Apenas quatro grupos dos doze analisados citaram trechos adequados do Código de Ética Farmacêutico e aprofundaram as discussões, contextualizando suas respostas. Foram eles: os grupos que analisaram o filme “O inventor da mocidade” (turmas 2-2012 e 1-2013); o grupo que analisou o filme “O professor aloprado - 1963” (turma 2-2013); na análise do filme “Júnior” a turma 1-2012 associou vários itens da norma com as situações ilustradas no filme e ampliou as discussões. Os outros três grupos responderam corretamente, mas foram sucintos em suas respostas. Embora as associações tenham sido adequadas, os alunos se limitaram a fazer correlação direta do trecho do filme com a norma pedida, sem fazer qualquer tipo de reflexão ou construir argumentação.

O que se observa é que o aprofundamento dos estudos por parte do aluno é algo relacionado ao interesse e motivação pessoal.

Quanto às respostas inadequadas, na análise do filme “O professor aloprado” (1996), a turma 2-2013 não fez qualquer correlação com o Código de Ética, a norma pedida. Fato curioso aconteceu na análise do filme “Sem sentido”, as três turmas que o assistiram assinalaram trechos diferentes do Código de Ética do Profissional Farmacêutico para uma mesma situação assinalada do filme, a falta de assistência farmacêutica ao usuário do medicamento, o que pode significar a potencialidade deste título em suscitar esse tipo de discussão como é ilustrado na Figura 3.27 abaixo.



Figura 3.27: A turma 2-2013 assinalou a cena 18 minutos: 9 segundos como infração do Código de Ética Farmacêutico: “Segundo o Artigo 13.VIII, presente no Código de Ética Farmacêutico, este profissional não deve fornecer nenhuma substância sem a devida identificação de substâncias ativas contidas e suas respectivas quantidades. Porém no filme, o cientista fornece a substância ao sujeito de pesquisa, cuja mesma não contém essas identificações obrigatórias”. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes.

A próxima pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pode perceber correlação (certa ou errada) da Lei que trata sobre as infrações e penalidades sanitárias” diz respeito ao Decreto Federal 6.437 de 1977 (BRASIL-MS/SVS, 1977a) que trata de todo o âmbito sanitário, e não somente do farmacêutico. Um esquema resumido está exposto na Tabela 3.2.

Tabela 3.2: Sistematização das respostas à pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada) da Lei que trata sobre as infrações e penalidades sanitárias”

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013	Turma 2-2013
O inventor da mocidade		Correlação correta	Correlação errada	
Professor aloprado (1963)			Correlação errada	Correlação errada
Júnior	Correlação errada	Correlação errada	Correlação errada	
Professor aloprado (1996)			Correlação correta	Não respondeu
Sem sentido	Correlação errada		Correlação errada	Correlação correta

O que se pode observar na Tabela 2 é que esta questão teve um índice de erro bastante expressivo (55 alunos). Na análise do filme “O inventor da mocidade” os dois grupos assinalaram fatos distintos. Na análise do filme “O professor aloprado” de 1963 as turmas 1-2013 e 2-2013 apontaram o mesmo fato e o mesmo dispositivo legal, de maneira inapropriada, embora tenham sido desenvolvidos de maneira diferente. Na análise do filme “Júnior” os três grupos assinalaram o mesmo item da norma de maneira equivocada. Na análise do filme “O professor aloprado” a turma 1-2013 faz uma correlação correta ao indicar a rotulagem inadequada do produto que aparece no filme, conforme é mostrado na Figura 3.28.



Figura 3.28: A turma 1-2013 assinalou no filme “O professor aloprado (1996) a cena em 1 hora: 19 minutos: 35 segundos: “No que condiz a “Infrações e Penalidades Sanitárias” vimos que o medicamento estudado estava em um frasco com rotulagem de outro produto sendo com a lei 6.437/77 uma infração sanitária disposto no artigo 10 – XV é proibido: “rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares” Fonte: Filme “O professor aloprado” -1996: Universal Estúdios.

A turma 2-2013 não fez qualquer correlação com o ato pedido. Em relação à análise do filme “Sem sentido” as turmas 1-2012 e 1-2013 fizeram uma correlação inadequada da mesma situação. Já a turma 2-2013 fez uma correlação correta apontando uma situação diferente das duas outras turmas. Isso deixa claro que os alunos fizeram uma leitura superficial dos atos normativos, não conseguindo fazer as correlações devidas.

O ato normativo que norteia essa pergunta é abordado em sala de aula na íntegra. A situação acima exposta levou a docente a repensar a forma como trabalhar o assunto e também a sequência das aulas. Levando em conta este resultado se chegou à conclusão que esta norma deve ser abordada ao fim do semestre letivo, após serem trabalhadas as outras leis, pois assim é possível se discutir com mais propriedade em sala de aula quais são as infrações sanitárias.

A quinta questão do roteiro analítico é “Aponte, comente e justifique um momento do filme em que você pôde perceber correlação (certa ou errada) das normas relativas à ética na pesquisa com seres humanos”. Este conteúdo é composto de vários atos normativos interligados que não é possível de serem abordados em sala de aula na íntegra. O enfoque dado às respostas podem ser variados: sob a perspectiva apenas do profissional de saúde, da perspectiva do participante da pesquisa, de ambos os lados, do conflito de interesses.

Na análise do filme “O inventor da mocidade” os dois grupos assinalaram o mesmo ato normativo e a mesma situação, com pontos de vista diferentes, porém as duas linhas de pensamento faziam sentido. A turma 2-2012 observou apenas pelo ponto de vista dos indivíduos que experimentaram o produto voluntariamente, assinalando que a situação mostrada no filme é adequada, pois os participantes da pesquisa sabiam dos riscos que correriam. Já a turma 1-2013 observou a situação pelo ponto de vista dos outros personagens que tomaram a água contaminada do bebedouro com o produto em teste inadvertidamente. A ingestão do produto foi acidental e não consentida, sendo assim uma infração à norma, mesmo que não proposital. A intervenção da professora/pesquisadora neste ponto foi importante para evidenciar que um mesmo fato pode ter várias interpretações

É a apreensão do *significado e interpretação* dos temas por parte dos alunos que precisa estar garantida no processo didático-pedagógico, para que os significados e interpretações dados possam ser *problematizados*. Porém, na perspectiva de uma educação *dialógica*, como a proposta por Freire, os significados e interpretações dos temas pelos alunos não serão os únicos que terão de ser

apreendidos e problematizados; aqueles de que o professor é portador também precisam estar presentes no processo educativo. O diálogo a ser realizado refere-se ao conhecimento de ambos os sujeitos da educação, aluno e professor, detêm a respeito do tema, objeto de estudo e de compreensão (DELIZOICOV, ANGOTTI e PERNAMBUCO, 2002, p.193)

A situação ora apresentada mostra que a observação da professora/pesquisadora de respostas diferenciadas à mesma questão e ao mesmo trecho do filme, por grupos diferentes em épocas diferentes permite enriquecer e dar continuidade à uma educação dialógica.

Na análise do filme “O professor aloprado” de 1963, as duas turmas (1-2013 e 2-2013) apontaram a mesma situação: momento em que o Prof. Kelps conduz a auto experimentação, como mostra a Figura 3.29, e começa a sentir reações adversas não desejadas ou esperadas.

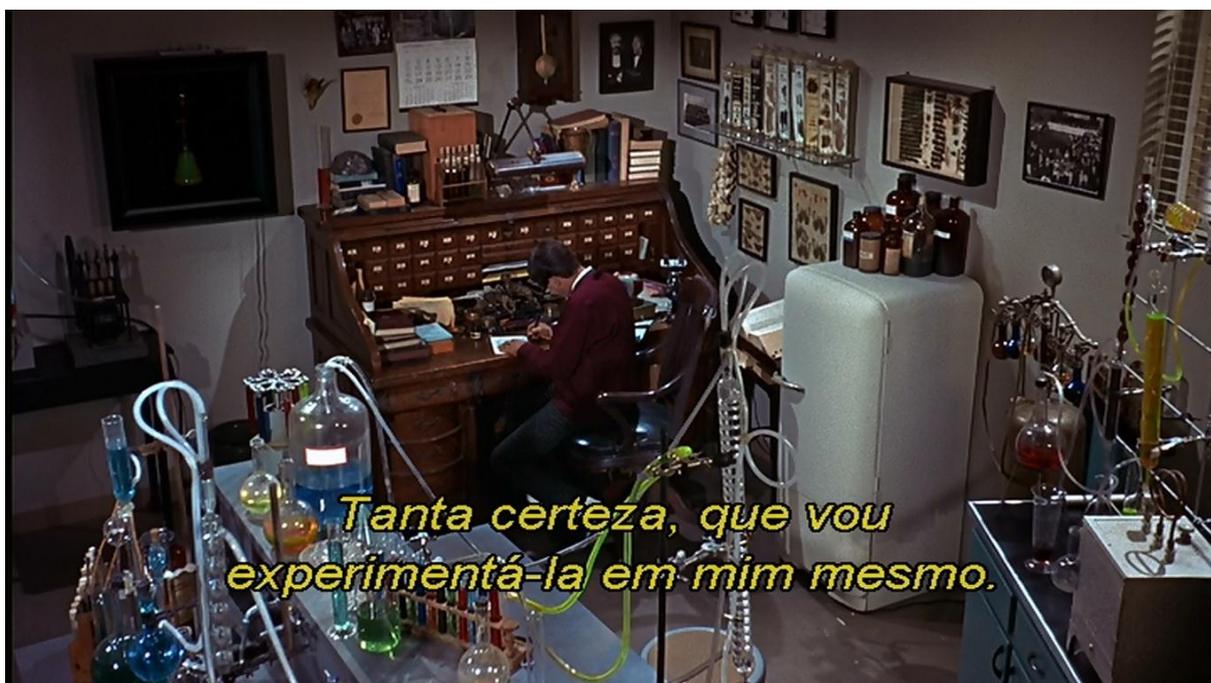


Figura 3.29: A cena 25 minutos: 2 segundos que trata da autoexperimentação de drogas foi assinalada pelas turmas 1-2013 e 2-2013 como descumprimento das normas de experimentação com seres humanos, porém com argumentações diferentes. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.

Como ele fez isso à revelia da direção da instituição de ensino, ele infringiu a lei. Entretanto a turma 1-2013 apoiou sua argumentação em um ato normativo revogado. Ou seja, a fundamentação da argumentação torna-se nula por isso, situação sempre alertada pela professora/pesquisadora ao longo do semestre.

Já no filme “Júnior” as respostas foram bem diferentes. A turma 1-2012 fez uma análise mais aprofundada. Pela resposta apresentada é perceptível que fizeram

a leitura completa dos atos normativos. A turma 2-2012 respondeu de maneira direta, sem qualquer tipo de discussão. A turma 1-2013 apresentou um raciocínio acertado, citando as mesmas normas que a turma 1-2012, porém, a esta altura, as normas já tinham sido revogadas, invalidando a argumentação. O mesmo erro foi detectado na resposta da turma 1-2013 que analisou o filme “O professor aloprado” de 1996. Os alunos citaram resoluções já substituídas, mas também lançaram mão de outras normas ainda válidas para sustentar a argumentação sobre a falta de sigilo na pesquisa. Na análise do filme “Sem sentido” as turmas 1-2012 e 1-2013 citaram normas diferentes para uma mesma situação com argumentações acertadas (como ilustrado na Figura 3.30).



Figura 3.30: A cena em 15 minutos:16 segundos mostra a situação em que Deryll dorme ao longo da explicação de todo o experimento que ele servirá como cobaia, não estando ciente das consequências, mesmo assim os pesquisadores coletam a assinatura dele e o experimento é conduzido, mesmo que o participante não tenha condições de compreender. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes.

Já a turma 2-2013 comentou de maneira pormenorizada, discutindo os prós e os contras do filme, em relação às normas de interesse.

Mesmo que este tema não seja esmiuçado totalmente em sala de aula, para responder a esta questão foi necessário que os alunos enveredassem pela pesquisa e leitura dos atos normativos e construíssem argumentação própria, tendo em vista que aos métodos ativos de ensino é conferido “especial relevo à pesquisa espontânea da criança ou adolescente e exigindo-se que toda verdade a ser adquirida seja reinventada pelo aluno, ou pelo menos reconstruída e não

simplesmente transmitida” (MOREIRA, 2010, p.17). Sendo assim, a maior parte deles conseguiu fazer isso de maneira satisfatória, seguindo as indicações da professora.

A próxima pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme em que você pôde perceber correlação (certa ou errada) das normas relativas à ética na pesquisa com animais” trata de um assunto que não é contemplado na programação da disciplina pelo fato de a carga horária ser insuficiente para abordar tantos atos normativos. Aqui é um ponto em que há indicação dos atos normativos e incentivo à pesquisa, da mesma forma que na questão anterior.

Na análise do filme “O inventor da mocidade”, a turma 2-2012 fez uma má interpretação da norma. Na análise do filme “O professor aloprado” de 1963 a turma 1-2013 fez uma correlação interessante, já que não aparece na trama experimentação prévia com animais. O único animal que aparece é a ave de estimação do prof. Kelps, que o acompanha em suas reflexões, no laboratório da High School. Em poucas palavras propõem um pressuposto, formulam uma hipótese e emitem uma conclusão, cumprindo com o objetivo da proposta da estratégia de ensino, trecho evidenciado na Figura 3.31.

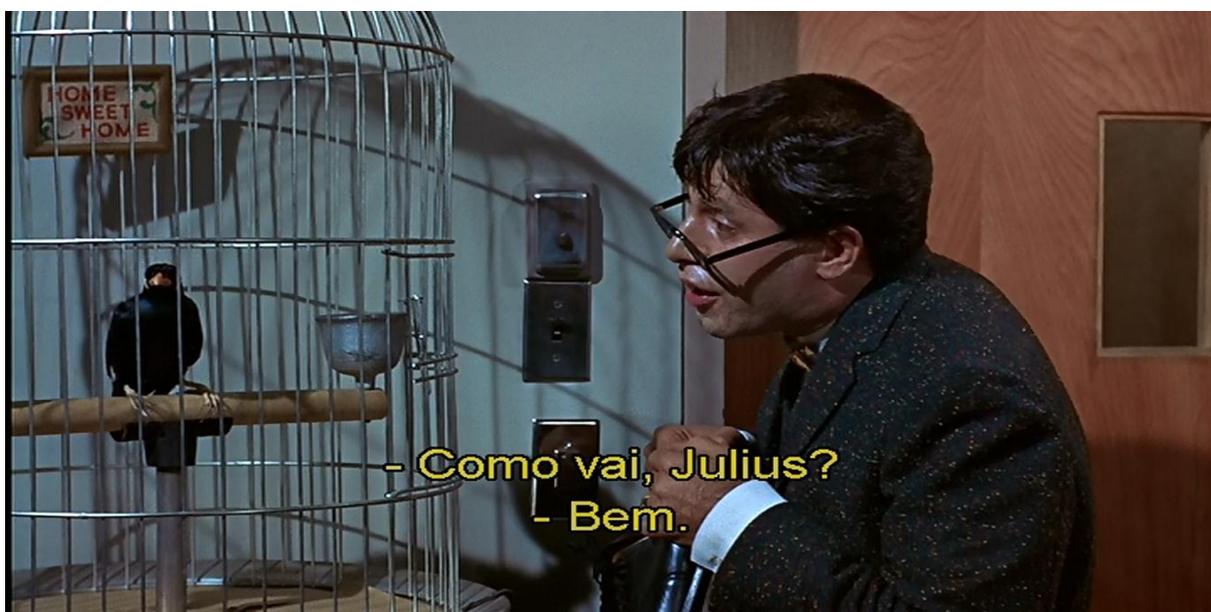


Figura 3.31: A turma 1-2013 associou a cena em 29 minutos: 45 segundos com normas de experimentação em laboratório com animais: “Em nenhum momento houve uma experiência direta com animais, porém aos 29 minutos e 45 segundos, percebemos que o pássaro de estimação do professor fala. Partindo do pressuposto de que pássaros não falam, sugerimos que o professor Kelps possa ter feito experiência com o pássaro a fim de fazê-lo falar. Para tal experiência ele deveria ter seguido a LEI Nº 11.794, de 8 de outubro de 2008 “estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais” Obedecendo o Art. 12 dessa lei “ A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal). ” Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.

A turma 2-2013 salientou que de fato não há evidências no filme de experimentação com animais, o que procede também. Na análise do filme “Júnior” as turmas 1-2012 e 1-2013 citaram a mesma situação referendada pela mesma lei, sendo que a primeira turma construiu argumentação bem elaborada e a segunda respondeu de forma direta. A turma 2-2012 lançou mão de outro dispositivo legal que não foi abordado em sala de aula, aprofundando os estudos. Na análise do filme “O professor aloprado” de 1996 a turma 1-2013 não faz correlação com nenhum ato normativo como é recomendado no enunciado de todo o roteiro do estudo de caso, da mesma forma que ocorreu com a turma 2-2013, tratando a questão apenas com “senso comum”. Quanto à análise do filme “Sem sentido” as turmas 1-2012 e 1-2013 responderam da mesma forma, com atos normativos já revogados, o que demonstra a falta de cuidado com a construção da argumentação. Ao longo do semestre é explicado aos alunos que qualquer argumentação precisa ser feita com o apoio de atos normativos válidos, pois uma defesa fundamentada em um ato normativo revogado não tem validade. Mesmo havendo esse momento de esclarecimento ao longo do semestre, algumas vezes os grupos cometem esse tipo de erro. A turma 2-2013 relacionou os pontos entre o filme e a norma em que havia o cumprimento. De fato, a experimentação com camundongos na trama é retratada de maneira correta frente à lei.

A próxima pergunta do roteiro analítico é: “Aponte, comente e justifique um momento do filme em que você pôde perceber correlação (certa ou errada) com as normas de propaganda de produtos para saúde”. Esse conteúdo também, pela limitação da carga horária, acaba não sendo abordado em aulas expositivas. Os alunos são orientados a ler a principal norma que trata do assunto, a Resolução 96 de 2008 (BRASIL-MS/ANVISA, 2008) para aprofundamento dos estudos. É exposto, a seguir nas figuras 3.32, 3.33, 3.34, algumas situações dos filmes em que aparecem propaganda de produtos sujeitos à vigilância sanitária.



Figura 3.32: Cena 16 minutos: 14 segundos assinalada pelas duas turmas: “Segundo a RDC 96/08: as propagandas devem apresentar informações completas e claras, e não podem destacar apenas aspectos benéficos do produto. A RDC veda “utilizar designações, símbolos, figuras ou outras representações gráficas, ou quaisquer indicações que possam tornar a informação falsa, incorreta, ou que possibilitem interpretação falsa, equívoco, erro e/ou confusão em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, qualidade, forma de uso, finalidade e/ou característica do produto”. No filme, um ponto em desacordo é que o layout da propaganda apresenta uma informação falsa, tanto pelo nome quanto pela imagem, ao sugerir, como o próprio Barnaby diz, que é uma droga da “fonte da juventude”, pois há muitas variáveis que precisam ser levadas em consideração ao se elaborar um medicamento como este”. Fonte: Filme “O inventor da Mocidade” 1952: FOX Pictures.



Figura 3.33: Cena em 1 hora: 45 minutos: 32 minutos foi assinalada pela turma 2-2013 que respondeu: “Foi possível perceber que no final do filme houve a propaganda dentro da universidade do “TÔNICO DO KELPS”, o qual não havia autorização para vender, não era de conhecimento das autoridades responsáveis. Segundo a RDC Nº 96, DE DEZEMBRO DE 2008 Art. 2º e Anexo I é obrigatória à obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde para se veicular na mídia propagandas sobre produtos farmacêuticos”. Fonte: Filme “O professor aloprado” – 1963: Paramount Pictures.

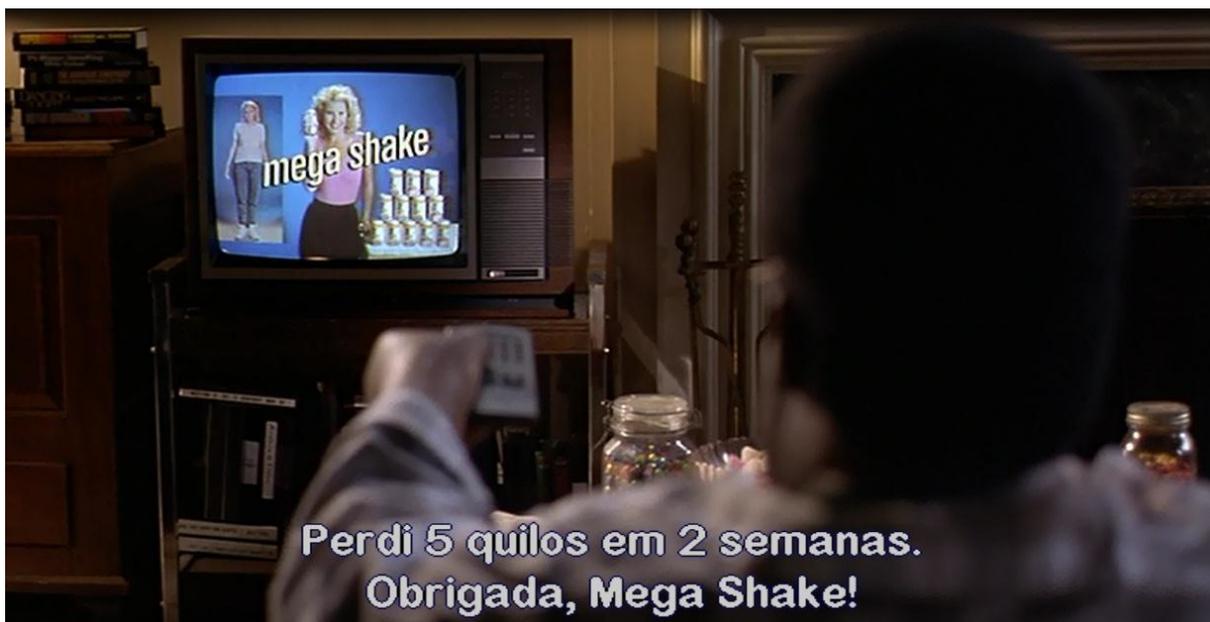


Figura 3.34: A cena em 21 minutos: 16 segundos foi assinalada pela turma 2-2013 que respondeu: "O Mega Shake que aparece no comercial de televisão durante o filme influencia o consumidor a comprá-lo prometendo uma redução de peso considerável em tempo curto (5kg em 2 semanas). Segundo a Lei nº6.360, de 23 de setembro de 1976(Produtos dietéticos), Art,59º-"Não poderá constar a rotulagem ou de propaganda dos produtos de que trata esta lei designações: Nomes geográficos, símbolos, figuras desenhos ou quaisquer indicações que possibilitem interpretação falsa erro ou confusão quanto à origem, precedência, natureza, composição ou qualidade, que atribuem ao produto finalidades ou características diferentes daquelas que realmente possuem". Embora a propaganda do diet shake tenha oferecido". Fonte: Filme "O professor aloprado" -1996: Universal Estúdios.

Na análise do filme "O inventor da mocidade" o mesmo evento foi sinalizado pelas duas turmas. Entretanto as argumentações foram construídas sob pontos de vista antagônicos, com trechos diferentes da norma. As duas fundamentações estão corretas, tomando como base o raciocínio construído para cada um deles. Na análise do filme "O professor aloprado" de 1963, a turma 1-2013 correlacionou a cena com uma norma que não é específica de propaganda, mas que mesmo assim trata do assunto em parte. Já a turma 2-2013 fez uma correlação com o mesmo trecho do filme, porém fundamentou com o ato normativo indicado pela professora. O enredo do filme "Júnior" realmente não apresenta trechos explícitos sobre propaganda de produtos, pois o que ocorre mais próximo a isso é a parte que todos os três grupos evidenciaram: a divulgação da pesquisa, sem comprovação científica ainda na imprensa. Apenas a turma 1-2013 construiu uma argumentação sobre a divulgação indevida da pesquisa sem correlacionar a nenhum ato normativo. A resposta foi construída usando o bom senso e o senso comum e não a argumentação fundamentada em atos normativos, como é o objetivo do trabalho. O filme "O professor aloprado", de início tem uma cena que aparece a propaganda de

um produto para emagrecimento, mas isso não foi levado em conta pela turma 1-2013. Entretanto a turma 2-2013 percebeu, sinalizou e fundamentou esse fato, com ato normativo válido e pertinente. Na análise do filme “Sem sentido” a turma 1-2012 não correlaciona o trecho observado com nenhuma legislação que trate sobre propaganda. A turma 1-2013 respondeu de maneira mais apropriada. A turma 2-2013 encontrou um pequeno trecho do filme em que aparecia uma propaganda de bebida alcoólica na televisão e buscou uma norma não abordada em sala de aula para fundamentar a argumentação, demonstrando aprofundamento nos estudos.

Na resolução destas duas perguntas anteriores pode ser observado que há alternância do uso do senso comum com o aprofundamento de estudos, fato dependente da aparente despreocupação ou despreparo de alguns ou de motivação pessoal de outros. O que pensar sobre “até que ponto o interesse cultural desempenha um papel predominante: a alegria que um estudante encontra em fazer uma pesquisa com semiautonomia não é separável da alegria que ele encontra no próprio conteúdo dessa pesquisa” (SNYDERS, 1995, p.30). Como a aprendizagem é algo individual, embora muitas vezes praticada no coletivo, essa variabilidade de resultados é esperada.

A última pergunta do roteiro foi formulada para promover a transdisciplinaridade e permitir um espaço aberto de discussão de outros temas para os alunos: “Aponte e comente uma passagem no filme que apresente uma imprecisão científica, de acordo com as Ciências Farmacêuticas (qualquer ramo das ciências farmacêuticas fora da Deontologia)”. Houve interpretações diversas sobre o que se pretendia da pergunta, o que nos trouxe à reflexão de que ela não estava bem formulada. Nenhum grupo fundamentou sua resposta em fonte bibliográfica, conforme descrito nas orientações gerais que precediam às perguntas do estudo de caso. Apenas comentaram de maneira genérica, utilizando o senso comum, o que sugere que não foram pesquisar para responder a questão. Mesmo que em algumas respostas os alunos tenham respondido sobre imprecisão de resultados da experimentação ilustradas no filme, e em outras comentarem sobre um fato que ia contra o conhecimento científico atual, nenhuma resposta foi fundamentada em qualquer bibliografia, daí o índice de erro. O que se pretendia era estimular que os alunos procurassem nos filmes situações que contrariassem qualquer assunto que fosse abordado ao longo de sua formação e que rebatessem com argumentos fundamentados em bibliografia apropriada.

Todos os grupos que analisaram os filmes “O inventor da mocidade”, “O professor aloprado” de 1963, “O professor aloprado” de 1996 e “Sem sentido” tiveram o mesmo entendimento da pergunta, interpretaram “imprecisão científica” sob a perspectiva tecnicista de precisão e exatidão de resultados do experimento e reprodutibilidade. Os grupos fizeram seus comentários, mas não fundamentaram as suas respostas. Na análise do filme “Júnior” todos os grupos entenderam o que se queria com a pergunta e assinalaram o mesmo fato como imprecisão científica: que um homem não pode gerar filhos, entretanto a resposta ficou apenas no senso comum, sem fundamentação. No momento da apresentação dos grupos, a professora/pesquisadora suscitou um debate sobre a transitoriedade das verdades científicas, ressaltando que, nos dias atuais, ainda não é possível a gravidez masculina. Para tanto ilustrou o fato falando sobre a obra “O útero artificial” de Henri Atlan (2006) e de algumas pesquisas que tratam sobre a reprodução assistida. Sobre este mesmo tema Piassi e Pietracola (2009, p.535) comentam:

Em uma atividade de sala de aula, a análise de um filme pode revelar um cuidado esmerado do autor em seguir de perto a terminologia e os usos cotidianos da ciência ou, ao contrário, uma série de termos com ar científico, mas que na verdade estão longe da precisão factual. Isso evidentemente não pode ser realizado sem um trabalho de pesquisa ou então o professor será um mero informante factual, dizendo: isso existe na ciência, aquilo não existe.

Para melhor visualização do resultado do estudo de caso é apresentado abaixo o gráfico 3.1 com o índice de acerto em relação às perguntas do roteiro analítico:

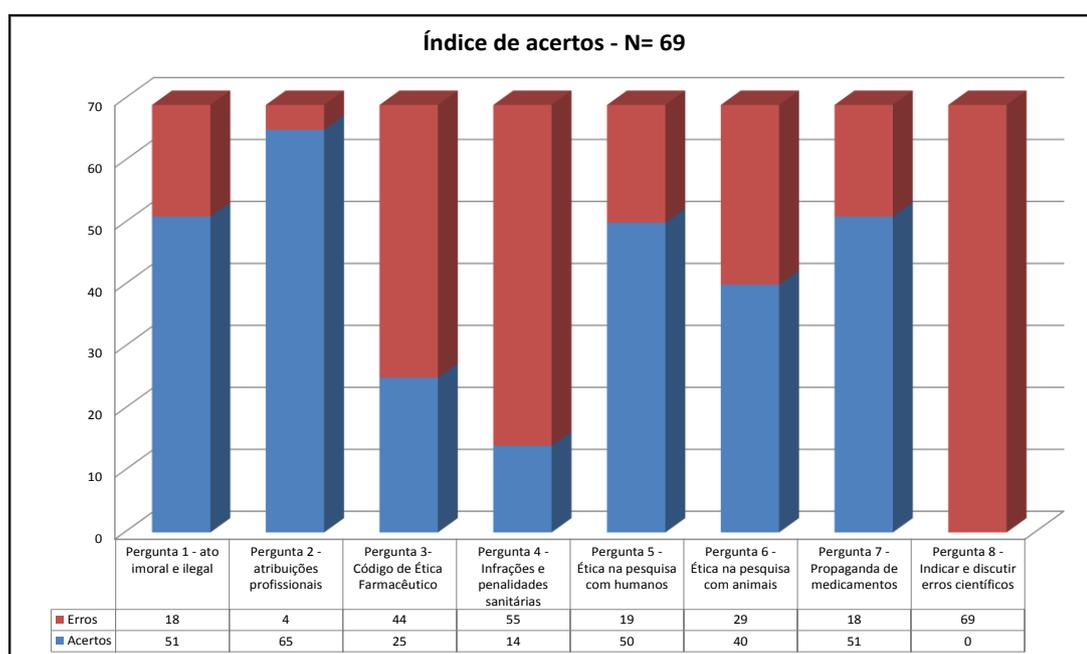


Gráfico 3.1: Resultado global do estudo de caso

O que se observa em uma análise global da resolução do estudo de caso é que houve um índice de respostas erradas maior nas perguntas que demandavam um maior volume de leitura e interpretação. A pergunta 2 que contou com maior índice de acerto é relacionada com atos normativos curtos (de meia página até no máximo duas). Nenhum aluno conseguiu responder adequadamente a questão 8 que não estava relacionada aos temas da Deontologia, mas sim a qualquer outro aplicado às Ciências Farmacêuticas. Mesmo que a pergunta tenha causado confusão, todos os alunos responderam apoiando-se, apenas, no senso comum, sem apontar fontes que comprovassem as suas respostas (certas ou erradas). Ela deveria promover o diálogo com outras disciplinas e demandava um aprofundamento de estudos para a fundamentação das respostas. Os alunos alegam não terem tempo o suficiente para a resolução do caso, embora a dinâmica do trabalho tenha sido exposta desde o primeiro dia de aula, com intervenções ao longo do período letivo e apresentação ao final deste. Situação semelhante foi relatada por Rodriguez e Mora (2012) que propuseram práticas inovadoras no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica na Costa Rica. Mesmo assim, ao final da prática pedagógica todos acabam surpreendidos pelo aumento de interesse no assunto que a apresentação oral suscitou.

A apresentação oral do estudo de caso é o momento mais rico da estratégia. Os grupos mostraram o enredo dos filmes, apontaram os trechos em que responderiam ao estudo de caso. A professora/pesquisadora, antes do dia da apresentação oral, leu as respostas escritas, de maneira a já saber em que ponto interferir para sanar dúvidas quanto ao texto escrito previamente recebido. Esse momento foi mais proveitoso nas turmas menores, já que a disciplina conta com apenas uma hora e meia de aula semanal. Esse é um impeditivo real para o melhor aproveitamento da prática pedagógica. Entretanto, mesmo que a turma seja grande, vários aspectos são levantados pela professora/pesquisadora, inclusive os que não têm relação direta com os conteúdos da disciplina. Todas as apresentações se estenderam, passando do horário regulamentar reservado para a aula, já que o debate deflagrado despertava o interesse dos alunos. A partir daí, ficou claro para boa parte dos alunos as correlações entre ficção, vida real e os conteúdos da disciplina. Isso nos levou a crer que há uma lacuna entre o que o aluno de uma área de conhecimento tecnológico consegue expressar por escrito e o que ele realmente pensa. Nesse momento os rumos que as discussões tomam revelam o potencial

reflexivo que a prática pedagógica apresenta. Desta forma, levando em conta a suspensão da descrença<sup>9</sup> que opera enquanto o aluno assume papel de espectador do filme ele interage, expõe seus juízos de valor, critica, condena, absolve, torce pelo personagem, acredita que a macaca trocou a fórmula, que o homem ficou grávido, enfim, abre um importante canal de diálogo. Como a disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica é considerada campo árido de estudo é preciso uma ferramenta pedagógica que quebre a resistência do aluno.

### **A percepção da imagem da mulher por elas mesmas**

Os alunos, ao apresentarem a resolução de seus estudos de caso, subsidiados pelos enredos dos filmes, não se estendiam para temas que são evidentes nos filmes, tais como: Por que o cientista que experimenta as substâncias terapêuticas não é farmacêutico? Por que as mulheres não têm participação decisiva nos acontecimentos? Por que o experimento não é conduzido por uma mulher? Essas questões sempre eram levantadas pela docente após a apresentação dos alunos, ampliando as discussões inerentes à disciplina, sendo as duas últimas perguntas as de maior interesse neste trabalho. Infelizmente, pelo fato de a disciplina contar com pequena carga horária em relação ao total do curso, os alunos geralmente se detêm a responder ao roteiro do estudo de caso, sem tempo suficiente para uma reflexão mais apurada ou uma discussão ampla. O que causou estranheza foi o fato de que, mesmo havendo 71 mulheres em um universo de 83 alunos, nenhuma delas se deu conta de que o experimento não tinha sido conduzido por mulher alguma e nem ao menos questionaram isso. Dados fornecidos pela Federação Nacional dos Farmacêuticos extraídos em meados de 2012 apontam para o fato de que, naquele momento, havia cerca de 370 mil farmacêuticos inscritos e ativos no Brasil e que as mulheres representavam 70% desses profissionais (FENAFAR, 2012). A partir do momento em que a situação era exposta pela docente é que se davam conta. Isso nos sugere que a situação é tão entronizada em um coletivo social, que essa ausência feminina na ciência já está naturalizada, faz parte

---

<sup>9</sup> **Suspensão de descrença, suspensão de descrédito** ou ainda "**suspensão voluntária da descrença**" refere-se à vontade de um leitor ou espectador de aceitar como verdadeiras as premissas de um trabalho de ficção, mesmo que elas sejam fantásticas, impossíveis ou contraditórias.

do senso comum, que se reflete na ficção e nas mídias, retornando, por sua vez, ao público e fechando, assim, um “círculo vicioso”.

### **3.3. RESULTADO DO QUESTIONÁRIO**

#### **3.3.1. O USO DE CINEMA DE COMÉDIA PARA O ENSINO DE DEONTOLOGIA E ÉTICA FARMACÊUTICA: O OLHAR DO DISCENTE**

Esta seção tem o objetivo de discutir a aplicabilidade do cinema em auxílio ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica sobre a perspectiva discente. Nesse contexto será explorado o uso de cinema de comédia assumindo o papel de fonte de dados para um estudo de caso, uma das ferramentas mais sistematizadas em apoio à aplicação de Metodologias Ativas em sala de aula (OLIVEIRA, 2010).

Sá e Queiroz (2009) confirmam que filmes comerciais podem ser boas fontes de dados para a construção de um estudo de caso

Filmes comerciais que tratam de histórias/eventos capazes de gerar discussões sobre questões sociais, econômicas e éticas relacionadas à ciência são adequados fontes de inspiração para a produção de casos. Também podem ser convenientemente explorados filmes que abordam questões sobre o próprio conteúdo científico a ser tratado nas disciplinas nas quais os casos sejam aplicados (p.23)

Desde a proposição das atuais DCN, Resolução 2/2002 (BRASIL-MEC/CNE/CES, 2002) que o ensino farmacêutico vive uma crise de paradigmas que se caracteriza por uma mudança conceitual, consequência de uma insatisfação com modelos anteriormente predominantes (SILVA, MIGUEL e TEIXEIRA, 2011). Oliveira (2010) afirma que a partir desse momento os cursos de Farmácia seguiram a tendência de outros cursos da área de saúde: a formar o profissional capaz de atender as demandas do Sistema único de Saúde (SUS) com o perfil do egresso generalista, com formação humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção a saúde, com base no rigor científico e intelectual. Neste contexto, as metodologias ativas se apresentam como um modelo mais adequado para a formação superior contemporânea. Partiu-se da premissa que o Estudo de Caso é uma derivação da Aprendizagem Baseada em Problemas, sendo, por isso, uma ferramenta de ensino importante para a implantação de Metodologias Ativas em sala de aula. As Metodologias Ativas se constituem em um conjunto de ações para promover o ensino e é um modelo baseado na aprendizagem onde o estudante é o

principal ator do processo. Vão na contramão do que se entende como modelo de ensino tradicional disciplinar proposto por Flexner em que o professor era o centro das atenções e o ensino compartimentalizado em disciplinas rígidas (GOMES *et al.*, 2010).

Escolher a comédia como subsídio para a construção de estudos de caso residiu no fato do riso ter um efeito de correição de caráter e nas comédias de costumes de Molière que influenciaram vários autores a escreverem argumentos nos quais se expunham as fraquezas e mazelas das personagens, trazendo em si uma crítica social. A disciplina de Deontologia traz em seu núcleo firme a reflexão sobre a conduta profissional de acordo com os ditames legais e seus reflexos sobre a sociedade. O ensino de seus conteúdos precisa ser explorado em um espaço de discussão em que se relacione tanto a teoria com a prática levando em consideração os seus desdobramentos sobre a população. Mesmo que o objeto de ensino (leis e normas) seja extremamente formal, e isso, na maior parte das vezes afaste o aluno, seu aprendizado pode ser prazeroso com o auxílio da comédia. Bergson (1980) declara sobre as comédias de costume de Molière em que se ridicularizavam as profissões:

Ampliemos agora essa imagem: o corpo adiantando-se à alma. Obteremos algo de mais geral: a forma querendo impor-se ao fundo, a letra querendo sobrepor-se ao espírito. Não será essa a ideia que a comédia procura nos sugerir quando ridiculariza a profissão? Na comédia falam o advogado, o juiz, o médico, como se saúde e justiça fossem coisas secundárias, mas sendo importante haver médicos, advogados, juízes, e que as formas exteriores da profissão sejam escrupulosamente respeitadas. Desse modo, meio se impõe ao fim, a forma ao fundo, e não mais a profissão é feita para o público, mas o público para a profissão. A preocupação constante com a forma e a aplicação maquinal das regras criam aqui uma espécie de automatismo profissional, comparável com ao que os hábitos do corpo impõem à alma, e risível como eles (p.34).

Não seria a conduta profissional sem reflexão uma antecipação do corpo à alma? Um proveito profissional sem levar em consideração o público que ele deve servir? Que o profissional de saúde deve ser formado para atender ao público, não ignorando as regras, mas tendo em mente as necessidades humanas? Mas não só isso é levado em consideração aqui. A Pedagogia da Alegria de Georges Snyders (1995) em seu livro “Feliz na Universidade: estudo à partir de algumas biografias, declara que da forma como o ensino superior é concebido poucos são os adultos que encontram satisfação na Universidade. Nesta obra o autor propõe uma transformação no ensino e desvenda alguns motivos de alegrias na Universidade,

por ser este um espaço destinado à alegria cultural. Em primeiro plano há de se explorar o que o autor chama de “cultura primeira” que o aluno carrega consigo e baliza sua aprendizagem, amplia a ideia com a apropriação da cultura de massa de que os jovens tanto apreciam para auxiliar no aprendizado e transformar a cultura primeira em cultura elaborada construída no espaço escolar. Essa condição pode aflorar no aluno o que o autor chama de alegrias intermediárias: alegria de progredir, de alcançar realizações cada vez mais pessoais; alegria de conseguir os resultados almejados, de estar no caminho do êxito social, de começar a ser reconhecido. Nesse tocante a arte constitui um exemplo privilegiado dessa síntese enriquecedora da infância e da idade adulta – e é o que torna possível e necessária uma profunda cooperação entre jovens e adultos, jovens e a cultura adulta e, portanto, uma escola da alegria (SNYDERS, 1996, p.64), por isso o uso de filmes de comédia para apoiar o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica pareceu uma escolha promissora.

Buscou-se averiguar as percepções dos alunos sobre a prática pedagógica, e não os resultados práticos da intervenção em sala de aula. Se é possível considerar o estudo de caso com o subsídio de filmes de comédia uma estratégia de ensino de aproximação ao tema considerado de pouco interesse, que promova o senso crítico, a reflexão, e a contextualização características tão desejadas para a formação humanística do profissional da área de saúde tendo em vista que as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (BRASIL-MEC/CNE/CES, 2002) preconizam o perfil farmacêutico, com formação geral, crítica, reflexiva e humanística.

As turmas observadas eram assim compostas:

- Turma 1-2012: 26 alunos, 3 homens e 23 mulheres;
- Turma 2-2012: 9 alunos, 2 homens e 7 mulheres;
- Turma 1-2013: 33 alunos, 4 homens e 29 mulheres;
- Turma 2-2013: 15 alunos, 3 homens e 12 mulheres.

Fica evidente que a procura do curso é predominantemente feminina, dado corroborado pelas estatísticas fornecidas pela FENAFAR (2012).

Como a participação era voluntária, nem todos os participantes que assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) responderam ao questionário. Nas duas primeiras turmas os questionários foram enviados

eletronicamente. Assim, na primeira turma (1-2012) de 26 alunos, apenas 7 questionários retornaram e na turma (2-2012) de nove alunos apenas um questionário retornou. Frente a esse cenário, na terceira turma (1-2013) a professora/pesquisadora aplicou o questionário presencialmente. Assim se conseguiu retorno expressivo: dos 33 alunos, 29 responderam. Entretanto, pelo fato da última turma (2-2013) ter sido conduzida por professora substituta, novamente os questionários foram enviados por e-mail. Dos 15 alunos, apenas 6 responderam totalizando 43 questionários respondidos. Por esse motivo os questionários serão analisados em conjunto e não por turma.

Os alunos respondentes ao questionário tinham em sua maioria idades entre 18 e 23 (81% dos sujeitos), sendo os demais 19% com mais de 23 anos, nenhum com idade inferior a 18 anos, sendo, portanto, todos capazes de decidir em participar da pesquisa.

Quando os alunos foram questionados sobre se gostavam de cinema, foram unânimes em responder que sim.

Quanto à preferência dos alunos sobre os gêneros cinematográficos, os resultados estão expostos no gráfico 3.2:

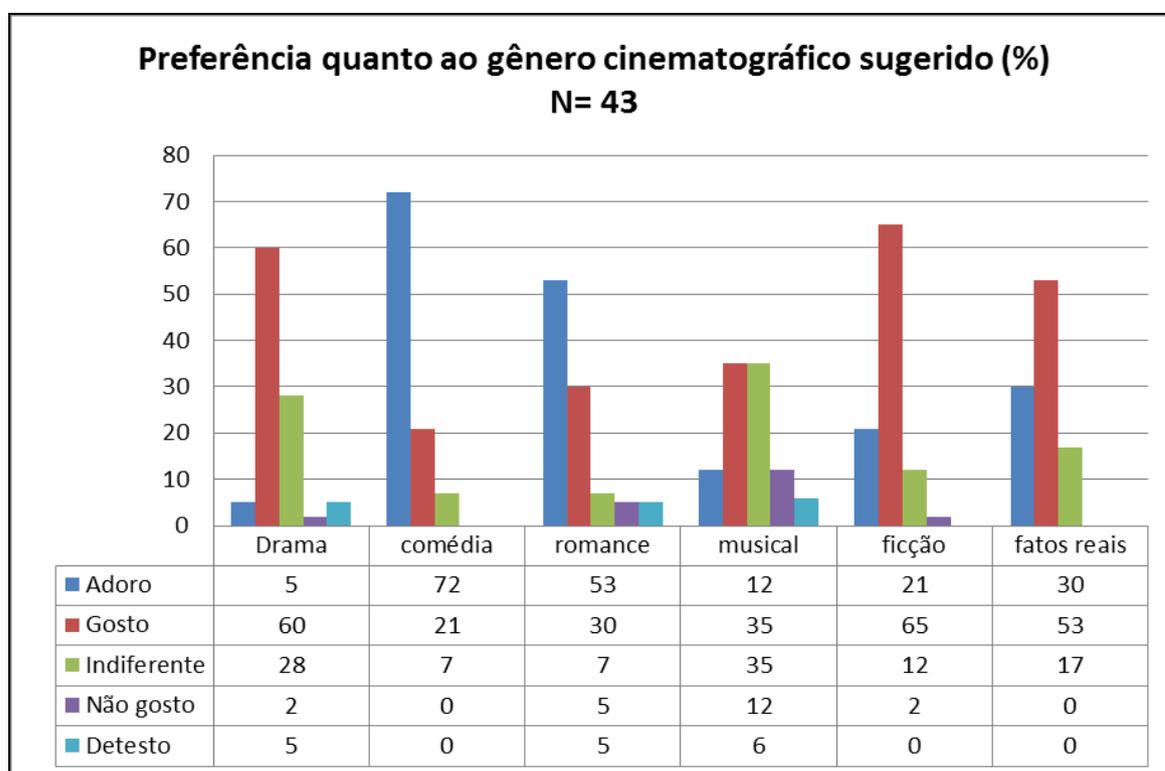


Gráfico 3.2: Caracterização do grupo quanto à preferência de gênero cinematográfico

Pelo panorama exposto o gênero cinematográfico comédia nos indivíduos observados é o de melhor aceitação. Alguns alunos, ao longo de suas apresentações manifestaram oralmente a satisfação em poder estudar com um filme de comédia, pois parece que estão brincando ao mesmo tempo em que aprendem. “Não pode haver ruptura entre o prazer de brincar, na criança, e o mesmo prazer, no adulto. Ora, a comédia é um brinquedo, brinquedo que imita a vida” (BERGSON, 1980, p.42) e a proposta da prática pedagógica foi exatamente o de tornar prazeroso o aprendizado de algo considerado maçante e árduo.

Quando os alunos foram indagados se o uso de cinema de comédia em sala de aula facilitou a aprendizagem dos conteúdos de Deontologia, a maioria dos quarenta e três (43) alunos disse que sim, apenas três disseram que não. A maioria dos alunos disse que a prática pedagógica proposta aumentou o interesse pela disciplina. Apenas cinco disseram que não. A maior parte dos alunos concordou que os filmes selecionados para a pesquisa abordaram os assuntos de interesse da Deontologia, apenas um disse que não, embora esse aluno tenha concordado com todos os outros quesitos. Quase todos disseram que foi válido utilizar essa estratégia de ensino como avaliação em substituição à prova convencional, apenas um disse que não. Snyders (1996) em sua *Pedagogia da Alegria* evoca que o uso do cinema, dentre outras atividades (livro de bolso, rádios, TVs) constitui-se em caminho tecnicamente possível para o aprendizado:

...precisamente porque as outras culturas, como o cinema, o jazz ou o rock, ganharam importância e dignidade, que se torna possível não mais recusá-las, não mais contrapô-las à cultura da escola, mas sim fazer delas etapas em direção à cultura (p.147)

A partir desse ponto os alunos foram convidados a fazer um breve relato para justificar esta resposta. O caminho selecionado para a análise dos relatos foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) desenvolvido por Lefèvre e Lefèvre (2000). A técnica consiste na construção de um discurso síntese a partir de fragmentos de discursos de sentidos semelhantes, sendo fundamentada na Teoria da Representação Social proposta por Moscovici. Segundo esses autores, essa técnica só é socialmente aceita porque os indivíduos de uma mesma formação sociocultural compartilham uma “segunda língua”. Por intermédio do DSC, se torna possível reconstruir uma opinião coletiva como se fosse a fala de um só indivíduo. Pelo fato de os sujeitos estudados terem produzido pequenos relatos e constituírem um mesmo grupo social, com convicções e aspirações semelhantes, esta metodologia pareceu apropriada para embasar a discussão.

Em um primeiro momento foi feita a análise de todos os relatos individualmente para se identificar as expressões-chave de cada fala, primeiro passo para a construção do DSC. Abaixo serão expostos alguns relatos mais expressivos para a categorização das “expressões-chaves”. Os trechos em **negrito** foram preponderantes para a determinação dos operadores metodológicos do DSC, definidos a seguir, por Lefèvre e Lefèvre (2006, p.519)

As “expressões-chave”, as “ideias centrais” e os “discursos do sujeito coletivo” são os principais operadores metodológicos do DSC. As primeiras são trechos literais dos depoimentos, que sinalizam os principais conteúdos das respostas; as segundas são fórmulas sintéticas, que nomeiam os sentidos de cada depoimento e de cada categoria de depoimento, e o terceiro, os signos compostos pelas categorias e pelo seu conteúdo, ou seja, as expressões-chave que apresentam ideias centrais semelhantes agrupadas em uma categoria.

Nessa primeira etapa optou-se pela transcrição literal dos relatos, mantendo a fidedignidade de opinião dos sujeitos. Alguns relatos estão expostos no **quadro 3.1**.

Quadro 3.1: Relatos dos alunos. Tema: “Você achou válido utilizar essa estratégia de ensino com uso de cinema de comédia como alternativa para sua avaliação no lugar de uma prova convencional? Porquê?”

Aluno 2013/1/5: “Foi um método válido de avaliação, uma vez que  **muitas pessoas sentem-se desinteressados em estudar leis**”.

Aluno 2013/1/18: “**Porque é mais divertido e descontraído, embora tenhamos a mesma responsabilidade**”.

Aluno 2012/1/1: “**Pois o uso de filmes facilita a interpretação** do problema abordado e possibilita a **aplicação do conteúdo abordado na disciplina** de uma forma agradável e mais justa do que uma avaliação tradicional, visto que faz o aluno usar seus conhecimentos do conteúdo concomitantemente com sua capacidade de interpretação, **se assemelhando mais ao dia-a-dia** do que uma prova”.

Aluno 2012/1/4: “Porque me senti estimulada a **desenvolver uma visão crítico-reflexiva**, o que fomentou em mim o **interesse pelas questões advindas desse processo. Senti necessidade em busca de aprofundar meus conhecimentos** e isto me fez **prestar atenção** na construção deste conhecimento nas questões rotineiras. A oportunidade de **discutir as questões, com os colegas de curso**, me proporcionou a visão de novas perspectivas que podem ser observadas segundo outras visões de mundo. Sinto que o somatório destas experiências foi enriquecedor!”

Aluno 2012/1/6: “É uma forma de estudo **bem mais interessante e relaxante**. Esse tipo de avaliação **torna o aluno mais confiante do seu saber. Podemos expor tudo que aprendemos** de uma forma calma e descontraída, sem estresse e **sem esquecimentos na hora da avaliação**”.

Aluno 2012/2/1: “Dessa forma foi uma **avaliação dinâmica que abrangeu muito conteúdo e não foi maçante**”.

Aluno 2013/2/1: Sou o tipo de aluno tradicional que aprende quando o professor passa a matéria no quadro (conhecido cuspe e giz) e como avaliação aplica prova teórica. \*

O relato dos alunos 2013/1/5 e 2012/2/1 demonstra que o conteúdo da disciplina é maçante e nem sempre é de interesse da maioria, questão que motivou o uso do estudo de caso que se municiou dos enredos de filmes de comédia. O uso do cinema, por se apropriar de uma linguagem universal, pode atuar como estratégia motivadora e significativa, aproximando o aluno de um conteúdo tão árido para ele (MENDONÇA, 2010).

Os alunos 2013/1/18, 2012/1/1 e 2012/1/6 sinalizam que gostaram da forma como foi aplicada a prática pedagógica. O primeiro deles frisa que, mesmo sendo divertido, a responsabilidade de se estudar e aprender está presente, o segundo reforça que além de ter sido agradável e interessante a forma como eles foram avaliados é justa, pois é possível aplicar o conteúdo aprendido, e não simplesmente decorar e reproduzir, e o terceiro aluno declara que foi uma forma relaxante e descontraída de se mostrar o que se aprendeu, sem passar pelo estresse de uma prova convencional. Rodríguez e Mora (2012) fizeram um relato de experiência sobre práticas inovadoras do ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica e frisaram que há a dificuldade dos estudantes em se apropriar dos conteúdos da disciplina por ela pertencer à área do conhecimento das Ciências Sociais, com abordagem diferente das outras disciplinas de formação tecnológica.

Para os estudantes de Farmácia se torna complicado entender os temas do Direito puro, regulação, sanções e o regime disciplinário. Isto tem como consequência um aprendizado pouco duradouro, pois não é construído em bases que permitam que os alunos construam seus saberes e venham a aplicar seus conhecimentos no exercício profissional (p.5)

O aluno 2012/1/4 já pontuou que o uso do filme de comédia em sala de aula estimulou o senso crítico-analítico e o levou à reflexão, características indicadas pelo perfil do profissional de Farmácia preconizado na DCN, Resolução 2/2002 (BRASIL-MEC/CNE/CES, 2002). Continua comentando da necessidade que sentiu em aprofundar estudos e o quanto foi enriquecedor a discussão em grupo.

Uma única aluna (aluno 2013/2/1) respondeu que a estratégia de ensino proposta não facilitou o seu entendimento, não aumentou o seu interesse em relação à disciplina e que não achou válido o uso de estudo de caso embasado em filmes de comédia em substituição à prova convencional, embora ela tenha achado que o filme escolhido conseguiu abordar os temas de destaque da disciplina. Quando inquirida sobre isso, ela respondeu que se considera uma aluna tradicional, que prefere as aulas expositivas conteudísticas e as provas convencionais como

forma de avaliação e que o uso de cinema de comédia no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica não fez diferença no seu aprendizado. Isso demonstra que nem todos têm afinidade pelo método e que cada aluno tem sua característica, individualidade e tipo de inteligência própria. Mesmo com essa resposta, a prática pedagógica não sofreu interferências negativas e a aluna colaborou com a proposta.

O **Quadro 3.1** traz somente alguns depoimentos onde foi possível identificar as “expressões-chave” e determinar as “ideias-centrais” para subsidiar a construção do DSC, a saber: (a) Conteúdo teórico X aplicação prática; (b) estratégias que desenvolvem o senso crítico; (c); estratégias “aproximadoras” (d) estratégias “facilitadoras” do entendimento. A partir dessas categorias foram construídos os quatro discursos do sujeito coletivo.

A técnica do DSC proporciona várias possibilidades de construção, mas, para efeitos deste trabalho, a discussão será focada apenas nas expressões-chave categorizadas, pelo fato de serem de relevância para dar conta dos pressupostos deste estudo. Em alguns relatos é possível perceber a ancoragem do discurso, em outros, esse operador metodológico não é tão claro. A ancoragem é uma expressão de uma dada teoria que emerge de um senso comum que o autor do discurso professa e que está embutida no seu discurso (LEFÉVRE e LEFÉVRE 2000).

A primeira ideia-central identificada (**DSC1**) foi sobre a oposição entre **disciplina teórica e a sua aplicação prática**, o que nos remete à contextualização dos temas abordados em sala de aula.

*Porque através da análise do filme de comédia vi situações em que seria necessário ter conhecimento de deontologia. Foi uma forma mais dinâmica de aprender e nos mostra de forma prática o conteúdo dado em sala de aula, e como este pode ser aplicado em diferentes tipos de situações. Além disso, aplicar a teoria em vez de só estudar, dá um melhor resultado.*

Frente a esse discurso pode-se inferir que o objetivo de se aplicar o estudo de caso atingiu o propósito desejado, o de trazer situações da vida prática à teoria da sala de aula, e os alunos, em suas falas identificaram isso. Oliveira (2010) sinalizou a eficácia do uso do estudo de caso para trazer à tona fatos ocorridos com pessoas, empresas, comunidades, exemplos da vida prática que nem sempre são imediatamente disponíveis e visualizáveis em uma aula convencional. Entretanto ele

alerta para a importância de se utilizar o estudo de caso alternadamente com outras estratégias de ensino. Na situação apresentada, o estudo de caso é o fechamento de um processo educativo individual (preparação de resenhas das leis selecionadas) e coletivo (aulas convencionais dialogadas e resolução do estudo de caso).

A segunda ideia-chave identificada foi sobre trazer o **senso crítico analítico**. O aluno ao se passar por espectador observa os fatos e os relaciona com suas experiências e com os conteúdos abordados em sala de aula, tendo liberdade para colocar suas ideias, conforme sinalizado no DSC2:

*Isto é, com o filme pude ver na "prática" o que aprendi na teoria. Nos dá a oportunidade de construirmos uma ideia própria e mais livre. Me senti estimulada a desenvolver uma visão crítica-reflexiva.*

Sobre o efeito reflexivo que a mídia imprime ao espectador podemos citar Turney (2005, p.112)

Em particular, estudos contemporâneos sobre mídia nos permitiram saber se leitores, espectadores ou ouvintes trabalham ativamente para construir interpretações de mensagens da mídia – exatamente como fizeram na época de Mary Shelly. É pouco provável que eles assimilem, sem uma atitude crítica (...) assim como não vão sair do filme Mary Shalley's Frankenstein, de Kenneth Branagh, clamando pelo fechamento de todos os laboratórios. Há sempre diferentes interpretações disponíveis, seja em texto específico, em outras partes do domínio da mídia ou no contexto individual do consumo.

A terceira ideia-chave é sobre o **potencial aproximador** sinalizada no DSC3 fator já pesquisado e abordado em dissertação de mestrado sobre o uso de teatro e do cinema no ensino (MENDONÇA, 2010).

*A ideia de usar o filme nos fez ficar mais interessados. Abordou de uma forma descontraída de empregarmos as normas abordadas na disciplina. Porque é mais divertido e descontraído, embora tenhamos a mesma responsabilidade. Dessa forma foi uma avaliação dinâmica. Senti necessidade de aprofundar meus conhecimentos e isto me fez prestar atenção na construção deste conhecimento nas questões rotineiras. Tornou o aprendizado mais dinâmico e interessante.*

Georges Snyders (1995) pode ser citado para ilustrar e discutir o DSC3. Ele defende que tanto a ciência como a arte podem conduzir o estudante a um mundo digno de ser amado – e que ele é capaz de amar, que não nos opõe uma hostilidade definitiva, frisa que a mediação do professor é importante para que o aluno possa

conhecer obras de arte e também explorar de maneira produtiva as manifestações culturais que fazem parte do dia-a-dia do jovem:

o aluno tem necessidade de que um caminho tenha sido desbravado entre o que ele já sabe, sente, aquilo que ele tem necessidade para a sua própria busca, e as novas contribuições. Ou seja, ele tem necessidade de um outro, “um monitor fiel e vigilante”, exatamente para dar vazão ao seu pensamento pessoal, pois em muitos casos este não nos ensina como tirar partido dele mesmo. O professor pode ser o mediador, e não um estorvo, muito menos um obstáculo (p.113).

E a perspectiva de estratégia de ensino com **potencial facilitador** foi construído o **DSC4**:

*Esse tipo de avaliação torna o aluno mais confiante do seu saber. Podemos expor tudo que aprendemos de uma forma calma e descontraída, sem estresse e sem esquecimentos na hora da avaliação, aprendendo melhor do que se fosse a uma prova. Conseguimos associar com as leis abordadas da disciplina facilitando o entendimento. É uma forma de estudo bem mais interessante e relaxante. Sinto que o somatório destas experiências foi enriquecedor!*

O estudo de caso já foi indicado como uma proposta interessante e eficiente para ministrar o conteúdo de Deontologia e Ética Farmacêutica no Relatório do Encontro de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica promovido pelo Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (BRASIL/CRF-SP, 2011), encontro que foi estendido a todo o país em 2013. Esse documento comenta que, por ser uma atividade complexa, o estudo de caso pode ser empregado como instrumento complementar de ensino ou na obtenção de nota ou conceito final da disciplina.

### **3.3.2. A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO CIENTISTA QUE DESENVOLVE MEDICAMENTOS EM COMÉDIAS HOLLYWOODIANAS: UMA DISCUSSÃO CURRICULAR**

O objetivo desta seção é analisar as percepções dos alunos do curso de bacharelado em Farmácia sobre as representações do cientista que desenvolve medicamentos em cinco filmes de comédia. Essa análise surgiu como um desdobramento desta pesquisa de doutorado que utilizou filmes de comédia como

subsídio para construção de um estudo de caso aplicado na disciplina de Deontologia e Ética Farmacêutica. A Deontologia, ciência que deriva da ética aplicada normativa, se ocupa em discutir os limites e as implicações éticas e legais do exercício da profissão farmacêutica sobre a sociedade (MENDONÇA, RODRIGUEZ e FERREIRA, 2012). Segundo Souza (2002, p. 4)

O ensino das questões relativas à ética profissional demanda uma abordagem que torne possível o estudo ordenado e progressivo de situações reais simuladas capazes de aguçar o interesse dos educandos, tanto nos aspectos de forma quanto nos conteúdos.

Por isso a simulação de situações expressas pelo cinema pareceu-nos uma boa ferramenta em auxílio ao ensino desta disciplina.

As personagens em filmes são geralmente representadas segundo uma estereotipia. A estereotipia remete necessariamente para fenômenos de categorização, os quais também podem ser objeto de análise enquanto elementos de representação social. Siqueira (2008) escreve que as mídias de entretenimento exploram, com poucas variações, estereótipos já conhecidos, tais como artistas, professores, donas de casa, operários, idosos e cientistas, e que estes assumem características exaustivamente repetidas. Assim, a mídia impõe ao público visões da ciência e estereótipos que são rotineiramente reforçados.

Quando o público tem pouco acesso a outras fontes de informação, aquelas recebidas tenderão a ganhar importância, mesmo que os espectadores não tenham consciência disso. Esse é um dos princípios básicos da teoria da comunicação e encontra respaldo na antropologia: os sinais e as mensagens terão apenas o significado que as experiências individuais e sociais do indivíduo lhe permitam interpretar (SIQUEIRA, 2008, p. 48).

Um fato chamou a atenção da professora/pesquisadora ao ver os filmes selecionados: a representação fílmica dos cientistas que desenvolvem medicamentos retratados nos enredos. Por que não são farmacêuticos? E outras questões emergiram a partir da primeira: Por que os farmacêuticos são pouco retratados no cinema? Por que quando são retratados estão sempre associados ao atendimento de balcão de uma farmácia? O farmacêutico no protagonismo de uma pesquisa de medicamentos é um profissional da saúde invisível? Uma explicação para a prevalência dessa imagem que reflete o senso comum pode residir nas políticas que definem os currículos formais e delineiam o perfil do egresso do curso de Farmácia, além das normas que especificam as atribuições deste profissional. Entretanto, o senso comum irá reconhecer de imediato as

funções profissionais que são visíveis ao público, tal qual o ato de dispensação que é definido pela Lei 5991/1973, inciso XV como: “ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não” (BRASIL-MS/SVS, 1973).

Os cinco filmes explorados na pesquisa apresentam um ponto em comum: os cientistas retratados nas tramas estão desenvolvendo um produto com função terapêutica, similar a um medicamento. Esta atividade engloba a proposição de uma fórmula, a manipulação deste produto e a experimentação dele em cobaias e humanos. De fato, o desenvolvimento de um produto farmacêutico deve ser conduzido por uma equipe multiprofissional e não apenas pelo farmacêutico, porém, nestes filmes, nenhum farmacêutico é sequer citado.

As perguntas finais do questionário aplicado ao fim da prática pedagógica dizem respeito à formação dos cientistas que desenvolvem medicamentos envolvidos nas tramas e são dados para se discutir o estereótipo concebido pelos cineastas, que acabam por refletir no senso comum. “Os estereótipos são formas convencionalizadas de apreensão do real que os sujeitos vão internalizando e difundindo; são esquemas culturais que instituem uma percepção coletiva, mas nem por isso imutável” (DIAS, 2012). Mesmo assim a quebra desses estereótipos vai ocorrendo muito lentamente. Entretanto os dados coletados refletem as percepções de futuros farmacêuticos quanto à identidade profissional do cientista retratado nos filmes em questão.

A primeira pergunta foi: “Na sua opinião, qual é a formação do cientista do filme?” e teve o seguinte padrão de resposta, exposto no gráfico 3.3.

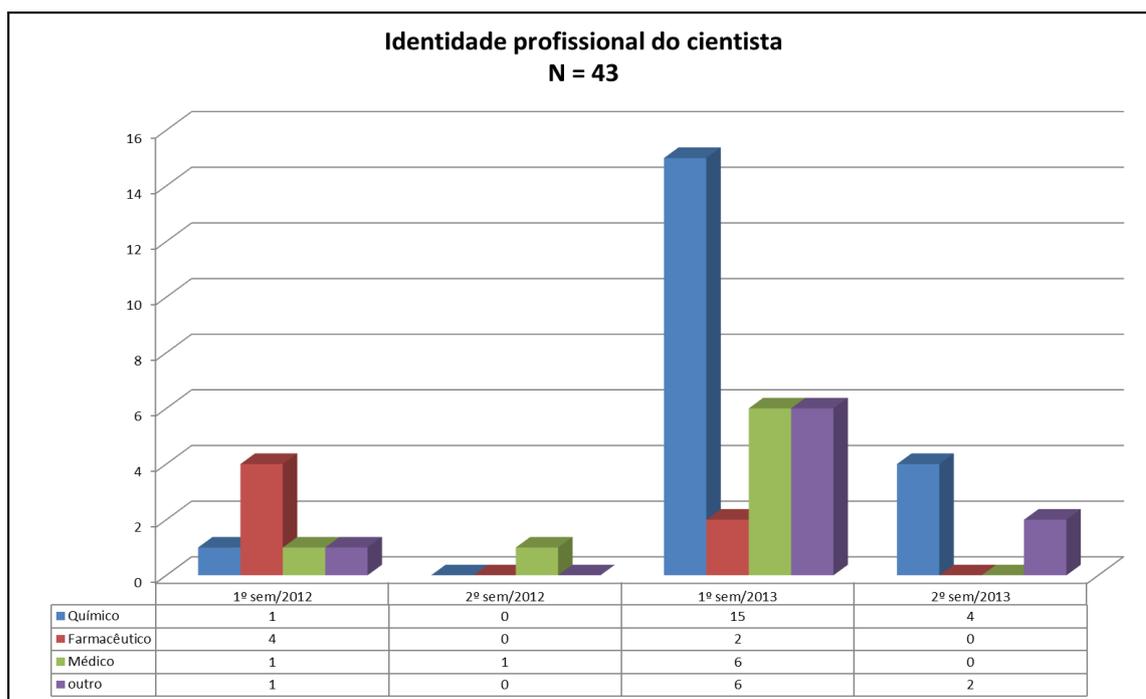


Grafico 3.3: Identidade profissional do cientista que desenvolve medicamento retratado nos filmes de comédia

Em fase anterior ao uso dos filmes de comédia em sala de aula, a professora-pesquisadora fez uma análise fílmica dos títulos selecionados tomando como base a análise fílmica de Vanoye e Goliot-Lété (1994). Essa técnica consiste em se desconstruir o filme em fragmentos ou de forma a fragmentá-lo, selecionando os fragmentos mais relevantes à sua análise. Esses fragmentos são esmiuçados à exaustão. Quanto à identidade do cientista que desenvolve medicamento nas tramas, o resultado da análise fílmica resultou no seguinte: a) “O inventor da mocidade”, Dr. Fulton é químico. Isso é informado de maneira clara na trama decorridos 4 minutos e 56 segundos do filme (Figura 3.35); b) “O professor aloprado” (1963), Professor Kelps dá aulas de química, sua profissão não é objetivamente informada na trama, mas pela natureza das aulas e pelo contexto do filme se deduz isso (Figura 3.36); c) “Júnior” Dr. Arbogast e Dr. Hess são médicos, o primeiro é ginecologista e quanto ao segundo, sua especialidade não é informada de maneira objetiva (Figura 3.37); d) “Professor aloprado” (1996), Professor Klump dá aulas de genética (Figura 3.38). Essa disciplina é comum a todos os cursos da área biomédica, sendo assim lecionar este conteúdo pode ser responsabilidade de qualquer profissional dessa área, pois a sua profissão não é informada de maneira objetiva; e) “Sem sentido” o pesquisador é neurocientista (Figura 3.39). Não há farmacêuticos nos filmes estudados, nem mesmo é feita menção a este profissional.

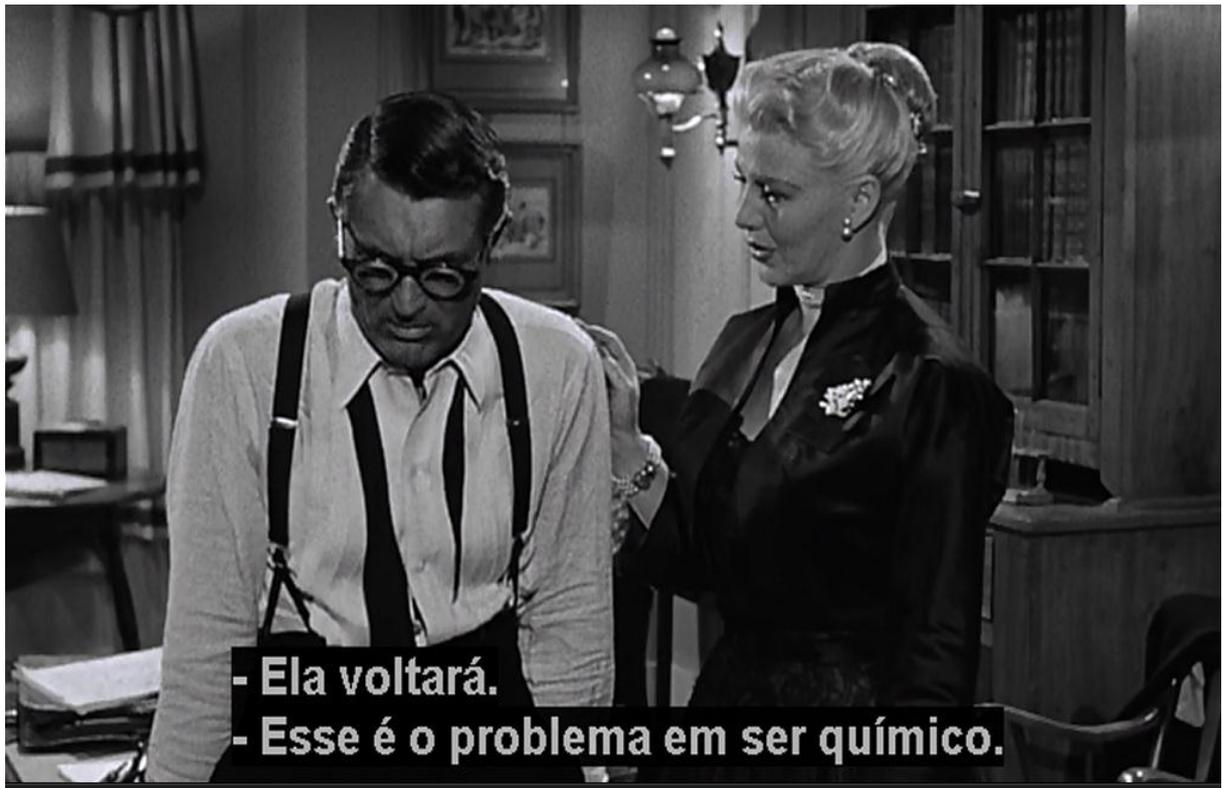


Figura 3.35: A profissão do Dr. Fulton é claramente definida no filme. Fonte: Filme "O inventor da mocidade" – 1952: FOX Picture.

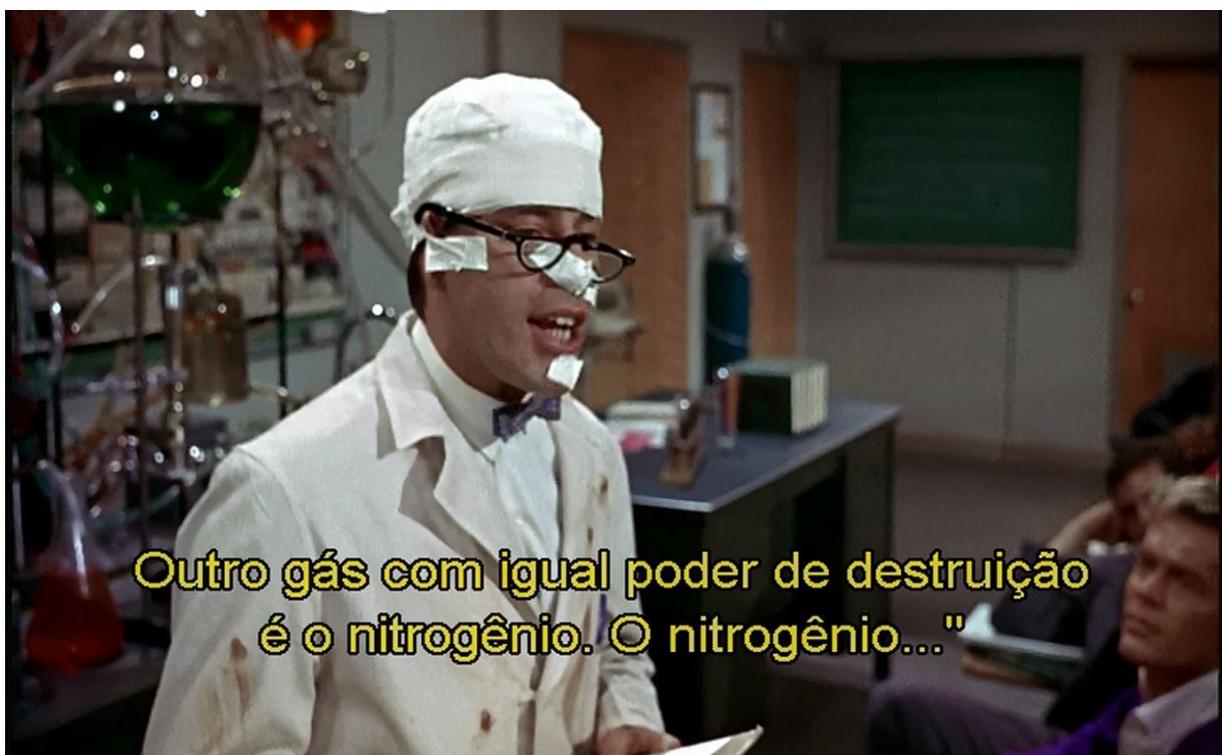


Figura 3.36: Prof. Kelps dá aula de Química. O conteúdo no quadro negro é sobre eletropilhas (Físico-química). Fonte: Filme "O professor aloprado" – 1963: Paramount Pictures.

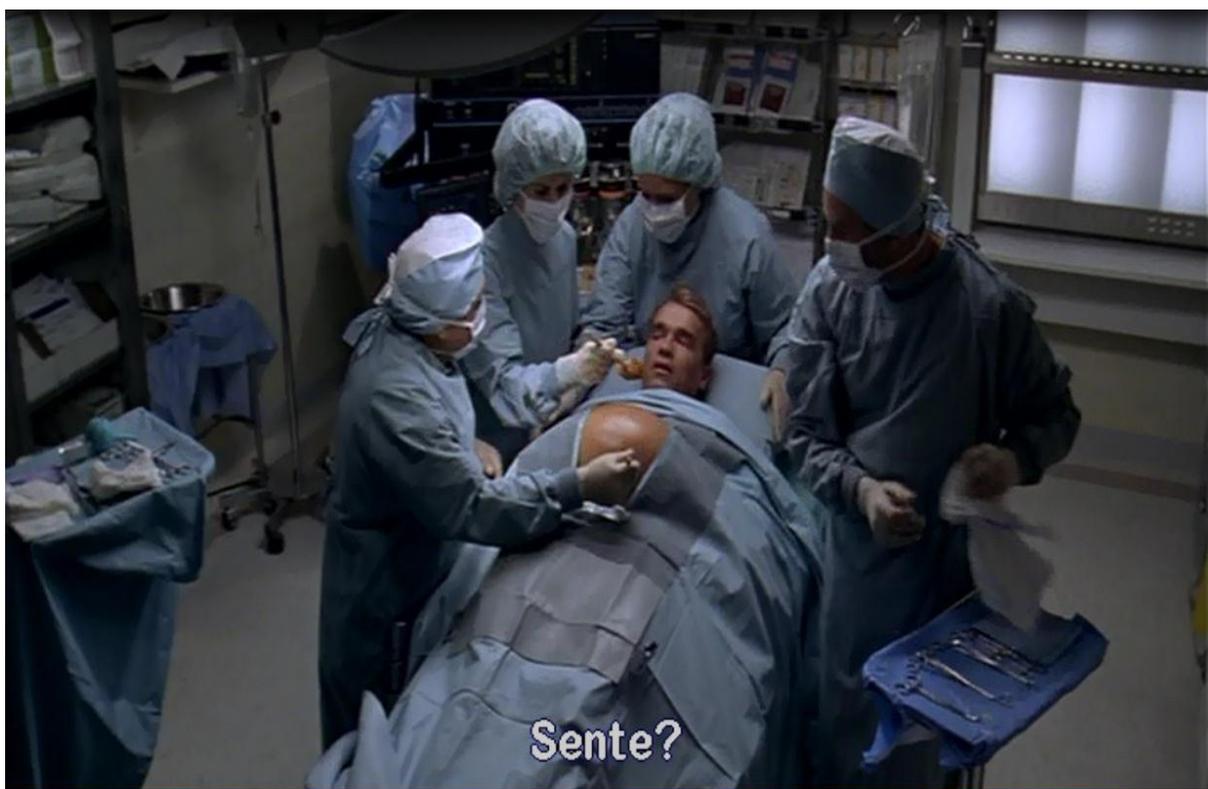


Figura 3.37: Dr. Arbogast é médico obstetra. Dr. Hess é médico sem especialidade definida. Dr. Arbogast conduz o parto de Dr. Hess. Fonte: Filme Junior – 1994: Universal Estúdios.

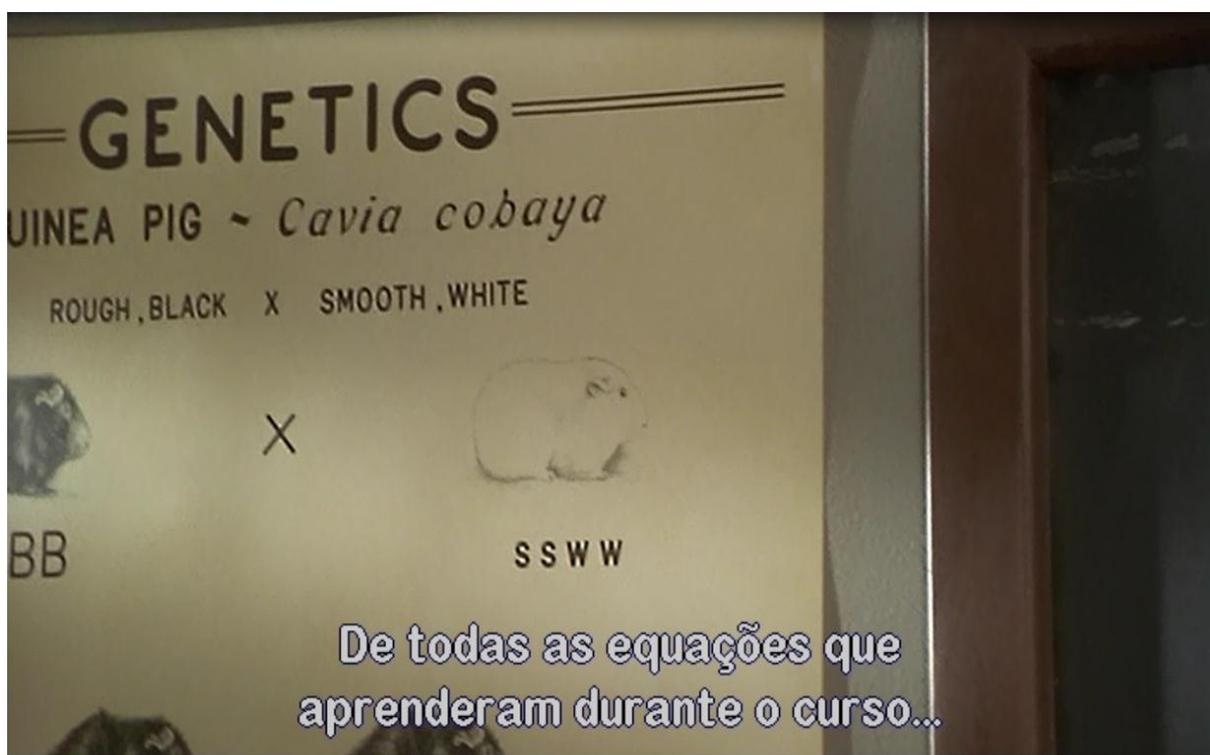


Figura 3.38: Prof. Klump ministra aulas de Genética. Fonte: Filme "O professor aloprado" -1996: Universal Estúdios.

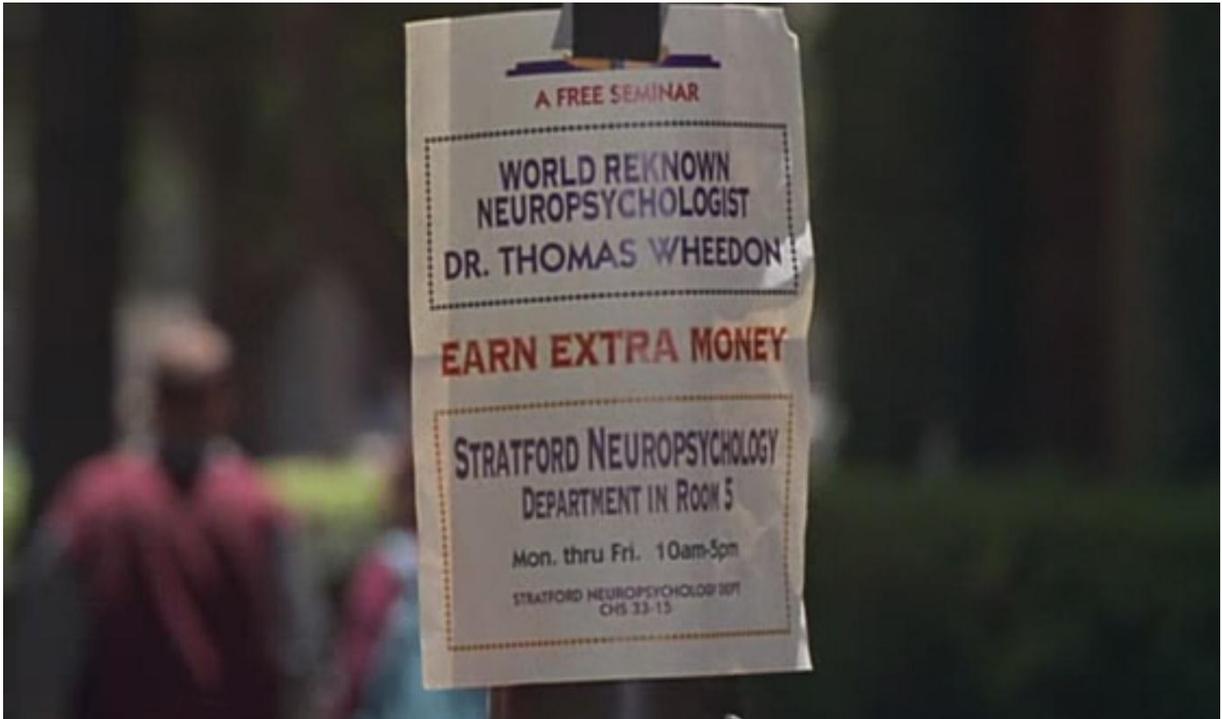


Figura 3.39: O experimento do filme é conduzido no Departamento de Neuropsicologia. Não há menção clara sobre a formação do cientista. Fonte: Filme “Sem sentido” – 1998: Paris Filmes.

A pergunta seguinte foi “O que levou você a identificar a formação do cientista do filme assistido?”. As opções fornecidas e as respostas foram:

A formação dele foi informada de maneira clara no filme: 22 respondentes

Deduzi a profissão do cientista pelo contexto do filme: 19 respondentes

Estou convicto que é sua atribuição: 2 respondentes

Outro: nenhum

Analisando as respostas dadas, dos seis alunos que responderam que o cientista representado era farmacêutico, quatro disseram que os contextos dos filmes os levaram a entender isso e dois afirmaram que estavam convictos de que o desenvolvimento e testagem de substâncias terapêuticas são de responsabilidade do farmacêutico. De fato, essa atribuição profissional é delimitada por lei específica. O Decreto Federal nº 85.878 de 7 de abril de 1981 (BRASIL, 1981) dispõe sobre as principais atividades privativas e não privativas do profissional farmacêutico, deixando ao encargo do Conselho Federal de Farmácia regular as demais atividades ausentes deste dispositivo legal. A atividade de pesquisa não é tratada nessa norma de forma objetiva, mas o texto deixa claro que as atividades de “elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas,

processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica” (Artº1, inciso IV, BRASIL- CASA CIVIL, 1981b) são atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos, bem como a manipulação de medicamentos e substâncias terapêuticas. Entretanto, em quase todos os filmes estudados, a fórmula é desenvolvida e manipulada pelos cientistas, médicos ou químicos. Apenas no filme “Sem sentido” não há menção ao preparo, uma vez que a droga já está pronta apenas para ser testada. A lei é colocada dessa forma, pois as atribuições profissionais são reflexos das construções curriculares de cada curso, definidas pelas suas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (BRASIL – CNE/CES, 2002). A atual DCN confere à formação farmacêutica a responsabilidade de dotar o futuro profissional de saberes necessários ao desenvolvimento de trinta e uma habilidades e competências, e dentre elas as adequadas ao desenvolvimento e testagem de produtos com ação terapêutica (Artº5)

VIII - atuar na pesquisa, desenvolvimento, seleção, manipulação, produção, armazenamento e controle de qualidade de insumos, fármacos, sintéticos, recombinantes e naturais, medicamentos, cosméticos, saneantes e domissanecantes e correlatos;

X – atuar na avaliação toxicológica de medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanecantes, correlatos e alimentos;

XXII - formular e produzir medicamentos e cosméticos em qualquer escala

Apenas dois alunos se identificaram com as atividades de pesquisa clínica exibidas nos filmes, embora seja essa uma atribuição legalmente conferida a este profissional. A resolução 509 de 29 de julho de 2009 (BRASIL/CFF, 2009) regula as atividades do farmacêutico, com adequada formação, na pesquisa clínica, atuando em instituição de pesquisa clínica, organizações representativas de pesquisa clínica, indústria ou outras instituições que realizem pesquisa clínica envolvendo medicamentos e produtos para saúde:

Artigo 3º - É atribuição privativa do farmacêutico atuante em pesquisa clínica:

(...)III – Atuar de maneira efetiva no armazenamento, dispensação, preparo e transporte de medicamentos e/ou produtos para saúde destinados a estudos clínicos.

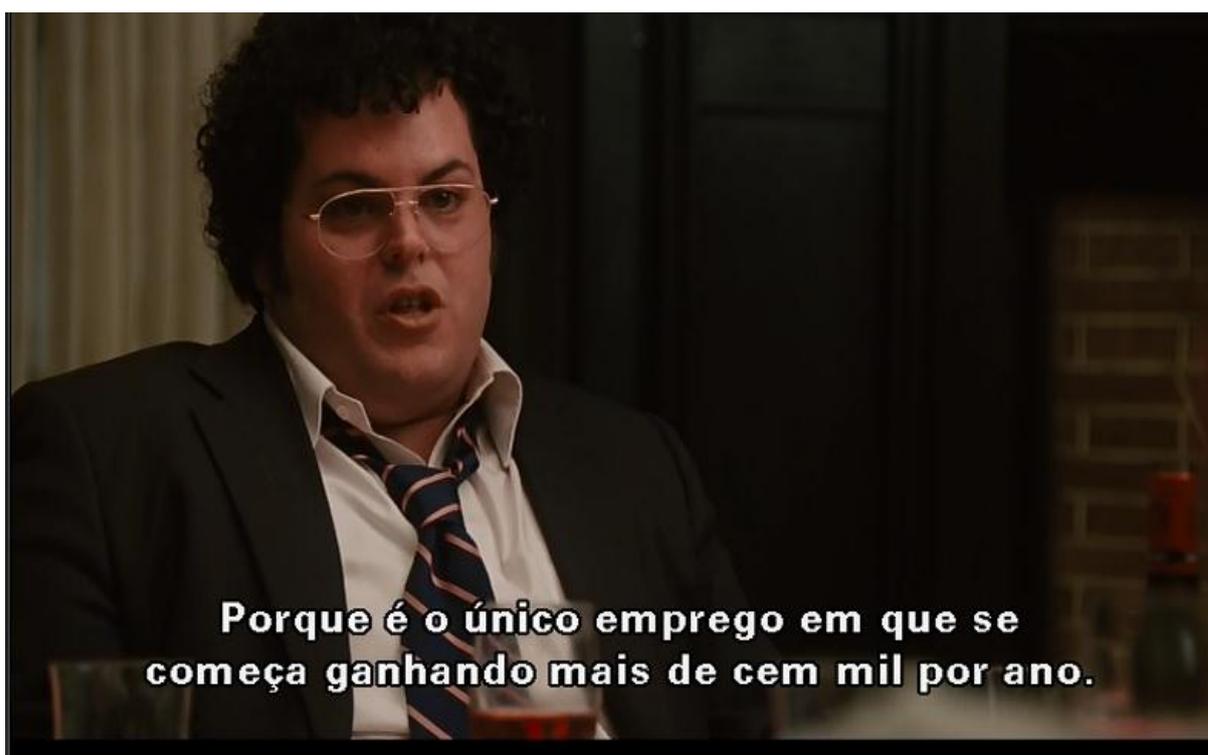
(...)VI) – Participar do projeto de pesquisa clínica como pesquisador responsável ou como colaborador quando for o caso.

Artigo 6º - É privativa do farmacêutico a responsabilidade técnica pelo local de armazenamento e dispensação de medicamentos e produtos para saúde utilizados em estudos clínicos de todas as instituições que realizem pesquisa clínica com medicamentos e/ou produtos para saúde (BRASIL/CFF, 2009)

Frente ao texto legal, fica evidente que a atribuição de manipular medicamentos ou produtos para saúde em estudos clínicos é privativa do farmacêutico, não devendo ser realizada por outro profissional como é mostrado na maior parte dos filmes. Isto é devido à estrutura curricular deste curso sugerido pelas atuais DCN (BRASIL CNE/CES, 2002), que em seu artigo 6º informam que os conteúdos do curso devem contemplar as seguintes áreas: I – Ciências Exatas; II – Ciências Biológicas e da Saúde; III – Ciências Humanas e Sociais; e IV – Ciências Farmacêuticas, específicas apenas deste curso. As disciplinas obrigatórias que dão subsídios para a manipulação e preparo de medicamentos, privativas e específicas do curso de Farmácia, que estão inclusas nesta última categoria são a Farmacotécnica e a Tecnologia Farmacêutica. Elas tratam das técnicas de preparação, levando em consideração tanto as interações físico-químicas, como farmacológicas do produto, a primeira em escala de bancada e de Farmácia de Manipulação e a segunda em escala industrial.

O inciso VI do Artigo 3º da Resolução 509/2009 (BRASIL/CFF, 2009) também evidencia que o farmacêutico é profissional obrigatório na equipe que conduz pesquisa clínica e que deve ser responsável frente aos órgãos de fiscalização sanitária, pelo ambiente de guarda e dispensação de medicamentos e produtos para saúde utilizados em estudos clínicos. Os filmes são obra de ficção e nem sempre têm o compromisso com a realidade, porém o que se pretende discutir são os estereótipos inculcados pelos cineastas ao público, advindos do senso comum, e que reforçam a invisibilidade do farmacêutico no campo de pesquisa clínica.

Outro fato que reforça a invisibilidade do profissional farmacêutico na visão do cineasta é a resposta dada à última pergunta do questionário: "Você saberia citar um título de filme que tenha uma personagem farmacêutico(a)?" Dos quarenta e três alunos respondentes, somente seis informaram algum título, sendo os seguintes: "Amor e outras drogas", "Fórmula 51" e "A ilha" citados duas vezes cada um. "O menino da porteira" e "Dona Flor e seus dois maridos" citados uma vez cada um. Nos filmes citados: Em "Amor e outras drogas" só aparecem médicos, enfermeiros e a personagem principal propagandista, sem formação informada (Figuras 3.40a e 3.40b).



Figuras 3.40a. cena em 5 minutos: 40 segundos e 3.40 b. Cena em 5 minutos: 41 segundos. Diálogo entre irmãos em um jantar de família. O personagem principal diz que escolheu ser representante farmacêutico por que é o único emprego que ganha bem sem precisar fazer graduação, já que ele não concluiu estudos. Fonte: Filme "Amor e outras drogas" – 2010: FOX Pictures.

Em "Fórmula 51" a personagem principal é médico farmacologista que ao longo do filme perde seu diploma e o direito de exercer a profissão e se auto intitula químico (Figuras 3.41 a e 3.41 b); em "A ilha" o experimento é conduzido por médicos, cirurgiões e clínicos. Os filmes citados em que realmente aparecem

personagens farmacêuticos são: “O menino da porteira” - há um farmacêutico dono da Farmácia do Arraial (Figura 3.42) e “Dona flor e seus dois maridos” - em que Teodoro Madureira, segundo marido de dona Flor, é dono e responsável por uma farmácia de manipulação (Figura 3.43). Os fatos expostos tornam claro que a identificação do profissional farmacêutico em filmes também é duvidosa entre os próprios alunos em formação.

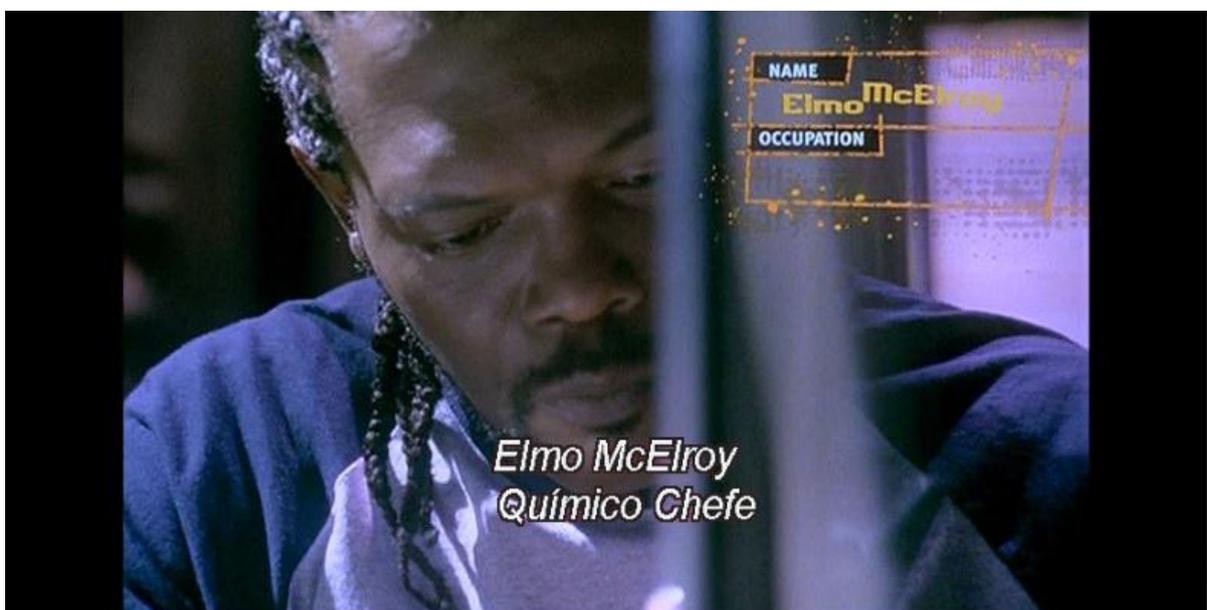
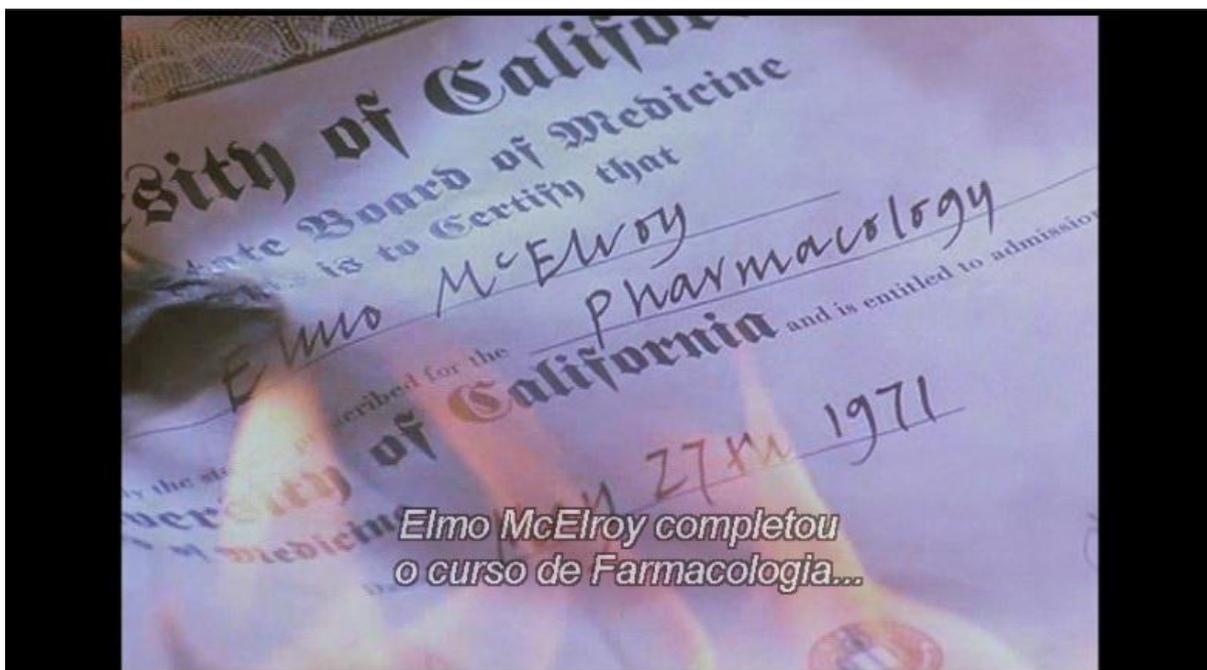


Figura 3.41 a. Cena em 3 minutos:30 segundos em que por acidente o diploma de Elmo McElroy pega fogo com uma guimba de cigarro de maconha. A polícia o prende e ele perde o direito de exercer a profissão. Figura 3.41 b. Cena em 4 minutos: 00 segundos. Elmo McElroy reaparece, anos depois, agora se autointitulando químico e desenvolve uma droga ilícita. Fonte: Filme “Fórmula 51” – 2001: Imagem Filmes.



Figura 3.42: Cena em 25 minutos: 59 segundos. Aparece em o farmacêutico manipulando medicamentos oficiais e magistrais e praticando a dispensação. Fonte: Filme “O Menino da Porteira” – 2009: Columbia Filmes.



Figura 3.43: Cena em 1 hora: 03 minutos: 49 segundos. Teodoro Madureira é o farmacêutico responsável pela principal farmácia de Ilhéus. Pratica a Assistência Farmacêutica (escuta, prescreve, manipula e dispensa medicamentos). Fonte: Filme Dona Flor e seus dois maridos – 1976: Paramount Estúdios.

Tento buscar aqui uma explicação para a invisibilidade do farmacêutico como ator importante no desenvolvimento de medicamentos frente ao senso comum, que é tão arraigado que acaba por obliterar, inclusive a percepção de futuros profissionais como visto nas respostas registradas. Apoio-me no perfil do profissional farmacêutico descrito pelas políticas públicas educacionais que ao longo do tempo foram se modificando para dar conta das transformações sociais. É certo que as transformações sociais estão também intimamente relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e aos interesses governamentais como será abordado a seguir.

O ensino de Farmácia no Brasil foi iniciado oficialmente em 1832 vinculado ao curso de Medicina, tanto no Rio de Janeiro como na Bahia. "Nessa época, os farmacêuticos tinham nas boticas seu local de trabalho por excelência, e sua formação era voltada para o atendimento das necessidades da população, no âmbito privado" (FURTADO, 2008, p.17). A visão do senso comum prevalente até hoje em dia é que o farmacêutico está restrito apenas ao ato de dispensação e manipulações magistrais, procedimentos visíveis aos usuários, estando assim relacionado ao exercício original da Farmácia praticada no século XIX. Na época os farmacêuticos (boticários) exerciam papel importante suprimindo parcialmente a omissão do Estado na atenção individual à saúde. "Em função disto o ensino ministrado na época era voltado para a prática profissional de responder às necessidades da comunidade levando em conta a atenção individual ao cidadão" (SPADA *et al.*, 2006, p.172)

Na passagem do século XIX para o século XX, a descoberta dos antibióticos e a formulação da teoria microbiana, possibilitou a vinculação de diversas doenças e seus agentes etiológicos, o que desencadeou uma revolução terapêutica, "criando os alicerces da farmacologia química de orientação científica" (NASCIMENTO, 2005, p.22). A fabricação em larga escala de medicamentos industrializados teve seu marco em 1920, sendo intensificada após a II Guerra Mundial (idade de ouro da indústria Farmacêutica, entre 1940 e 1960) o que aumentou a necessidade de formação de mão-de-obra para as indústrias em detrimento ao trabalho nas boticas (FURTADO, 2008). Com o impulso da propaganda veiculada pelas indústrias, criou-se a cultura da medicalização, que explora o valor simbólico do medicamento como objeto mercadológico de saúde e poder (LEFÈVRE, 1991). Esse pensamento socialmente sustentado pela indústria

farmacêutica fez com que o medicamento fosse encarado como qualquer outro bem de consumo, uma mercadoria como outra qualquer, não precisando de profissional qualificado para vendê-la. Isso causou o declínio das farmácias de manipulação e o desaparecimento do farmacêutico das farmácias comerciais, fato que o tornou invisível aos olhos do público. Esse fenômeno não aconteceu de forma isolada no Brasil, mas sim em todo o Ocidente. Conseqüentemente, no Brasil, estes interesses econômicos acabaram por influenciar o perfil do egresso preconizado pelas normas balizadoras do currículo tal como exposto no Parecer nº 268/62:

Não basta ao Brasil de nossos dias a figura tradicional do farmacêutico encarregado da Farmácia comercial. Torna-se imperioso preparar os cientistas e os técnicos capazes de dirigir e fazer prosperar uma indústria farmacêutica que faturou cinquenta bilhões de cruzeiros em 1961 (BRASIL/CFE, 1962)

Entre as décadas de 1960 e 1970 o Brasil viveu o chamado “Milagre econômico brasileiro” em que o governo enfatizava o grande desenvolvimento nacional. O reflexo sobre o ensino farmacêutico foi a implantação do currículo mínimo para o profissional farmacêutico em 1962 com o Parecer nº 268/62 (BRASIL/CFE, 1962) que tinha uma característica tecnicista e fragmentária. Os formandos em Farmácia, então, acabaram deixando a prática da dispensação e enveredaram para outras atividades, mais rentáveis, introspectivas e foram, aos poucos, abandonando a atenção à saúde e interação com o público, para se transformar no profissional do medicamento. Como o profissional formado para atender à indústria farmacêutica não mais necessitava de interagir com o ser humano, seu perfil inicial foi se perdendo ao ponto que, em 1965, o Ministro da Educação sugeriu ao CFE uma avaliação, visando a extinção do curso de Farmácia que poderia passara ser ministrado nas escolas de Química (ZUBIOLI, 1992), mas a discussão não tomou corpo e o curso foi mantido com essa característica até os fins da década de 1960.

Nos “Anos de chumbo” ocorreram a Reforma Universitária e a Reforma Sanitária de 1968 (Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968). Para se adequar ao arcabouço legal, um novo currículo mínimo foi proposto pelo Parecer nº 287/69 (BRASIL/CFE, 1969). Este currículo reforçou a fragmentação imposta pelo currículo anterior e culminou em uma hierarquização dos campos de atuação do farmacêutico.

... a indústria farmacêutica moderna é uma indústria de transformação, enquanto a Farmácia representa um estabelecimento predominantemente comercial, com um artesanato técnico em involução” (BRASIL/CFE, 1969).

Isso causou a evasão deste profissional das farmácias de manipulação e do comércio varejista, de maneira que o público passou a reconhecer como “farmacêuticos” os balconistas que vendiam os produtos sem necessidade de formação específica, circunstância que desqualificou o graduado em Farmácia e influenciou ao senso comum perceber que o farmacêutico seria invisível ou um profissional de menor status, capaz apenas de organizar produtos em prateleiras e vendê-los ao público.

A forma pela qual o mercado farmacêutico se inscreveu até então, com o afastamento do farmacêutico dos estabelecimentos de dispensação e conseqüentemente da orientação do uso racional de medicamentos gerou a prática da “empurroterapia”, formação de cartel, venda de produtos falsificados e veiculação de propagandas enganosas criando possíveis enfermidades por uso indevido de medicamentos. Frente a esse cenário, na década de 1970, surgiu o Movimento pela Reforma Sanitária que culminou na 8ª Conferência Nacional da Saúde (RÍOS, 2011).

Á partir da década de 1980 o cenário político já estava mudando, o Regime Militar enfraquecido e os movimentos sociais emergindo. Em 1988, após a abertura política, já em regime civil, foi promulgada a atual Constituição Federal que garantiu à população o direito à saúde. Em consequência, foram publicadas as políticas públicas da saúde com o estabelecimento do SUS pela Lei 8080/90 (BRASIL/MS, 1990), garantindo à população a assistência integral à saúde, inclusive a assistência farmacêutica (FURTADO, 2008). Tudo isso influenciou na modificação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da Saúde, inclusive a de Farmácia, fazendo com que o farmacêutico interagisse novamente com o paciente/público. As atuais políticas públicas da Saúde, inclusive, tomando como ponto de partida a assistência integral ao ser humano, preconizam sempre equipes multiprofissionais formadas com senso crítico-reflexivo e humanístico para o atendimento do paciente.

Os fatos expostos nos levam a refletir sobre as respostas dadas ao questionário. A imagem fílmica do farmacêutico que é imediatamente percebida pelo público e que reflete o senso comum é daquele profissional que trabalha na

farmácia comercial. Assim o senso comum influencia a imagem do farmacêutico que o cineasta concebe em suas obras, que retroalimenta o senso comum em um moto-contínuo, reforçando este estereótipo. Uma provável explicação pode ser pelo fato desta ser uma atividade visível ao público, diferente da pesquisa clínica e da experimentação de novos medicamentos, atividade de pesquisa, tão solitária, restrita ao espaço privado, fora da visão do público. Por ser um profissional pouco visível ao senso comum, esse pode não o cogitar como integrante de uma equipe de pesquisa clínica. Mas o que fica claro é que ainda é prevalente aos olhos do público o farmacêutico na botica, uma visão do século XIX.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A tese trata de invisibilidades e surgiu da necessidade em se encontrar uma estratégia de ensino que tornasse mais palatável o aprendizado da disciplina Deontologia e Ética Farmacêutica, componente curricular obrigatório na formação do curso, porém tema de pouco interesse para os farmacêuticos. O estudo teve duas frentes principais de discussão: o uso de cinema de comédia *hollywoodiana* como prática pedagógica na perspectiva instrumental e a imagem do cientista que desenvolve medicamentos, retratada nas tramas. Esta segunda frente fez emergir uma reflexão derivada sobre a ausência da mulher farmacêutica como protagonista da experimentação com substâncias medicamentosas.

A primeira delas leva em conta que o uso de cinema em sala de aula é uma prática recorrente no ensino de ciência. O diferencial apresentado é a eleição de filmes de comédia como subsídio para o estudo de caso aplicado ao ensino de Deontologia. Os poucos autores que estudam as questões deontológicas no ramo farmacêutico concordam no fato de que este não é um assunto de interesse para a maioria dos profissionais. Essa afirmação faz com que a Deontologia e Ética Farmacêutica tenha pouca visibilidade no meio e seja, conseqüentemente, relegada ao segundo plano. Alguns fatos podem contribuir para isso. Por mais de cem anos a formação farmacêutica oficial (1832 – 2002) teve um caráter fortemente tecnicista, levando em consideração que o farmacêutico precisava estar preparado para trabalhar com o medicamento, com pouca interação com o paciente. Essa característica foi se fortalecendo após a industrialização em grande escala no início do século XX e foi sedimentada com a implantação dos currículos mínimos nos anos de 1960. A Deontologia, por ter afinidades com as Ciências Sociais e Humanas, não ganhou espaço nos primeiros currículos farmacêuticos, que se ocupavam com o saber fazer, mas não tanto com o saber o que acontece aos indivíduos com o que foi feito pelo farmacêutico. Embora a Deontologia tenha ganhado seu primeiro espaço após a reforma Rocha Vaz de 1925 com a inclusão da disciplina Higiene e Legislação, ela só ganhou seu lugar marcado por sua identidade atual no currículo mínimo de 1962.

A década de 1980 foi marcante para definir os caminhos da formação humanística dos profissionais de saúde. Foi quando ocorreu, em 1986, a VIII

Conferência Nacional de Saúde, e foi promulgada a atual Constituição da República que oficializou que a Saúde é direito de todos e dever do Estado. Em consequência disso, foi criado o SUS, que alterou o modelo de assistência de saúde pública. Para dar conta disso, foi necessário repensar a formação dos profissionais da Saúde ampliando as discussões humanísticas, pelo menos nas diretrizes oficiais. Com isso, em 2002 foi publicada a DCN de Farmácia que preconiza que o futuro farmacêutico deve apresentar o perfil crítico, reflexivo e humanista. Teoricamente a ênfase em componentes curriculares que dessem aporte a essas discussões mereceriam mais atenção, e neste caso particular reivindica-se o espaço da Deontologia e Ética Farmacêutica, embora na prática não seja isso o que ocorre.

Buscas em base de dados (BVS, Portal Capes, Google Acadêmico) feitas entre maio e junho de 2015 deram conta que o assunto “Ensino de Deontologia” não é de grande repercussão, e que a maioria dos trabalhos publicados é sobre Deontologia na Medicina e Odontologia. A avaliação das poucas matrizes curriculares das graduações de Farmácia oferecidas no estado do Rio de Janeiro disponíveis em páginas eletrônicas mostrou que não há consenso em que momento do curso é recomendável incluir a disciplina, que a carga horária disponível para ela é pequena (cerca de 1%) em relação ao cômputo geral de horas do curso e que a apresentação das ementas é escassa e pouco esclarecedora. Isso denota pouco cuidado ao se tratar do assunto, provavelmente consequência do pouco espaço destinado ao ensino de Deontologia, fechando o círculo de uma primeira invisibilidade.

Para tentar tornar o tema Deontologia e Ética mais agradável para o aluno foi utilizado o estudo de caso com subsídio de filmes de comédia *hollywoodianas*. Cabe ressaltar que o estudo de caso foi indicado como uma ferramenta pedagógica eficiente e mais adequada pelo Fórum Nacional de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica em 2011.

A validade do uso de filmes de comédia para esse propósito foi verificada em estudo exploratório anterior à tese, e confirmada em observações da aplicação da prática pedagógica ao longo da pesquisa de doutorado nos anos de 2012, 2013 e 2014. Todos os participantes do grupo estudado afirmaram gostar de cinema e apontaram adorar ou gostar de comédias (72% e 21% dos alunos inquiridos respectivamente).

A alegria no ensino mostra-se como necessária ao processo educativo conforme defende Georges Snyders em sua trilogia *Alegria na Escola* (1994), *Alunos Felizes* (1996) e *Felizes na Universidade* (1995). Quanto à escolha da comédia, esta é justificada pelas características da correição de caráter, crítica social e comicidade profissional que muitos humoristas utilizam e que foram resgatadas nos cinco filmes pesquisados. Embora a comédia seja referida por muitos como um gênero menor, Aristóteles considerou que somente os fortes de caráter poderiam assistir às comédias, pois deles espera-se discernimento, o mesmo que se espera do aluno de graduação.

Quanto à aplicabilidade da prática pedagógica, a maior parte do público estudado parece concordar que o uso de filmes de comédia aumentou seu interesse nos conteúdos da Deontologia, que os enredos dos filmes escolhidos conseguiram abordar os temas de interesse da disciplina e concordou com a aplicação do estudo de caso como avaliação da disciplina em substituição às provas tradicionais. Para subsidiar essa última afirmação, foram coletados pequenos relatos que foram analisados e que geraram quatro categorias para a construção de Discursos do Sujeito Coletivo, a saber: (DSC1) Conteúdo teórico X aplicação prática; (DSC2) estratégias que desenvolvem o senso crítico; (DSC3); estratégias aproximadoras (DSC4) estratégias facilitadoras do entendimento. Com isso, os alunos comentaram : a proposta conseguiu promover a reflexão e a aplicação do que se estuda em sala de aula com a vida cotidiana; se sentiram mais interessados nos conteúdos de Deontologia; a leveza da comédia os facilitou na aprendizagem por sentirem estar se divertindo ao mesmo tempo em que aprendem. Os poucos alunos que não concordaram com os demais não se opuseram a participar da atividade e assinalaram ser indiferente aprender de uma forma ou de outra.

No decorrer do estudo foi possível perceber lacunas tanto na construção do roteiro de estudo de caso, como no planejamento da aplicação da disciplina, fatores que foram corrigidos ao longo da pesquisa. Por isso a pesquisa auxiliou na melhoria do processo de ensino-aprendizagem deste componente curricular em particular e poderá também servir de base para a reflexão de outros professores que passem por problemas similares.

A análise das respostas escritas da resolução do estudo de caso demonstrou que, na maioria das vezes, os alunos não se aprofundaram nas questões propostas, limitando-se a copiar e colar trechos das leis, sem construir uma argumentação

sólida e própria sobre o que se pede, não diferindo muito do que ocorre quando eles são submetidos à resolução de provas tradicionais com respostas decoradas. O ponto alto da resolução de caso, no entanto, não foi a parte escrita, mas o momento da apresentação dos grupos, em que a professora/pesquisadora teve a oportunidade de se colocar e levantar pontos que geraram debates e levaram a turma a refletir de maneira conjunta. Nesse quesito, cada turma revelou uma linha de raciocínio próprio. O que é necessário atentar é que a dinâmica proposta constitui-se de vários objetivos: fomentar a ação de síntese na preparação da resenha individual, exercitar a estratégia e a relação interpessoal no momento da escolha do grupo, motivar o trabalho de equipe na resolução do estudo de caso, sendo que cada componente do grupo funcionou como multiplicador do seu saber. Essas foram as atitudes esperadas na dinâmica do trabalho, cujo resultado, de maneira geral, não frustrou as expectativas.

Ao longo do desenvolvimento da prática pedagógica surgiu a segunda frente de discussão da tese: a imagem do cientista que desenvolve medicamentos, concebido pelo cineasta e retratado nas tramas, que caracterizam esse personagem geralmente como homem, médico ou químico, relegando ao esquecimento a mulher farmacêutica. E aqui se embute mais duas invisibilidades: a da mulher na ciência e a do farmacêutico como ator legítimo de pesquisa com substâncias medicamentosas.

No que diz respeito aos estereótipos de gênero analisados nos filmes, o contexto histórico e cultural explica a forma pela qual as mulheres foram retratadas nas obras. Limitações morais e legais cerceavam o acesso da mulher à academia e dificultavam a sua ascendência no fenômeno chamado de teto de vidro, que ao longo do tempo tem se dissipado, mas é ainda presente. Foi possível observar a exclusão total da mulher no campo científico em *O inventor da mocidade* (1952) em que o ideal da imagem feminina era a rainha do lar, passando pela inserção gradual das mulheres em sala de aula e nos espaços decisórios em “*O professor aloprado*” (1963) em uma época em que já havia a permissão da sexualidade para as mulheres, que nem por isso deixavam de ser boazinhas. Nesses dois primeiros títulos, o *male gaze* é fortemente presente. O filme *Junior* (1994) é marcado pela presença de uma cientista como líder de uma equipe de pesquisa, assim como pela a total inversão de papéis que permitiu que um homem fosse mãe, cabendo explicar esse comportamento pelo conceito de performatividade proposto por Judith Butler. Finalmente, em *O professor aloprado* (1996) e *Sem sentido* (1998), aparecem as

condições de desigualdade mais profundas sentidas pelas mulheres negras, que aparecem como coadjuvantes das histórias e do fazer ciência, assumindo posição passiva ou subalternizada. O fato é que a exclusão das mulheres do campo científico, evidente em praticamente todos os filmes, não foi sequer questionada pelos alunos, em sua maioria mulheres (71 alunas num total de 83). Isso nos leva a crer que mesmo que as mulheres tenham conseguido avanços sociais por intermédio de movimentos políticos, a sua subalternização é tão arraigada no senso comum, que até mesmo potenciais futuras cientistas (alunas de bacharelado em Farmácia) naturalizam essa ausência, não reconhecendo um lugar que é seu por direito.

No tocante à invisibilidade do farmacêutico como protagonista de pesquisas com medicamentos, a análise fílmica revelou o seguinte panorama nos filmes selecionados: a) “O inventor da mocidade”, Dr. Fulton é químico; b) “O professor aloprado” (1963), Professor Kelps dá aulas de química; c) “Júnior”, Dr. Arbogast e Dr. Hess são médicos; d) “Professor aloprado” (1996), Professor Klump dá aulas de genética; e) “Sem sentido”, o pesquisador é neurocientista. Não há farmacêuticos nos filmes em questão. O estereótipo do cientista retratado nos filmes estudados dá conta que o pesquisador de medicamentos é professor, médico ou químico. Por outro lado, o farmacêutico é, de fato, um profissional pouco visível e pouco explorado no cinema. O estereótipo do farmacêutico, quando retratado, nos filmes citados pelos alunos está relacionado à atividade visível ao público, na botica, uma imagem construída no século XIX. A construção histórico-política e os interesses econômicos que influenciam as políticas públicas curriculares podem explicar a pouca visibilidade do farmacêutico e o não reconhecimento dele como ator importante para o desenvolvimento de medicamentos, embora as leis específicas que tratam desta atividade o incluam como peça importante. Os estereótipos são construções que dependem da cultura e levam tempo para serem modificados.

Sendo assim, o uso do cinema de comédia em apoio ao ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica parece ser um bom caminho para a formação humanística do aluno crítico e reflexivo, apto a atender as demandas preconizadas pelas DCN de Farmácia. Apoiando-nos em Snyders, Bergson, Propp e Espinosa, podemos dizer que a comédia leva ao riso, o riso é um dos caminhos da alegria, e da alegria pode florescer a ética. Nada melhor do que a comédia para tornar mais feliz e prazeroso o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica.

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar uma solução definitiva para os fatos expostos, questão que transcende este espaço, mas sim alertar para o fato de que os componentes curriculares, dentre eles a Deontologia, que podem aprimorar a formação humanística dos farmacêuticos ainda são de pouco interesse. Esse alerta pode servir de ponto inicial para nos debruçarmos sobre questões que possam fazer com que o ensino de Deontologia ganhe mais interesse, saia do campo da invisibilidade e venha contribuir na formação crítica, reflexiva e humanística do farmacêutico. Com isso, também se espera contribuir para encorajar o uso do cinema de comédia no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica, e, de forma mais ampla, naquelas disciplinas que são de difícil compreensão ou não são apreciadas pela maioria dos alunos. Somado a isto, quanto às outras duas invisibilidades, da mulher na ciência e do farmacêutico fora da botica o intuito não é negar a fidedignidade de outros profissionais na pesquisa clínica, pois as atuais políticas públicas preconizam a implantação e intervenção de equipes multiprofissionais para conduzirem ações em saúde. O que se pretende trazer à tona é o processo lento da apropriação do papel do farmacêutico como legítimo pesquisador de medicamentos, ressaltando que a mulher está ocupando, cada vez mais o seu espaço nesse mercado.

## REFERÊNCIAS

---

- A FAMÍLIA KLUMP (**Estados Unidos, 2000**). Filme. Duração 106 minutos. Universal Studios.
- A ILHA (**Estados Unidos, 2005**). Filme. Duração: 136 minutos. Warner Bros. Pictures.
- ABRANTES, A.A. **Um conto de fadas contemporâneo: a comédia romântica**. 2004. 110f. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/AdrianaAparecidaAbrantes.pdf>>. Acesso em: 8 nov 2014.
- ABSENT MINDED PROFESSOR (**Estados Unidos, 1961**). Filme. Duração 95 minutos. Walt Disney Studios.
- AMOR E OUTRAS DROGAS (**Estados Unidos, 2010**). Filme. Duração 112 minutos. FOX 2000 Pictures.
- ANACLETO, A. O cinema como mídia educacional no ensino superior: uma ferramenta pedagógica no auxílio à docência In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 17-21 set 2007, Ponta Grossa, **Anais eletrônico**. Disponível em: <[http://www.isepe.com.br/\\_download.php?4f44673d&CArqui](http://www.isepe.com.br/_download.php?4f44673d&CArqui)>. Acesso em: 13 janeiro 2012.
- ANIMAL (**EUA, 2001**). Filme. Duração 83 minutos. Columbia Pictures.
- APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARAUJO, D.B. A ciência e as relações de gênero. **Estudos IAT**, Salvador, v.1, n.1, p. 4-17, jun. 2010.
- ARAÚJO, F. Q.; PRADO, F.M. Análise das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação de Farmácia. **Revista contemporânea de educação**. v. 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufjf.br/index.php/contemporanea/article/view/52/45>>. Acesso em: 4 nov 2013.
- ARRAZOLA, L.S.D. Ciência e crítica feminista. In: COSTA, A.A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 67-77.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 117, n. 127, p. 127-147, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2014.
- ATLAN, H. **O útero artificial**. Editora Fiocruz, 2006. 128 p.
- AZEVEDO, K.R.; ARRAIS, A.R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 jun 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000200013>.

BARBÉRIO, J.C. Evolução da profissão farmacêutica nos últimos 40 anos. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 41, n. 3, set. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-93322005000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-93322005000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-93322005000300001>.

BARCA, L. As múltiplas imagens do cientista no cinema. **Comunicação & Educação**, v. 10, n. 1, p. 31-39, 2005.

BATISTA, M.M. Estereotipia e representação social: uma abordagem psicossociologia. In: BARKER, D. A (Org.). **O poder e a resistência dos estereótipos**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. p. 103-116.

BENCOSTTA, M.L.A. Mulher virtuosa, quem a achará? O discurso da Igreja acerca da educação feminina e o IV congresso interamericano de educação católica (1951). **Revista brasileira de história da educação**, n.2, jul/dez, 2001.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Versão publicada em 1955. Disponível em: <<http://www.mariosantiago.net/Textos%20em%20PDF/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2014.

BERGAN, R. **-ismos: para entender o cinema**. São Paulo: Globo, 2010.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980: 105p.

BERMOND, M.D.; FERNANDES, Z.C.; COSTA, E.M.M.B.; CUNHA, N.S.; HONDA, A.M. (Orgs.) Modelo referencial de ensino para uma formação farmacêutica com qualidade; Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2008. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Modelo%20Referencial%20de%20Ensino.pdf>>. Acesso em: 4 nov 2013.

BINGHAM, D. "Before she was a virgin ...": Doris Day and the decline of female film comedy in the 1950s and 1960s. **Cinema Journal**, v. 45, n. 3, Spring, 2006, pp. 3-31. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3877747>>. Acesso em: 31 ago 2012.

BIZATO, J.I. **Deontologia jurídica e ética profissional**. 2ª Ed. São Paulo: LED – Editora de Direitos LTDA, 2001. 208p.

BLAINEY, G. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Editora Fundamento. 2008.

BLASCO GP, GALLIAN DMC, RONCOLETTA AFT, MORETO G. Cinema para o estudante de medicina: um recurso afetivo / efetivo na educação humanística. **Revista brasileira de educação médica**, v. 29, n.2; p.119-128, 2005, mai/ago. Disponível em: <[http://www.educacaomedica.org.br/UserFiles/File/2005/volume29\\_2/cinema\\_para\\_estudante.pdf](http://www.educacaomedica.org.br/UserFiles/File/2005/volume29_2/cinema_para_estudante.pdf)>. Acesso em: 30 ago 2007.

BORDIN, C.F.W. A interdisciplinaridade como fator de qualidade na formação farmacêutica. In: **Melhoria da qualidade em educação farmacêutica**. (Orgs.) CECY, C.; OLIVEIRA, G.A.; COSTA, E.M.M.B. Brasília: ABENFARBio, 2011. P. 55-64.

BORGES, A. T. Novos Rumos Para o laboratório Escolar de Ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 291-313, 2002.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6607>>. Acesso em 15 ago 2013.

BRANDÃO, A. Entrevista com professora Marta de Lana – Memória Farmacêutica: Por quê preservar? Pharmacia Brasileira nº 85 - Março/Abril/Maio 2012. Disponível em:<[http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/137/022a026\\_entrevista\\_martha\\_lana.pdf](http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/137/022a026_entrevista_martha_lana.pdf)>. Acesso em 01 jul 2015.

BRASIL. (1931). Decreto nº 20.377, de 08 de setembro 1931. **Aprova a regulamentação do exercício da profissão farmacêutica no Brasil.** Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1931/20377.htm>>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL (1960). Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960. **Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3820.htm)>. Acesso em: 23 out 2013.

BRASIL. Casa Civil. (1981). **Decreto nº 85.878, de 7 de abril de 1981. Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D85878.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85878.htm)>. Acesso em: 21 out 2013.

BRASIL. Casa Civil (2008). Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. **Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979 e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11794.htm)>. Acesso em: 21 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (1962). **Parecer nº 268/1962. Currículo mínimo da graduação de Farmácia.** Brasília, DF: [S.n]. Documento digitalizado fornecido pelo Atendimento do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://mec.cube.callsp.inf.br/static/2015/01/fhRi9SAi56g4k1t3CepnoA.pdf>>. Acesso em: 31 jan 2015.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (1969a). **Parecer nº 287/1969. Currículo mínimo da graduação de Farmácia.** Brasília, DF: [S.n]. Documento digitalizado fornecido pelo Atendimento do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://mec.cube.callsp.inf.br/static/2015/01/m0VQtgnt8NSAnVE1Hm9oNA.pdf>> Acesso em: 31 jan 2015.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (1969b). Resolução nº 04, de 11 de abril de 1969. **Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Farmácia.** Disponível em: <[http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/legis\\_comp\\_4.asp](http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/legis_comp_4.asp)>. Acesso em: 18 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. (2000) Resolução nº 349, de 20 de janeiro de 2000. **Regulamenta a atribuição privativa do farmacêutico, proceder a dispensação e/ou manipulação de medicamentos.** Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/349.pdf>>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia (2002). Resolução nº 381, de 21 de maio de 2002. **Dispõe sobre atribuições do profissional farmacêutico na área de Imunização Genética.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/farmacia/artigos/1179/resolucao-n-381-de-21-de-maio-de-2002#!1#ixzz2ifFba7nC>>. Acesso em 24 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. (2004a). Resolução nº415, de 29 de junho de 2004. **Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/farmacia/artigos/1167/resolucao-n-415-de-29-de-junho-de-2004#!1#ixzz2ifCVWvZ7>>. Acesso em: 24 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. (2004b). Resolução nº 417, de 29 de setembro de 2004. **Aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.** Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/417.pdf>>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia (2008). Resolução nº 481, de 25 de junho de 2008. **Habilitar o farmacêutico nas atividades de meio ambiente, segurança no trabalho, saúde ocupacional e responsabilidade social, respeitadas as atividades afins com outras profissões.** Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=1189>>. Acesso em: 24 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. (2008b). Resolução nº 482, de 30 de julho de 2008. **Dispõe sobre o magistério das matérias, disciplinas, unidades, módulos, conteúdos ou componentes curriculares específicos dos profissionais farmacêuticos.** Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=11892>>. Acesso em: 24 out 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia (2009). Resolução nº 509, de 29 de julho de 2009. **Regula a atuação do farmacêutico em centros de pesquisa clínica, organizações representativas de pesquisa clínica, Indústria ou outras instituições que realizem pesquisa clínica.** Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/509.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina (2010). Resolução nº 1.957, de 6 de janeiro de 2010. **Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida.** Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1957_2010.htm)>. Acesso em: 05 jun 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (1996a). Resolução nº 1, de 14 de julho de 1988. **Aprovar as normas de pesquisa em saúde.** Disponível em: <<http://www.ipecc.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=120>>. Acesso em 25 nov 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (1996b). Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. **Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>>. Acesso em 25 nov 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (1997). Resolução nº 251, de 07 de agosto 1997. **Aprova as normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/Res25197.htm>>. Acesso em: 21 out 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras**

**de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em: <[http://www.editoramagister.com/legis\\_24514635\\_RESOLUCAO\\_N\\_466\\_DE\\_12\\_D E\\_DEZEMBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.editoramagister.com/legis_24514635_RESOLUCAO_N_466_DE_12_D E_DEZEMBRO_DE_2012.aspx)>. Acesso em: 24 out 2013.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Paraná (2015). **Manual conhecendo a profissão farmacêutica.** Disponível em: [http://www.crf-pr.org.br/uploads/tiny\\_mce/files/guia\\_conhecendo\\_a\\_profissao\\_farmaceutica.pdf](http://www.crf-pr.org.br/uploads/tiny_mce/files/guia_conhecendo_a_profissao_farmaceutica.pdf). Acesso em: 01 jul 2015.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (2001). Deliberação nº 193 de 28 de março de 2001. **Sobre assistência farmacêutica e responsabilidade técnica.** Disponível em: <[http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/legis\\_pro\\_del\\_193de20\\_03\\_01.asp](http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/legis_pro_del_193de20_03_01.asp)>. Acesso em: 23 out 2013.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (2009). Deliberação nº 603, de 27 de maio de 2009. **Dispõe sobre Direção Técnica em Estabelecimentos Farmacêuticos.** Disponível em: <[http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/Del\\_603.pdf](http://www.crf-rj.org.br/crf/legislacao/leis/Del_603.pdf)>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (2011). **Relatório do Encontro de Professores de Deontologia e Ética Farmacêutica.** ISBN 978-85-63931-18-4.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (1996). Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm)>. Acesso em: 17 nov 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior (2001). Parecer nº 1.300, de 06 de novembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia e Odontologia.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1300.pdf>>. Acesso em: 19 out 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior (2002). Resolução nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.** Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf)>. Acesso em: 25 out 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior (2005). Portaria nº 2.864, de 24 de agosto de 2005. **As instituições de educação superior deverão tornar públicas e manter atualizadas, em página eletrônica própria, as condições de oferta dos cursos por elas ministrados.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portaria2864-2005.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior (2009b). Resolução nº 4, de 6 de abril de 2009. **Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf)>. Acesso em: 05 jun 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Ensino Tecnológico (2012). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia do Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.** Disponível em: <[http://www.ifrj.edu.br/webfm\\_send/5772](http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/5772)>. Acesso em 03 dez 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (1999). **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9782.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9782.htm)>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (1999a). **Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9787.htm)>. Acesso em 21 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (1999b). Resolução nº 391, de 9 de agosto de 1999. **Aprova o Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos.** Disponível em: <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/cao/ccf/quadro%20sinotico%20sus/resolucao%20anvs%20n%C2%BA%20391-99%20regulamento%20medicamentos%20genericos.pdf>>. Acesso em 23 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (1999c). **Decreto nº 3.181, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.esp.rs.gov.br/humanizasaude/img2/Decreto%203181-99.htm>>. Acesso em 23 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2001). Resolução nº 185, de 22 de outubro 2001. **Aprovar o Regulamento Técnico que consta no anexo desta Resolução, que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.** Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/rdc/14420-185.html>>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2003). Resolução nº 136, de 29 de maio de 2003. **Dispõe sobre o registro de medicamento novo.** Disponível em: <<http://www.lawes.com.br/legislacao2/136.pdf>>. Acesso em: 24 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2004). Resolução nº 48, de 16 de março de 2004. **Aprovar o Regulamento Técnico, em anexo, visando atualizar a normatização do registro de medicamentos fitoterápicos.** Disponível em: <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=10230>>. Acesso em: 21 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2008). Resolução nº 96, de 17 de dezembro de 2008. **O Regulamento anexo a esta Resolução se aplica à propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos, de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão.** Disponível em: <<http://portal.crfsp.org.br/legislacao/1007-resolucao-rdc-no-96-de-17-de-dezembro-de-2008.html>>. Acesso em: 23 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2010). Resolução nº 10, de 9 de março de 2010. **Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/rdc/103202-10.html>>. Acesso: 21 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2013). Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013. **Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8077.htm#art25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8077.htm#art25)>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1973). **Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5991.htm)>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1974). **Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974. Regulamenta a Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D74170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D74170.htm)>. Acesso em: 22 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1976). **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6360.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6360.htm)>. Acesso em: 23 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1977a). **Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6437.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6437.htm)>. Acesso em: 23 out 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1977b). Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977. **Regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que submete a sistema de vigilância sanitária os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, saneamento e outros.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D79094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D79094.htm)>. Acesso em 22 nov 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1980). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária (1998). Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998. **Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.** Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/anvisaegis/VisualizaDocumento.asp?ID=939&Versao=2>>. Acesso em: 22 out 2013.

BREYNER, A.J. **A construção do curso de Farmácia no Brasil:** introdução a uma proposta de currículo. Londrina: Edições Humanidades. 2006.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York and London: Routledge, 1990.

CARDOSO, L.R. Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero:** Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados, 2011. p.35-56. Disponível em: <<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 12 out 2013.

CARLOTA JOAQUINA: **A PRINCESA DO BRASIL (Brasil/Inglaterra, 1995). Filme.** Estúdio Elmar Produções artísticas.

CARPES, A.D.; MAGNI, J.A. Búsqueda de un Nuevo Perfil para el Farmacéutico: la Readaptación de los Currículos en Cursos de Farmacia. **Formación Universitaria, La Seren,** v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-50062009000300002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50062009000300002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 01 jun. 2015.

CARVALHO, R.M.B. Georges Snyders: em busca da alegria na escola. **Perspectiva,** Florianópolis. v.17, n.32, jul/dez, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10528>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

CASSETA&PLANETA: **SEUS PROBLEMAS SE ACABARAM (Brasil, 2007). Filme.** Duração: 80 minutos, Europa vídeos.

CASTRO, C. S. **Biociências, Computação e Educação:** O Cinema de Ficção Científica como Instrumento Pedagógico de Produção de Conexões e Questionamentos. 2006. 216f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz – IOC/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

CECY, C. Diretrizes curriculares: dez anos. Boletim da ABENFARBIO. **Pharmacia Brasileira,** n 80, fev/mar, p. 53-60 2011. (2011a). Disponível em: <[http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/130/053a060\\_boletim\\_abenfarbio.pdf](http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/130/053a060_boletim_abenfarbio.pdf)>. Acesso em 07 mai 2015.

\_\_\_\_\_. A formação humanística e social do farmacêutico – um diferencial de qualidade. In: **Melhoria da qualidade em educação farmacêutica.** (Org.) CECY, C.; OLIVEIRA, G.A.; COSTA, E.M.M.B. Brasília: ABENFARBIO, 2011.(2011b) P.29-35.

CEZAR, P.H.N. **Hipócrates vai ao cinema:** a sétima arte e a formação bioética do médico. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de Ciências) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <[http://www.ifrj.edu.br/webfm\\_send/3043](http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/3043)>. Acesso em: 07 jun 2015.

CHASSOT, Á. **Alfabetização Científica**: questões e desafios para a educação. 3.ed. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ciência é masculina? É sim senhora**. Vale dos Sinos: UNISINOS, 2011.

CORRAL, F.S.D.; SOUZA, M.L.A.; NEGRÃO, O.L. **Do boticário ao farmacêutico**: o ensino de farmácia na Bahia, de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA. 2009. 188p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/162/1/Do%20boticario%20ao%20farmaceutico.pdf>>. Acesso em 24 maio 2015.

CORRÊA, M.C.D.V; ARÁN, M. Tecnologia e normas de gênero: contribuições para o debate da bioética feminista. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, 2008, p.191 – 206.

CORRÊA, V.S.A. **Gestão escolar e gênero**: o fenômeno do teto de vidro na educação brasileira. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10\\_correa.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_correa.pdf)>. Acesso em 23 abril 2013.

COSTA-LACOUX, J. Procriação e Bioética. In: **História das mulheres no ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento. 1991.

COSTA, M.C. Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, n.27, jul/dez. 2006, p.455-459.

COZZI, A.L.F. As personagens femininas em Macunaíma: Sexualidade e Gênero no modernismo pós-1922. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para 7as Mulheres, 2010, p. 83-103. Disponível em: <<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 12 out 2013.

CRUZ, A.L. O olhar predador: A arte e a violência do olhar. Estudos feministas e cidadania plena. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, jun 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3685#tocfrom3n1>>. Acesso em: 14 mai 2014.

CUNHA, M.B. e GIORDAN, M. A Imagem da Ciência no Cinema. **Química Nova na Escola**, v, 31, n. 1, p. 9-17, fev. 2009.

DANTAS, F.; SOUZA, E.G. Ensino da Deontologia, Ética Médica e Bioética nas Escolas Médicas Brasileiras: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.32, n.4, p. 507 – 517, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n4/v32n4a14.pdf>>. Acesso em: 20 out 2013.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos (Coleção Docência em Formação - Ensino Fundamental). São Paulo: Editora Cortez, 2002. 364 p.

DESTRÉE, P. A comédia na poética de Aristóteles. **Organon**, Porto Alegre, n. 49, jul/dez. 2010, p.69-95. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28993/17731>>. Acesso em 20 out 2014.

DIAS, D.L. Senso comum e estereotípias nas práticas de leitura. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/18866/11238>>. Acesso em: 13 jan 2015.

DIEZ, K.S; PLEBAN, F.T; WOOD, R.J. Lights, camera, action: interacting popular film in the classroom. **Journal Scholar Health**, v. 75, n.7, p. 271-275, set. 2005.

DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS (**Brasil, 1976**). Filme. Duração 118 minutos, Paramount Pictures.

EDLER, F.C. **Boticas&Farmacias**: uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2006. 160p.

ESTEFAN, I.J.S. O ensino de Farmácia. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, dez 1986. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1986000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1986000400011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1986000400011>.

FANTIN, M. Mídia-educação e cinema nas escolas. **Revista Teias**, v.5, n.15, jan/dez, 2007. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=174&path\[\]=172](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=174&path[]=172)>. Acesso em: 4 fev 2008.

FENAFAR - Federação Nacional dos farmacêuticos. **FENAFAR lança campanha “Sou Mulher, Sou Farmacêutica, Tenho Direitos!”** Matéria sem autoria publicada em 18 mai 2011. Disponível em: <<http://www.fenafar.org.br/portal/fenafar/84-fenafar/974-fenafar-lanca-campanha-sou-mulher-sou-farmaceutica-tenho-direitos.html>>. Acesso em: 30 ago 2011.

FERNANDEZ, B.P.M. Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e artigos científicos vencedores, 2008. p. 37-55. Disponível em: <<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 12 out 2013.

FERREIRA, F.R. Ciência e arte: investigações sobre identidades, diferenças e diálogos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.1, p. 261-280, jan/abr, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a05v36n1.pdf>>. Acesso em: 20 out 2013.

FERRO, M. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

FIGUEIREDO, A.M.; GARRAFA, V.; PORTILLO, J.A.C. Ensino da Bioética na área das Ciências da saúde no Brasil: estudos de revisão sistemática. **Revista internacional interdisciplinar Interthesis**, v. 5, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2008v5n2p47>>. Acesso em: 4 nov 2013.

FÓRMULA 51 (**Estados Unidos/Inglaterra, 2001**). Filme. Duração: 92 minutos, Imagem Filmes.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

FURTADO, V.S. **Análise do processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia no Estado do Rio de Janeiro**. 2008. 129f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. GEADA, E. **O cinema espetáculo**. Lisboa-Portugal: Edições 70. 1987.

GERAGHTY, C. Feminismo y consumo mediático. In: CURRAN, J.; MORLEY, D.; WALKERDINE, V. (Org.) **Estudios culturales y comunicación: Análisis**,

**producción y consume cultural de las políticas de identidad y el posmodernismo.** Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1998. p.455-479. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/Estudios\\_culturales\\_y\\_comunicaci%C3%B3n.html?id=KNtuJXHULbYC&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Estudios_culturales_y_comunicaci%C3%B3n.html?id=KNtuJXHULbYC&redir_esc=y)>. Acesso em: 02 jan 2014.

GOMES, J.C.R. O atual ensino da ética para os profissionais de saúde e seus reflexos no cotidiano do povo brasileiro. **Revista Bioética**, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewArticle/396](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewArticle/396)>. Acesso em: 20 out 2013.

GOMES, M.P.C. *et al.* O uso de metodologias ativas no ensino de graduação nas Ciências Sociais e na Saúde: avaliação dos estudantes. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 181-198, 2010.

GRAVES, M.A; ENGLE, F.B. **Blockbusters: a reference guide to film genres.** London: Greenwood Press. 2006.

GUIMARÃES, V.M.G. Educação não sexista e não homofóbica: um caminho de múltiplas mãos na construção de um projeto educativo. In: GENTLE, I.M.; ZENAIDE, M.N.; GUIMARÃES, V.M.G. (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. 355p.

HAWKESWORTH, M. Confounding Gender. **Signs**, v. 22, n. 3, spring, 1997, p. 649-685. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175248>>. Acesso em: 30 out 2012.

HEILBORN, M.L.G. Sexualidade e Saúde. In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997. p. 101-110.

HENRIQUES, M.F. Concepções filosóficas e representações do feminino: subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. Estudos feministas e cidadania plena, nº especial de **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, jun 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3661>>. Acesso em: 12 abr 2014.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOOKS, B. **Feminist Theory: From Margin to Center.** Cambridge: South end Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Black looks: race and representation.** Boston: South end Press. 1992.

IRIGARAY, L. Entrevista: Poder do discurso/Subordinação do feminino. Transcrito por Catherine Porter. **ex-aequo**, n 8, p. 45-55, 2003.

JAPIASSÚ, R.O.V. A arte na educação de crianças, jovens e adultos in: **A linguagem teatral na escola: pesquisa, docência e prática pedagógica.** Campinas: Papyrus; 2007.

**Junior (Estados Unidos, 1994). Filme.** Duração 109 minutos, Universal Studios.

KAPLAN, A. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera.** Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

\_\_\_\_\_. **Women and Film: Both Sides of the Camera.** London: Taylor & Francis Routledge, 1988.

KELLER, E.F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, n 27, p.13-34, jul/dez. 2006.

KNIJNIK, J.D. Muito além dos estereótipos: teatro, gênero e Direitos Humanos na cultura Infantil. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**: Redações e artigos científicos vencedores. 2009. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. Disponível em: <<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 12 out 2013.

KRASILCHIK, M. Reformas e realidades: o caso do ensino das ciências. **São Paulo em perspectiva**, v. 4, n.1, p. 85-93, 2000. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fspp%2Fv14n1%2F9805.pdf&ei=7yhfUK3fOojs9ASS4YHABg&usq=AFQjCNG8lbITo3phqGZwMu4d1oDT7ww\\_jA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fspp%2Fv14n1%2F9805.pdf&ei=7yhfUK3fOojs9ASS4YHABg&usq=AFQjCNG8lbITo3phqGZwMu4d1oDT7ww_jA)>. Acesso em: 23 set 2012.

LAGRAVE, R.M. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 5. Porto: Afrontamento, p. 505-543, 1991.

LEAL, E. A. “É uma estranha empresa fazer rir as pessoas honestas”: a arte de fazer comédia para Molière a partir da peça teatral Don Juan. **Revista de História e estudos culturais**, v.3, n.4, Ano III, 2006. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/7.Artigo.Eliane\\_Leal.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/7.Artigo.Eliane_Leal.pdf)>. Acesso em: 08 set 2011.

LAQUEUR, T. Cap. I. In: **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.13-39.

LA ROCQUE, L.R; A.SAWADA; FIGUEIRA, D.O. Literatura e imagens de ficção científica: perspectivas entre as ciências e as artes, relações possíveis para a formação de professores no ensino de ciências. In: **A voz e o olhar do outro**. v IV, p 72-83, 2012. Leila Assumpção Harris. - Rio de Janeiro: UERJ. 2012. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/vozelharoutro/volume004/a06.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2013.

Le BRETON, D. **Adeus ao corpo**. Antropologia e Sociedade. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LEFÈVRE, F. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo**, uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Porto Alegre: EDUCS, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O sujeito coletivo que fala. **Interface**. 2006, v. 10, n.20, p.517-524.

LEITE, M.C.L.; HYPOLITO, A.M.; LOGUERCIO, R.Q. Imagem, docência, identidade. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, n.36, p. 319 – 335, mai/ago 2010.

LENAHAN, P; SHAPIRO, J. Facilitating the emotional education of medical students: using literature and film in training about intimate partner violence. **Family Medicine**, v. 37, n.8: p. 543-545, set, 2005.

LIMA, N.R.L.B. As mulheres nas ciências: o desafio de uma passagem do provado para o público. In: COSTA, A.A.A, SARDENBERG, C.M.B (Org.). **Feminismo**,

**Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA (Coleção Bahianas; 8). 2002, 320p. p.51-66.

LOPES, A.C e MACEDO, E. **Teorias de Currículo** [Livro eletrônico]. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=k9rFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=in author:%22ALICE+CASIMIRO+LOPES%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=\\_sp1VdvNG8uagwSHqYGGQCA&ved=0CCMQ6AEwAQ#v=onepage&q &f=false](https://books.google.com.br/books?id=k9rFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=in+author:%22ALICE+CASIMIRO+LOPES%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=_sp1VdvNG8uagwSHqYGGQCA&ved=0CCMQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 28 maio 2015.

LOSCOS, J.; BAÑOS, J.E.; LOSCOS, F. Medicine, cinema and literature: A teaching experiment at the Universitat Autònoma de Barcelona. **Journal of Medicine and Movies**, v. 2, p. 138-142, out, 2006.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MACEDO, E. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.2, pp.98-113, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.pdf>>. Acesso em: 04 jun 2015.

MAFFIA, D. Crítica feminista à Ciência. In: COSTA, A.A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (org). **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 25-39.

MARINI, D.C E FERREIRA, L.M. Ética voltada para o curso de formação de farmacêuticos. In: Comissão Assessora de Educação Farmacêutica. Comissões de Ética (Orgs.). **Ensino de deontologia e legislação farmacêutica: conceitos e práticas.** São Paulo: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2014. 95p.

MARRI, I. Esposas como principais provedoras de renda familiar. In: Brasil. Presidência da Republica. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **2º Premio Construindo a Igualdade de Gênero: Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2007.** Brasília: Presidência da Republica, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 12 out 2013.

MARTIN, E. Apresentação e A ciência como sistema cultural. In: **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução.** São Paulo: Garamond, 2006. p.65-123.

MELO, M.C.O.L. e LOPES.A.L.M. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 648-667, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>>. Acesso em: 12 mar 2013.

MENDONÇA, L.G. **Uso de Cinema e Teatro: Desenvolvimento de roteiros de Estratégias de Ensino de Boas Práticas de Fabricação na Graduação em Química.** 2010. 157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Biociências e Saúde) - Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3880>>. Acesso em: 22 dez 2014.

MENDONÇA, L.G.; FERREIRA, F. R.; LA ROCQUE, L.R. Influência do cinema de comédia no ensino farmacêutico e na construção da imagem do cientista que pesquisa medicamentos, 2012, Leopoldina, MG. In: **ANAIS DO I FÓRUM NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES SEQUENCIAIS**, p. 171-181. Disponível em: <<https://skydrive.live.com/?cid=138ba5d9930baaa7&id=138BA5D9930BAAA7%2122>>

8&authkey=!AH-

Dk8nrWB2Upj8#!/view.aspx?cid=138BA5D9930BAAA7&resid=138BA5D9930BAAA7%21237&app=WordPdf&authkey=%21AH-Dk8nrWB2Upj8>. Acesso em 13 out 2013.

MENDONÇA L. G., LEITE S. Q. M. Uso de desenho animado como estratégia de ensino de Boas Práticas de Fabricação em Farmácia para educação profissional técnica de nível médio. Florianópolis, SC, (2007). In: **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de Ciências**. Disponível em: <<http://www.foco.fae.ufmg.br/cdrom/entrar.html>>. Sessão de painéis 10, trabalho 12. Acesso em: 13 out de 2013.

MENDONÇA, L. G.; RODRIGUEZ, L. L. R.; FERREIRA, F. R. Estudo de caso e o cinema de comédia: modalidade de metodologia ativa para o ensino de Deontologia. 2012. In: **III ENECiências**. Niterói-RJ. Disponível em: <<http://ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/67/66>>. Acesso em: 17 jul 2014.

MESSA, M.R. Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana. In: ESCOSTEGUY, A.C. (Org.) **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/comunicacaoegenero.pdf>>. Acesso em: 23 set 2012. p. 38-61.

MINHA MÃE É UMA PEÇA – O FILME (Brasil, 2012). Filme. Duração: 85 minutos, Downtown Filmes.

MOREIRA, M.A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: Editora Paulista Universitária, 2010.

MORETTIN, E.V. Cinema educativo: uma abordagem histórica. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.13 a 19, set/dez, 1995. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/viewFile/4266/3997>> Acesso em: 10 dez. 2014.

MULVEY, L. Visual Pleasure and Narrative Cinema (1975). **Screen 16.3**, outono 1975, p. 6-18. Disponível em: <<http://www.jahsonic.com/VPNC.html>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevista em. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 13, n. 2, ago, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, set-dez, p. 647-654, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 03 set 2012.

NASCIMENTO. A. **Isto é regulação?** Ao persistir os sintomas o médico deverá ser consultado. São Paulo: SOBRAVIME. 2005.

NASCIMENTO, V.L. Cinema e ensino de História: em busca de um final feliz. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 16, ago/nov, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3695>>. Acesso em 12 out. 2014.

NOGUEIRA, P. A ciência das mulheres. **UNESPCiência**, São Paulo, mar/ 2011. Disponível em: <[http://www.unesp.br/aci\\_ses/revista\\_unesp-ciencia/acervo/17/a-ciencia-das-mulheres](http://www.unesp.br/aci_ses/revista_unesp-ciencia/acervo/17/a-ciencia-das-mulheres)>. Acesso em: 12 mar 2013.

NOGUEIRA, L. **Manuais de Cinema II: Gêneros Cinematográficos**. Covilhã: Livros Labcom/UBI, 2010. Disponível em: <[http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/nogueira-manual\\_II\\_generos\\_cinematograficos.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/nogueira-manual_II_generos_cinematograficos.pdf)>. Acesso: 11 out 2014.

O INVENTOR DA MOCIDADE (**Estados Unidos, 1952**). **Filme**. Duração: 97 minutos, FOX 2000 Pictures.

O MENINO DA PORTEIRA (**Brasil, 2009**). **Filme**. Duração: 154 minutos, Columbia Films.

O PROFESSOR ALOPRADO (**Estados Unidos, 1963**). **Filme**. Duração: 107 minutos, Paramount Pictures.

O PROFESSOR ALOPRADO (**Estados Unidos, 1996**). **Filme**. Duração: 95 minutos, Universal Studios.

OLIVEIRA, B. G. Cinema e o imaginário científico. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v. 13 (suplemento), p. 133-50, out/2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13s0/08.pdf>>. Acesso em: 08 dez 2014.

OLIVEIRA, G.A. Uso de metodologias ativas em Educação Superior. In: CECY, C.; OLIVEIRA, G.A.; COSTA, E.M.M.B. (org.). **Metodologias Ativas: aplicações e vivências em Educação Farmacêutica**. Brasília: ABENFARBIO; 2010, p. 11-33.

OLIVEIRA, S.T. **Tópicos em deontologia e legislação para farmacêuticos**. Belo Horizonte: COOPMED. 2009. 100p.

OMC (1994). **Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS)** (1994). Disponível em: [http://www.wto.int/english/tratop\\_e/trips\\_e/trips\\_e.htm](http://www.wto.int/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm). Acesso em: 02 dez 2012.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 14 jun 2015.

PIMENTA, T.S.; COSTA, E.A. O exercício farmacêutico na Bahia a segunda metade do século XIX. v.15, n.4, p.1013-1023, out/dez, 2008. **História, ciência e saúde Manguinhos**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 abr 2014.

PIASSI, L.P.; PIETROCOLA, M. Ficção científica e ensino de ciências: para além do método de 'encontrar erros em filmes'. **Educação e Pesquisa**, v.35, n.3, p. 25-540, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/08.pdf>>. Acesso em: 03 set 2011.

PROPP, V. A ridicularização das profissões. In: **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992, p.79-83.

RAMALHO, M.I. Difference and Hierarchy Revisited by Feminism. **Anglo Saxonica**, Ser. v. III, n. 6. p. 23-45, 2013. Disponível em: <<http://www.ulices.org/images/site/pdfs/ASaxoIII-N6a.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2014.

REIA-BAPTISTA, V. **Pedagogia da Comunicação, Cinema e Ensino: Dimensões Pedagógicas do Cinema**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. Universidade do Algarve. 1995. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/reia-baptista-pedagogia-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

- REIS Jr, A. Filmes nas aulas de História. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 9, v.1, mai/ago, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36303>>. Acesso em: 10 out 2014.
- RÍOS, F. A formação generalista como fator de qualidade profissional. In: CECY, C.; OLIVEIRA, G.A.; COSTA, E.M.M.B (Org.). **Melhoria da qualidade em educação farmacêutica**. Brasília: ABENFARBIO, 2011.
- ROCHA, C.T.C. **GÊNERO EM AÇÃO: Rompendo o Teto de Vidro?** (Novos Contextos da Tecnociência). 2006. 258f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88843/235898.pdf?sequence=1>>. Acesso em 13 mai 2014.
- RODRÍGUEZ, M.C.A; MORA, F.A. Técnicas docentes novedosas em um curso de legislación y ética farmacêutica. **Revista Actualidades investigativas em educación**, v.12, n.1, jan/abr, p. 1-25, 2012. Acesso em: <[http://revista.inie.ucr.ac.cr/uploads/tx\\_magazine/tecnicas-docentes-novedosas-curso-legislacion-deontologia-farmaceutica-acuna-arias.pdf](http://revista.inie.ucr.ac.cr/uploads/tx_magazine/tecnicas-docentes-novedosas-curso-legislacion-deontologia-farmaceutica-acuna-arias.pdf)>. Acesso em: 16 nov 2013.
- SÁ, L.P.; QUEIROZ, S.L. **Estudo de casos no ensino de química**. Campinas, SP: Editora Átomo. 2009: p. 95.
- SANDRINE, P. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, jun/2005.
- SANTOS, S. P. S. **A ciência e o cientista através da janela mágica**: Estudo de caso com o filme “Sonhos Tropicais”. 2007. 215f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.
- SARDENBERG, C.M.B. Da crítica feminista à uma Ciência feminista. In: COSTA, A.A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (org). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 89-120.
- SATURNINO, L.T.M.; PERINI, E.; LUZ,Z.P.; MODENA, C.M. Farmacêutico: um profissional em busca de sua identidade. **Revista Brasileira de Farmácia**, n. 93, v.1, p.10-16, 2012. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/bitstream/handle/icict/7860/Farmac%C3%AAutico.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 mai 2015.
- SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker Bauru: São Paulo: EDUSC, 2001, 384p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul/dez, 1995.
- SEM SENTIDO (**Estados Unidos, 1998**). **Filme**. Duração: 96 minutos, Paris Films.
- SILVA, R.A.; CRUZ, J.O. Estereótipos na ficção cinematográfica: A representação da cientista no filme Contato. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=34420>>. Acesso em: 23 set 2012.

SILVA, R.H.A.; MIGUEL, S.S.; TEIXEIRA, L.S. Problematização como método ativo de ensino-aprendizagem: estudantes de farmácia em cenários de prática. **Trabalho, Educação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.77-93, mar/jun, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462011000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462011000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 jun 2014.

SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed. 2002.

SIQUEIRA-BATISTA R, GOMES AP, RÔÇAS G, LEITE SQM, SIQUEIRA-BATISTA R. O cinema na formação bioética de professores de Ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO AMBIENTE, 15 a 17 de maio de 2007. **Anais eletrônicos**. Niterói. Disponível em: <[http://www.unipli.com.br/mestrado/img/conteudo/ANAIS-ENEC\\_VERSÃO\\_FINAL\(3\).pdf](http://www.unipli.com.br/mestrado/img/conteudo/ANAIS-ENEC_VERSÃO_FINAL(3).pdf)>. Acesso em: 12 set 2008.

SIQUEIRA, D.C.O. **Comunicação e Ciência**: estudos de representações e outros pensamentos sobre a mídia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

SNYDERS, G. **La alegría en la escuela**. Barcelona: Ed. Paidotribo. 1994. 326p.

\_\_\_\_\_. **Feliz na Universidade: estudo a partir de algumas biografias**. São Paulo: Paz e Terra. 1995. 189p.

\_\_\_\_\_. **Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. São Paulo: Paz e Terra. 1996. 2 ed. 204p.

SOUZA, A.M.F.L. Ensino de Ciências: onde está o gênero? **R. Faced**, Salvador, n.13, p.149-160, jan/jun, 2008.

SOUZA, A.M.; BARROS, S.B.M. O ensino em farmácia. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1 (40), p. 29-38, jan/abr, 2003. Disponível em: <[http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/40-dossie-Souzaam\\_etal.pdf](http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/40-dossie-Souzaam_etal.pdf)>. Acesso em: 18 out 2013.

SOUZA, F.C. **Ética e Deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Ed UFSC, 2002.

SPADA, C, *et al.* Farmácia. In: HADDAD, A.E. et al. **A trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p.169-200. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/439>>. Acesso em: 27 jan 2015.

TAPAJÓS, R. A comunicação de notícias ruins e a pragmática da comunicação humana: o uso do cinema em atividades de ensino/aprendizagem na educação médica. **Interface Botucatu**, v.11, n. 21, p.165-172, jan/abr, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100017&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 set 2008.

TAVARES, L.C. Discurso de posse da Academia Nacional de Farmácia em 05 de abril de 2013. Seção de Ciências Físicas e Químicas. **Cadeira 35**. Disponível em: <<http://www.academiafarmacia.org.br/LeobertoCostaTavares.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2015.

TEGA, D. **Mulheres em foco**: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica-UNESP, 2010.

THE MEDICINE MAN (**Estados Unidos, 1930**). Filme. Duração: 65 minutos, Tyffani Productions inc.

TURNEY, J. Resposta popular à ciência e a tecnologia: ficção e o fator Frankenstein. In: (Orgs.) MASSARANI, L.; TURNEY, J.; CASTRO, I. **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent Editora, 2005. 256p.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papyrus, 1994.

VEJA (2013). Cinema brasileiro bate recorde de bilheteria em 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/cinema-brasileiro-bate-recorde-de-bilheteria-em-2013>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

VIANA, S.S. **O uso do cinema como ferramenta pedagógica para o ensino de ciências na modalidade educação de jovens e adultos**. 2009. 84f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ifrj.edu.br/webfm\\_send/3044](http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/3044)>. Acesso em: 7 jun 2015.

VIEIRA, T.V.A. e LEAL, M.C. Césio-137, cinema e educação científica. In: **Anais XIV Encontro Nacional de Ensino de Química (XIV ENEQ) 2008**. Disponível em: <[http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=eneq&cod=\\_cesio-137cinemaeducacaocientificatacianavaleriad](http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=eneq&cod=_cesio-137cinemaeducacaocientificatacianavaleriad)>. Acesso em: 08 dez 2014.

WOLFF, V. Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Círculo do Livro 1928, p.50.

ZANETIC, J. Física e Arte: uma ponte entre duas culturas. In: VIANNA, D.M.; PEDUZZI, L.O.Q.; BORGES, O.N.; NARDI, R. (Orgs.). **Atas do VIII Encontro de Pesquisa em Ensino de Física**. São Paulo: SBF, 2002. Disponível em: <[http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/epef/viii/PDFs/COCD1\\_1.pdf](http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/epef/viii/PDFs/COCD1_1.pdf)>. Acesso em 15 ago 2013.

ZUBIOLI, A. **Profissão: farmacêutico**. E agora? Curitiba-PR: Editora Lovise Ltda. 1992. 165p.

\_\_\_\_\_. **Ética Farmacêutica**. São Paulo: SOBRAVIME. 2004. 396p.

## ANEXOS

## ANEXO I: Certificado de participação no III Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia

**III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA**

— De 29 a 31 de Outubro de 1988 —

**C E R T I F I C A D O**

Certificamos que LEDA GLICÉRIO MENDONÇA

Participou do III Seminário Nacional sobre Currículo de Farmácia  
COMO MEMBRO EFETIVO

Realizado pelo Departamento de Farmácia e Diretório Acadêmico do Curso de Ciências Farmacêuticas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Campinas, 31 de Outubro de 1988

*Joselaine Sartori Veiras*  
Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia  
(D.A. U.F.R.G.S.)

*Alia Brucola*  
Coordenador do Curso de Ciências Farmacêuticas

*[Assinatura]*  
Diretório Acadêmico de Ciências Farmacêuticas  
da PUCAMP

**ANEXO II – Menção honrosa da apresentação do artigo “A alegria na escola e no ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica” no IV Simpósio em Ensino de Ciências e Meio Ambiente do Rio de Janeiro**



**IV SIMPÓSIO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E  
MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO**

Volta Redonda, RJ 11 e 12 de maio de 2015



Certificamos que

os autores **Lêda Glicério Mendonça, Lúcia Rodriguez de La Rocque, Francisco Romão Ferreira**, receberam **Menção Honrosa** na sessão Educação em saúde para a Ensino de Ciências, com o trabalho intitulado: **“A ALEGRIA NA ESCOLA E NO ENSINO DE DEONTOLOGIA FARMACÊUTICA”**.

**Rosane Moreira Silva de Meirelles**  
Coordenadora de Ensino do Programa de  
Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde  
e do Meio Ambiente

**Otávio Barreiros Mithidieri**  
Pró-Reitor de Extensão

**Claudia Yamada Utagawa**  
Reitora - UniFOA

## ANEXO III – Ficha de inscrição 10º Prêmio Construindo a igualdade de gênero

02/11/2014

Igualdade de Gêneros

**10º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero**

Sua inscrição foi recebida com sucesso! Você receberá um email de confirmação com os dados de sua inscrição.

**Categoria: \***

Mestres e Estudantes de Doutorado

**Nome: \***

Leda Glicério Mendonça

**Sexo: \***

Feminino

**Raça/Cor: \***

Parda

**Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa) \***

20/08/1968

**CPF: \***

96402512753

**RG: \***

089497895

**Endereço: \***

Rua Carlos Wenceslau, 343, Realengo

**Cidade: \***

Rio de Janeiro

**UF: \***

RJ

**CEP: \***

21715000

**DDD-Telefone: \***

021 - 34634497

**Email: \***

leda.mendonca@ifrj.edu.br

**Instituicao:**

Fundação Oswaldo Cruz

**Endereço da Instituição: \***

Av. Brasil, 4365

**Categoria Instituição: \*****Cidade: \***

RIO DE JANEIRO

**UF: \***

RJ

**CEP: \***

21045900

**DDD-Telefone: \***

21 - 25909790

**Email Institucional: \***

NAO INFORMADO

**Orientador(a):**

Lúcia de La Rocque

**DDD-Telefone:**

21 987797622

**CPF:**

00000000000

**Email do Orientador(a):**

luoque@ioc.fiocruz.br

**Título do Artigo: \***

A MULHER COMO COADJUVANTE DO ?FAZER CIÊNCIA? EM FILMES DE COMÉDIA UTILIZADOS NO ENSINO FARMACÉUTICO

**Data da Inscrição:**

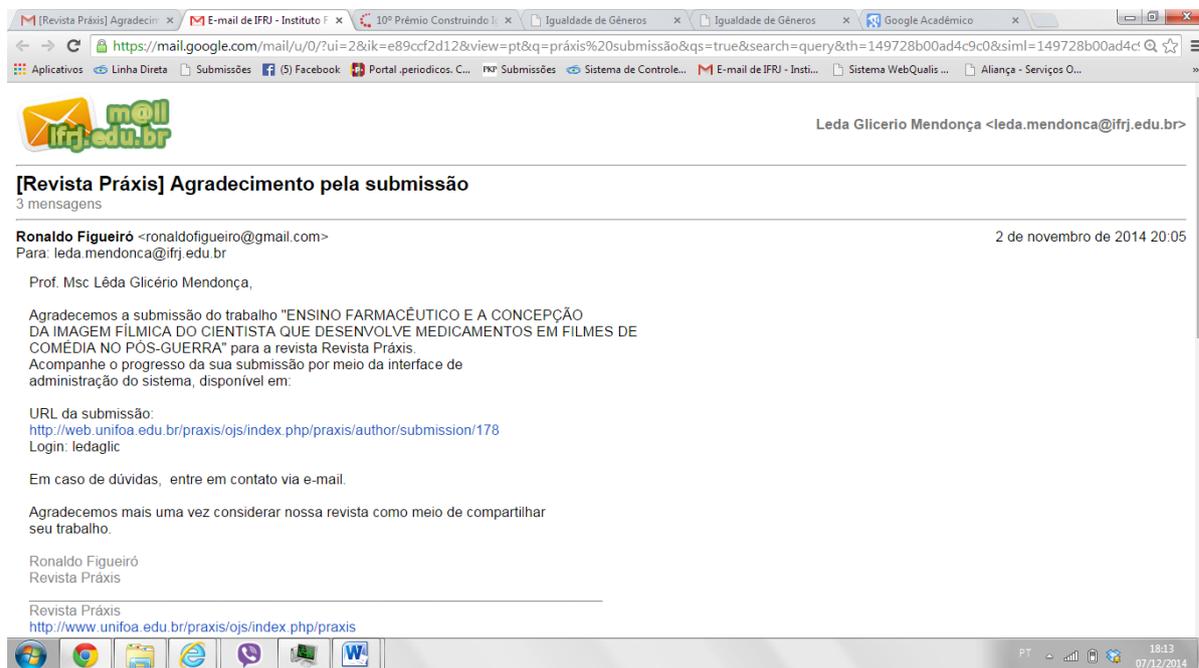
02/11/2014 14:43:25

Para imprimir esta ficha de inscrição, clique [aqui](#).

## ANEXO IV – Sumário da publicação do capítulo de Livro – Consumo, arte e comunicação volume 3 – Comédia no ensino de farmácia e as relações de gênero no filme Junior

Copyright © da Editora CRV Ltda.		SUMÁRIO	
Editor-chefe: Ralison Moura			
Diagramação e Capas: Editores CRV			
Revisão: Ana Sílvia Gesteira			
Arte de capa: Guga Monteiro			
Ilustração: Guga Monteiro			
Conselho Editorial:			
Prof. Dr. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR)	Prof. Dr. Jobo Adalberto Campato Junior (FAP - SP)	O SABOR DA TERCEIRA COLETÂNEA:	
Prof. Dr. Antônio Pereira Gato Junior (UFRRJ)	Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRRJ)	consumo, comunicação e arte..... 9	
Prof. Dr. Carlos Alberto Vilar Estêvão	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URJ)	<i>Francisco Romão Ferreira</i>	
(Universidade do Minho, UMINHO, Portugal)	Prof. Dr. Lourdes Helena da Silva (UFV)	<i>Francisco Ferreira Freitas</i>	
Prof. Dr. Carlos Frederico Dominguez Avila (INIEURO - DF)	Prof. Dr. Jesania Portela (UFPI)	<i>Shirley Donizete Prado</i>	
Prof. Dr. Carlos Tereza Velanga (UNIR)	Prof. Dr. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNICAMP)	<i>Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho</i>	
Prof. Dr. Cesar Gerônimo Tello	Prof. Dr. Maria Lúcia Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	<b>PARTE I – ARTE, CIÊNCIA E CULTURA..... 11</b>	
(Universidad Nacional de Trés de Febrero - Argentina)	Prof. Dr. Paulo Romaldo Hernandez (UNIFAL - MG)	<b>CIÊNCIA, ARTE E CULTURA NA SAÚDE:</b>	
Prof. Dr. Eliose Maria Nogueira Digenes (UFAL)	Prof. Dr. Rodrigo Prates Santos (UFES)	um campo em construção..... 13	
Prof. Dr. Elbio José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS)	Prof. Dr. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	<i>Anunciata Cristina Marins Braz Sawada</i>	
Prof. Dr. Glória Fariñas León (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (FERO)	<i>Francisco Romão Ferreira</i>	
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof. Dr. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	<i>Tania Cremonini de Araújo-Jorge</i>	
Prof. Dr. Guillermo Arias Beato (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. Dr. Sydney Santos (UEPG PR)	<b>MAUS HÁBITOS À MESA:</b>	
	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	a antropologia no cinema..... 29	
	Prof. Dr. Tania Sueli Azevedo Brasileiro (UFOPA)	<i>Francisco Romão Ferreira</i>	
		<i>Larissa Escarzo Bento Woltz</i>	
		<i>Shirley Donizete Prado</i>	
		<i>Paula Moraes Sarmento Santiago Freitas</i>	
		<b>DECIFRA-ME OU TE DEVORO:</b>	
		representações da alimentação a partir do filme <i>Estômago</i> ..... 53	
		<i>Juliana da Silveira Campos</i>	
		<i>Francisco Romão Ferreira</i>	
		<i>Shirley Donizete Prado</i>	
		<i>Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho</i>	
		<b>COMÉDIA NO ENSINO DE FARMÁCIA E AS RELAÇÕES</b>	
		<b>DE GÊNERO NO FILME JÚNIOR..... 69</b>	
		<i>Lúcia Gilcristo Mendonça</i>	
		<i>Francisco Romão Ferreira</i>	
		<i>Lúcia Rodriguez de La Rocque</i>	
		<b>O CORPO EM NIETZSCHE:</b>	
		aproximações com a arte contemporânea..... 81	
		<i>Carolina Carvalho Dutra da Silva</i>	
		<i>Christiano Marques Seixas</i>	
CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE			
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ			
C765			
v. 3			
Consumo, comunicação e arte / organização Francisco Romão Ferreira... [et. al.]. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2015.			
298 p.			
ISBN 978-444-0385-3			
1. Artes. 2. Comunicação. 3. Cultura. I. Ferreira, Francisco Romão.			
15-21149	CDU: 701		
	CDU: 7.01		
2003/2015	25/03/2015		
2015			
Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004			
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV			
Todos os direitos desta edição reservados pela:			
Editora CRV			
Tel.: (41) 3039-6418			
www.editoracrv.com.br			
E-mail: sac@editoracrv.com.br			

## ANEXO V: E-mail de confirmação de submissão de trabalho à revista Práxis UNIFOA – QUALIS B1.



https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=e89ccf2d12&view=pt&q=práxis%20submissão&qqs=true&search=query&th=149728b00ad4c9c0&siml=149728b00ad4c9c0

Aplicativos Linha Direta Submissões Facebook Portal .periodicos. C... IFP Submissões Sistema de Controle... E-mail de IFRJ - Insti... Sistema WebQualis ... Aliança - Serviços O...

 Leda Glicerio Mendonça <leda.mendonca@ifrj.edu.br>

**[Revista Práxis] Agradecimento pela submissão**  
3 mensagens

**Ronaldo Figueiró** <ronaldofigueiro@gmail.com> 2 de novembro de 2014 20:05  
Para: leda.mendonca@ifrj.edu.br

Prof. Msc Lêda Glicério Mendonça,

Agradecemos a submissão do trabalho "ENSINO FARMACÊUTICO E A CONCEPÇÃO DA IMAGEM FILMICA DO CIENTISTA QUE DESENVOLVE MEDICAMENTOS EM FILMES DE COMÉDIA NO PÓS-GUERRA" para a revista Revista Práxis. Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão:  
<http://web.unifoa.edu.br/praxis/ojs/index.php/praxis/author/submission/178>  
Login: ledaglic

Em caso de dúvidas, entre em contato via e-mail.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Ronaldo Figueiró  
Revista Práxis

Revista Práxis  
<http://www.unifoa.edu.br/praxis/ojs/index.php/praxis>

18:13 07/12/2014

## ANEXO VI: Publicação do trabalho “Uso do cinema de comédia para o ensino de Deontologia e Ética Farmacêutica: um olhar discente” na revista Interfaces da Educação – QUALIS B1

The screenshot shows a web browser window with the following content:

WhatsApp Web x Mais um artigo publicado: x Mendonça x

periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/4516

Apps ★ Bookmarks M Entrada (68) - leda... WhatsApp Web Google Acadêmico Consultas - Tribunal... PKP Submissões Cartões RioCard Google Livros Revista Ciências & L... >> Outros favoritos

INTERFACES DA EDUCAÇÃO, v. 6, n. 16 (6)

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS ##UEMS## ##NORMAS## ##MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UEMS## ##NOVA CHAMADA DE SUBMISSÃO 2015##

Capa > v. 6, n. 16 (6) > Mendonça

Tamanho da fonte: A A A

### O USO DE CINEMA DE COMÉDIA PARA O ENSINO DE DEONTOLOGIA FARMACÊUTICA: olhares discentes

Lêda Glicério Mendonça, Lúcia de La Rocque, Francisco Romão Ferreira

#### Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar as percepções dos alunos quanto à potencialidade do uso de cinema de comédia como subsídio para a construção de estudos de caso, modalidade de metodologia ativa, aplicados à disciplina de Deontologia Farmacêutica. Os dados coletados após análise, categorização e reagrupamento indicaram que a maior parte dos alunos declarou que a prática pedagógica proposta conseguiu coordenar a teoria com a prática; promoveu o senso crítico e a reflexão sobre a prática profissional, que facilitou o aprendizado e que aproximou o alunado de um assunto em princípio considerado árduo. Essas questões ganham apoio na significação do cômico descrita por Bergson e na Pedagogia da Alegria de Snyders. Dessa forma o uso sistematizado da sétima arte pode auxiliar na formação humanística, crítica e reflexiva tão almejada para os profissionais da saúde e preconizadas pelas Diretrizes Nacionais do curso de Farmácia.

**Palavras-chave:** Ensino farmacêutico, metodologias ativas, ciência e arte, cinema de comédia.

Texto Completo: PDF

#### Apontamentos

Não há apontamentos.

INDEXADORES: [SUMARIOS.ORG](#) [LATINDEX](#) [SEER/IBICT](#) [E-REVISTAS](#) [DIADORIM](#)

INTER v. 6, n. 16 (6): Ciências, Tecnologias e Educação: suas práticas e inter-relações

SUMÁRIO

Ferramenta de Leitura

O USO DE CINEMA D...

Mendonça, de La Rocque, Ferreira

Política de Avaliação

Como citar este documento

Versão de Impressão

PESQUISAR NESTA REVISTA

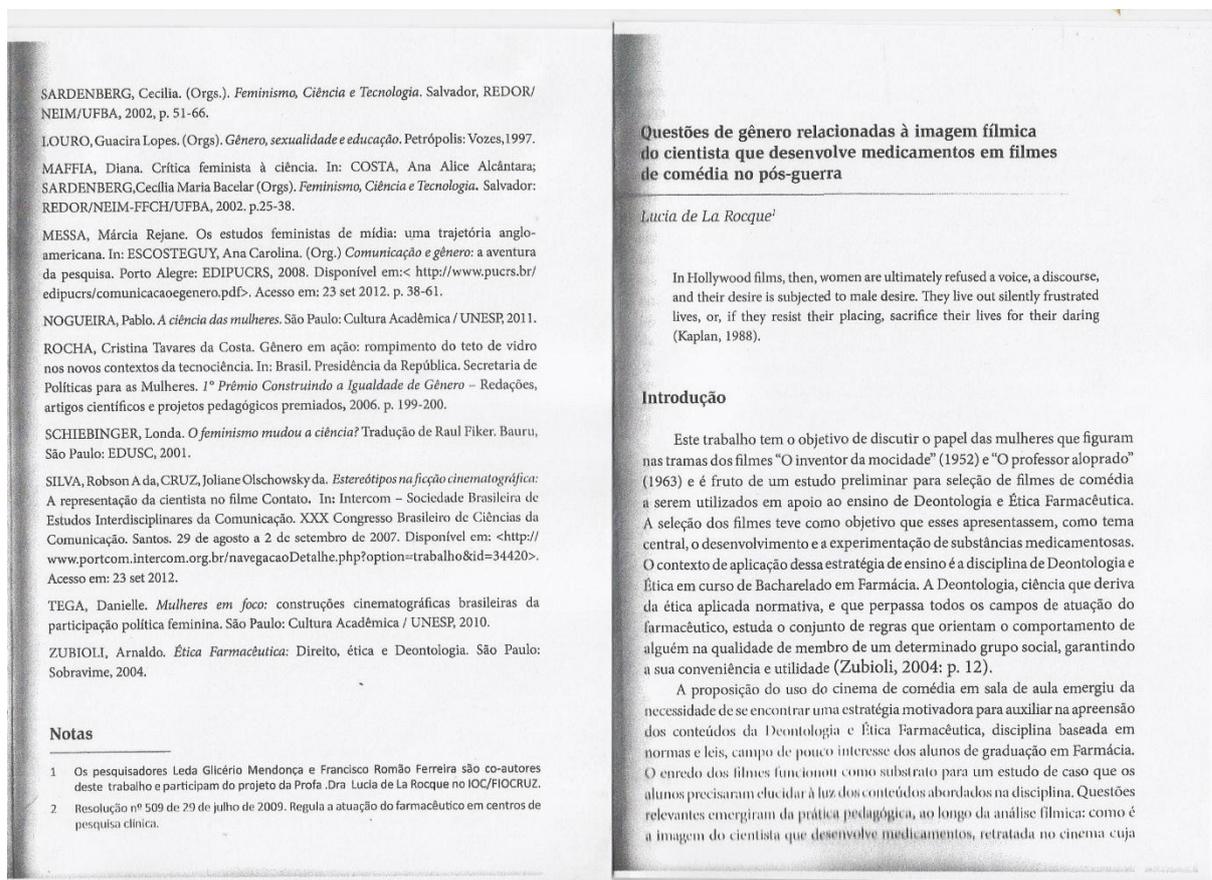
Todos

Pesquisar

FECHAR

PT 14:42 11/06/2015

## ANEXO VII – Primeira e última folha do capítulo publicado no Livro: A voz e o olhar do outro, volume V - pela EDUERJ. ISBN 978-85-7785-247-5.



## ANEXO VIII: Instrumento de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC)

Aluno	expressão-chave	Conteúdo teórico X aplicação prática	Ideias centrais		
			Trazer à reflexão/senso crítico	Potencial aproximador	potencial facilitador
aluno 2013/1/1	Porque acho uma forma mais dinâmica de aprender as resoluções de que se fosse em forma teórica	Porque acho uma forma mais dinâmica de aprender as resoluções de que se fosse em forma teórica			
aluno 2013/1/2	Porque através do filme vi situações em que seria necessário ter conhecimento de deontologia para fazer o certo / Isto é, pude ver na "prática" o que aprendi na teoria, ficando assim mais crítica.	Porque através do filme vi situações em que seria necessário ter conhecimento de deontologia para fazer o certo	Isto é, pude ver na "prática" o que aprendi na teoria, ficando assim mais crítica.		
aluno 2013/1/3	<b>Não comentou</b>				
aluno 2013/1/4	Nos dá a oportunidade de construirmos uma ideia própria e mais livre		Nos dá a oportunidade de construirmos uma ideia própria e mais livre		
aluno 2013/1/5	Foi um método válido de avaliação, uma vez que muitas pessoas sentem-se desinteressadas em estudar leis.				
aluno 2013/1/6	Porque com o filme pude mudar o modo de ver o cotidiano, uma vez que, isso ocorre em algumas áreas.				
aluno 2013/1/7	<b>Porque tornou o aprendizado mais divertido e interativo</b>				
aluno 2013/1/8	Porque facilitou o processo de absorção de conhecimento e aumentou o interesse pelo assunto			aumentou o interesse pelo assunto	Porque facilitou o processo de absorção de conhecimento
Aluno 2013/1/9	A ideia de usar o filme nos fez ficar mais interessados, aprendendo melhor do que se fosse em uma prova.			A ideia de usar o filme nos fez ficar mais interessados	aprendendo melhor do que se fosse em uma prova.
Aluno 2013/1/10	Pois mostra o conteúdo mostrado em sala de aula de maneira diferente, e na prática do que é o certo e o errado	e na prática do que é o certo e o errado			
Aluno 2013/1/11	Porque nos mostra de forma prática o conteúdo dado em sala de aula, e como este pode ser aplicado em diferentes tipos de situações	Porque nos mostra de forma prática o conteúdo dado em sala de aula, e como este pode ser aplicado em diferentes tipos de situações			
Aluno 2013/1/12	Porque usa uma abordagem lúdica para conseguirmos associar com as leis abordadas da disciplina facilitando o entendimento				conseguimos associar com as leis abordadas da disciplina facilitando o entendimento
Aluno 2013/1/13	Possibilitou aplicar o que foi aprendido em sala de aula nas atividades do dia-a-dia com ver o filme	Possibilitou aplicar o que foi aprendido em sala de aula nas atividades do dia-a-dia com ver o filme			
Aluno 2013/1/14	Porque desenvolve melhor o conhecimento, nos permitindo buscar erros e acertos do uso das leis				Porque desenvolve melhor o conhecimento
Aluno 2013/1/15	Abordou de uma forma descontraída de empregarmos as normas abordadas na disciplina			Abordou de uma forma descontraída de empregarmos as normas abordadas na disciplina	
Aluno 2013/1/16	<b>Menos preocupação e nervosismo do que eu tenho numa prova</b>				
Aluno 2013/1/17	Porque a análise do filme de comédia relacionada com a disciplina, permitiu amplo conhecimento das leis, infrações em relação ao que acontece no dia-a-dia	Porque a análise do filme de comédia relacionada com a disciplina, permitiu amplo conhecimento das leis, infrações em relação ao que acontece no dia-a-dia			
Aluno 2013/1/18	Porque é mais divertido e descontraído, embora tenhamos a mesma responsabilidade			Porque é mais divertido e descontraído, embora tenhamos a mesma responsabilidade	
Aluno 2013/1/19	Por ser uma forma diferenciada e facilita o aprendizado da matéria e fixação das leis				
Aluno 2013/1/20	Pois é uma maneira diferente de avaliar o desempenho do aluno				
Aluno 2013/1/21	Porque desta maneira eu pude observar na "prática" as leis sendo aplicadas em algumas situações	Porque desta maneira eu pude observar na "prática" as leis sendo aplicadas em algumas situações			
Aluno 2013/1/22	A avaliação é feita sem pressão e com calma, facilitando a absorção do conteúdo.				facilitando a absorção do conteúdo.
Aluno 2013/1/23	Uma prova convencional nem sempre é um bom método de avaliação, já que há casos em que algo, o psicológico, por exemplo, pode afetar o desempenho. Além disso, aplicar a teoria em vez de só estudar, dá um melhor resultado.	Além disso, aplicar a teoria em vez de só estudar, dá um melhor resultado.			
Aluno 2013/1/24	O filme possibilitou uma maneira interatividade com a disciplina, a partir do momento em que o analisamos com base nas normas e nas leis e resoluções.			O filme possibilitou uma maneira interatividade com a disciplina	
Aluno 2013/1/25	<b>não comentou</b>				
Aluno 2013/1/26	<b>não comentou</b>				
Aluno 2013/1/27	Permitiu abordar os assuntos tratados em sala de maneira mais prática, impulsionando a visão crítica para com o filme	Permitiu abordar os assuntos tratados em sala de maneira mais prática	impulsionando a visão crítica para com o filme		
Aluno 2013/1/28	<b>não comentou</b>				
Aluno 2013/1/29	<b>não comentou</b>				
Aluno 2012/2/1	Dessa forma foi uma avaliação dinâmica que abrangeu muito conteúdo e não foi massante			Dessa forma foi uma avaliação dinâmica	
Aluno 2012/1/1	Pois o uso de filmes facilita a interpretação do problema abordado e possibilita a aplicação do conteúdo abordado na disciplina de uma forma agradável e mais justa do que uma avaliação tradicional, visto que faz o aluno usar seus conhecimentos do conteúdo concomitantemente com sua capacidade de interpretação, se assemelhando mais ao dia-a-dia do que uma prova.			possibilita a aplicação do conteúdo abordado na disciplina de uma forma agradável e mais justa do que	Pois o uso de filmes facilita a interpretação do problema abordado
Aluno 2012/1/2	<b>não comentou</b>				
Aluno 2012/1/3	Porque estimulou maiores níveis de interesse com os assuntos abordados em sala, até de realçá-los, devido ao envolvimento gerado pela estória.			Porque estimulou maiores níveis de interesse com os assuntos abordados em sala,	até de realçá-los, devido ao envolvimento gerado pela estória.
Aluno 2012/1/4	Porque me senti estimulada a desenvolver uma visão crítico-reflexiva, o que fomentou em mim o interesse pelas questões advindas desse processo. Senti necessidade em busca de aprofundar meus conhecimentos e isto me fez prestar atenção na construção deste conhecimento nas questões rotineiras. A oportunidade de discutir as questões, com os colegas de curso, me proporcionou a visão de novas perspectivas que podem ser observadas segundo outras visões de mundo. Sinto que o somatório destas experiências foi enriquecedor!	Permitiu abordar os assuntos tratados em sala de maneira mais prática	Porque me senti estimulada a desenvolver uma visão crítico-reflexiva	que fomentou em mim o interesse pelas questões advindas desse processo. Senti necessidade em busca de aprofundar meus conhecimentos e isto me fez prestar atenção na construção deste conhecimento nas questões rotineiras. Sinto que o somatório destas experiências foi enriquecedor!	
Aluno 2012/1/5	<b>não comentou</b>				
Aluno 2012/1/6	É uma forma de estudo bem mais interessante e relaxante. Esse tipo de avaliação torna o aluno mais confiante do seu saber. Podemos expor tudo que aprendemos de uma forma calma e descontraída, sem estresse e sem esquecimentos na hora da avaliação.			Esse tipo de avaliação torna o aluno mais confiante do seu saber. Podemos expor tudo que aprendemos de uma forma calma e descontraída, sem estresse e sem esquecimentos na hora da avaliação.	É uma forma de estudo bem mais interessante e relaxante
Aluno 2012/1/7	Tornou o aprendizado mais dinâmico e interessante			Tornou o aprendizado mais dinâmico e interessante	

## ANEXO IX: Respostas da pergunta “Aponte e comente pelo menos uma passagem no filme, que em sua opinião seja apenas imoral”

Filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	Segundo Durkheim, a moral é a “ciência dos costumes”, sendo algo anterior à própria sociedade. Ainda, de acordo com Augusto Comte, “a moral consiste em fazer prevalecer os instintos simpáticos sobre os impulsos egoístas”. Em nossa opinião, seria imoral o fato da substância ter sido manipulada por um macaco, e explorada para posteriormente ser comercializada por humanos mesmo após esse conhecimento. Essa passagem pode ser visualizada no final do filme, e relata o “impulso egoísta” do Sr. Oxyly em preocupar-se somente com as vendas de um produto, sem importar-se com os efeitos causados ou até mesmo como ele foi criado.	O projeto da droga de rejuvenescimento é acompanhado de perto por Oliver Oxyly, o chefe de Barnaby, que prevê grandes chances de descoberta e, com isso, a possibilidade de lucros imensos. Demonstrando que o interesse pelo lucro era maior do que pelo processo e pela segurança dos testes, garantindo que os participantes não corressem riscos ou incômodos inerentes à pesquisa, Oliver aproveita o momento em que o pesquisador está sob efeito do experimento e tenta manipular Barnaby, para descobrir o ingrediente que estava faltando na fórmula, a fim de garantir o sucesso da descoberta e obter vantagens pessoais e financeiras, desconsiderando o estado de Barnaby.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	105min e 27seg – Os pais do professor Kelp aparecem em sua sala durante sua aula para anunciar a venda da fórmula inventada pelo filho. Essa atitude é imoral para com o filho, pois os pais estavam comercializando uma droga que o professor Kelp inventou sem que este soubesse ou recebesse algo com a venda e com os usuários da droga que estão adquirindo um produto que não foi registrado nem analisado pelo órgão de vigilância sanitária.
Júnior	Na audiência, a fala inflamada do médico Harry Arbogast salientou seu desejo de “testar” o medicamento em mulheres carentes, angustiadas” e, por isso, foi chamado à atenção. A atitude do Dr. Arbogast, na visão do grupo, foi considerada imoral. De acordo com Augusto Comte, “a moral consiste em fazer prevalecer os instintos simpáticos sobre os impulsos egoístas”. Seguindo o pensamento de Comte, o Dr. Arbogast está se valendo de uma condição humana de fragilidade para promover o medicamento cujo desenvolvimento está sendo por ele financiado. Isso implica em uma atitude egoísta se sobrepondo ao instinto de humanidade. Como apreendido em sala de aula, um profissional jamais deve ignorar as circunstâncias sociais que o cercam.	Ao roubar os óvulos congelados, Dr. Larry foi imoral, uma vez que não agiu de acordo com regras de conduta. Utilizou-se ainda de um componente para sua pesquisa ilegal que comprometeu outra pessoa (a pesquisadora), e ainda mentiu ao seu sócio sobre a origem dos óvulos.	Baseado nos aspectos da deontologia e da legislação farmacêutica é considerado um ato imoral o prosseguimento com os ensaios pré-clínicos da droga em seres humanos sem a autorização da agência reguladora (FDA). <b>Resolução CNS 251/1997</b>
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Uma passagem imoral visto no filme se encontra nos 26 minutos e 18 segundos aonde o professor está em um bar com a professora, o humorista começa a desrespeitar o professor zombando de seu excesso de peso e de outras pessoas que estão na plateia, sendo esta parte considerada imoral, pois não há profissionalismo por parte do humorista, e zombar dos outros para parecer engraçado é o cúmulo do absurdo.
Sem sentido	Foi visto também durante o filme uma cena que demonstra imoralidade, ela se encontra aos 16 minutos e 20 segundos de vídeo, onde o personagem, que assistia a uma palestra de uma droga inovadora (classificada como psicotrópico), dorme visivelmente e, mesmo sem ter escutado o que a palestrante dizia, aceita ser cobaia.	Filme não testado nessa turma	Foi visto na cena: 16 minutos e 20 segundos onde o protagonista assistia uma palestra de uma droga inovadora (classificada como psicotrópico) e este dorme durante a explicação e aviso sobre os possíveis efeitos colaterais, e mesmo sem ter ouvido aceita participar dos experimentos como cobaia

## ANEXO X - Respostas da pergunta “Você considera que as atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista retratado no filme seriam de competência do Farmacêutico?”

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	No que diz respeito às competências farmacêuticas, de acordo com a Resolução Nº 549 de 25 de Agosto de 2011 o profissional farmacêutico dispõe de exercício na Gestão de Produtos para a Saúde. No que diz respeito a produtos para a saúde, é determinado pela Lei Nº 5991 de 17 de Dezembro de 1973 os termos droga, medicamento, insumo farmacêutico e correlato. Sendo o produto idealizado no filme de encaixe no termo “droga”, visto que a substância apresentada no filme sugere aumento do bem-estar físico e mental e aparentemente altera processos bioquímicos no organismo. Logo, podemos dizer que as atividades técnico científicas desenvolvidas pelo cientista é de competência do farmacêutico	De acordo com o Decreto 85.877/81, “o exercício da profissão de químico, em qualquer de suas modalidades, compreende: Ensaios e pesquisas em geral. Pesquisa e desenvolvimento de métodos e produtos; análise química e físico-química, químico-biológica, fitoquímica, bromatológica, químico-toxicológica, sanitária e legal, padronização e controle de qualidade”. O Decreto também afirma que compete aos profissionais de Química, embora não privativo ou exclusivo, exercer estas atividades quando referentes a “estabelecimentos industriais em que se fabriquem insumos com destinação farmacêutica para uso humano e veterinário”. Segundo o Decreto 85.878/81, “são atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos: desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopeicas quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada”. Portanto, a produção de insumos químicos para a indústria farmacêutica é atividade específica dos profissionais da Química, cabendo aos farmacêuticos a produção de medicamentos.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	As atividades técnico científicas desenvolvidas pelo cientista poderiam ser competências do farmacêutico, tais como o magistério superior das matérias privativas constantes do currículo próprio do curso de formação farmacêutica, obedecida a legislação do ensino como está disposto no “artigo 1º do decreto Decreto nº 85.878 de 07/04/198”; de acordo com o CRF-RJ, na sexta atribuição dada ao farmacêutico, “o profissional precisa assumir um compromisso com a aprendizagem constante ao longo da carreira. Ele deve atualizar seus conhecimentos constantemente e compartilhar suas experiências para contribuir para uma melhor assistência farmacêutica. Como pesquisador, o farmacêutico poderá fornecer informações inovadoras ao público e para outros profissionais, contribuindo com o avanço da saúde.”
Júnior	Dr. Hesse desenvolve atividades técnico científicas que, na visão do grupo, são de competência de um farmacêutico, embora o filme não tenha deixado isso claro. Podemos perceber isso através da observação de suas atribuições. Dr. Hesse realiza pesquisas clínicas com medicamentos, o que se aplica à Resolução Nº 509 de 29 de julho de 2009: “Artigo 1º - Regular as atividades do farmacêutico, com adequada formação, na pesquisa clínica, atuando em instituição de pesquisa clínica, organizações representativas de pesquisa clínica, indústria ou outras instituições que realizem pesquisa clínica envolvendo medicamentos e produtos para saúde.”	Como farmacêuticos, os profissionais estariam aptos a desenvolverem algumas funções exibidas no filme, como, trabalhar no banco de sêmen e também realizar pesquisas no laboratório da faculdade. Pois, de acordo com a “Resolução nº 520 de 19 de Dezembro de 2006, o farmacêutico está apto a trabalhar como responsável técnico nos laboratórios de Saúde Pública, e também nos privados, realizando entre outras atribuições a análise e serviços de saúde.	Em relação às atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista no filme essas estariam inseridas nas competências de um farmacêutico. Afinal, o filme demonstrou o ambiente de pesquisa para a descoberta de um novo fármaco, onde a equipe era bastante multidisciplinar liderada por um cientista com formação acadêmica compatível com a de um farmacêutico
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	As atividades técnico-científicas desenvolvidas pelo cientista no filme seriam de fato de competência farmacêutica porque retrata de uma linha de pesquisa para produção de medicamentos para emagrecer e de acordo com a resolução 509/2009 “é atribuição privativa a atuação do farmacêutico em pesquisa clínica envolvendo medicamentos e produtos para saúde” e isto, provavelmente, ocorre já que o farmacêutico é o único profissional que recebe uma gama de conhecimentos que o capacita na produção medicamentosa e outros produtos.
Sem sentido	Parte do filme se passa em um laboratório de pesquisa científica. Apesar do profissional de saúde que ali trabalhava não ser um farmacêutico, este poderia ocupar tal lugar e exercer as mesmas funções, visto que o farmacêutico pode atuar por lei na área de pesquisa científica, tanto com animais quanto com humanos. Como pode ser visto na Resolução Nº 509 De 29 de Julho de 2009, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico.	Filme não testado nessa turma	O farmacêutico poderia também desenvolver as atividades técnico científica exercidas pelo cientista retratado no filme; de acordo com a resolução número 509 de 29 de julho de 2009 que regula a atuação do farmacêutico em centro de pesquisa clínica, tanto em animais como em humanos; vale salientar o artigo 4º que cita a atribuição privativa do farmacêutico atuante em pesquisa clínica e o artigo 5º que complementa especificamente atuação deste na pesquisa clínica

## ANEXO XI - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) do Código de Ética do Profissional Farmacêutico”

Titulo do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	De acordo com o Artigo 11- VII, da Resolução nº 417 de 29 de Setembro de 2004, deve-se “respeitar a vida humana, jamais cooperando com atos que intencionalmente atentem contra ela ou que coloquem em risco sua integridade física ou psíquica”. Durante o filme, os cientistas só haviam realizado testes em animais, e sabiam que os testes em humanos poderiam atentar para a integridade física do voluntário que ingerisse a droga, o que de fato aconteceu com o cientista e sua mulher, que tiveram sua integridade psíquica comprometida por um determinado espaço de tempo, o que os levou a realizar atos impensáveis, causando riscos até mesmo à sua integridade física, como por exemplo, no acidente de carro causado pelo cientista Barnaby enquanto estava na direção com a secretária ao seu lado.	Uma situação onde é possível se fazer uma correlação com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica, é quando Barnaby afirma que lhe prometeram um bom emprego, se conseguisse fazer sua fórmula funcionar. Isso está em desacordo com a Resolução 417/04, que afirma que “em seu trabalho, o farmacêutico não pode se deixar explorar por terceiros, seja com objetivo de lucro, seja com finalidade política ou religiosa”.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Aos 105 minutos e 45 segundos do filme O professor aloprado, na cena em que os pais do cientista realizam a comercialização da droga formulada, ficou evidente o descumprimento dos capítulos I e II do “Código de Ética do Profissional Farmacêutico -RESOLUÇÃO Nº 417 DE 29 DE SETEMBRO DE 2004”, que trata dos princípios fundamentais da profissão farmacêutica e os deveres dos profissionais, respectivamente, visto que houve a venda indiscriminada de uma droga inovadora sem qualquer pesquisa laboratorial e o devido controle de qualidade com o intuito de serem analisados os efeitos adversos que poderiam levar ao comprometimento da saúde dos usuários do produto, sabendo que é de competência do farmacêutico zelar pelo bem estar físico e mental do homem sem qualquer intenção de benefício próprio sendo ele comercial ou não.
Júnior	Pudemos perceber ao longo do filme, que há muitos desvios éticos nas atitudes de Dr. Hesser. Por isso, a Resolução nº 417, de 29 de Setembro de 2004 se aplica inúmeras vezes, em várias de suas atitudes. Abaixo, citamos alguns exemplos das proibições dispostas no capítulo III, artigo 13º da Resolução nº 417, que são infringidas por Dr. Hesse, enquanto profissional do âmbito farmacêutico, caso exercesse a profissão no Brasil: “IV- praticar ato profissional que cause dano físico, moral ou psicológico ao usuário do serviço, que possa ser caracterizado como imperícia, negligência ou imprudência;” “VI –realizar ou participar de atos fraudulentos relacionados à profissão farmacêutica em todas as suas áreas de abrangência;” “IX –obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias ou profissionais;” “XV –expor, dispensar ou permitir que seja dispensado medicamento em contrariedade à legislação vigente;” “XVII –aceitar a interferência de leigos em seus trabalhos e em suas decisões de natureza profissional;” “XIX –omitir-se e/ou acumpliciar-se com os que exercem ilegalmente a Farmácia, ou com profissionais ou instituições farmacêuticas que pratiquem atos ilícitos.”	Código de Ética do Profissional Farmacêutico: No “capítulo II dos deveres do farmacêutico” consta “Respeitar a vida humana, jamais cooperando com atos que intencionalmente atentem contra ela ou que coloquem em risco sua integridade física ou psíquica” No filme fica bem claro que, Dr. Larry compromete a vida e a saúde de seu sócio quando sugere que o mesmo participe do teste do medicamento que produziram, no momento em que não foi concedida a aprovação para regulação da droga.	Baseado na Resolução nº 417, de 29 de Setembro de 2004, observou-se o descumprimento do código de ética do profissional farmacêutico: “Art. 4º - Os farmacêuticos respondem pelos atos que praticarem ou pelos que autorizarem no exercício da profissão “Art. 13 - IV - praticar ato profissional que cause dano físico, moral ou psicológico ao usuário do serviço, que possa ser caracterizado como imperícia, negligência ou imprudência;”
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Aos 76 minutos e 06 segundos o sujeito pesquisador no filme faz o descarte da substância estudada na pia de forma errônea se pensarmos num ato de um profissional farmacêutico, pois o “Código de Ética do Profissional Farmacêutico” no capítulo II dos deveres artigo 11 – XII diz que o farmacêutico deve: “denunciar às autoridades competentes quaisquer formas de poluição, deterioração do meio ambiente ou riscos inerentes ao trabalho, prejudiciais à saúde e à vida” ficando bem claro que o profissional não deve exercer e nem ser conveniente com qualquer tipo de ato que contrarie este dever.
Sem sentido	Cena 16 min e 37 segund o código de Ética, como mostra a Imagem 2. Porém não houve o acompanhamento necessário, visto que se trata de uma droga psicotrópica inovadora que ainda está em fase de teste. Então, este profissional deveria ter acompanhado passo a passo do paciente e, inclusive, aplicado a droga na cobaia, ou seja, deveria ter sido feito o controle rigorosamente. O Artigo 11. VIII também é infringido, pois a droga que é fornecida não contém sua identificação clara e precisa sobre a(s) substância(s) ativa(s) contida(s), bem como suas respectivas quantidades, contrariando as normas legais e técnicas	Filme não testado nessa turma	cena de: 16 minutos e 36 segundos, onde no artigo 11.III deste apresenta que é dever do profissional farmacêutico exercer a assistência farmacêutica e fornecer informações ao usuário dos serviços. O descumprimento se dá ao fato de além da droga não haver nenhuma identificação sobre o princípio ativo, bem como outras características como a quantidade, não houve um acompanhamento por parte do pesquisador, visto que a droga é inovadora e ainda não é sabido seus efeitos adversos, já que ainda está em fase de testes. O ideal era acompanhar o voluntário, inclusive na aplicação da droga. De outro lado, houve o cumprimento quando o pesquisador deu informações acerca do uso, dose, efeito e aplicação da droga, informando ao usuário da mesma características dessa droga e como atuar frente à ela.

**ANEXO XII - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) da Lei 6437 de 1977 – Das infrações e penalidades sanitárias”**

Titulo do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	Na Lei nº 6.431, de 20 de Agosto de 1977, artigo nº 10, V, dispõe que é uma infração sanitária "fazer propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária.". O filme mostra o patrão de Barnaby com um panfleto de propaganda pronto, e mais adiante, após os testes da droga da juventude em seres humanos, mostra este mesmo patrão de Barnaby fazendo propaganda desta droga em uma reunião com investidores, falando-lhes dos benefícios da droga e em como comercializá-la, porém, sem possuir o registro adequado para comercialização da droga.	Segundo a Lei 6437/77, que "configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências", é uma infração sanitária "construir, instalar ou fazer funcionar em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes", ou seja, é ilegal a produção de drogas em uma indústria química, pois é responsabilidade da indústria farmacêutica
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Aos 24 minutos e 54 segundos, o professor KELP escreve em seu diário de pesquisa sobre a nova droga que estava produzindo. Segundo a Legislação em vigilância sanitária é proibido na "Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ponto IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente". Ou seja, a manipulação de uma droga mesmo estando em fase de pesquisa carece que o pesquisador tenha registro ou licença para fazê-lo.
Júnior	O fato de o Dr. Hesse, juntamente com o Dr. Arbogast ir de encontro à decisão da Agência e continuar a providenciar a produção e o consumo de um medicamento que havia sido cancelado, caracteriza-se no descumprimento de uma infração sanitária que, de acordo com o subitem IV do Art. 10º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, se caracteriza por: "IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente" cabendo, a esta infração, as seguintes penalidades: "pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa"	Consta como "infrações e penalidades sanitárias, artigo 10, capítulo IV - (...) produzir, usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, (...) que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente" A droga foi testado no próprio cientista, apesar de não ter sido aprovada para o teste em seres humanos, ou seja, uso da droga sem que houvesse registro, licença ou autorização para isso.	O fato de esses dois pesquisadores continuarem a pesquisa sem a autorização da agência reguladora confere um ato de infração sanitária de acordo com a lei 6437 de 20 de agosto de 1977-"Art. 10 IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente" cabendo, a esta infração, as seguintes penalidades: "pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa"
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	No que condiz a "Infrações e Penalidades Sanitárias" vimos que aos 79 minutos de filme que o medicamento estudado estava em um frasco com rotulagem de outro produto sendo com a lei federal 6.437/77 uma infração sanitária diposto no artigo 10 – XV que diz que não pode: "rotular alimmetos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares" podendo gerar como pena: advertência, inutilização, interdição e/ou multa.
Sem sentido	No decorrer do filme, deparou-se com uma cena aos 23 minutos e 33 segundos, onde o personagem aplica a droga em si próprio, após este momento houve uma infração sanitária, pois ele injeta a droga sem utilização de álcool, num lugar totalmente desprovido de limpeza e, além disso, o lixo gerado, que era um perfuro-cortante onde encontrava-se resíduos químicos e biológicos (do medicamento e sangue, respectivamente), não foi descartado corretamente (no caso, deveria ser descartado numa descarpac), podendo então transmitir doença para alguma outra pessoa que tocar neste resíduo, como é ilustrado na Imagem 3. Tal fato fere ao Artigo 10. VII da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.	Filme não testado nessa turma	A infração sanitária se dá a partir do momento da aplicação da droga no voluntário, aos 23 minutos e 32 segundos, porque é injetado a droga nele mesmo e não houve qualquer tipo de higienização, como o álcool 70%, em um banheiro sem qualquer tipo de limpeza necessária para este tipo de prática, o que implica no artigo 10.VII da Lei nº 6437 de 1977. Além disso depois de injetado, o frasco que continha a droga é jogado em um saco de lixo comum, sendo este material um material perfuro-cortante sendo necessário descartá-lo no descarpac já que continha resíduo químico e biológico

## ANEXO XIII - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) Normas relativas à ética na pesquisa com seres humanos”

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	De acordo com a Resolução nº 251, de 7 de Agosto de 1997, “pesquisas com novos fármacos, medicamentos, vacinas ou testes diagnósticos”. Refere-se às pesquisas com estes tipos de produtos em fase I, II ou III, ou não registrados no país, ainda que fase IV quando a pesquisa for referente ao seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração diferentes daquelas estabelecidas quando da autorização do registro, incluindo seu emprego em combinações, bem como os estudos de biodisponibilidade e de bioequivalência.” A descrição da fase I é dada como sendo “o primeiro estudo em seres humanos em pequenos grupos de pessoas voluntárias, em geral saudáveis de um novo princípio ativo, ou nova formulação pesquisado geralmente em pessoas voluntárias (...)”. No filme, o teste da nova droga que propõe a juventude, aplicada em seres humanos, é feita com pessoas voluntárias, porém, não ultrapassam a Fase I, pois é descoberto que o efeito da droga da juventude, na verdade, foi dado pela preparação feita pelo macorm de remuneração”. Aproximando o caso extraordinário de Dr. Hesse ao que a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde dispõe,	Na Resolução 251/97 está explícito que o SVS/MS deve autorizar, acompanhar e controlar o desenvolvimento técnico dos projetos de pesquisa de Farmacologia Clínica (em suas diversas fases) de Biodisponibilidade e de Bioequivalência. A substância de Barnaby deveria passar por um longo processo de desenvolvimento com várias etapas bem definidas, tais como, testes laboratoriais (análise de novos compostos que se mostrem a uma finalidade), testes pré-clínicos (realização de estudos de toxicidade e de atividade in vitro e in vivo que ocorre em animais para avaliar a segurança e a eficácia do novo fármaco), ensaios clínicos (realização de estudos em seres humanos para avaliar a segurança e a eficácia do novo medicamento, permitindo determinar a dose e a frequência de administração e também a identificação de possíveis efeitos secundários). Embora a fórmula não tenha sido comercializada, diversas pessoas a ingeriram, sem terem sido voluntárias de acordo com o Protocolo de Pesquisa. Além do mais, a substância de Barnaby de remuneração”. Aproximando o caso extraordinário de Dr. Hesse ao que a Resolução 196/96, do Conselho Nac
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	c) Aos 30 min e 27 seg, o professor KELP toma uma droga com o objetivo de obter músculos, ter um corpo considerado perfeito e de status de beleza, mas, em alguns instantes após de ser tomada a própria fórmula, acontece momentos de aflição e efeitos adversos começam a ocorrer. Visto isso, podemos dizer que houve infração da RESOLUÇÃO Nº 251, DE 07 DE AGOSTO DE 1997, onde “aprova as normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos”, informando “III - RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR [...] III.2 - O pesquisador responsável deverá: [...] d - Comunicar ao CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) a ocorrência de efeitos colaterais e/ou de reações adversas não esperadas.” Esta fórmula também não foi testada em animais anteriormente, como decretado no ponto III.3 da Resolução 196/96. As pesquisas que utilizam metodologias experimentais na área biomédica, envolvendo seres humanos, deverão ainda: a) estar fundamentadas em amaby não passou por nenhuma dessas etapas primordiais para o desenvolvimento da substância para o uso humano. pelo cientista Barnaby, quando pertinente”
Júnior	A realização de pesquisas por profissionais da área de saúde envolve em grande parte os seres humanos, com isso se faz necessária a avaliação dos projetos de pesquisa antes que os mesmos sejam colocados em prática, objetivando avaliar, do ponto de vista ético, garantindo aos participantes da pesquisa integridade e dignidade. Esta condição é regulamentada pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo os seres humanos, em conjunto com a Resolução complementar nº 303 de 6 de julho de 2000. De acordo com a Resolução 196/96, o Dr. Arbogast seria considerado o patrocinador, que é a “pessoa física ou jurídica que apoia financeiramente a pesquisa”. Dr. Hesse seria o pesquisador responsável, que é a “pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa”, concomitantemente o sujeito da pesquisa, que é “o(a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração”. Aproximando o caso extraordinário de Dr. Hesse ao que a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde dispõe, deveria, também ser levado em consideração o item III.3, u), que diz: “u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;” A Resolução nº 303 de 6 de julho de 2000, que é uma resolução complementar à Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, normatiza complementarmente as pesquisas clínicas na área da reprodução humana, que são “aquelas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva da pessoa humana.” Esta resolução, de acordo com seu item II, normatiza, mais especificamente, pesquisas com intervenção em: “- Reprodução Assistida; - Anticoncepção; - Manipulação de Gametas, Pré-embriões, Embriões e Feto - Medicina fetal”	RESOLUÇÃO Nº 251, DE 07 DE AGOSTO DE 1997 III - RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR III.2 - O pesquisador responsável deverá: Apresentar ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - o projeto de pesquisa completo, nos termos da Resolução, 196/96 e desta Resolução.” A pesquisa seguiu em sigilo, o que mostra o descumprimento dessa resolução.	A ética com a pesquisa em seres humanos é regulamentada pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde em conjunto com a Resolução nº 303 de 6 de julho de 2000. Dr. Hess deveria ter levado em consideração o fato dos riscos, benefícios oferecidos e eventuais interferências da pesquisa clínica em reprodução humana principalmente no que se diz respeito a fertilização, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido antes de se tornar indivíduo participante. A ausência de documentos ou atitudes que comprovem que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos nos permite concluir que os pesquisadores se encontram em um ambiente primitivo, onde não existe ética nem moral que a única intenção é a obtenção do lucro que será gerado com o sucesso do novo fármaco
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Em relação a pesquisas com seres humanos, não houve a Apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - o projeto de pesquisa completo, nos termos da Resolução, 196/96 e “Manter em arquivo, respeitando a confidencialidade e o sigilo as fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por 5 anos, após o término da pesquisa.” que são etapas descritas na CNS 251/199 e não foram seguidas, pois o professor testou em si mesmo o novo fármaco, sem que o comitê de ética estivesse sabendo do projeto (pelo que se deu a entender no filme, o fármaco ainda estava em fase de ensaio pré-clínico) e o Buddy revelou que na verdade era o professor que estava tomando o fármaco, desrespeitando o sigilo.
Sem sentido	A Resolução CNS 196/96 foi violada durante todo o filme, eis aqui duas cenas para exemplificar: Aos 45 minutos e 10 segundos mostrou-se que não foi feita nenhuma dosagem para comprovar que o medicamento estava sendo administrado na dose correta, não sendo dada a assistência devida ao sujeito da pesquisa, descumprindo o item III (aspectos éticos) letra q. Aos 16 minutos e 45 o pesquisador informa que o efeito da droga é aumentar os sentidos em 10 vezes, sendo que em nenhum momento foi explicado qual seria o benefício de tal efeito ou o malefício que isto poderia trazer ao sujeito, violando o item III letras n e p. Tanto que o sujeito da pesquisa em nenhum momento viu o benefício da pesquisa em si, mas tão somente o quanto isso iria render ao seu bolso, como pode ser observado na Imagens 6 e 7.	Filme não testado nessa turma	Houve descumprimentos das normas com seres humanos, pois a palestrante observou que o protagonista estava cochilando durante a palestra e não estava em condições de responder de modo consciente. Como também este não assinou nenhum termo de consentimento mostrando a ação da droga. Tendo infringido o código de Nuremberg que diz que o consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial, onde as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento.

**ANEXO XIV - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique um momento do filme que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento) das Normas relativas à ética na pesquisa com animais”**

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	Ao longo do filme é mostrada a utilização de macacos na pesquisa da fórmula da juventude, feita pelo cientista Barnaby. De acordo com o artigo primeiro da Lei nº 11.794, de 8 de Outubro de 2008, “A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a: I – estabelecimentos de ensino superior; II – estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica.”. O filme relata a experiências com macacos, que se inserem no filo Chordata, subfilo Vertebrata, e também pode-se observar que o estabelecimento onde ocorriam os experimentos era uma indústria química, logo, o experimento está de acordo com o artigo 1º desta lei	Quanto à ética na pesquisa com animais, a Lei 11.794/08 restringe o uso científico de animais do filo Chordata, subfilo Vertebrata somente aos “estabelecimentos de ensino superior” e “de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica”. Sendo assim, uma indústria química não é autorizada a realizar experimentos em macacos.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Em nenhum momento houve uma experiência direta com animais, porém aos 29 minutos e 45 segundos, percebemos que o pássaro de estimação do professor fala. Partindo do pressuposto de que pássaros não falam, sugerimos que o professor KERP possa ter feito experiência com o pássaro a fim de fazê-lo falar. Para tal experiência ele deveria ter seguido a LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 “estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais” Obedecendo o Art. 12 dessa lei “ A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal).”
Júnior	Conforme pudemos apreender do filme, não foram observados maus tratos aos animais (apenas efeitos colaterais já conhecidos em mulheres grávidas), a instituição que abriga o laboratório do Dr. Hesse se é um estabelecimento de ensino superior. Assim, em uma das primeiras cenas do filme, o Dr. Hesse promove a utilização de animais em uma atividade de ensino (explicando a pesquisa e mostrando os animais utilizados), o que está de acordo com o artigo 1º desta lei 11.794 de 8 de outubro de 2008. Apesar disso, um ponto importante é que em momento algum do filme mostrado algum tipo de conselho análogo ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), preconizado também pela Lei Nº 11.794. Assim, se vê a utilização dos chimpanzés para a colheita de dados clínicos sem nenhum tipo de conselho ou comissão de ética reguladora, como se fossem simples animais domésticos ou mascotes úteis em um laboratório científico de uma universidade. Isto, para o grupo, caracterizou um descumprimento das Normas relatiarnaby não passou por nenhuma dessas	“A Resolução Normativa 04/97 GPPG/HCPA” fala sobre “alojamentos dos animais e todos os cuidados necessários para que esses animais sejam bem acondicionados durante a fase de pesquisa” entretanto, no filme animais ficam soltos pelo laboratório, mexendo em aparelhos e outros objetos, colocando em risco a si e aos demais que estão dentro do laboratório.	Quanto à experimentação em animais nas dependências da faculdade, não foram observados nenhum tipo de maus tratos aos primatas estando de acordo com a Lei Nº 11.794, de 8 de outubro de 2008
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Um momento do filme que exemplifica um descaso com a ética na pesquisa com animais é quando o professor pesquisador sem testes que comprovem a eficácia, do fármaco ou droga em questão, in vitro. Utilizando-se dos animais diretamente como sua única fonte de resultados sem pré-testes em modelos. A utilização dos modelos de estudos é utilizada de modo paralelo e não prévio. Após resultados considerados por ele satisfatório é passada então para a fase onde a o fármaco ou a droga é testada nele mesmo
Sem sentido	O Ministério da Saúde, através do Conselho Nacional de Saúde estabeleceu na Resolução 1 de 15/07/1988, Decreto 93.933, de 01/1987, Capítulo II, Artigo 5, Item II, que: “A pesquisa em ser humano deve estar fundamentada na pesquisa experimental prévia, realizada em animais”. Então, as cenas aos 2 minutos e 40 segundos e 16 minutos e 29 segundos mostram que a droga antes de ser aplicada em seres humanos foi testada em ratos, estando em acordo com este item da resolução, conforme a Imagem 8	Filme não testado nessa turma	Foi observado aos 2 minutos e 40 segundos como também aos 16 minutos e 29 segundos que a droga inovadora foi testada primeiramente em ratos para depois ser testada em seres humanos indo de encontro com a Resolução 1 de 15/07/1988, Decreto 93.933, Capítulo II, Artigo 5, Item II :”A pesquisa em ser humano deve ser fundamentada na pesquisa experimental prévia, realizada em animais”.

**ANEXO XV - Respostas da pergunta "Aponte, comente e justifique um momento do filme em que você pôde perceber correlação (certa ou errada, cumprimento ou descumprimento), com as Normas de propaganda de produtos para saúde"**

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	O artigo 1º da RDC nº 96, de 17 de Dezembro de 2008, descreve a "propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão.". Pode ser observado o cumprimento desta lei, pois o medicamento não foi veiculado em nenhum meio de comunicação. Os cientistas apenas elaboraram cartazes para divulgação da nova droga da juventude, porém, não pode-se afirmar que eles fariam a propaganda do medicamento antes de obterem os registros da ANVISA (caso comercializado em território brasileiro).	Segundo a RDC 96/08, que "dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos", as propagandas devem apresentar informações completas e claras, e não podem destacar apenas aspectos benéficos do produto. Esta RDC veda "utilizar designações, símbolos, figuras ou outras representações gráficas, ou quaisquer indicações que possam tornar a informação falsa, incorreta, ou que possibilitem interpretação falsa, equívoca, erro e/ou confusão em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, qualidade, forma de uso, finalidade e/ou característica do produto". No filme, um ponto em desacordo com esta Resolução é que o layout da propaganda apresenta uma informação falsa, tanto pelo nome quanto pela imagem, ao sugerir, como o próprio Barnaby diz, que é uma droga da "fonte da juventude", pois há muitas variáveis que precisam ser levadas em consideração ao se elaborar um medicamento como este.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Aos 105 minutos e 45 segundos, os pais do professor KELP fazem propaganda da droga testada na sala de aula do professor, o que é uma infração do artigo 90º da portaria 344 de 1998 "A propaganda de substâncias e medicamentos, constantes das listas deste Regulamento Técnico e de suas atualizações, somente poderá ser efetuada em revista ou publicação técnico-científica de circulação restrita a profissionais de saúde".
Júnior	O artigo 1º da RDC Nº 96, de 17 de dezembro de 2008 (última resolução que legisla sobre a propaganda de medicamentos) dispõe sobre "a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos, de produção nacional ou estrangeira, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão." Em um dado momento do filme, pudemos perceber um descumprimento das Normas de propaganda de produtos para saúde, pois somente os medicamentos registrados na Anvisa e que não necessitem de prescrição médica podem ser comercializados e anunciados em propagandas, o que não confere com a nova droga em questão, pois os relatórios de ensaios pré-clínicos e clínicos ainda não tinham sido realizados, logo o produto não tinha registro. Mesmo assim o diretor do Centro de Pesquisas Noah Bannes anuncia a toda a imprensa que, com ajuda do novo medicamento "Engravidol" e sob sua supervisão, ocorreu a primeira gravidez masculina.	A legislação sanitária é clara: nenhum produto pode ser fabricado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no "Ministério da Saúde - art. 12 da Lei 6.360/76". E um trecho do filme mostra uma indústria farmacêutica comprando a formulação do "engravidol" para fabricação e propaganda, mesmo com o produto não registrado.	Em relação as normas de propagandas de serviços da saúde apresentadas no filme, percebeu-se que em um determinado momento o diretor da faculdade divulga o existência do novo medicamento que foi desenvolvido sob a sua supervisão e a possível gestação masculina oriunda a partir dessa nova pesquisa. Esse ato do diretor está em descumprimento com as normas de propagandas de serviços da saúde visto que o medicamento ainda não tinha registro e os ensaios pré-clínicos e clínicos ainda não tinham sido realizados
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Caso o produto fosse começar a ser comercializado, deveria ser citado que ele pode causar mudanças de humor bruscas por causa do excesso de testosterona (no caso do homem), explicar que para o efeito ser mantido deve-se tomar uma dose maior em um intervalo, seguindo as normas do "Manual de Monitoramento de Propaganda de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária
Sem sentido	No transcorrer do filme, aos 39 minutos há um desacordo com a portaria 344/98, onde a dispensação da droga psicotrópica (que é passiva de regulamentação especial) é muito fácil, onde não há nenhuma rotulagem de identificação e nem embalagem para que o medicamento fosse transportado com segurança, conforme ilustrado na Imagem 9. Isso infringe ao Artigo 78 do Cap IX, onde diz: "Os medicamentos a base de substâncias constantes das listas deste Regulamento Técnico e de suas atualizações deverão ser comercializados em embalagens invioláveis e de fácil identificação	Filme não testado nessa turma	Visto que a droga testada no filme, ainda esta sendo estudada e testada, não é possível relacionar está com as normas de propaganda de produtos para saúde, pois ainda não poderá ser comercializada

## ANEXO XVI - Respostas da pergunta “Aponte, comente e justifique uma passagem no filme que se correlacione com a Portaria 344/1998”

Título do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma	De acordo com a Portaria 344 de 12 de Maio de 1998, substâncias psicotrópicas estão na lista A3, B1 e B2. O artigo 2 desta portaria dispõe é obrigatória a obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.” As alterações do psiquismo não são sempre no mesmo sentido e direção. Obviamente elas dependerão do tipo de droga psicotrópica que foi ingerida. Foram identificados dois sintomas que se enquadrariam em pessoas que utilizam essas substâncias psicotrópicas, divididas em dois grupos: depressoras da atividade do sistema nervoso causando sono e torpor, sintomas observados logo após o cientista Barnaby e sua esposa tomarem a fórmula e, quando o efeito da substância estava acabando, e também aumentando a atividade do cérebro, que são os estimulantes da atividade do sistema nervoso central causando a sensação de jovialidade, onde a pessoa fica cheia de energia, sintomas observados durante o efeito da fórmula, quando o cientista sai com a secretária com uma postura que não teria caso não tivesse tomado a substância, e também quando a esposa colocou um peixe nas calças do patrão do marido. O filme não relata nenhuma comunicação com a Vigilância Sanitária, porém, como a droga ainda estava em fase de teste, pressupõe-se que não houve comunicação com o Ministério da Saúde, estando em desacordo com a Portaria 344.	Segundo a Portaria 344/98, “todo estabelecimento, entidade ou órgão oficial que produzir, comercializar, distribuir, beneficiar, preparar, fracionar, dispensar, utilizar, extrair, fabricar, transformar, embalar, reembalar, vender, comprar, armazenar ou manipular substância ou medicamento de que trata este Regulamento Técnico e de suas atualizações, com qualquer finalidade deverá escriturar e manter no estabelecimento para efeito de fiscalização e controle, livros de escrituração”. O chefe de Barnaby diz que o químico não fez nenhum registro, embora o presidente da indústria diga que não registrar tudo é contra as regras da organização.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Aos 30 min e 27 seg, o professor KERP toma uma droga que pode ser considerada entorpecente baseada nas definições atribuídas pela Portaria 344 de 1998 “Entorpecente - Substância que pode determinar dependência física ou psíquica”, ou seja, se a droga e contiver alguma substancia listada nessa portaria, o personagem deveria obrigatoriamente obter a Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde para produzi-la como está decretado no Art. 2º do capítulo II dessa portaria “Para extrair, produzir, fabricar, beneficiar, distribuir, transportar, preparar, manipular, fracionar, importar, exportar, transformar, embalar, reembalar, para qualquer fim, as substâncias constantes das listas deste Regulamento Técnico e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, é obrigatória a obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.
Júnior	A Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, “aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial”. Se o cancelamento do projeto (com proibição de fabricação e testes clínicos) ocorresse no Brasil, a substância “Engravidol” provavelmente seria enquadrada nesta lei como uma “substância proscrita”, que se caracteriza como “Substância cujo uso está proibido no Brasil”. De acordo com o artigo 2º:	Segundo o “Art. 2º da Portaria 344 que diz que “Para extrair, produzir, fabricar(...)manipular(...) para qualquer fim, as substâncias constantes das listas deste regulamento e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, é obrigatória a obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde”. No filme o pesquisador vai contra essa norma quando manipula e ainda utiliza o medicamento que havia sido vetado pelo Conselho anteriormente.	A Portaria 344 de 12 de maio de 1998 incluiu o “engravidol” na lista de medicamentos proscritos que se caracteriza como substâncias proibidas no Brasil. O caso se enquadra no artigo segundo dessa portaria diz que:”Art.2º: Para extrair, produzir, fabricar, beneficiar, distribuir, transportar, preparar, manipular, fracionar, importar, exportar, transformar, embalar, reembalar, para qualquer fim, as substâncias constantes das listas deste Regulamento Técnico (ANEXO I) e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, é obrigatória a obtenção de Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.”
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	Segundo a Portaria 344/1998 o medicamento produzido pode ser considerado um psicotrópico pois causa dependência física e psíquica, como mostra que o Buddy Love se torna a nova forma física e psíquica altamente alterada do professor, sendo necessário sempre estar tomando o medicamento para mantê-las.
Sem sentido	A partir da portaria 344 de 1998 , é citado a convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971 (Decreto n.º79.388/77) , aonde esta pode determinar dependência física ou psíquica , sendo assim é perceptível uma relação com o filme , pois a nova droga que é “testada” no paciente apresentada essa característica; visto isso em uma passagem do, 56minutos e 47segundos, onde o protagonista dobra a concentração prescrita pelo possível profissional farmacêutico pois percebeu que este medicamento causava “ótimos efeitos” em seu corpo e o ajudava na sua carreira profissional, porém com a super dosagem houve desordem nos seus sentidos organolépticos.	Filme não testado nessa turma	A partir da portaria 344 de 1998 , é citado a convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971 (Decreto n.º79.388/77) , aonde esta pode determinar dependência física ou psíquica , sendo assim é perceptível uma relação com o filme , pois a nova droga que é “testada” no paciente apresentada essa característica; visto isso em uma passagem do, 56minutos e 47segundos, onde o protagonista dobra a concentração prescrita pelo possível profissional farmacêutico pois percebeu que este medicamento causava “ótimos efeitos” em seu corpo e o ajudava na sua carreira profissional, porém com a super dosagem houve desordem nos seus sentidos organolépticos.

## ANEXO XVII - Resposta da pergunta "O produto testado no filme é inovador, genérico ou similar? Por quê? Como proceder para regularizá-lo?"

Titulo do filme	Turma 1-2012	Turma 2-2012	Turma 1-2013
O inventor da mocidade	Filme não testado nessa turma		Segundo a Lei 6.360/76, o medicamento inovador é o "produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro". A eficácia e segurança do medicamento inovador ou de referência são comprovadas através de apresentação de estudos clínicos. A ANVISA avalia cada ingrediente do produto, verifica os estudos científicos referentes aos benefícios propostos e apenas autoriza a venda quando todas as exigências forem cumpridas.
O professor aloprado (1963)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	A droga testada no filme é inovadora. Para ser regularizada é preciso seguir a resolução Nº 136, de 29 de maio de 2003 "Este Regulamento aplica-se a todos os medicamentos novos ou inovadores, com exceção dos regidos por legislação específica, e estabelece os critérios e a documentação necessária para: Registro de Medicamentos Novos com princípios ativos sintéticos ou semi-sintéticos associados ou não; Este regulamento é composto de três partes: das medidas antecedentes ao registro, do registro e das medidas pós-registro". No ato do registro a empresa ou pesquisador deve apresentar Relatório de ensaios clínicos para comprovar a eficácia terapêutica e segurança de seu uso e estará sujeito à análise da ANVISA.
Júnior	Falando especificamente do medicamento fictício "Engravdol", ele é considerado um medicamento inovador. A Resolução no. 136, de 29 de maio de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) dispõe sobre o Registro de Medicamentos Novos ou inovadores composto por três partes: das medidas antecedentes ao registro, do registro e das medidas pós-registro. Desta maneira, para regularizar a nova droga é necessário, antes do registro, apresentar protocolos de pesquisas clínicas e resultados do andamento destas pesquisas de acordo com a legislação vigente, apresentar protocolo de pesquisa e resultado de seu andamento e no caso de o estudo clínico ser realizado com produto novo fabricado no País, apresentar previamente notificação para a produção de lotes piloto de acordo com o guia para a notificação de lotes piloto de medicamentos.	A droga seria inovadora se tivesse sido aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária e se quando testada por esse mesmo órgão tivesse comprovada cientificamente sua eficácia, porém no filme o órgão do governo que se mostra responsável por aceitar os experimentos e a regularização das drogas não aceita a mesma. Para regularizá-la será preciso sua comprovação e eficácia, depois, se tratando de ser um produto inovador precisará de todas as informações sobre sua composição, sobre sua natureza para que seja determinado o nível de segurança que será aplicado ao medicamento, todas essas informações e demais outras exigidas deverão ser encaminhadas ao órgão que irá registrar e regularizar esse medicamento.	O fármaco desenvolvido pelo grupo de pesquisa ("Engravdol") é considerado um medicamento inovador. Para o registro desse tipo de medicamento é necessário o cumprimento de três etapas: as medidas antecedentes ao registro, o registro e as medidas pós-registro segundo a Resolução nº 136, de 29 de maio de 2003. Segundo essa resolução antes do registro do novo medicamento é necessário apresentar os protocolos de pesquisas clínica e resultados de acordo com a legislação vigente, apresentar protocolo de pesquisa e resultado, apresentar previamente notificação para a produção de lotes piloto de acordo com o guia para a notificação de lotes piloto de medicamentos. Para o registro é necessário apresentar além de toda a documentação necessária, os Relatórios de ensaios pré-clínicos (toxicidade aguda, sub-aguda e crônica, toxicidade reprodutiva, atividade mutagênica, potencial oncogênico de acordo com a legislação específica) e clínicos (para comprovar a eficiência terapêutica de acordo com a legislação específica).
Professor aloprado (1996)	Filme não testado nessa turma	Filme não testado nessa turma	A droga do filme é inovadora por não existir nenhuma outra droga capaz de atuar da mesma maneira que ela promovendo a reestruturação do DNA utilizando-se de DNA reconstituído. Para regularizá-la é necessário como retrata a resolução 251/97 no que diz respeito a medicamento novo: "ter a pesquisa registrada no CONEP, CEP e SVS/MS passando por todo um processo de fiscalização e com a realização de estudos pré-clínicos e clínicos, de toxicidade, biodisponibilidade, bioequivalência e pesquisas de farmacologia clínica (fase I, fase II, fase III e fase IV)".
Sem sentido	No ato do protocolo de pedido de registro de um produto como Medicamento Novo, o proponente deverá apresentar relatório técnico contendo: Dados gerais; Prazo de validade; Relatório de ensaios pré-clínicos; Informações técnicas do(s) princípio(s) ativo(s); Rota de síntese do fármaco; Farmacodinâmica; Farmacocinética; Relatório de produção; Controle de qualidade da matéria-prima e do produto terminado. Tudo de acordo com a Resolução - RDC nº 136, de 29 de maio de 2003	Filme não testado nessa turma	Como foi observado no filme que a droga abordada é inovadora, será necessário para que seja realizado o seu registro, que a empresa protocole um processo único, com relatórios em separado para cada forma farmacêutica e apresentar os seguintes documentos: Formulários de petição de registro, Via original do comprovante de recolhimento de taxas de fiscalização de vigilância sanitária, ou comprovante de isenção, se for o caso, se for o caso contrário será necessário uma cópia de licença de funcionamento de empresa atualizada, certificado de responsabilidade técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, cópia do protocolo de notificação de produção de lotes-piloto, Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF) emitido pela ANVISA. No ato de protocolo de registro de um produto como medicamento novo, o proponente deverá apresentar relatório técnico contendo: Dados gerais, prazo de validade, relatório de ensaios pré-clínicos, informações técnicas do(s) princípio(s) ativo(s), rota de síntese do fármaco, farmacodinâmica, farmacocinética, relatório de produção, controle de qualidade da matéria prima e o produto determinado, sendo tudo de acordo com a Resolução- RDC nº 136, de 29 de maio de 2003.

## PRODUÇÃO ACADÊMICA

**Trabalhos elaborados na fase de preparação para a seleção de Doutorado - artigo completo:**

- MENDONÇA, L. G.; DE LA ROCQUE, L. R.; ANDRADE, R. M. **Potencialidades da ficção de *Avatar* na discussão da ética em sala de aula.** In: VIII ENPEC 2011 (QUALIS A1).
- MENDONÇA, L. G.; RODRIGUEZ, L. L. R.; FERREIRA, F. R. **Produção de vídeos como recurso didático para o ensino da Química.** Revista Química Nova na Escola, v. 36, n.3. Disponível em: [http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36\\_3/06-RSA-135-12.pdf](http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36_3/06-RSA-135-12.pdf). D.O.I: <http://dx.doi.org/10.5935/0104-8899.20140022> (QUALIS B1).

**Artigos completos apresentados em eventos científicos:**

- MENDONÇA, L. G.; RODRIGUEZ, L. L. R.; FERREIRA, F. R. **Influência do cinema de comédia no ensino farmacêutico e na construção da imagem fílmica do cientista que pesquisa medicamentos.** 2012. In: I Fórum de pesquisadores em artes sequenciais. Leopoldina-MG. Disponível em: <<https://skydrive.live.com/?cid=138ba5d9930baaa7&id=138BA5D9930BAAA7%21228&authkey=!AH-Dk8nrWB2Upj8#!/view.aspx?cid=138BA5D9930BAAA7&resid=138BA5D9930BAAA7%21237&app=WordPdf&authkey=%21AH-Dk8nrWB2Upj8>>
- MENDONÇA, L. G.; RODRIGUEZ, L. L. R.; FERREIRA, F. R. **Estudo de caso e o cinema de comédia: modalidade de metodologia ativa para o ensino de Deontologia.** 2012. In: III ENECIências. Niterói-RJ. Disponível em: <http://www.ensinosaudeambiente.com.br/eneciencias/anaisiiieneciencias/trabalhos/T51.pdf>

**Capítulo de livro:**

- RODRIGUEZ, L. L. R.; MENDONÇA, L. G.; FERREIRA, F. R. **Questões de gênero relacionados à imagem fílmica do cientista que desenvolve medicamentos em filmes de comédia no Pós-guerra – In: HARRIS, L.A (Org.) A voz e o olhar do outro v. 5, pg. 47-59.** Rio de Janeiro: Letra Capital.

- MENDONÇA, L.G.; FERREIRA, F.R.; LA ROCQUE, L.R. Comédia no ensino de Farmácia e as relações de gênero no filme Júnior. In: FERREIRA et al. (Org.) Consumo, comunicação e arte Volume 5. Curitiba-PR: CRV (2015)

### **Orientação de aluno:**

#### **Trabalho de conclusão de curso de graduação - TCC**

Elaine Cristina de Oliveira Braga. DISCUSSÃO DO USO RACIONAL DE PRODUTOS NATURAIS: RAÇÃO HUMANA, UM MODISMO SAUDÁVEL? 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Química de Produtos Naturais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Leda Glicério Mendonça.

Elton Luiz Policarpo Gomes. MITOS DA PROPAGANDA DE PRODUTOS NATURAIS: O VERDADEIRO POTENCIAL DOS ENERGÉTICOS DE ORIGEM NATURAL. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Química de Produtos Naturais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Orientador: Leda Glicério Mendonça.

Gabrielle Barbosa Pinto. PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA DE ESTIMULANTES SEXUAIS MASCULINOS PARA A TERCEIRA IDADE - AÇAÍ. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduando em Farmácia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Orientador: Leda Glicério Mendonça.

#### **Iniciação científica**

Gabriela Gonçalves Martins de Sousa. INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO POPULAR NA PROPAGANDA DE PRODUTOS NATURAIS: CARQUEJA (BACCHARIS TRIMERA) CHÁ OU FITOTERÁPICO? 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Farmácia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Orientador: Leda Glicério Mendonça.

Vinícius Rodrigues Viana. PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA DE FORMAS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA DE FÁRMACOS EM PREPARAÇÕES SEMISSÓLIDAS. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Farmácia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Leda Glicério Mendonça.

Júlia Grazielly Macedo. PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA DO BURITI EM BASES GRATUITAS DE BUSCA DE PATENTES. Início: 2011. Iniciação científica (Graduando em Tecnologia em Química de Produtos Naturais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Leda Glicério Mendonça.